



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN  
FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS Y EMPRESARIALES  
DOCTORADO EN GESTIÓN DE EMPRESA

*Gestão Sustentável de Empresa Familiar: Um Estudo de Caso  
Focalizando o Ecoturismo Indígena a ser Gerenciado Pelo  
Povo Paiteer Suruí, na Região de Cacoal,  
Estado de Rondônia*

*Flávio de São Pedro Filho*

*Asunción - Paraguai*

*2009*



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN  
FACULTAD DE CIENCIAS ECONÓMICAS Y EMPRESARIALES  
DOCTORADO EN GESTIÓN DE EMPRESA**

**GESTÃO SUSTENTÁVEL DE EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE  
CASO FOCALIZANDO O ECOTURISMO INDÍGENA A SER GERENCIADO  
PELO POVO PAITER SURUÍ, NA REGIÃO DE CACOAL,  
ESTADO DE RONDÔNIA**

**Flávio de São Pedro Filho**

**Asunción, Paraguay**

**2009**

Flávio de São Pedro Filho

**GESTÃO SUSTENTÁVEL DE EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO FOCALIZANDO O ECOTURISMO INDÍGENA A SER GERENCIADO PELO POVO PAITER SURUÍ, NA REGIÃO DE CACOAL, ESTADO DE RONDÔNIA**

Tesis preparada a la UAA como requisito parcial para la obtención del título de Doctor en Gestión de Empresa.

Orientadora: Profa. Dra. Mónica Escher.

Asunción, Paraguay

2009

**De São Pedro Filho, Flávio. 2009. Gestão sustentável de empresa familiar: um estudo de caso focalizando o ecoturismo indígena a ser gerenciado pelo povo Paiter Suruí, na Região de Cacoal, Estado de Rondônia. Flávio de São Pedro Filho. 316 páginas.**

**Orientadora: Dra. Mónica Escher.**

**Tesis de Doctorado en Gestión de Empresa – Universidad Autónoma de Asunción – UAA. 2009.**



MA. ANGELICA GALEANO DE ENCISO  
ESCRIBANA PUBLICA  
Registro N° 514  
Asunción - Paraguay

Defensa de tesis de Doctorado  
Acta N° 13.

En la ciudad de Asunción, capital de la República del Paraguay, del día treinta de enero de dos mil nueve, se constituye la mesa examinadora compuesta por el Dr. Fabio Gómez, Presidente, y los siguientes miembros: Dr. Sergio Duarte, Dr. Ramón Fogel, Dr. César Godoy y el Dr. Bruno Penayo, a objeto de posibilitar que el Master Flavio De Sao Pedro Filho, presente y defienda su tesis que versa sobre el tema "Gestão sustentavel de uma empresa familiar".

Una estudio de caso focalizado o ecoturismo indígena gerenciado pelo povo Paiter Livui na região de Iacoyal, estado de Rondonia, último requisito para acceder al título de Doctor en Gestión de Empresas, de conformidad a los estatutos de la Universidad Autónoma de Asunción y a los reglamentos de los programas de Postgrado.

Da inicio al acto con las palabras del Presidente, quien agradece a los miembros de la mesa, informando luego a éstos y al autor del trabajo las reglas de presentación y el tiempo disponible para cada una de las etapas del escrito.

Posteriormente concede la palabra al Master Flavio De Sao Pedro Filho, quien hace una extensa presentación de su trabajo. Seguidamente, los integrantes de la mesa efectúan una serie de preguntas, a lo que el autor responde de acuerdo al contenido de su trabajo.


Una vez terminados el proceso de preguntas y respuestas, la mesa examinadora se retira de la sala, a efectos de calificar.

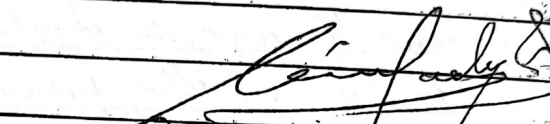
Hecha la consideración sobre el contenido, la presentación por parte del autor y las respuestas que complementan el trabajo, la mesa examinadora otorga al trabajo del Master Flavio De Sao Pedro Filho, la calificación aprobada magna cum laude, quedando habilitado para acceder al título de Doctor en Gestión de Empresas



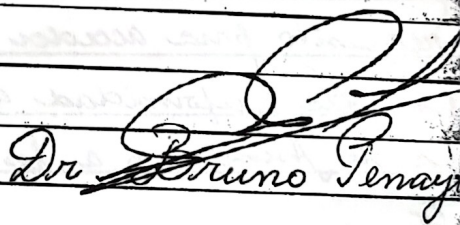
de la Universidad Autónoma de Asunción.  
Posteriormente la mesa examinadora ingresa nuevamente a la sala, para comunicar la calificación correspondiente a la Defensa de la Tesis.


Siendo las \_\_\_\_\_ horas se da por terminado el presente acto.


  
Dr. Fabio Gómez

  
Dr. César Godoy

  
Dr. Sergio Duarte

  
Dr. Bruno Penayo

  
Dr. Ramón Fogel

LA PRESENTE ES FIEL FOTOCOPIA  
DEL ORIGINAL QUE TENGO A LA  
VISTA CONSTE. 

MA. ANGELICA GALEANO DE ENCISO  
ESCRIBANA PUBLICA  
Registro N° 514  
Jejuí N° 730, 2° Piso - Fono: 440.758  
Asunción - Paraguay



RECONHECIMENTO

... por terem sido os primeiros a reconhecerem a importância da sustentabilidade...

... a todos os membros da família, especialmente aos sábios das tribos...

... a todos os membros da família, especialmente aos sábios das tribos...

RECONHECIMENTO

**Aos Paiter Suruí de Rondônia, e em especial aos Sábios das Tribos, memoráveis Yobaxara Suruí e Gakaman Suruí.**

... a todos os membros da família, especialmente aos sábios das tribos...

... a todos os membros da família, especialmente aos sábios das tribos...

... a todos os membros da família, especialmente aos sábios das tribos...

## AGRADECIMENTO

Agradeço ao Todo Poderoso Deus de Abraão, por haver me ungido com o Espírito do Senhor, o Espírito de Inteligência e o Espírito de Conhecimento.

Agradeço ainda ao Prof. Dr. José Januário do Amaral, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Rondônia, e a outros nomes significativos para este trabalho, como Ivaneida Dumer e aos demais na equipe da SEDUC / REN em Cacoal, pelo carinho e colaboração sem limite;

A Henrique Suruí, Naray Suruí, Maria Barcelos e demais colaboradores do Fórum *Paiter Suruí* de Rondônia, por virem como atores deste processo investigativo na certeza do sucesso comum a todos. Especial agradecimento aos Sábios das Tribos, os memoráveis Yobaxara Suruí e Gakamam Suruí, nesse esforço conjunto pela sustentabilidade dos Paiterey. Por isso eu dedico este trabalho ao Fórum Paiter Suruí de Rondônia, dividindo com essa instituição e demais centros de pesquisa associados os direitos autorais para efeito de publicação do presente resultado.

A minha orientadora, a Professora Monica Escher, PhD, sem a qual dificilmente atingiria este resultado; e a você Andréa Campi por seu apoio para esta conquista.

Aos Professores Dr. Diosnel Centurion, PhD e Ramón Bruno Fogel, PhD, pelo olhar clínico lançado sobre esta tese; ao Prof. Esp. Francisco Gonçalves Quiles (in memorian), pelo forte apoio para este resultado; e a você que sempre esteve perto para me ajudar nos bons e nos maus momentos... que Deus te abençoe sempre!

À Universidad Autónoma de Asunción, por haver construído esta feliz oportunidade que completa a minha formação em alto nível.



Índice

INTRODUÇÃO ..... 1

1. O contexto e formação do problema ..... 2

2. O que são empresas ..... 3

3. As famílias ..... 6

4. O negócio e a família ..... 7

1. MARCO TEÓRICO, CONCEITUAL E OPERACIONAL ..... 8

1.1. Marco teórico ..... 8

    Governança e a família envolvida ..... 8

    Condições para o crescimento econômico e sustentável ..... 11

    Condições para o sucesso produtivo, econômico e organizacional ..... 13

    Condições para o sucesso desenvolvimental ..... 16

    A teoria da família envolvida ..... 18

    A aplicação da Teoria da Família envolvida ..... 19

    Abordagem sobre o relacionamento entre ..... 21

    Influência das crianças: mentalidade e desenvolvimento dos povos ..... 23

    Educação, modelos de liderança e desenvolvimento da responsabilidade ..... 32

    O crescimento econômico, exemplo de uma empresa: Waterbury ..... 34

    Planejamento econômico na América Ocidental ..... 43

    Gestão da família: sobre a importância cultural, teve um complexo ..... 46

    Uma abordagem de economia indígena ..... 56

    Evolução da família e o ser humano ..... 61

    Aspectos de poder, de valores e de cultura na Empresa Familiar ..... 64

    Aspectos de desempenho da família de empresas familiares ..... 68

    Gestão e controle econômico e financeiro na América Ocidental ..... 71

    Impacto da família no desenvolvimento econômico da empresa familiar ..... 84

**"Ninguém respeita aquilo que não conhece. Precisamos mostrar quem somos nós, a força, a beleza, a riqueza da nossa cultura.**

**Só assim vão entender e admirar o que temos".**

*Wabuá Xavante.*

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
Delineamento e formulação do problema .....	2
Objetivos Propostos.....	5
Justificativa. ....	6
Delimitação e alcance. ....	7
1. MARCO TEÓRICO, CONCEITUAL E OPERACIONAL .....	8
1.1. Marco Teórico .....	8
Generalidades sobre o Ecodesenvolvimento.....	8
Conceitos suplementares sobre ecoturismo e sua relação .....	11
Conceitos envolvendo produtos ecoturísticos e os impactos .....	13
Conceito sobre ecodesenvolvimento. ....	16
A Teoria do Ecodesenvolvimento .....	18
A aplicação da Teoria do Ecodesenvolvimento.....	19
Abordagem sobre o etnodesenvolvimento.....	23
Influência das correntes mentais no etnodesenvolvimento dos povos. ....	23
Endogenia, etnodesenvolvimento e desenvolvimento regionalizado .....	32
O etnodesenvolvimento, complexidade e endogenia Paiter Suruí . ....	34
Planejamento ecoturístico na Amazônia Ocidental. ....	43
Gestão da informação sobre comunidade ecoturística e sua complexidade ....	46
Conceituação do Ecoturismo Indígena .....	56
Evolução conceitual de Empresa Familiar.....	61
Aspectos do poder, domínio e obediência na Empresa Familiar.....	64
Aspectos de Responsabilidade social da empresa familiar.....	68
Elementos impeditores do ecoturismo sustentável na Amazônia Ocidental....	71
Estratégia para modelagem e para a direção de empresa familiar indígena .....	83
Geração de modelo organizacional para empresa familiar indígena.....	83
Subjetividade, positivismo no método e estratégia de cenário nesse trabalho.....	83
Teorização sobre a natureza desta investigação.....	89
Teorização sobre a metodologia para interpretação da endogenia do <i>Paiter Suruí</i> .....	90



1.2 Marco Conceitual e Marco Operacional.....	92
1.3 Hipóteses .....	93
Hipótese de Pesquisa .....	93
Hipóteses Alternativas .....	94
2. METODOLOGIA .....	95
2.1 Metodologia e técnicas propostas para esta investigação.....	95
Influência de obstrutores ao longo do processo investigativo .....	93
Aspectos éticos nesta pesquisa qualitativa.....	99
População e Amostra .....	101
Técnicas de Coleta de dados .....	106
Enquete e entrevistas .....	107
Observação direta .....	107
Oficinas de trabalho .....	108
Técnicas dos recursos da foto-etnografia neste trabalho.....	109
Tipo e Método de Estudo.....	110
Metodologia de pesquisa envolvendo ecoturismo em Reserva Indígena .....	111
Abordagens sobre o ambiente científico desta pesquisa.....	114
Estratégias deste trabalho de tese doutoral .....	122
Construção da Articulação entre marco teórico e o objetivo .....	127
O teste de validação dos resultados .....	130
3. RESULTADOS, DISCUSSÃO E ANÁLISE.....	133
3.1 Diagnostico da realidade sociocultural indígena Paiter <i>Suruí</i> .....	133
Interpretação etnológica do patrimônio Paiter <i>Suruí</i> .....	140
A etnobiologia e os saberes alimentares Paiter <i>Suruí</i> .....	144
A etnobiologia do Paiter <i>Suruí</i> na relação com o animal.....	148
Interpretação dos movimentos de minorias indígenas na Amazônia. ....	155
A relação monetária e a mobilização para a inclusão étnica na Amazônia ....	160
Relação territorial, espacial e étnica Paiter <i>Suruí</i> .....	167
Afirmação da índole guerreira do povo Paiter <i>Suruí</i> .....	176
Aspectos antropológicos do patrimônio .....	185
Arrazoado da forma na cultura Paiter <i>Suruí</i> .....	189
Análise funcional do patrimônio sociocultural do povo Paiter .....	199
Valores básicos, sistema lógico Paiter <i>Suruí</i> e a forma de violação .....	202
Crenças religiosas e os mitos do povo Paiter <i>Suruí</i> .....	208

Tradição do povo Paiter Suruí.....	216
Costumes do povo Paiter Suruí.....	217
Estilo de vida do povo Paiter Suruí.....	219
Padrão comportamental do povo Paiter Suruí.....	220
Padrão de vestuários do povo Paiter Suruí.....	222
Sentido de organização do tempo do povo Paiter Suruí.....	224
Atitude do povo Paiter Suruí com relação a estranhos.....	227
3.2 Idealizadores para a Empresa Familiar Indígena.....	230
Idealizadores relacionados ao atrativo espacial.....	234
Idealizadores quanto à Capacidade de Carga na Empresa Familiar Indígena.....	239
Idealizadores para medida Antimarketing contra a degradação.....	242
Idealizadores sobre desempenho de um trilheiro.....	246
O trilheiro, ou guia para ecoturismo e o especialista da selva.....	247
Idealizadores Operacionais.....	254
3.3 Cenário Estratégico para a Empresa Familiar Indígena.....	255
Aplicação da Análise SWOT para o traçado orgânico da Empresa Familiar Indígena.....	256
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	266
Conclusões sobre os obstáculos com a presença do “Anhangüera” entre os tribais.....	266
O funcionamento do sistema de controle racial.....	270
A mescla avança, e a tradição do indígena recua significativamente.....	272
Conclusão sobre o alcance dos objetivos específicos e geral.....	273
Conclusões sobre as respostas às perguntas de pesquisa.....	278
Recomendações.....	279
REFERÊNCIAS.....	284
ANEXOS.....	290
Anexo 1 - Consulta para a Escala em Veiga (2000).....	291
Anexo 2.- Análise em confronto com a Teoria do Ecodesenvolvimento em Sachs.....	292
Anexo 3 - Medidas a serem seguidas mediante aplicação do Ecodesenvolvimento....	293
Anexo 4 - Estratégia de desenvolvimento sustentável em Sachs (1986). .....	294
Anexo 5 - Quadro de Análise do etnodesenvolvimento Paiter Surui em Stavenhagen(1984). .....	295



Anexo 6 - Contribuição à Lei do Ecoturismo e da Atividade em Zona Rupestre do Estado da Bahia.....	296
Anexo 7 - Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Publicado no Diário Oficial de 21 de dezembro de 1973.....	306

### LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
DSEI	Departamento de Saúde Indígena do Ministério da Saúde
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis e da Amazônia Legal.
LACED	Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PENUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNE	Programa Nacional do Ecoturismo
REN	Representação de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura em Cacoal
SEDUC	Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Rondônia
IES	International Echotourism Society
UAA	Universidad Autónoma de Asunción
UNCED	United Nations Council for Environmental Development
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Receptivo Ecoturístico pelo Povo <i>Massai</i> .....	10
Figura 2 - A Meio Ambiente do Povo <i>Paiter Suruí</i> em Rondônia .....	15
Figura 3 - Aldeia Lapetânia do Povo <i>Paiter Suruí</i> .....	15
Figura 4 - Sistema Límbico .....	24
Figura 5 - Crianças da Etnia <i>Massai</i> , no parque Nacional do Quênia-Africa .....	25
Figura 6 - Presidente Evo Morales Yama, da etnia <i>Yamaras</i> na Bolívia .....	36
Figura 7 - Convulsão Social na Bolívia presidida por Evo Morales Yama .....	36
Figura 8 - Movimento Indigenista em Rondônia .....	37
Figura 9 - Lideranças <i>Paiter Suruí</i> .....	37
Figura 10 - Guerreiros da etnia <i>Zulu</i> paramentados .....	38
Figura 11 - Campo de concentração no conflito étnico no Sudão .....	39
Figura 12 - Vista aérea da Cidade de Cacoal, Estado de Rondônia.....	43
Figura 13 - Campo natural de orquídeas em Rondônia.....	48
Figura 14 - Zoneamento econômico – Ecológico de Rondônia e a RISS.....	48
Figura 15 - Agroindústria em Rondônia .....	56
Figura 16 - Territórios Indígenas no Brasil .....	57
Figura 17 - Mapa das Unidades de Conservação no Brasil .....	57
Figura 18 - Sede da Empresa Familiar Honda Motor Company Limited .....	67
Figura 19 - Estalagem Ecoturística Estilizada em Montain Extreme .....	70
Figura 20- Município de Bonito, modelo próprio de ecoturismo .....	76
Figura 21 - Ecoturismo em Goiás Velho, Centro Oeste Brasileiro .....	76
Figura 22 - A canoagem em Rondônia .....	82
Figura 23 - Representação gráfica da construção metodológica .....	124
Figura 24 - Articulação Metodológica Genérica em Baron (2005) .....	128
Figura 25 - Revelação do Patrimônio Sociocultural <i>Paiter Suruí</i> .....	135
Figura 26 - Região dos Bálcãs, cenário de conflitos etnocentros .....	143
Figura 27 - Tatupeba, da etnofauna <i>Paiter Suruí</i> .....	154
Figura 28 - Localização do Município de Cacoal .....	172
Figura 29 - Situação fundiária indígena no Estado de Rondônia .....	172
Figura 30 - Maloca de taipa rudimentar dos povos <i>Massai</i> , no Quênia .....	191
Figura 31 - Corredeiras representativas da Mãe Natureza .....	191
Figura 32 - Maloca tradicional .....	192



Figura 33 - Residência construída com madeira .....	192
Figura 34 - Estabelecimento de ensino indígena na Aldeia <i>Paiter Suruí</i> .....	197
Figura 35 - Sede da organização não governamental, forum <i>Paiter Suruí</i> .....	198
Figura 36 - Dança dos homens <i>Paiter Suruí</i> .....	201
Figura 37 - Ganeã, objeto artesanal de palha <i>Paiter Suruí</i> .....	201
Figura 38 - Escola indígena com arquitetura inadequada na Aldeia .....	208
Figura 39 - Povo <i>Paiter Suruí</i> paramentado para o ritual de sua tradição .....	213
Figura 40 - Comemoração do <i>Roday (Colheita)</i> .....	216
Figura 41 - Preparo da <i>Iatir (Macaloba ou Chicha)</i> .....	217
Figura 42 - Sábio de uma aldeia <i>Paiter Suruí</i> .....	218
Figura 43 - Tradição da nudez física mantida entre os <i>Paiter Suruí</i> . .....	223
Figura 44 - Jovem estudante universitário <i>Paiter Suruí</i> .....	224
Figura 45 - Primeiros contatos entre os <i>Paiter Suruí</i> .....	229
Figura 46 - Cenário geral em SWOT para a Empresa Familiar Indígena .....	232
Figura 47 - Cenário específico em SWOT para Empresa Familiar Indígena .....	237
Figura 48 - Cenário de decisão participativa entre os <i>Paiter Suruí</i> .....	238
Figura 49 - Análise Perspectiva Setorial Instantânea .....	239
Figura 50 - Idealizadores da diversidade de Usos de Ecoturismo Indígena .....	241
Figura 51 - Rondônia selvagem .....	244
Figura 52 - Perspectiva dos produtos ecoturísticos .....	253
Figura 53 - Interpretação do Ciclo de Vida do Negócio Ecoturístico.....	259
Figura 54 - Interpretação dos Fatores do <i>Antimarketing</i> .....	259
Figura 55 - <i>Habitat</i> do nativo não-índio .....	260

Quadro 21 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 7 .....

Quadro 22 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 8 .....

Quadro 23 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 9 .....

Quadro 24 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 10 .....

Quadro 25 - Ciclo de Vida do Negócio *Paiter Suruí* em Agradão (1997) .....

Quadro 26 - Ciclo de Vida do Negócio do Povo *Paiter Suruí* .....

Quadro 27 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 11 .....

Quadro 28 - Fatores críticos para a Empresa Familiar Indígena .....

Quadro 29 - Fatores críticos em Branco et al. (1999) .....

Quadro 30 - Idealizador do Setor de Indústria .....

Quadro 31 - Análise do Setor de Indústria .....

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sistema Límbico e a complexidade.....	25
Quadro 2 - Natureza do Planejamento em turismo.....	45
Quadro 3 - Interface da Empresa Familiar .....	64
Quadro 4 - Políticas sociais financiadas pelo Estado na Inglaterra .....	65
Quadro 5 - Doze empresas familiares multinacionais .....	66
Quadro 6 - Vantagens Competitivas.....	89
Quadro 7 - Relação das ciências do <i>Front</i> Teórico .....	126
Quadro 8 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 1.....	136
Quadro 9 - Escala e aferição correspondente ao Quadro 3 .....	137
Quadro 10 - Demonstrativo da elaboração do teste .....	141
Quadro 11 - Biopirataria Etnobotânica .....	144
Quadro 12 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 2.....	146
Quadro 13 - Saberes Etnobotânicos Alimentares Paiter Suruí.....	148
Quadro 14 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 3.....	154
Quadro 15 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 4.....	159
Quadro 16 - Histórico da cobiça da áreas indígenas brasileiras .....	160
Quadro 17 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 5 .....	166
Quadro 18 - Organizações indigenistas do Norte do Brasil .....	167
Quadro 19 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 6 .....	175
Quadro 20 - Terras indígenas no Brasil, ano base 1996 .....	175
Quadro 21 - Tratamento da Hipótese 1 e confronto com variáveis .....	176
Quadro 22 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 7.....	185
Quadro 23 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 8 .....	189
Quadro 24 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 9.....	202
Quadro 25 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 10.....	214
Quadro 26 - Cinco dos Mitos Paiter Suruí em Mindlin (1997) .....	215
Quadro 27 - Cinco dos Rituais da Tradição do Povo Paiter Suruí.....	229
Quadro 28 - Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 11 .....	233
Quadro 29 - Idealizadores para a Empresa Familiar Indígena .....	234
Quadro 30 - Princípios em Brawell et all (1996).....	236
Quadro 31 - Idealizador do Sistema de Informação .....	240
Quadro 32 - Análise dos tipos de carga .....	242



Quadro 33 - Análise Perspectiva do Ciclo de vida do Negócio Ecoturístico .....	244
Quadro 34 Conexão dos Setores .....	245
Quadro 35 - Princípios para o Ecoturismo Sustentável .....	255
Quadro 36 - Idealizadores Estratégicos em Tiffany (1999) .....	260
Quadro 37 - Estatística do Ensino Fundamental e Médio do Povo Paiter Suruí .....	261
Quadro 38 - Pontos Fortes e Pontos Fracos em SWOT .....	261
Quadro 39 - Ameaças e Oportunidades em SWOT .....	262
Quadro 40 - Simulação quanto à Estrutura da Empresa Familiar Paiter Suruí .....	262
Quadro 41 - Simulação quanto aos mercados .....	263
Quadro 42 - Simulação quanto à Relacionamento.....	264
Quadro 43 - Simulação quanto à Finanças I .....	265
Quadro 44 - Simulação quanto à Finanças II .....	265
Quadro 45 – Simulação quanto aos dados estratégicos .....	274
Quadro 46 - Conclusão do diagnóstico – Objetivo Específico 1.....	275
Quadro 47 - Conclusão do diagnóstico – Objetivo Específico 2.....	278
Quadro 48 - Resposta a pergunta de pesquisa 1.....	278
Quadro 49 - Resposta a pergunta de pesquisa 2.....	279
Quadro 50 - Resposta a pergunta de pesquisa 3.....	280

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Somatório de respostas.....	138
Tabela 2 - Quantitativo de respostas.....	138
Tabela 3 - Percentuais médios das respostas.....	138





## RESUMO

A integração indígena à civilização brasileira continua um paradoxo crítico, com soluções adiadas, enquanto as vítimas continuam sendo os excluídos. Reduzido à condição de incapaz, o indígena brasileiro está subjugado ao Estatuto de Índio, um instrumento normativo gerado na época da ditadura militar que assolou o Brasil. Esta norma de controle sobre os indivíduos há muito deveria estar banida do país, pois a retenção de populações em espaços denominados de Reserva Indígena, além de remeter aos conceitos de campos de concentração nazifascistas, depõe contra a essência dos Direitos Humanos, senão considere a miséria a que está reduzido o índio. Este quadro enseja a busca pela realidade do povo *Paiter Suruí*, como referência, em uma investigação voltada para a inclusão por meio do ecoturismo. Esta comunidade dos excluídos também perde a capilaridade da riqueza presente, pois o seu território se degrada pelas queimadas ou pela química da agricultura vizinha. E a Ciência da Gestão de Empresa poderá oferecer subsídios para reverter o absurdo, enquanto focaliza benefícios substantivos. É considerada a multidisciplinaridade envolvendo o etnodesenvolvimento e a Teoria do Ecodesenvolvimento, aplicando o Método do Estudo de Caso. A perspectiva é subsidiar um cenário para a exploração do ecoturismo indígena na Reserva Sete de Setembro, através de uma Empresa Familiar Indígena, gerenciada pelas lideranças tradicionais. O empreendimento terá como produto o patrimônio imaterial indígena e a beleza cênica de suas terras, associados às técnicas de gestão. O talento guerreiro dos *Paiterey* o fará ressurgir, diante da sociedade que os marginaliza, para trazer um exemplo de estratégia para o desenvolvimento regionalizado na Amazônia Ocidental. Se forem decididos pela praticidade, os efeitos substantivos previstos ensejarão a promoção socioeconômica, com geração de renda própria e integração sustentável em uma modelagem inédita no Brasil.

**Palavras-chave:** Administração; Ecoturismo indígena; Empresa familiar. Etnodesenvolvimento. Gestão.



## ABSTRACT

The aboriginal integration to the Brazilian civilization continues a critical paradox, with postponed solutions, while the victims continue being the excluded ones. Reduced to the condition of incapable, the Brazilian aboriginal is considered part of the Statute of Indian, a generated normative instrument at the time of the military dictatorship that devastated Brazil. This norm of control on the individuals should have been banished from the country, because the retention of populations in spaces designated as Aboriginal Reserve, besides reminding the concept of a sort of nazifascists concentration camps, is laid out against the essence of the Human Rights, ignoring the appalling status the Indian has been reduced to. This picture tries to unveil the reality of the Paiter Suruí people, as reference, in an inquiry directed toward their social inclusion through the so called ecotourism. This community has also lost their main source of wealth, as its habitat has been destroyed by the forest fires or by the agrotoxics of the neighbor's agriculture. Meanwhile, it is believed that a Company which operates in their midst will be able to offer subsidies to revert this absurdity, while it focuses on substantive benefits. The focus of this study stems from a multidisciplinary approach, involving both etnodevelopment and ecodevelopment theory, applying a case study type of research. The research was carried out through an exploration of the aboriginal echotourism in Sete de Setembro Reserve, through an Aboriginal Familiar Company, managed by traditional leaders. The enterprise aimed to take advantage of the aboriginal immaterial patrimony, a scenic beauty of their lands, coupled with managerial techniques with new model in Brazil.

**Keywords:** Administration; Aboriginal Echotourism; Business; Etnodevelopment; Familiar company.

## RESUMEN

La integración del indígena a la civilización brasileña continúa una paradoja crítica, con soluciones pospuestas, mientras que las víctimas continúan siendo los excluidos. Reducido a la condición de incapaz, el indígena brasileño se considera parte del estatuto del indio, un instrumento normativo generado a la hora de la dictadura militar que a devastado Brasil. Esta norma del control en los individuos debe ser eliminada del país, porque la retención de poblaciones en los espacios señalados como reserva indígena, además de recordar el concepto una clase de campo de concentración de los nazifascistas, se presenta contra la esencia de los derechos humanos, no haciendo caso del estado espantoso que han reducido al indígena. Este cuadro intenta revelar la realidad de la gente Paiter Suruí como referencia. Con este trabajo se busca la inclusión social a través de la industria del ecoturismo como se proyecta en esta investigación. Esta comunidad también ha perdido su fuente principal de abundancia, pues su hábitat ha sido destruido por los incendios forestales o por el agrotóxicos de la agricultura empresarial del vecino. Mientras tanto, se cree que una empresa que funciona en su medio podrá ofrecer subsidios para invertir esta absurdidad, mientras que se centra en ventajas substantivas. El foco de este estudio proviene un acercamiento multidisciplinario, implicando el etnodesarrollo y la teoría del ecodesarrollo, aplicando un tipo de estudio de caso. La investigación fue realizada con una exploración del turismo ecológico indígena en Reserva Sete de Setembro, como una Empresa Familiar, manejada por los líderes tradicionales. La empresa apuntó aprovecharse del patrimonio inmaterial indígena, una belleza escénica de sus tierras, juntada con técnicas directivas en modelaje inédita en Brasil.

Palabras claves: Administración; Ecoturismo indígena; Empresa familiar; Etnodesarrollo; Gestión.



## INTRODUÇÃO

A Universidad Autónoma de Asunción possui no seu Curso de Doutorado em Gestão de Empresas a Linha de Pesquisa sobre Empresas Familiares, aberta a uma investigação científica relacionada ao Ecoturismo Indígena gerenciado pelas lideranças tribais. Esta relação ambiental tem diversificado os estudos em Administração, suscitando aqui uma tese na qual focaliza a integração do povo da floresta ao mundo empresarial. Este povo está estabelecido no Município de Cacoal, Estado de Rondônia, na Amazônia Ocidental Brasileira. O silvícola no Brasil encontra-se subjugado pelo Estatuto do Índio, mas também está vinculado ao meio ambiente, pois sendo ele um humano selvagem, foi-lhe outorgada uma área que a legislação classifica como Reserva Indígena, e que poderia ser gerenciada adequadamente. Os tribais extraem deste espaço parte da sua subsistência, porém um estudo responsável poderia indicar suplemento mediante atividade ecoturística exótica associada à sua cultura tradicional, agora explorada por uma Empresa Familiar sob a gerência das lideranças clânicas. Com este empreendimento lucrativo poderiam dispensar uma série de medidas de apoio institucional, enquanto estariam resgatados da humilhação tutelar do Estado, que não possui condições econômicas para mantê-los. Neste delineamento é oferecido o presente documento no qual, após esta introdução, traz uma problematização com o indicativo de tema a ser abordado, os objetivos propostos e a formulação de perguntas. Em seguida vem uma justificativa para esta reflexão; segue um marco teórico envolvendo o contexto histórico, conceitos-chave e suplementares. Aponta algum paradigma fundamental, trata da metodologia e técnica possíveis para uma intervenção desta natureza, indicando hipóteses a serem consideradas. Oferece resultado com discussão e análise crítica; apresenta os idealizadores estratégicos, e um cenário como modelo de intervenção. O documento é desta forma consolidado com a conclusão, as recomendações, referências bibliográficas e os anexos.

### **Delineamento e formulação do problema**

Segundo Gil (1994), um problema é uma questão que se encontra sem solução e que se torna objeto de discussão em uma área científica. A questão da inclusão de povos clânicos na gestão do negócio ecoturístico deverá ser objeto de discussão no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Para Kerlinger (1980, p. 35), um problema mostra uma situação pendente de discussão, investigação, decisão ou solução. É como se pretende tornar substantivo com esta proposição, conhecendo a estrutura da realidade concreta para, seguindo pesquisa na relação da gestão sustentável, trazer uma discussão pendente de tratamento que é a inclusão do índio estabelecido na Amazônia Ocidental ao etnodesenvolvimento no Brasil.

Descritos na legislação como elemento incapaz ou relativamente capaz, a depender do grau de integração, o elemento índio sofre no Brasil as conseqüências de uma falta de política pública voltada para a sua inclusão na civilização, sem que com isso venha a perder os seus atributos essenciais. É comum os noticiários regionais apontarem que o Estado brasileiro não possui condições econômicas suficientes para sustentar os povos clânicos; enquanto a Fundação Nacional do Índio vem se esforçando para atender a uma série de itens das necessidades dos tribais, estes se encontram de fato em extrema pobreza; é público e notório casos de doenças entre idosos e crianças, falta de alimento na floresta castigada por queimadas e pelo desflorestamento irresponsável que extingue os animais que serviriam de alimento para estes indivíduos. Outrossim, diversas tribos estão em extinção, como é o caso do clã Akuntsu, também estabelecido no Estado de Rondônia, que conta hoje com apenas cinco integrantes. Agentes químicos da atividade agroindustrial estabelecida no entorno de Reservas Indígenas vêm reduzindo cada vez mais os produtos da pesca esperada pelos silvícolas.

Algumas tribos reagem aos obstáculos econômico-financeiros praticando atividade de exploração madeireira associadas a empresários inescrupulosos, que os enganam



para roubar-lhe o produto e praticar delitos ambientais, dentre outros, conforme apanhado inicial para tratamento primário do assunto. Esclarecimentos prévios indicam que existem clãs que efetuam a exploração de minérios, como os diamantes, abundantes na Reserva da Tribo *Cinta Larga*, igualmente situada no Estado de Rondônia; mas o faz à revelia do Poder Público Federal, sem registro adequado, porquanto são inaptos para tal atividade. Registros policiais apontam que alguns índios, por se envolverem com mineradores em prática de derrame, terminam atingidos por episódios sórdidos, como assassinios de garimpeiros e de indígenas no entorno desta empreitada ilícita.

Apropriação exordial documenta que o povo *Paiter Suruí*, a ser focalizado nesta investigação, vem sobrevivendo de cestas básicas doadas pela Fundação do Índio, por meio da Diretoria Regional sediada na Cidade de Cacoal. Recebe ainda donativos repassados por Organizações Não-Governamentais de assistência a desvalidos, que são sediadas no exterior, com intenções insuficientemente esclarecidas entre os indígenas brasileiros. Os autóctones desenvolvem também atividade pesqueira em cativeiro, orientada por oficina de sustentabilidade, e reforçam suas finanças com o comércio artesanal em loja instalada no Terminal Rodoviário de Cacoal. Existem diversos jovens das suas tribos realizando cursos superiores de graduação em Turismo, Pedagogia, Biologia e Licenciatura em Letras, que são oferecidos por faculdades situadas na Região; porém, o povo *Paiter Suruí*, como todos os indígenas brasileiros, se sujeita aos impedimentos decorrentes de problemas mal interpretados que exigem esclarecimento e resolução.

Observação primária para admissão de pesquisa aponta que o Povo *Paiter Suruí* dispõe muito mais que o espaço geográfico, como a Reserva Sete de Setembro e tudo que está ao redor. Este clã possui uma substancial riqueza ambiental a ser gerenciada por meio da sustentabilidade induzida, atividade esta que não vem se desenvolvendo nos dias atuais por falta de orientação técnica e método apropriado. E a primeira pergunta que se formula nesta

proposta é: como efetuar a gestão do negócio ecoturístico na Reserva demarcada do clã *Paiter Suruí*?

O povo *Paiter Suruí* recebeu do Governo Federal o título de demarcação de suas terras, assim descrita como uma ampla área mapeada onde existe um potencial em capacidade de ecoturismo. Nesta geografia se encontra uma floresta de beleza ímpar a ser gerenciada; predomina o embelezamento cênico natural com vários rios, riachos, cachoeiras, vales e trilhas ecológicas dentro de uma área que poderia estar intocada; registra-se ali o enriquecimento com diversas plantas e animais silvestres em uma biologia substancial não catalogada.

Os atributos naturais ensejariam a visitação para atividade científica e cultural, bem como para o lazer e entretenimento. Soma-se a esta expectativa a própria cultura *Paiter Suruí* a ser preservada e outros atributos artificiais a serem todos levantados. Por outro lado não se tem informa o quanto às reais condi oes em que poderia o referido cl  gerenciar tal patrimônio que lhe foi posto   disposi o.

O tema investigativo está constituído na Ciência Gerencial, para ser tomado como objeto de tratamento. É caracterizado o estado da arte, uma metodologia orienta o preparo, o problema segue interpretado e o resultado oferecido, mediante uma Linha de Pesquisa da Universidad Aut noma de Asunción. Está decidido por avançar um trabalho de pesquisa qualitativa, que foi iniciado no Curso de Mestrado em Gestão de Negócio, da Universidade Federal de Santa Catarina, a fim de incrementar *constructos* essenciais, agora em nível de doutorado. O aporte será o convênio existente entre a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no Brasil e a Universidad Aut noma de Asunción (UAA), na Republica del Paraguay. A temática se volta para o Desenvolvimento Regional na Amazônia, um dos objetivos institucionais da primeira convenente. O título desta investiga o   “Gestão



Sustentável de Empresa Familiar: Estudo de caso focalizando o ecoturismo indígena a ser gerenciado pelo povo *Paiter Suruí*, na Região de Cacoal, Estado de Rondônia”.

Perguntas a serem respondidas: Qual o diagnóstico que se constitui sobre a realidade do Povo *Paiter Suruí* da Região de Cacoal, no Estado de Rondônia? Quais os idealizadores de métodos e técnicas gerenciais para a Empresa Familiar *Paiter Suruí*? Qual o cenário que subsidiaria um empreendimento ecoturístico na Reserva Sete de Setembro do povo *Paiter Suruí*?

### **Objetivos Propostos**

A exposição ora tratada permite propor um trabalho focalizando a comunidade indígena *Paiter Suruí*, estabelecida Região de Cacoal, no Estado de Rondônia, para a gestão sustentável e auto-suficiência econômica, apontando um objetivo geral e três objetivos específicos. O Objetivo geral é analisar a gestão sustentável de uma empresa familiar ecoturística, a ser administrada pelo povo indígena *Paiter Suruí* com a sua endogenia para a integração e etnodesenvolvimento. Como objetivos específicos são propostos os seguintes:

- 1) Diagnosticar a realidade sociocultural indígena *Paiter Suruí*, para a sua integração por meio da atividade ecoturística.
- 2) Estabelecer idealizadores estratégicos para subsidiar a gestão do ecoturismo indígena, respeitando a sua endogenia.
- 3) Propor um cenário de Empresa Familiar Indígena, para a atividade ecoturística, com o gerenciamento pelas lideranças *Paiter Suruí*

### **Justificativa**

Se, por um lado, uma iniciativa pela gestão própria permite a capacitação, por outro a sociedade global busca elementos inovadores para o lazer e entretenimento; este estudo adota a visão integracionista. O encontro com a natureza intocada representaria um atrativo essencial para atender demanda turística e de hospitalidade. E os Senhores da Natureza são verdadeiramente os especialistas da selva, principalmente na venda de imagem do belo e lúdico que encantam um visitante. Aqui a sociedade hodierna re-aprenderá sobre o valor da íntima relação com o Ser Ambiental, expressa historicamente em registros como o a seguir:

“E o que resta da vida, se um homem não pode ouvir um choro solitário de uma ave ou o debate dos sapos ao redor de uma lagoa, à noite? Eu sou um Homem Vermelho e não compreendo. O índio prefere o suave murmúrio do vento encrespando a face do lago, e o próprio vento, limpo por uma chuva diurna ou perfumado pelos pinheiros. O ar é precioso para o Homem Vermelho, pois todas as coisas compartilham o mesmo sopro - o animal, a árvore, o homem, todos compartilham o mesmo sopro. Parece que o homem branco não sente o ar que respira. Como um homem agonizante há vários dias é insensível ao mau cheiro”. (Trecho de uma Carta enviada por um líder do Clã Pele Vermelha a um Presidente americano).

Embora a percepção inserida acima seja pela relação com a natureza, o trecho aponta um clamor histórico por uma integração do homem com o meio ambiente, propício para o aprendizado de troca entre a civilização moderna e as comunidades tradicionais indígenas, na forma proposta nesta tarefa. Com este arrazoado é que se justifica um trabalho

no gênero, buscando, com os objetivos apontados acima, prover os meios para subsidiar a reversão de uma situação atual vivenciada pelos povos clânicos brasileiros, na direção de benefícios reais e substantivos, com o apoio da Ciência da Gestão de Empresas propiciada pela Universidad Autónoma de Asunción, na Republica del Paraguay.

### **Delimitação e Alcance**

O presente trabalho investigativo de tese abrange um campo delimitado no objetivo proposto. Em face da sua complexa abordagem, poderá admitir elementos situados no entorno do processo investigativo, desde que venham a contribuir para solução do problema de pesquisa, sem ultrapassar o estado da arte. Nesta conduta de raciocínio, o contexto geográfico do estudo é a Região de Cacoal, no Estado de Rondônia; a população a ser envolvida é aquela estabelecida na Reserva Sete de Setembro, cujo posicionamento físico será identificado em campo próprio desta tarefa.

A temática é identificada, e o tratamento científico é o contextualizado no capítulo afim. O cenário investigativo onde será travado o esforço para resultados é o mesmo identificado em tópico próprio desta tarefa. O paradigma está entre o povo Massai, do Parque Nacional do Quênia, no Continente Africano, em sua atividade ecoturística modelar; oferece uma visão interpretativa funcional neste trabalho. A abrangência limita-se ao capital imaterial do indígena, o significado da tradição dos povos da floresta, e a sua contribuição para o ecoturismo com cultura em ambiente selvagem. Será associada ao fenômeno de integração, na via do etnodesenvolvimento, no espaço da Amazônia Ocidental Brasileira.



## 1. MARCO TEÓRICO, CONCEITUAL E OPERACIONAL

Neste capítulo serão tratados os marcos teóricos, conceitual e operacional deste trabalho de pesquisa, concentrando percepção em uma abordagem compatível para a temática e permitindo a geração de uma complementaridade que atenda ao interesse científico da endogenia prevista nesta tarefa. Embora as publicações sobre a evolução econômica e administrativa entre os povos tribais sejam escassas, a construção metodológica traçada aqui irá oferecer, sem dúvida, um norte para restauração desta carência. Será exposto em item próprio o desenho que promoverá o surgimento de um tratado primário, mas com uma consistência supletiva que conduza a interpretação do processo. Variados autores oferecem substância teórica e conceitual para uma pesquisa desta natureza, porém neste capítulo estão contidos os conceitos basilares, cumprindo a circularidade imprescindível em uma pesquisa qualitativa de foco descritivo.

### 1.1. Marco Teórico

#### **Generalidades sobre o Ecodesenvolvimento**

Segundo Boeira, citado em Pedro Filho (2004), a Teoria do Ecodesenvolvimento inclui a visão sistêmica, onde se busca paradigma para a compreensão da complexidade que envolve as suas variáveis. Nesta visão holística, o ecoturismo participativo compatibiliza a força do homem, de sorte que a interdependência das partes complementa o conceito do todo, resultando no desenvolvimento social, econômico e ambiental. No caso das comunidades indígenas estabelecidas no Município de Cacoal e no seu entorno, haveria possibilidade de sistematizar a sua inclusão, com base no preparo delas para a atividade ecoturística exótica, na qual se explora os atrativos selvagens associados à cultura, lazer e entretenimento;

enquanto isso, os povos clânicos são integrados à economia regionalizada com a qualidade de vida em perspectiva usufruindo dos atrativos presentes na natureza.

Os Atrativos Presentes na Natureza em Cooper et al. (2001) englobam o clima, vegetação, florestas, paisagens, animais selvagens e outros afins a serem apresentados pelos índios residentes ao visitante na selva da Amazônia Ocidental. Os Atrativos de Natureza Artificial são produtos da história e cultura popular, relacionando aqui o artesanato e outros produtos dos tribais. Middleton (2002) estabelece que os produtos ecoturísticos, por estarem presentes na natureza, terão os seus compostos associados à qualidade ambiental. Por esta razão é que programas de capacitação para atividades em espaços naturais devem vir associados à educação ambiental do visitante.

Pedro Filho (2004) afirma que em países que primam pela conservação dos atrativos naturais, a corrida exploratória aos sítios intocados encontra limite na legislação e no planejamento do uso da terra, conforme Cooper et al. (2001). Esse registro remete a princípios conservacionistas e preservacionistas para a transformação de bens naturais em produtos ecoturísticos, sem afrontar a norma reguladora.

O povo *Massai* estabelecido na África vem provocando uma inovação essencial no conceito de turismo ecológico, merecendo vir como o paradigma registrado nesta tarefa. Recebe visitante em atividades científicas e de turismo na sua terra demarcada, o Parque Nacional do Quênia, conforme Figura 1. Ali o interessado deixa a remuneração que as lideranças tribais treinadas utilizam para manter o meio ambiente rigorosamente conservado, oferecer subsistência integral aos componentes clânicos e sustentar uma ação gerencial de qualidade sem adular a sua cultura originária.

A atividade econômica *Massai* não deixa de ser compreendida por autores consagrados como Goeldner et al. (2002); para estes pesquisadores, o Turismo é a soma dos fenômenos e relações oriundas da interação de turistas, empresas, governos locais e

comunidades anfitriãs. Segundo eles, turismo é ainda um composto de atividades e setores que proporcionam viagem, incluindo empresas de transporte, hospedagem, alimentação, compras, entretenimento e outros serviços de hospitalidade, exatamente como se configuram nos dias atuais entre estes referidos silvícolas africanos.

Figura 1: Receptivo ecoturístico pelo povo Massai no Parque Nacional do Quênia – África.



Fonte: Internet de domínio público em página não catalogada.

Turismo, como o ecoturismo exótico ora evidenciado, é também a soma das despesas do visitante dentro das fronteiras de um país ou local, considerando o conceito econômico. A Embratur (2003) não difere no conceito goeldneriano ao aplicar uma visão estritamente mercantilista ao Turismo. Para este organismo, o Turismo é um conjunto de transações, como a compra e venda de bens e serviços ao visitante. A similitude desce aqui, como se presume, com a venda de artesanatos pelo clã *Paiter Suruí*, atividades de lazer e entretenimento como aquelas possíveis de ser oferecidas ao visitante de forma remunerada; são práticas de canoagem, caminhadas por trilhas selvagens, observação de pássaros e outras evidenciadas para uma consideração primária; além de atividades científicas e culturais em



convênio e parceria, a ser remuneradas por centros de pesquisa e organismos interessados no eixo da Antropologia, Meio Ambiente, Turismo e outras ciências.

A presente proposição traz premissas consideradas fundamentais para a consolidação do marco teórico; e o conceito chave deve ser o de Ecodesenvolvimento que subsidiará o moderno etnodesenvolvimento, enquanto este não for explicitado na sua amplitude; esta lógica advém do foco temático situado na circularidade do ambiental com a Antropologia em suporte na Ciência Gerencial. Não poderia ser divergente, pois a relação envolve negócio com o ecoturismo, povo clânico tradicional e a atividade empresarial vislumbrada nesta investigação, o que requer suplementação na fase doutrinária, como se depreende no marco conceitual a seguir.

### **Conceitos suplementares sobre ecoturismo e sua relação**

Agregados conceituais serão ingressados no presente estudo, suplementando o que se refere especificamente ao ecoturismo. Sendo esta uma área diretamente relacionada ao desenvolvimento sustentável, cabem referências a estudiosos comprometidos com o turismo e meio ambiente, na forma mandamental da ética.

Arrazoados de estudiosos na área de negócio ecoturístico serão trazidos a este contexto. Merece registro o conceito de Srour, citado em Ruschmann (1997), quando se refere à forma de ocupação das riquezas e comenta sobre a responsabilidade social, afirmando a necessidade de parceria entre os agentes produtivos e os residentes. Invoca a conservação não predatória; mostra também a necessidade de participação de todos nas decisões do planejamento, induzindo aos primeiros ensaios sobre a instauração do processo decisório coletivo.

O tratado em Srour, citado em Ruschmann (1997), não diverge de Alencastro, lembrado em Lemos (2001), quando afirma que é possível a construção de métodos de

intervenção planejada; para ele, os que somente se preocupam com o lucro geralmente tendem a ter menos consciência do grupo; ficam fascinados com a preocupação monetária e, portanto, pouco importa para eles o que ocorre com a comunidade e muito menos com a sociedade. Oferece posicionamento relevante para intervenção, implantação de estrutura e estratégia de ajuste entre a atividade turística e o Ser Ambiental.

Para o Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis, o Ser Ambiental pode ser natural ou artificial (Ibama, 2001). O Ser Ambiental natural é o intocado, inexplorado pelo homem e geralmente selvagem; o Ser Ambiental artificial é o construído com os recursos da engenharia, nas técnicas de urbanismo e dos ajustes arquitetônicos que caracterizam um *design* metropolitano. Este é um conceito relativo, pois um indivíduo oriundo do ambiente selvagem poderia qualificar uma metrópole como sendo uma selva de pedras. Aqui desce o conceito do embelezamento do Município de Cacoal, no Estado de Rondônia, para encantar o visitante desde a sua chegada, até a entrada na Reserva Sete de Setembro, do povo *Paiter Suruí*, trafegando por uma estrada temática.

A atuação empresarial é relacionada à qualificação para os núcleos de viagens e de hospitalidade, podendo não representar demanda de “recursos educacionais” ou “qualificação” para estes dois núcleos estratégicos. Mas Cooper et al. (2001, p. 237) adicionam que a falta de qualificação não redundará maior perda, uma vez que poderá ocorrer rápida adaptação com treinamento na própria empresa que explora o turismo, capacitando os desempregados e os oriundos dos setores de pesca e agricultura, inclusive os índios, como poderá ser conferido partindo desta proposição.

A organização do *trade* em Cooper et al. (2001, p. 238) é visto por meio de cadeias de empresas com características de *Cluster*. Esta providência cria soluções em treinamento de pessoas, segurança nos investimentos e economia em grande escala; tal visão poderá ser conferida no presente estudo, conhecendo os envolvidos no processo de

planejamento ecoturístico na Região de Cacoal. Por último, o estudo em Cooper et al. (2001, p. 238) trata do protecionismo necessário para enfrentar crises, como a monetária ocorrida nas décadas 60 e 70 na Malásia, bem como a resultante do terrorismo internacional, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América; baixar aqui o contexto de oportunidade de negócio com a inclusão dos povos indígenas no desenvolvimento regionalizado, e como um Plano B redirecionando a captação de divisas em sítios turísticos exóticos.

### **Conceitos envolvendo produtos ecoturísticos e os impactos**

Cooper et al. (2001) tratam sobre produtos ou atrativos turísticos com o mesmo sentido e significado, como os propostos nesta tarefa. Eles se referem às Atrações Turísticas por agrupamentos, apontando aquelas que são “Presentes na Natureza” e as “Artificiais”. As Atrações Presentes na Natureza, segundo os citados autores, englobam o clima, vegetação, florestas, paisagens, animais selvagens. As de natureza Artificial são produtos da história e cultura popular, incluindo os parques temáticos e demais centros de entretenimento construídos e oferecidos aos turistas. Remeta-se aqui o futuro embelezamento cênico da histórica Aldeia Lapetânia, situada dentro da Reserva Sete de Setembro do povo *Paiter Suruí*, com paisagismo estruturado, reflorestamento, elaboração e implantação de trilhas temáticas internas ligadas à estrada ecológica externa desde Cacoal, até o ponto de chegada para este ecoturismo clânico.

Cooper et al. (2001) apontam características para os Produtos Artificiais, estabelecendo-lhes as de natureza Cultural, como a religião, cultura moderna, arquitetura e sítios arqueológicos; as de natureza Tradicional, como sendo o folclore e a cultura animada; e, finalmente, os Eventos, como as atividades esportivas como o campeonato indígena, e as



culturais do calendário local, como a tradicional Festa *Mapimaí* que celebra o ano novo Paiter.

A manutenção dos produtos ou atrativos naturais, artificiais e eventos exigem gestão de espaço para que evite a superlotação e, por conseguinte, detenha a degradação nos sítios desses atrativos. Os referidos autores registram a tentativa de estabelecer uma distinção entre “Atrativos Naturais” e “Produtos Artificiais”; justamente aqui, os atrativos e os produtos entram em confluência, a mesma considerada na presente tarefa investigativa, na busca de um levantamento patrimonial ecoturístico lançado pela natureza na Reserva Indígena, como se evidencia nas Figuras 2 e 3, podendo ser inventariado.

Ao tratar sobre o *marketing* turístico, Middleton (2002) afirma que o produto turístico é um composto que engloba todas as experiências por que o viajante passa, desde o seu deslocamento até o momento do seu retorno. Para este autor, as unidades produtivas de bens e serviços turísticos têm uma visão restritiva sobre os produtos que oferecem ao visitante, excluindo os componentes válidos que influenciam na sua decisão pela compra. Constata-se que, ao depreender acerca da visão em Middleton (2002), os produtos ecoturísticos, por estarem presentes na natureza, terão os seus compostos associados à qualidade ambiental. Entra aqui um conceito de utilidade, pois, conforme apropriação inicial, o patrimônio natural seria um dos principais atrativos na Reserva Indígena focalizada.

Conforme Andrade (1998), produto ecoturístico é um composto de bens e serviços diversificados, relacionados entre si, como os atrativos e equipamentos, serviços e infraestrutura turística, unindo a expectativa de demanda e oferta, setores primários, secundário e terciário da produção econômica. Esta inter-relação é também tratada por Egri & Pinfield (1998), que utilizam da abordagem sistêmica para focalizar a produção ecoturística. Para estes, as atividades das organizações são dependentes dos sistemas social, econômico, cultural, político e técnico; esses mesmos sistemas fornecem conhecimento e tecnologia que

serão processados, objetivando a provisão de valor para a sociedade usuária de serviços ecoturísticos. Abrem idealizadores multidisciplinares de confluência adaptável na Amazônia Ocidental Brasileira para o sucesso no Desenvolvimento Regionalizado.

Figura 2: Meio Ambiente do Povo *Suruí*, em Rondônia



Fonte: Em linha [http://www.aquaverde.org/por/surui\\_environnement.shtml#](http://www.aquaverde.org/por/surui_environnement.shtml#)  
pesquisada em 15/01/2007.

Figura 3: Aldeia Lapetânia do Povo *Paíter Suruí*



Fonte: Em linha [http://farm4.static.flickr.com/3039/2616050748\\_a882f58221.jpg?v=0](http://farm4.static.flickr.com/3039/2616050748_a882f58221.jpg?v=0)  
pesquisada em 15/08/2008.

Esta fundamentação doutrinária visa a oferecer suporte desde os conceitos e definições que forem estabelecidos no entorno das questões envolvendo a realidade de vida da comunidade indígena a ser pesquisada. Na via da cobertura conceitual acerca da integração com base na atividade econômica ecoturística, a proposta é, após a configuração conceitual básica já abordada nos tópicos anteriores, trazer o ecodesenvolvimento e etnodesenvolvimento como fundamento interpretativo da inclusão do povo *Paiter Suruí*.

### **Conceito sobre ecodesenvolvimento**

O conceito de Ecodesenvolvimento foi tratado anteriormente junto ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina; merece ser trazido para o presente trabalho, porquanto a temática guarda simetria com a abordagem oferecida naquele Centro de Pesquisa. Segundo Tayra (2002), o conceito de ecodesenvolvimento fora lançado pelo canadense Maurice Strong, em 1972; concebe que o desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolivelmente vinculados; devem ser tratados mediante a dinâmica do conteúdo, das modalidades e da utilização do crescimento. Concebe também três critérios fundamentais a serem obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Ainda de acordo com Tayra (2002), os preceitos do ecodesenvolvimento foram formulados em 1986, por Ignacy Sachs, autor da Teoria do Ecodesenvolvimento, que estabelece como princípios básicos que se vincula na contextualização proposta nesta tarefa:

- a) A satisfação das necessidades básicas dos tribais, quesito que neste estudo estima reverter positivamente o atual padrão, em estreita harmonia com o ambiente, mantida a tradição do *Paiter Suruí*.

- b) Solidariedade com as gerações futuras, que nesta perspectiva de investigação espera documentar, pela primeira vez na história, um conceito na língua materna *Tupi Mondé*, apostilando a tradição para a posteridade.
- c) Participação da população *Paiter Suruí* envolvida, que nesta proposição reúne os interessados para atuarem na formulação dos seus propósitos autênticos.
- d) Preservação dos recursos naturais e do meio ambiente na Reserva Sete de Setembro, que nesta tarefa focalizará o espírito conservacionista pensando na usufruição das gerações vindouras, inclusive as do entorno.
- e) Elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas - neste trabalho buscará respeitar a essência socio-cultural histórica na tradição *Paiter Suruí*, mantido o seu próprio sistema de valores na sua sociedade tribal, enquanto lhe favorece com multiplicadores endógenos.
- f) Programas de educação, que nesta intervenção tratará, principalmente, sobre empreendedorismo, sustentabilidade e gestão própria, contido no Projeto Pedagógico da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Rondônia para o ensino indígena.

Referindo-se ao desenvolvimento sustentável, Sachs é tratado em Coriolano (2000), onde afirma que “todo desarrollo digno de este nombre debe tener como objetivo la justicia social, respetando la naturaleza y buscando la eficacia económica, pero sin que estas preocupaciones se conviertan en un fin en sí”.

A literatura sobre turismo sustentável aponta a concretização de programas destinados à redução de impactos negativos sobre as populações em alguns países, que o fazem de modo corporativista e clientelista. Porém, programas direcionados às amarras eleitorais fundem interesses partidários e têm como conseqüências os reiterados fracassos. Nesta sorte estão municípios com potencial ecoturístico, porém em dificuldade, em razão da



falta de percepção para a construção de cenário de etnodesenvolvimento, como se vislumbra em Cacoal e seu entorno na Amazônia Ocidental.

### **A Teoria do Ecodesenvolvimento**

De acordo com Boeira (2000), a Teoria do Ecodesenvolvimento é o pensamento econômico baseado em três correntes. A primeira é a corrente estatocêntrica, pela qual a gestão do meio ambiente, como o ecoturismo a ser tratado neste estudo, encontra-se separada da política promocional do crescimento econômico. Focaliza caracteres normativos e técnicos, com que o Estado se funde com a política, para então assumir o poder gerencial no ecossistema. As idéias liberalizantes confluem para tal corrente, tendem invalidá-la e passam a emergir a teoria da elite de poder, com destaque para as cúpulas do executivo, do mercado e das forças emergentes.

A segunda corrente é a mercadológica, por meio da qual o empresariado lidera as políticas da sustentabilidade. Grupos de vanguarda como o *Business Council for Sustainable Development* propõem a redução de custos governamentais com a gerência ambiental e a auto-regulação empresarial. Neste caso, embora o Estado ainda exerça influência por meio das políticas setoriais, mantém parceria com o empresariado alheio ao seu dever socioambiental. Surge aqui uma elite empresarial subjacente tratada em Boeira (2000).

A terceira corrente é a comunitária, que surge da pressão social de natureza ambientalista, por intermédio das ONG ou terceiro setor. Dá ênfase à política ética, defende a diversidade cultural, a vida, os direitos sociais difusos, o exercício da cidadania local, nacional, transnacional e global. É onde surgem os conceitos de espaço criados pelo voluntariado, por meio do pluralismo e em defesa democrática dos interesses coletivos, de acordo com Boeira (2000). É possível que a intervenção para o ecoturismo englobe a política ambiental acima da ecologia política. Igualmente, não resta dúvida de que a questão interliga

aspectos transeitoriais harmonizados na direção do ecodesenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável, por exemplo. Aqui entram o combate à poluição, pelo ajuste de conduta, o planejamento participativo, a economia ecossetorial, como a formação de *cluster* de entretenimento, objetivando a harmonia na relação homem-natureza-qualidade de vida. Como resultado, surge a visão inter, trans e multidisciplinar levada em consideração desde o diagnóstico racional, pelo planejamento participativo, desenvolvimento comunitário e até o controle das ações dos envolvidos com o ecoturismo. Esta seria a mesma visão transmoderna perseguida pelos interessados no equilíbrio da gestão em Boeira (2000).

A Teoria do Ecodesenvolvimento inclui a visão sistêmica, com a qual busca paradigmas que garantam a compreensão da complexidade que envolve as suas variáveis. Nesta visão holística, o ecoturismo participativo é a correlação de força do cidadão, de sorte que a interdependência das partes complementa o conceito do todo, para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, em Boeira (2000). Esta teoria focaliza estratégias para o desenvolvimento das comunidades nos processos produtivos integrados, com atenção para as potencialidades do residente. A revalorização do lugar se inicia com as atividades planejadas, enfatizando o desenvolvimento sócio-cultural dos grupos, fazendo acontecer conciliação de interesses entre o desenvolvimento social e cultural. No caso em enfoque, as comunidades de vocação ecoturísticas seriam focalizadas em suas potencialidades para o seu próprio desenvolvimento, em Coriolano (2000).

### **A aplicação da Teoria do Ecodesenvolvimento**

De acordo com Coriolano (1996), a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), ocorrida em 1987, sob a presidência de Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento chamado *Our Common Future*, mais conhecido por Relatório *Brundtland*. Este Relatório conclui que o desenvolvimento

sustentável é o que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Segundo o Relatório Brundtland, uma série de medidas deve ser aplicada para promover o desenvolvimento sustentável, como as listadas a seguir, com respectiva interpretação ao objeto deste trabalho:

- a) Limitação do crescimento populacional, que não se aplicaria no caso dos povos clânicos, por força dos direitos constitucionais dos indígenas brasileiros;
- b) Garantia de recursos básicos, como a água, alimentos e energia em longo prazo, podendo fazer ressurgir conceitos modernos nos espaços tribais;
- c) Preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, que nesta tarefa será um dos principais objetos para o sucesso dos resultados operacionais da atividade ecoturística indígena;
- d) Diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologia com uso de fontes energéticas renováveis, o que será possível nesta tarefa, com a capacitação dos visitantes e dos anfitriões;
- e) Aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologia ecologicamente adaptada, que será objeto de consideração dos anfitriões, pois é o turismo uma operação industrial e, como tal, deverá guardar as recomendações neste tópico;
- f) Controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades menores, que nesta tarefa terá focalizada a confluência entre o sítio ecoturístico da Reserva *Paiter Suruí*, e os espaços urbanos do entorno na Região;
- g) Atendimento das necessidades básicas de saúde, escola e moradia, que neste estudo será considerado, tendo em vista o efeito sinérgico e

desenvolvimentista que experimentarão os municípios do entorno, após a implantação das ações integrativas com o ecoturismo.

Foi com base na Teoria do Ecodesenvolvimento que *La Cumbre de la Tierra*, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992, mais conhecida como ECO 92, consolidou entre as nações os princípios básicos do desenvolvimento sustentável. Porém os sistemas políticos sociais de países em desenvolvimento não vêm efetivando a construção destes benefícios, até porque essa jamais foi a sua intenção, senão veja-se a evidente discrepância dos extremos sociais desde Coriolano (1996). Destarte, a investigação pela intervenção para o ecoturismo indígena será investigada com base na Teoria do Ecodesenvolvimento. Entra na pauta deste estudo a interpretação histórica sobre a consistência do desenvolvimento planejado de Coriolano (1996), centrando na estratégia de desenvolvimento sustentável em Sachs (1986), que visa à promoção da harmonia entre o homem e a natureza, por meio da aplicação das seguintes recomendações adaptáveis a esta tarefa investigativa:

- a) Sistema político com efetiva participação dos cidadãos no processo de decisão, que nesta tarefa poderá ser levada a cabo com a implantação de um Conselho Gestor do Ecoturismo, com participação das lideranças tribais.
- b) Sistema econômico competente para gerar excedente e conhecimentos técnicos com bases constantes e confiáveis, o que seria aqui viabilizado com a capacitação contínua.
- c) Sistema social capaz de resolver diferenças resultantes do desenvolvimento desigual, que será aqui a essência dos objetivos propostos, na direção das vantagens para todos os envolvidos.
- d) Sistema produtivo que preserve a base ecológica do desenvolvimento, caso contrário o ecoturismo poderá ser um fator de risco.



- e) Sistema tecnológico de solução alternativa, que neste trabalho constituirá uma dinâmica em benefício do sucesso da atividade.
- f) Sistema administrativo baseado na flexibilidade e na autocorreção, pois neste estudo se levará em consideração a dinâmica própria de uma empresa familiar voltada para uma atividade especial, como o ecoturismo indígena.

Os conceitos difusos poderão ser analisados, já que donativos como Cesta Básica entregue ao povo indígena, Vale Gás recebido pela população da periferia de Cacoal; Cartão-Alimentação recebido por famílias miseráveis residentes nos arrabaldes dos Municípios da Região de Cacoal; Bolsa-Escola entregue aos carentes e outros óbolos seriam desnecessários se a justiça igualitária fosse concedida nos princípios da sustentabilidade. É possível verificar a convalidação entre a intervenção para o ecoturismo indígena e os princípios da Teoria do Ecodesenvolvimento, a orientação pelas medidas sugeridas no Relatório Brundtland, as prescrições conceituais e as prioridades do desenvolvimento sustentáveis em Sachs (1986), citadas por Araújo (2001) e ajustadas à perspectiva deste trabalho, que são:

- a) A satisfação das necessidades básicas da população indígena, com educação, alimentação, saúde, lazer e afins.
- b) A solidariedade para com as futuras gerações tribais, em preservar o meio ambiente que a elas será legado.
- c) A participação da população envolvida, na consciência de conservar o ambiente, fazendo cada um a sua parte.
- d) A preservação dos recursos naturais existentes na Reserva Sete de Setembro.
- e) A elaboração de um sistema social que garanta o emprego, segurança social e respeito a outras culturas, com erradicação da miséria, do preconceito e do massacre às populações oprimidas como os indígenas.

- f) A efetivação dos programas educativos, especialmente estruturados para o povo *Paiter Suruí*.

### **Abordagem sobre o etnodesenvolvimento**

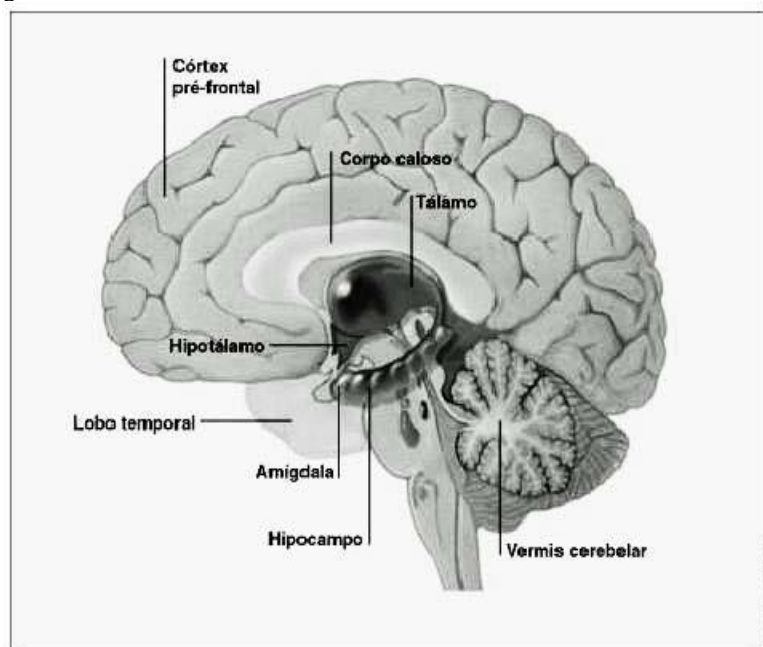
O etnodesenvolvimento será tratado aqui desde a abordagem dialética evolutiva do indivíduo humano como pessoa. Para tanto, apela-se para os conceitos oferecidos pelas Ciências Sociais Aplicadas no contexto do desenvolvimento do capital intelectual. Primeiro traz sobre as limitações individuais que desfavorecem o desempenho grupal; depois avança no desempenho do indivíduo que interage no cenário macrossocial para romper barreiras na sua ascensão econômica e social.

### **Influência das correntes mentais no etnodesenvolvimento dos povos**

As correntes mentais são obstáculos ao etnodesenvolvimento quando impedem o sucesso e a prosperidade do indivíduo e do grupo. É o conjunto de experiências passadas pelo humano, ou por grupo de pessoas, que impulsiona ou impede a evolução econômica e social. Pressupõe-se aqui que as populações somente irão adquirir desenvolvimento partindo de conhecimento e domínios sobre situações que fortalecem o saber, seja para a sobrevivência ou para o crescimento. Neste tópico de estudo será interpretada a forma como as correntes mentais vêm sobre o humano com os seus grilhões que o prendem, fragilizam e desmoralizam o indivíduo nas relações sociais, impedindo o seu avanço como cidadão integral. A Ciência da Administração de Pessoas desce como suporte a este tratamento conceitual, porém sem desprezar a neuroconstituição do indivíduo introduzido no espaço cognitivo que ele próprio percebe. Descritiva funcional obtida é trazida a este contexto para a sua consideração.

O cérebro do humano possui uma região denominada de Sistema Límbico como demonstrado na Figura 4 e detalhado no Quadro 1, em que se processam as emoções. Segundo preceitos teóricos, a boa alimentação, estágio de virtude e felicidade, a paz interior e o descanso mental fortalecem ao que chamam de massa cinzenta e induz melhoria no senso crítico natural saudável do indivíduo, como representado na Figura 5. Entretanto, nos indivíduos mal alimentados, desnutridos, angustiados e tristes, o sistema sensível produz emoções adversas; essas emoções são geralmente maléficas e conduzem a um comportamento arredio, retrógrado e negativo. Estas observações físicas no humano foram tratadas como efeitos comportamentais, de interesse organizacional, e depois interpretadas em McGregor, diante do que se denominou de Teoria X e Teoria Y (Chiavenato, 2003: p. 337 á 339; McGregor 1971: p. 45 á 60).

Figura 4: Sistema Límbico

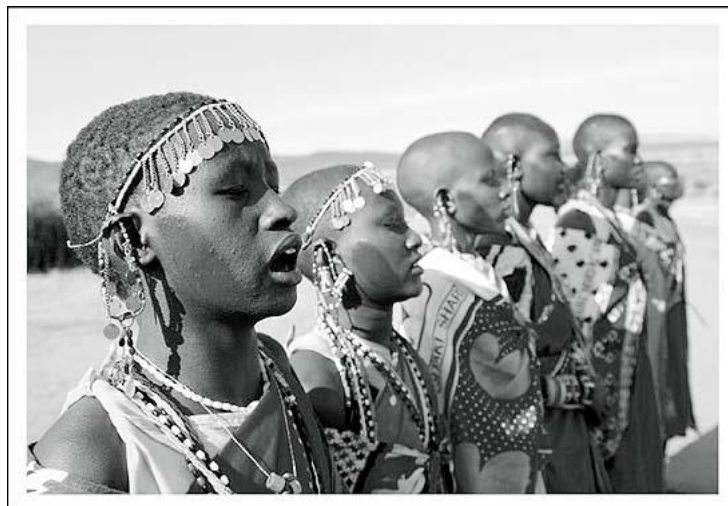


Fonte: [http://www.guia.heu.nom.br/sistema\\_limbico.htm](http://www.guia.heu.nom.br/sistema_limbico.htm), pesquisada em 29/01/2008.

Quadro 1: Sistema Límbico e a complexidade no aprendizado humano na Empresa Familiar.

Parte do Sistema Límbico	Funcionalidade no Humano	
	Função	Atitude Previsível no Humano
Hipotálamo	1. Integração Sensorial	1.1 Cordialidade com o outro 1.2 Sensibilidade afetiva com todos
	2. Integração Motora	2.1 Agilidade no trabalho 2.2 Precisão no movimento para eficiência
Amígdala	3. Perda de Medo	3.1 Indivíduo Audaz 3.2 Espontaneidade e franqueza
	4. Extrema Curiosidade	4.1 Liberalidade para aprendizado 4.2 Atitude proativa para inovar
	5. Esquecimento Rápido	5.1 Dificuldade para decorar 5.2 Demora no resultado cognitivo
	6. Grande impulso sexual	6.1 Libidinagem imprópria no trabalho 6.2 Explica atitudes sensuais
Hipocampo demais e	7. Comportamental	7.1 Demais atitudes

Fonte: [http://www.guia.heu.nom.br/sistema\\_limbico.htm](http://www.guia.heu.nom.br/sistema_limbico.htm), pesquisada em 29/01/2008.

Figura 5: Crianças da etnia *Massai*, no Parque Nacional do Quênia (África).

Fonte: domínio público em página da Internet não catalogada.



A Abordagem Behaviorista também pode oferecer conceitos relevantes para a assimilação, enquanto a Psicologia Social aplicada à Ciência da Administração identifica elementos de bloqueio sobre a mente do ser humano, tais como o medo e a desconfiança, a antipatia e a repulsa; e os demais fenômenos emocionais reativos, como alegria e a tristeza, o prazer e o ódio, a raiva e a satisfação abordados em Darwin (1872), todos determinantes de informações sensoriais; aqui mereceu crédito o estudo publicado pelo neuroanatomista Ângelo Machado, no qual ele afirma que:

É do senso comum que as pessoas podem se emocionar pela simples recordação de episódios passados armazenados na memória. Mais freqüentemente, entretanto, as emoções são desencadeadas pela entrada no sistema nervoso central de determinadas informações sensoriais.

O estudo sobre o comportamento do indivíduo poderá levar a compreensão de atitudes na relação do progresso individual e grupal do humano. Por esta razão é que se faz procedente descer aqui esta abordagem, para que se compreenda o indígena envolvido com a prática de anfitrião em atividade de ecoturismo, mediante a sua Empresa Familiar. Esta relação se aproxima intensamente do ser natural, enquanto afasta o conceito de interação social na forma percebida pelo indivíduo dito civilizado. Por exemplo, o medo é, segundo estudos do comportamento humano, um sentimento espontâneo baseado na sensação de risco, ameaça ou perigo diante de uma situação inesperada. Geralmente este sentimento ocorre com mais intensidade no menos precavido, no inseguro e nos fragilizados moralmente. Porque da sensação de medo desenvolvida pelo indivíduo *Paiter Suruí*, quando do seu primeiro contato com o não-índio, na década setenta? Qual a lógica da desenvoltura empática dos tribais da etnia *Massai* na África, para o receptivo ecoturístico de sucesso? Importante compreender o processo.

As crianças geralmente se dão ao medo pela inexperiência diante do desconhecido. Como entre os indivíduos isolados, o novo tende a assustar; por isso eles se mantêm inseguros e acionam sua retração à sua autodefesa. É um sentimento essencialmente tribal, mas no terceiro milênio passou a ser um efeito do caos social e da insegurança global. É muito comum entre pessoas carentes, miseráveis e degradadas sentirem uma reação natural de angústia decorrente da insegurança e do medo; e é nesta oportunidade que o dominador as toma de surpresa para submetê-las ao seu controle. As lideranças ditatoriais e as fascistas aprenderam a utilizar da disseminação do sentimento de medo entre os fragilizados para conquistar o controle sobre as massas ignóbeis. Do mesmo modo as organizações não-democráticas utilizam da divulgação do sentimento espúrio de medo na população para obter, na base da coação, a submissão indesejada pela vítima. Exemplo como esse está na História do Brasil, quando o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido como *Anhangüera*, ou “o homem do fogo”, ateou chamas na aguardente para, submetendo os indígenas pelo medo, fazê-los mostrar o caminho para as minas de ouro e diamantes, objetos do interesse administrativo da Coroa Portuguesa no Brasil Colonial. Como se depreende desta abordagem, a análise do comportamento do indivíduo selvagem poderá trazer conceito de medo, que o motiva ser arredio diante do estrangeiro, evitando, assim, dar-lhe espaço que possa representar ameaça ao seu domínio físico ou mental demarcado. Mas como praticar a primeira comunicação com eles sem provocar o medo? Como obter atitude positiva sem constranger?

Se, por um lado, o indivíduo castigado pela degradação experimenta as conseqüências para a adaptação, por outro lado os estudos avançados do comportamento humano nas organizações oferecem *constructos* essenciais para a reversão situacional. Focalizam a conduta decisória do sujeito inovador. O estudioso Peter Senge argumenta o aprendizado organizacional com uma abordagem significativa para o processo cognitivo

individual no coletivo institucional; ele evoca os modelos mentais, constituídos de interconectores interdependentes de natureza comportamental, que não exclui o campo físico funcional, evidenciado e apresentado na Figura 5 e no Quadro 1 acima. Senge (1994) adota modelagens oriundas de autores sociotécnicos contingencialistas, como Burns & Stalker, e de Chris Argyris da Teoria Comportamental da Administração.

Para Senge (1994), as organizações controladoras buscam obstacular o processo de aprendizado com práticas que impedem a liberdade de ação do indivíduo e do grupo. Estas organizações estabelecem regras normativas, como o Estatuto do Índio, que se constitui hoje em extraordinário obstaculador do etnodesenvolvimento no Brasil. Este estatuto do índio continua um instrumento catalisador de amarras da Ditadura Militar e ainda é um instrumento de devoção inaugurado no período mais negro da História do país; atrás da sua máscara tutelar – nas entrelinhas do texto protecionista está o controle e a dominação do humano; por isso foi brindado nos porões ditatoriais no ano de 1973, o mais tenebroso do Brasil, conforme registros aleatórios para estudo inicial.

Senge (1994) se apóia no *empowerment*, ou seja, no poder impulsionador do sucesso sintonizado. Abre o horizonte interpretativo para a *learning organization*, compreendida como a organização que aprende; canaliza a sinergia de aprendizado no grupo operante, com os valores próprios dos *stakeholders* ou atores sociais, expressos de forma independente no cenário onde eles atuam. E assim, porque adota uma linha cognitivista, Senge (1994) volta e se aproxima da base pedagógica em Chris Argyris, referente ao desenvolvimento incorporado ainda na infância do indivíduo, mediante a captação de valores lógicos que formam a identidade de cada um. Não há como negar que é neste circuito integrado que a percepção do indivíduo se desenvolve, adicionando padrões referenciais adquiridos dos amigos, vizinhos e demais pessoas do convívio cotidiano.

No caso do povo *Paiter Suruí*, embora a estatística apresente maior número de crianças no grupo étnico, evidências primárias indicam que o trabalho adaptativo, tanto em Argyris (1993) como em Senge (1994), poderia ser conduzido pela andragogia ou ensino de adulto. Registro primário indica ainda que, segundo a tradição clânica vigente, a influência dos mais velhos sobre os jovens e crianças é forte o suficiente para autorizar o processo de aprendizado com obediência e conformidade com valores prescritivos que vigoram na tribo. É como será experimentado, por meio da Oficina de Sustentabilidade; envolve os *stakeholders*, como os Kurumbens ou Sábios das Tribos, os professores indígenas para habilitar na gestão dos seus próprios recursos, e demais interessados. Pareceu válido o uso destes conceitos na citada experiência para, aplicando uma metodologia, localizar um ponto da endogenia clássica para o etnodesenvolvimento, com instrumento da Ciência da Administração.

Vale registrar, ainda, uma proposta de Cardona Labarga (2004), quando na sua quinta idéia, sugere a indagação ao indivíduo como forma de quebrar o medo e trazer-lhe motivação. De acordo com o referido autor, ao responder a forma, o colaborador se fortalece e passa a confiar e a se comprometer; aqui a comunicação é uma solução de desbloqueio da barreira do medo. Na esfera intermediária está o rompimento da barreira denominativa da corrente mental - o invisível grilhão mental - e onde se inicia a autoconfiança para o sucesso da comunicação, principalmente com povos retidos na selva. Uma comunicação construída na base da confiança poderá oferecer empatia ao indivíduo selvático.

A empatia é um sentimento resultante da aceitação ou assimilação do outro. E se apresenta em diversos graus de aceitação, que varia da concordância com o outro até a comunhão das suas idéias ou sentimentos, o que pode resultar na fusão de ideais e, por conseqüência, junção de interesses. A empatia, como um passo avançado para a associação e o progresso dos grupos modernos, é resultado da consolidação das idéias democráticas. Nas



instituições primitivas a empatia se faz demorada por razão da falta de elemento comparado; qual o elemento de referência para a comparação entre o bom e o mau? Ser empático a quê? A empatia pode trazer um nível intermediário de dúvida que em si é significativamente válido e benéfico, pois desenvolve o senso crítico do sujeito imaturo de idéias.

Premissas sobre a endogenia, segundo observação primária para uma formulação teórica e conceitual, permitem, ainda, considerar os fenômenos emocionais positivos, como a alegria, amor, prazer e satisfação, e os fenômenos negativos como a tristeza, ódio insatisfação. A atividade de turismo, como ecoturismo, requer a interpretação eficaz destes sentimentos, pois o visitante está filiado à percepção de que o anfitrião ideal é aquele que apresenta os sentimentos positivos.

A abordagem desce nesta tarefa investigativa por razões formais também. Como compreender os fenômenos sociais estranhos às experiências do senso comum, se for desprezada a realidade de vida dos ribeirinhos amazônicos, dos povos tradicionais (para não dizer povos selvagens)? Como interpretar o ser indígena, a sua fuga do litoral brasileiro para a Floresta Amazônica? Como conhecer do massacre sofrido pelo povo *Paiter Suruí* e outras tribos, desde a chegada do colonizador à Amazônia? Esta é uma razão adjacente pela qual esta abordagem é itenizada neste trabalho investigativo.

Terra (2007) se volta para elementos fundamentais na compreensão do etnodesenvolvimento, ou desenvolvimento dos grupos étnicos, se for considerada a possibilidade de capacitação e integração social, econômica e ambiental dos povos indígenas na Região Amazônica no geral, e na Região de Cacoal, em particular. A sua abordagem, de natureza piagetiana, está assentada no desenvolvimento do humano com foco na linha evolutiva da Psicologia, e núcleos na compreensão dos aspectos da sua maturidade e da sua estabilidade. Traz sobre as representações vinculadas à visão do entorno, como o outro

interpreta e produz a sua própria história. E ao tratar do desenvolvimento humano e dos fatores relativos a variantes e assimilação, a referida estudiosa afirma que:

“ Os fatores variantes são representados pelo conceito de *esquema* que constitui a unidade básica de pensamento e ação estrutural do modelo piagetiano, sendo um elemento que se transforma no processo de interação com o meio, visando à adaptação do indivíduo ao real que o circunda. Com isso, a teoria psicogenética deixa à mostra que a inteligência não é herdada, mas sim que ela é construída no processo interativo entre o homem e o meio ambiente (físico e social) em que ele estiver inserido. A assimilação consiste na tentativa do indivíduo em solucionar uma determinada situação a partir da estrutura cognitiva que ele possui naquele momento específico da sua existência. Representa um processo contínuo na medida em que o indivíduo está em constante atividade de interpretação da realidade que o rodeia e, conseqüentemente, tendo que se adaptar a ela. Como o processo de assimilação representa sempre uma tentativa de integração de aspectos experienciais aos esquemas previamente estruturados, ao entrar em contato com o objeto do conhecimento o indivíduo busca retirar dele as informações que lhe interessam deixando outras que não lhe são tão importantes, visando sempre a restabelecer a equilíbrio do organismo”. (Terra, 2007).

O conceito em Terra (2007) focaliza o indivíduo e a sua interação para o próprio progresso. Mas esta abordagem não seria suficiente sem a constituição dos grupos e dos povos na visão macrossocial. Propõe-se, então, trazer Badi (2005), com um horizonte de complexidade densa, mas que permite compreender a relação de dependência entre os povos,

enquanto cobra reflexões quanto ao rompimento com o inaceitável. Será remetido para este contexto o indivíduo capaz e integral no ponto de vista cognitivo, para que possa implementar ações produtoras no seu novo modelo de desenvolvimento próprio, sem adulterar sua essência. Qual seria a modelagem a que se propõe o povo *Paiter Suruí* de Rondônia para gerir o ecoturismo indígena?

### **Endogenia, etnodesenvolvimento e desenvolvimento regionalizado**

Tomando como referencial a regionalidade, o desenvolvimento por endogenia implica na capacidade sinérgica de gerar valor agregado com retenção do excedente econômico local, além de impulsionar a atratividade no excedente de outras regiões. O ecoturismo estruturado em áreas indígenas, por exemplo, edificado pela endogenia, resultaria na evolução das disponibilidades existentes em uma Reserva Indígena, enquanto induz o aproveitamento no cenário para a própria qualidade de vida nas tribos; eleva o padrão de vida dos clânicos e motiva a visitação por interessados, atraídos pelo turismo exótico oferecido pelos anfitriões tribais. E o resultado seria a geração de emprego e renda, com progresso regionalizado garantido por aglomeração de firmas voltadas para o lazer, entretenimento e serviços diversos no cenário periférico.

Autores como Von Thünen, Weber, Preddöl, Cristaller, Lörsch e Isard são tratados por Arthur (1994) e Krugman (1996) para explicar a complexidade na ocupação de espaços por estas firmas na composição de um *cluster* de entretenimento, por exemplo. É nesta mesma abordagem que se compreende o desdobramento e a abrangência da decisão pelo ecoturismo exótico; a planta ecoturística resultará em receptivo, que requer instalações hoteleiras; por conseguinte admite a aquisição de bens e de serviços diversos, gerando multiplicadores de emprego, renda e progresso regionalizado. A aglomeração de firmas afins e correlacionadas entre si formata uma ocupação de espaço físico, econômico, social e

institucional na rota da integração com endogenia para a formação de um *cluster* de entretenimento regionalizado, admitindo a inclusão dos povos tradicionais da floresta.

Na trajetória acima apresentada, as Secretarias de Desenvolvimento Regional, no Brasil, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, estabeleceram o conceito para desenvolvimento endógeno. Desde então, uma corrente de decisores está convencida ser aquele o desenvolvimento baseado no capital social dos territórios. Porém Boisier (1999, p.89) é categórico ao afirmar que:

“ No hay ninguna receta que garantice el éxito en materia de desarrollo. Pero sé hay por lo menos dos afirmaciones ciertas: si el desarrollo se encuentra em nuestro futuro, no será con las ideas del pasado que lo alcanzaremos; si el desarrollo es un producto de la propia comunidad, no seran otros sino sus propios miembros quienes lo construyan”. (Boisier, 1999, p. 89).

Boisier (1999) apresenta desta forma, um novo referencial de desenvolvimento territorial, agora envolvendo questões endógenas e exógenas; as primeiras são voltadas para a região, e as outras são intervenientes ativos do fenômeno heteronômico. Para a seleção das primeiras questões, o governo conduzirá o processo, gerando catalisadores individuais na formação de capital social. Desta sorte, Rosa (2004) focaliza atores locais para o fenômeno de endogenia, como sinônimos de laços cooperativos. É nesta lógica que Hadad (2004, p. 10) explicita a razão para a qual, em alguns países, o desenvolvimento é mais rápido e eficaz do que em outros; para ele, o capital humano e suas habilidades são determinantes para a transformação processual do desenvolvimento; afirma que a endogenia é a própria capacidade de articulação na via da cultura regional.

Boisier (1999, p. 17) é categórico ao traçar conceito normativo de plano, reconhecimento de estratégia de poder, negociação e construção de projeto político na pauta do desenvolvimento pela endogenia. O plano como norma de ação, com a presença do Estado, com o seu poder de arbitrar e controlar; a estratégia, com o reconhecimento e ações, poder e capacidade de negociação; e o plano político, com a complexidade, poder de consenso, lógica e pauta de conduta.

### **O etnodesenvolvimento, complexidade e endogenia Paiter Suruí.**

O etnodesenvolvimento vem sendo interpretado como sendo o desenvolvimento sustentável dos grupos étnicos; é esse o conceito aprovado por diversos autores, sendo Grünewald (2003), um dos que se pronuncia favorável a esta interpretação. Esse pesquisador discorre no seu trabalho intitulado “Etnodesenvolvimento Indígena no Nordeste e Leste: aspectos gerais e específicos”, que o etnodesenvolvimento é o desenvolvimento econômico auto-sustentável processado dentro das comunidades étnicas. Centrado nesta lógica, este trabalho investigativo seguirá no roteiro teórico estabelecido entre desenvolvimento sustentável, contido no já referido Relatório Brundtland, e o jovem conceito de etnodesenvolvimento, focalizado pelo Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Brasil. É como também conceitua Azanha (2002), enquanto Stavenhagen (1984), na sua filosofia fértil, assim afirma:

“ O etnodesenvolvimento é o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, a sua etnicidade. Nessa acepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de ‘progresso’ no sentido usual do termo: (...) o etnodesenvolvimento significa que uma etnia autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e



é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo o seu interesse”. (Stavenhagen, tratado em Azanha, 2002, p. 31).

Para o supra-referido autor do conceito de etnodesenvolvimento, para que de fato ocorra este processo econômico tradicional resgatado da história dos povos clânicos, é fundamental que existam as seguintes ações práticas entre os autóctones:

- a) Satisfação da maioria dos indivíduos tribais;
- b) Possuir visão endógena, ou seja, responder a soluções clânicas;
- c) Aplicar conhecimento da tradição étnica;
- d) Estabelecer relação equilibrada com o meio ambiente;
- e) Ter visão sustentável e de independência dos recursos naturais e de pessoal;
- f) Ação participativa entre os componentes tribais.

As seis ações práticas mencionadas terminam arquivadas nos boletins das agendas eleitoreiras em países recém-resgatados da tirania. Não seria diferente, uma vez que os decisores governamentais estão vinculados ao espírito do autoritarismo, utilizado pelas organizações controladoras, argumentadas por Senge et al (1994); essas instituições dificultam a necessária abertura para a participação dos grupos étnicos na gestão administrativa, senão considere o número de indígenas que hoje participa dos poderes constituídos; na América Latina a única exceção está na Bolívia, que é presidida por um índio identificado na Figura 6, hoje arrastada por severa crise institucional como registrada na Figura 7; integradas ao texto, estas fotos-imagem possibilitam documentar os fatos como previsto no ordenamento procedimental deste trabalho.

Figura 6: Presidente da Bolívia Evo Morales Ayma, da etnia Aymarás.



Fonte: Em linha. Janeiro/2008, página [http://www.diariodeumjuiz.com/wp-content/2007/07/evo-morales\\_web.jpg](http://www.diariodeumjuiz.com/wp-content/2007/07/evo-morales_web.jpg) pesquisada em 28/01/2008.

Figura 7: Convulsão social na Bolívia presidida por Evo Morales Ayma.



Fonte: Em linha (Janeiro/2008), página [http://media.mcclatchydc.com/smedi/bolivia\\_800.standalone.prod\\_affiliate.91.jpg](http://media.mcclatchydc.com/smedi/bolivia_800.standalone.prod_affiliate.91.jpg) pesquisada em 28/01/2008.

No Brasil, o que ocorre efetivamente é uma intromissão indevida nos interesses tribais, protegida na máscara do poder tutelar. Não resta dúvida de que, inobstante os princípios constitucionais estabelecidos em países como o Brasil, o avanço na teoria do etnodesenvolvimento adentrará na retórica da reformulação territorial e de poder nacional, com novo formato de controle jurisdicional dos espaços indígenas, a saber, o físico, cultural, social, econômico e político, isso por causa das organizações indigenistas mobilizadas, sempre assessoradas por obstrutores que nada entendem dos assuntos tribais do país, muito menos de endogenia , como prova nas Figuras 8 e 9.

Figura 8: Movimento Indigenista em Rondônia.



Fonte: Internet de domínio público em página não catalogada.

Figura 9: Lideranças *Paiter Suruí*



Fonte: Internet de domínio público em página não catalogada.

Estudo introdutório permite afirmar que o Continente Africano mantém vantagem no conceito da gestão étnica, além de conservar as tradições tribais das sociedades administradas. Inobstante, críticas severas ainda restam quanto ao controle dos interesses dos povos tradicionais, integrados e confluentes entre as diversas nações africanas, como representado na Figura 10. Evidências apontam para o rompimento dos conceitos clássicos de territorialidade e composição do espírito de nacionalidade, o que parece motivar violentos conflitos, conforme registrado na Figura 11, até que as massas assistidas se ajustem aos modelos imperialistas.

Figura 10: Guerreiros da etnia zulus paramentados, representando suas tribos no ano de 1988.



Fonte: Em linha (janeiro/2008), página [http://images.google.com.br/imagens\\_pesquisada\\_em\\_30/01/2008](http://images.google.com.br/imagens_pesquisada_em_30/01/2008)

Figura 11: Campo de concentração no conflito étnico com genocídio no Sudão (África), no ano de 2004.



Fonte: Em linha (Janeiro/2008), página <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdNoticia=50419> pesquisada em 30/01/2008.

Por exemplo, ao tratar sobre integração regional na África, Badi (2005, pp. 22-23) registra que as teorias oriundas de países ocidentais possuem enfoques clássicos de mercado e de união aduaneira, inadequadas e ineficazes, pois são adotadas com fins colonialistas que favorecem a dependência externa, em benefício de multinacionais e em desfavor dos grupos étnicos. Segundo ele, estes modelos favorecem as desigualdades e a desestabilização interna, com subseqüentes desníveis no desenvolvimento econômico; e ainda refletem na retórica da desvantagem de repartição dos benefícios voltados para a integração das comunidades clânicas. Para o citado autor, estas teorias externas resultam sempre em desintegração das estruturas de produção, dos povos e das próprias políticas econômicas. No final das propostas é que se verifica o efeito da dependência financeira, mediante a utilização da força de trabalho dos residentes desavisados; daí a exigibilidade na concepção de metodologia para evitar paradoxo. O autor aponta quatro métodos úteis na análise do processo de integração, teoricamente considerados neste trabalho:



- a) Método histórico – por meio deste método poder-se-ia se compreender a realidade e efetuar um comparativo de tendência para o futuro. Este seria o mais adequado para enfrentar a interpretação da verdade lógica no que se refere à integração endógena do povo *Paiter Suruí* de Rondônia, na Região Norte do Brasil;
- b) Método funcionalista estrutural – permite interpretação e explicação do fenômeno da integração, com base na verdade científica obtida com a análise da interdependência que leva ao conhecimento dedutivo. Este não se aplica no estudo ora abordado, pois não ocorreu a inclusão dos povos tradicionais que se encontram à margem do desenvolvimento regionalizado; uma solução seria possível, por meio da multidisciplinaridade e na forma de perspectiva, com auxílio complementar do Método da Decisão Estratégica Simulada SWOT, a ser aplicado nesta tarefa para construção do cenário empresarial;
- c) Método comparativo – possibilita a interface de dados e informações para que se estabeleça comparação de estágios no processo de integração no desenvolvimento. Leva a identificar coerência no processo de desenvolvimento. Também não se aplica no estudo em foco, pois o povo *Paiter Suruí* sempre conviveu na reclusão da floresta, vinculado à extração na Amazônia, de onde vinham captando os produtos para a sua subsistência. Inobstante tal realidade, é possível uma interpretação de variáveis contidas no processo de informação sutil (com inclinação ao escamoteamento dos fatos), mas clarividente; refere-se à tendência de aculturação, com risco de mescla não-endógena, porquanto foi o colonizador que influenciou hábitos que não eram da tradição *Paiter Suruí*, e por isso exógena;

d) Método dialético-crítico aponta a tendência ao subjetivismo e etnocentrismo em Badi (2005). Permite a síntese da tese e da antítese para demolir conceitos, de acordo com Georges Gurvitch, mediante a disponibilidade das partes e do todo simultaneamente. Poderia ser tratado no espaço entre a teoria e a prática; por isso não se aplicaria no estudo da integração do povo *Païter Suruí*, posto se encontrar pueril no contexto de participação econômica formal e não foi encontrada referência de experiência intermediária anterior; uma solução adaptativa vem por meio da multidisciplinaridade, como se propõe nesta tarefa, com uma iniciativa vinculada ao empreendedorismo de marketing, no comércio do seu artesanato, ainda em fase de observação - uma estação experimental de trabalho encontra-se instalada no Terminal Rodoviário de Cacoal, sob a gestão *Païter Suruí*.

O foco investigativo em Badi (2005) aponta para a validação no campo das Ciências Sociais Aplicadas, se for considerada a multidisciplinaridade do contexto interpretativo. Permite uma análise histórica funcionalista estrutural e dialético-crítica, além de explicar o quadro da desvantagem entre os povos clânicos na Região de Cacoal; esclarece ainda o comparativo das variáveis históricas, políticas, econômicas, jurídicas e sociológicas da realidade do povo *Païter Suruí*.

O posicionamento do citado pesquisador africano poderia ainda ser considerado na Região Amazônica brasileira, porque focaliza a forma de exploração utilitarista no contexto, como vem sendo processado no Estado de Rondônia, com a exclusão do povo clânico no cenário produtivo. No caso das populações tradicionais, mais um agravante existe, que é a incapacidade deles para fazer parte do desenho de progresso estabelecido; a saída seria o desenvolvimento da potencialidade endógena dos povos indígenas, sendo a atividade

do ecoturismo uma vertente considerável para a solução relativa ao integracionismo para o desenvolvimento regionalizado.

Estudo em Caride (2004, p. 115) integra esta tarefa; focaliza a hegemonia entre as nações e o fracasso do pensamento econômico assentado no fenômeno financeiro perseguido pelos governos e pelas multinacionais. O autor lembra Puelles y Torreblanca (1995), quando trata do fracasso das estruturas econômicas internacionais e o desenvolvimento autóctone que se desviou, a partir da década de oitenta, com o renascimento do liberalismo, da desestatização e da desregulamentação no setor público. Esse efeito se observa também no Brasil, no geral, e no Município de Cacoal em particular, onde se evidencia a inexistência de grupos estrangeiros dispostos a efetuar aplicação na economia regionalizada. Os investidores estão por acreditar que não compatibilizariam o desenvolvimento com o equilíbrio ambiental, posto inexistir um pensamento focado para a sustentabilidade entre os possíveis colaboradores locais; e por isso recuam na sua estratégia de negócio na Amazônia Ocidental, o que enseja medidas pelo etnodesenvolvimento, como novo modelo de progresso regionalizado.

Se, por um lado, foi apontado recuo nos investimentos, por outro a potencialidade continua evidente, inclusive a endereçada para a atratividade do ecoturismo amazônico. Não restam dúvidas de que os povos tradicionais poderão vir a contribuir de forma intensiva neste ramo de negócio, com modelo próprio, tendo o seu bem etnoambiental e o patrimônio sociocultural como principais indutores do desenvolvimento endógeno. Pareceu oportuno o tratamento teórico no sentido amplo, porquanto se considera estar neste contexto toda uma oportunidade de etnodesenvolvimento do povo *Paiter Suruí*, com a adesão de investidores em turismo ecológico e no agronegócio sob forma de *cluster* de entretenimento amazônico potencializado e inclusivo.

### **Planejamento ecoturístico na Amazônia Ocidental com foco no sistema de informação básico**

Neste tópico serão descritos conceitos e teorias, em suporte ao processo de planejamento ecoturístico na Região da Amazônia Ocidental, na via da inclusão do povo *Paiter Suruí* no Desenvolvimento Regionalizado. Segue com apanhado sociotécnico em autores como Cooper et al. (1993), Tyler (2001) e Swarbrooke (2000), todos comprometidos com a abordagem. O resultado deverá ser a construção de interpretação cognitiva para decisão estratégica, com crítica sobre a possível intervenção para o progresso na Cidade de Cacoal apontada da Figura 12, e na Região como toda. Propõe-se conceituar planejamento ecoturístico objetivando caracterizar a intervenção planejada, de modo a entender o efeito pretérito dos planos sobre os envolvidos no processo.

Figura 12: Vista aérea da Cidade de Cacoal, Estado de Rondônia, futura sede do Ecoturismo indígena na Amazônia Ocidental.



Fonte: Internet em página não. Catalogada

Ao tratar do planejamento turístico, Cooper et al (1993) focalizam o desenvolvimento integrado, sendo possível estabelecer uma conjectura entre o que trazem e a intervenção para o progresso na Região de Cacoal, com base no ecoturismo indígena a ser implantado. Os citados pesquisadores trazem as características do produto turístico a ser

projetado, como o ecoturístico a ser considerado neste trabalho; mas também consideram todo um entorno que reflete na ação planejada, como a distribuição de renda, o incremento de mão-de-obra disponibilizada que pode ser redirecionada para o receptivo e para os demais serviços auxiliares; tratam da capacitação dos atores a serem envolvidos no processo de implantação dos planos, e também os aspectos de natureza estruturais, para que se detenha na perspectiva do cenário a ser proposto.

Ao se voltar para o turismo regional e local, em Cooper et al (1993), entende-se a necessidade de planejamento infra-estrutural, como centro de orientação e de informação ao visitante, prospectos, mapas e todo um acessório útil à descritiva do atrativo que oferecem inclusive a divulgação por meios de comunicação de massa. Os autores trazem sobre as trilhas a serem exploradas pelo visitante, como se pretende em um ecoturismo cultural indígena. Não deixam de tratar ainda sobre os objetivos e metas estratégicas do empreendimento turístico, como o ecoturístico a ser considerado nesta tarefa (com menor custo, envolvimento dos interessados em visitação, preservação dos recursos naturais e culturais dos étnicos, engajamento a outros tipos de turismo, forma de maximização de ganhos, oportunidades e engajamento regionalizado). Os autores traçam ainda um instrumento funcional útil no desenho de Empresa Familiar, e que pode vir em complementaridade aos conceitos oferecidos por Tyler (2001).

Tyler (2001) conceitua as partes de um processo de planejamento para o turismo; trata sobre as definições de objetivos, análise, opções de investimento, desenvolvimento de plano e o *feedback*. Enriquece o seu tratado com a natureza dos planejamentos no eixo do Turismo focalizado por Hall, em cinco abordagens: impulsionista, econômico-espacial, físico-espacial, comunitária e, por último, sustentável. O Quadro 2 a seguir apresenta as características da natureza do planejamento em Hall, que é tratado pelo pesquisador supramencionado.

Quadro 2: Natureza do Planejamento em Turismo como no ecoturismo.

Natureza do Planejamento em Hall , tratada em Tyler (2001).	Características da respectiva abordagem
1. Impulsionista	1.1 Atitude simplista de que o planejamento turístico é sempre bom e proporciona, automaticamente, benefícios para os anfitriões. 1.2 Os moradores das destinações turísticas não estão envolvidos na tomada de decisões, no planejamento e no processo político do desenvolvimento turístico.
2. Econômico-industrial	2.1 turismo como um meio de promover o crescimento e o desenvolvimento em áreas específicas. 2.2 O planejamento enfatiza os impactos econômicos do turismo e sua utilização eficiente para criar emprego e renda para as comunidades e Região.
3. Físico-espacial	3.1 O turismo é tratado como tendo uma base ecológica. 3.2 O desenvolvimento do plano deve ter por base certos padrões espaciais, capacidade ou limitações que minimizariam o impacto negativo do turismo no ambiente físico.
4. Comunitária	4.1 Ênfase no contexto social e político no qual o turismo ocorre. 4.2 Defende um maior controle local sobre o processo de desenvolvimento.
5. Sustentável	5.1 É uma forma integrada de planejamento turístico que procura garantir, em longo prazo. 5.2 Admite o mínimo de deterioração de recursos, de degradação ambiental, de rompimento cultural e de instabilidade social, a segurança dos moradores. 5.3 Tende a integrar características das tradições econômicas, físico-espaciais e comunitárias.

Fonte: Hall (apud Tyler, 2001), Adaptado por Pedro Filho (2009).

Estudo teórico-conceitual que segue em Swarbrooke (2000) permite elaborar cenários construtivistas e praticá-los em formatos inteligentes, apoiado na teoria de sistema. O autor traz recomendações técnicas envolvendo os sistemas de informação, transporte, segurança, saúde, e de acesso a serviços públicos. Os conceitos neste autor mereceram tratamento enfático, principalmente sobre o sistema de informação genérico, posto vislumbrar a possibilidade de interação com a estratégia de Modelagem de Cenário, conforme proposta investigativa.



## **Gestão da informação sobre comunidade ecoturística e sua complexidade**

Swarbrooke (2000) aponta itens essenciais para estruturar informação, adaptáveis à zona e comunidade voltada para o turismo sustentável. Para suprir outras variáveis na complexidade do convívio social, a gestão destas informações é imprescindível e, quando mal administrada, resulta em transtornos no planejamento, na organização, no controle e na coordenação da atividade ecoturística a que se propõe na localidade. Algumas são básicas, como tratadas a seguir, que definem e caracterizam a geografia, biodiversidade e atrativos naturais a serem evidenciados numa proposta de pesquisa voltada para ecoturismo indígena.

### 1) Foco de estudo na geografia

O estudo da geografia para o ecoturismo em Swarbrooke (2000) envolve o mapa geográfico, a sua geologia e geomorfologia; inclui a dinâmica do seu relevo, quando serão apreciadas as planícies, declives, praias, falésias, tabuleiros, várzeas, brejos, recifes, restingas, cordões arenosos e estuários; bacias hidrográficas e o seu escoamento; solos e formações, clima e pluviometria (regime de chuvas). Serão conhecidos os recursos hídricos como os rios, lagos e barragens; montanhas, vales e praias; informação da altura de morro ou elevados; dados das planícies; a existência de cachoeiras e quedas d'água famosas pelo valor cênico podem influenciar o visitante a programar uma estada com roteiro. Imprescindível é saber da temperatura na sazonalidade, para ajustar vestimentas (se frio, levar cobertor, mantas e similares; e se for quente, providenciar roupas leves, utilidades em banho, toalha, e outros.). Por último os dados sobre grutas e cavernas que chamam muitíssimo a atenção dos ecoturistas.

## 2) Foco de estudo na informação básica da biodiversidade

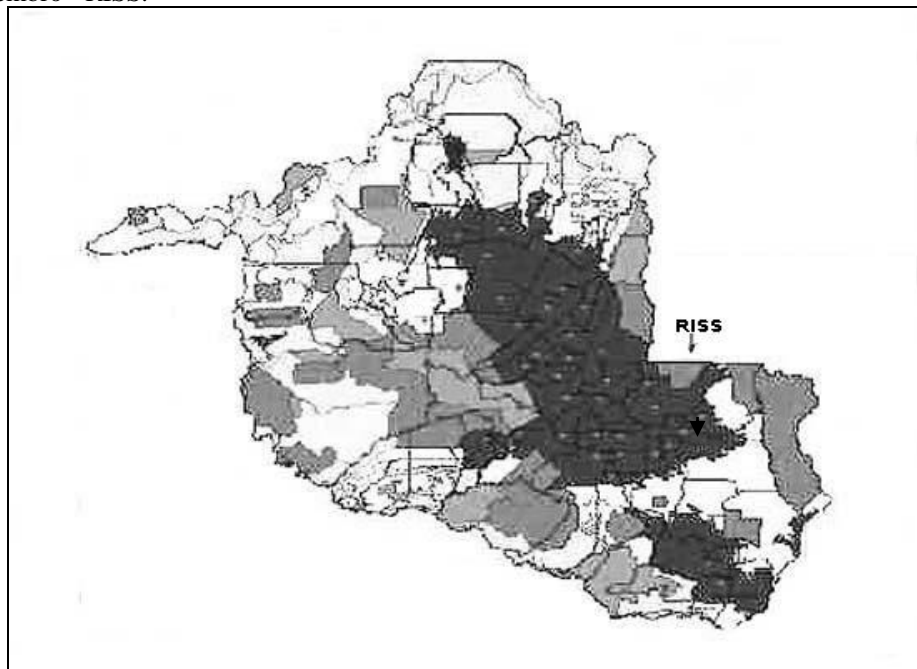
A biodiversidade em Swarbrooke (2000) envolve a vegetação e vida silvestre existentes nos espaços livres, como na Reserva Sete de Setembro. Aprofundando o conhecimento, o interessado buscará detalhes sobre o ecossistema das florestas, caatingas, cerrados, campos rupestres, matas de encostas; tipo de plantas comuns, suas flores exóticas e frutos da terra; o registro sobre lagoas e manguezais é importante, principalmente para a observação da vida silvestre. As áreas de contato ecológico, onde poderão ser encontrados espécimes ornamentais, como as orquídeas de Rondônia, representada na Figura 13; as plantas forrageiras e alimentícias também fazem parte da informação pretendida para um bom apanhado ecossistêmico. A fauna com as aves, mamíferos, répteis, serpentes e os animais em regime de proteção especial (ameaçado de extinção) são registros importantes para o ecoturismo regular. Também a dinâmica atrófica, onde se apresentam a agricultura e a pecuária, deve ser catalogada e registrada a informação, porquanto poderá atrair visitantes para estabelecer negócios entre os residentes locais, maximizando a relação econômica no contexto ecoturístico. Sujeito geralmente ao controle, por se encontrar em condições especiais de preservação, o ecoturismo responsável resguarda a Área Indígena; faz-se imprescindível a compreensão dos sítios de zona de preservação, zona de proteção rigorosa e zona de proteção permanente. A catalogação da biodiversidade é fundamental, principalmente para a conceituação e instrução normativa do acesso e permanência do ecoturista. Neste caso, um apelo ao Zoneamento Econômico-Ecológico de Rondônia será o primeiro passo, conforme se registra na Figura 14, onde se aponta a Reserva Indígena.

Figura 13: Campo natural de orquídeas em Rondônia, Amazônia Ocidental Brasileira.



Fonte: [http://www.sargacal.com/wp-content/uploads/180506\\_1517\\_1024.jpg](http://www.sargacal.com/wp-content/uploads/180506_1517_1024.jpg)

Figura 14: Zoneamento Econômico-Ecológico de Rondônia, apontando a Reserva Indígena Sete de Setembro - RISS.



Fonte: Em linha (Janeiro/2008), página <http://www.cna.org.br/Gleba99/2001/AbrMai/meioam3.jpg> visitada em 06/02/2008.

### 3) Informação complementar sobre os demais atrativos naturais

Para Swarbrooke (2000), os interessados em atividade aquática, como o uso de voadeira (tipo de transporte aquático muito utilizado na Amazônia), barco ou canoa, irão querer saber se possui rios, como o Rio Machado na Região de Cacoal, com profundidade para as suas embarcações. Precisarão saber também sobre corredeiras e existência de cachoeiras nestes rios, bem como se é possível a realização da atividade de pescaria artesanal. Para os que apreciam rapel e voar em asa delta, a informação sobre pico rochoso e elevado é fundamental. Para os que preferem caminhadas, informação sobre as trilhas nos vales, vida silvestre, leitos de rios, beira de lagoas e na mata é igualmente essencial. A depender destas informações, poderá o visitante providenciar fotografias e lembranças inesquecíveis sobre o que a natureza oferece.

Não são poucos os que registram estas lembranças e promovem um marketing especial sobre o local, incrementando cada vez mais a chegada de novos visitantes; esta apelação pode ser útil ou nociva para o ecoturismo, restando para os responsáveis pelos sítios, sejam eles públicos ou privados, adotar a boa gestão sobre o que a natureza está lhes oferecendo gratuitamente.

Um plano gerencial compatível de informação dos atrativos deve catalogar os eventos da manifestação popular, as principais características dos parques, espaços para esportes, mirantes, faróis, centros de cultura e arte indígena, ritmos tribais, artesanato Paiteer Suruí e outros; trilhas e roteiros em geral. Tais registros facilitam o trânsito do ecoturista, além de proporcionar a racionalização do tempo em sua rápida permanência no local.

### 4) Informação sobre a composição da população anfitriã

Segundo Swarbrooke (2000), o conhecimento antecipado sobre a população leva o visitante a refletir sobre o grau de satisfação da sua estada no local. Muitos visitantes esperam

encontrar um sítio ecoturístico simples e isolado, do tipo arraial ou vila, com no máximo mil famílias residentes. Outros preferem estes mesmos tipos de comunidades, porém dispersas uma das outras, formando um “cluster”, sem isolamento. Entretanto, outros ecoturistas preferem se estabelecer em uma comunidade do porte médio, com população em torno de cinquenta mil residentes, mas que possua uma ótima estrutura de arrabalde para o seu ecoturismo; eles esperam encontrar nestes locais uma maior comodidade em termos de atendimento de serviços, como cine-foto, shows e outros. De qualquer modo, a população reflete na idéia que ele terá do lugar.

Uma preocupação é saber como é composta a população, em termos de representação de brancos, negros, índio, mestiços. As comunidades de maioria branca geralmente guardam características ou traços culturais do europeu; espera-se encontrar nestes locais a culinária, ritmos e tradições próximas da sua origem; igualmente, com as comunidades de maioria negra ou índio. Entretanto, nas populações mestiças ou mescladas, as manifestações se expressam com maior riqueza, pela própria natureza da sua formação, esboçando tendência na complexidade desta mescla das origens.

##### 5) Informação sobre as características e relações culturais do povo anfitrião

As relações culturais são reflexos da composição da população local, segundo Swarbrooke (2000). A cultura popular guarda estreita relação com o passado histórico de uma raça. Os índios, portugueses e negros africanos foram os responsáveis pela matriz cultural e pela miscigenação básica da cultura, credo e raça indígena, em particular na Região da Amazônia, cenário deste estudo.

A manifestação das características são expressões da tradição colhida dos antepassados, guardadas e posteriormente expostas ao visitante. Embora inexistam catalogações comercializadas, o visitante prefere conhecer como se pretendesse reviver todo

o acervo diante de olhares persistentes e curiosos. Os usos e costumes locais também são registros de fundamental importância; referem-se ao folclore, como a sua crença, dança e música, trajes e ritmos; as iguarias, o seu artesanato, um conjunto de informações que denotam a expressão popular da comunidade, como se fosse retrospecto fotográfico essencial que satisfaz o conhecimento daqueles interessados nos fatos reais da vida local. Nas zonas de achados arqueológicos, encontram-se escrituras e representações rupestres de valor inestimável, significativos na representatividade da cultura histórica e interessante para um visitante em ecoturismo.

#### 6) Informação sobre as características dos interessados, visitantes ou não

Importa ao visitante conhecer os interessados pela zona e comunidade ecoturística, de acordo com Swarbrooke (2000). Segundo ele, cria conceito quanto a possíveis conflitos, avaliação quanto a grupos de pressão, anotação referente a fatos políticos e institucionais que possam refletir na sua permanência ou não no local, salvo nos casos de estudo e investigação científica, quando a sua observação direta se faz imprescindível. Inúmeros são os interessados pelas diversas zonas e comunidades; alguns serão tratados aqui.

No Brasil, o maior interessado é o poder público, por intermédio de seus organismos fiscalizadores; então as áreas de significativa expressão ecoturistas, na maioria das vezes, estão vinculadas ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação, sendo a sua visitação relacionada com a Síntese dos Objetos de Manejo destas Unidades, tudo em conformidade com a orientação do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Para estruturar a gestão destas áreas de seu interesse, a administração pública brasileira classifica em três as categorias: de Proteção Integral, de Manejo Provisório e de Manejo Sustentado. A Categoria de Manejo Integral orienta quatro modalidades de sítios, que são as Reservas Ecológicas, os Parques Nacionais, os sítios de Monumento



Nacional e os sítios de Refúgio de Vida Silvestre. Enquanto a Categoria de Manejo Provisório busca manter garantias de certos atributos, impedindo a degradação até que um Plano de Manejo vincule a sua utilização, as zonas da Categoria de Manejo Sustentado admitem sítios de Reserva da Fauna, Área de proteção Ambiental (com rigoroso controle), os sítios de Floresta Nacional e os de Reserva Extrativista.

A administração governamental nos Estados e Municípios procura impor uma gestão nos sítios de interesse ecoturístico. Quando não são privados, adota Áreas de Proteção Ambiental e admite estrutura similar para que atenda a mesma política nacional de meio ambiente. Quando as zonas ecoturísticas são privatizadas, os seus proprietários procuram seguir orientação de biólogos e engenheiros florestais, que geralmente estes proprietários de grandes áreas contratam a fim de prestar-lhes consultoria.

São nos sítios ecoturísticos privados que geralmente se instalam hotel-fazenda, hotel-de-selva, pousadas estilizadas, grutas privadas, trilhas particulares abertas sob critérios técnicos, lagoas e dunas exploradas por visitantes, morros e elevados famosos para a prática de rapel, riachos para a pescaria artesanal, mangues e demais espaços para observação da vida silvestre. Inobstante alguns proprietários procurem consultoria para empreender atividade ecoturística em seus espaços privados, a carência de profissionais para suprir este tipo de serviço especializado é lamentável, motivo de ocorrências de variadas modalidades de degradação.

Em alguns sítios ecoturísticos ocorre adoção de comunidade por grandes grupos privados; eles investem em áreas naturais onde implantam os resorts, hotéis ou pousadas, com cenários ecológicos, como o Praia do Forte Eco Resort & Talasso SPA, no litoral do Estado da Bahia, Nordeste do Brasil. De fato, o nível de conscientização e de informação dos habitantes é irrisório nos países do terceiro mundo; embora reconheçam o significativo valor turístico da sua região, não têm alcance para medir a extensão da sustentabilidade no seu

espaço. Inicialmente desconfiam dos empreendedores, questionam os seus objetivos e aguardam alguns benefícios que possam trazer uma estrutura empresarial na comunidade.

Os interessados externos passam a adquirir a confiança dos habitantes locais, ao oferecerem salários irrisórios por uma força de trabalho sem treinamento adequado. A inserção não difere muito daquela adotada pelos colonizadores medievais contra os índios brasileiros. Percebe-se que a força de trabalho explorada na comunidade geralmente é para a construção civil, quando os residentes atuam como ajudantes de obras da engenharia; concluída a edificação, muitos são aproveitados como serviçais nas atividades da infraestrutura turística.

Embora admitam Plano de Manejo sustentável, os indivíduos geralmente são excluídos da relação de troca, resultando em desajuste econômico. Mas a pressão dos meios de comunicação sobre a miséria distribuída nestas coletividades passa a ameaçar o conceito dos estabelecimentos perante os ricos clientes visitantes; é neste ponto que os empregadores passam a conceder certos tipos de assistência, absorvendo o residente com muita dificuldade, pois os habitantes na maioria são analfabetos, não estão capacitados e apresentam características rudes para absorver normas de serviço e regras internacionais de trabalho. Com o advento da certificação da responsabilidade social, este ajuste cobrado terá um desdobramento sem precedentes.

#### 7) Informações sobre a ideologia política dominante

Para Swarbrooke (2000), conhecer informações sobre o domínio político preserva o ecoturista de enfrentar situações de vexame na sua visita. Grupos radicais oferecem risco ao menos incauto; quando dominam determinada zona turística, procuram impor regras não muito bem aceitas pelos que se propõem a visitar o sítio ecoturístico e gastar alguma importância que contribuirá para a formação da receita municipal; em geral, estes mesmos

grupos são orientados por ideologia política incompatível com as regras liberalizantes seguidas pelo visitante, daí o desconforto. Na região de Cacoal, por exemplo, os obstrutores do desenvolvimento local trazem as amarras do medo sobre as populações excluídas, que os angustia e fragiliza sobremaneira.

Segundo Swarbrooke (2000), para o ecoturismo é saudável quando a política local é oriunda de partidos comprometidos com a causa do meio ambiente. Para ele é certa a garantia de encontrar áreas de significativa expressão de beleza natural; por outro lado a educação ambiental exige do visitante uma conduta especial dele com relação aos sítios preservados. Inobstante, os grupos irresponsáveis, oriundos de sistemas políticos descompromissados com a causa ambiental tendem a desgastar as reservas ecológicas, entregando as comunidades à indústria poluidora, sem dar-lhes um saneamento básico adequado, devastando as suas florestas, impactando negativamente nas condições de vida e saúde dos residentes locais.

Os sistemas capitalistas e os socialistas geralmente divergem quanto ao tratamento do meio biótico utilizado para o ecoturismo. Os primeiros poluem com a pressão econômica industrial e pela concorrência desenfreada; os seguintes, na sua decadência, fazem descaso com a conservação ambiental, porquanto não dispõem de recursos financeiros para gerir a massa ecológica; eis porque o ecoturismo em países socialistas sequer é citado nos levantamentos científicos. Porque os partidos socialistas acompanham as orientações ideológicas comuns, então é de se esperar sempre que nos sítios cujo domínio partidário é desta ideologia, a perspectiva é encontrar péssima qualidade para o ecoturismo, salvo raras exceções. A visão e orientação genérica para o ecoturismo são relacionadas a acordos, convenções e tratados internacionais para o meio ambiente e desenvolvimento sustentado; por esta razão as comunidades lideradas por políticos socialistas, tendem a divergir destas regras regulamentares; daí as favelas invadindo as áreas preservadas, inexistência de padrão

comportamental e ausência de princípios para educação ambiental dos envolvidos no processo de ecoturismo. Conforme apanhado primário, os socialistas acreditam que criar “design” ecoturístico é contrapor-se ao uso natural da terra pelos indivíduos.

#### 8) Informações sobre os interessados grupais

Swarbrooke (2000) sugere que as comunidades ecoturísticas mantenham os seus grupos originais voltados para os interesses da própria sociedade local. Enquanto não são influenciados por grupos econômicos externos, os residentes guardam as suas perspectivas em conservar a tradição, os bens dos seus antepassados, prevendo o futuro dos seus descendentes; esta seria a trajetória da sustentabilidade. Muitos pais de família, entretanto, enviam os seus filhos menores para uma educação fora da comunidade, a fim de conclusão de estudos médio e superior, geralmente em cursos voltados para a engenharia, medicina ou direito. Esses retornam influenciados pela possibilidade de mudança do padrão de vida local, formando grupos progressistas. Passam a projetar indústria, melhoria agrícola, ampliação das condições de saúde e transporte para os residentes. Pretendem trazer adequação na estrutura socioeconômica, aproximando dos padrões que conheceram durante a sua ausência da comunidade onde nasceram. A Figura 15 apresenta uma agroindústria leiteira em Rondônia, surgida pela concepção progressista dos que retornaram dos estudos.

Porém, longe de um espírito conservacionista, não valorizam a idéia de mobilizar esforços contra o desequilíbrio ambiental. Outros, porém, trazem idéias avançadas de desenvolvimento sustentado e passam a promover estudo de impacto, avaliação multidisciplinar; enfim, comprometem-se com o desenvolvimento sem degradação ambiental.

A vida da comunidade, no geral, depende das ações de liderança conservadora ou progressista que precisam ser bem interpretadas por quem observa estes convívios sociais. Uma proposição é entender a complexidade da formação familiar local, seus estímulos e

tendências, como as lideranças interagem e como as suas ações afetam a atividade ecoturística local. Estes registros são básicos para aqueles que pretendem, principalmente, instalar negócio ou adquirir patrimônio em zona voltada para o turismo sustentado.

Figura 15: Agroindústria em Rondônia. Empreendedorismo local por assimilação.



Fonte: Em linha, pagina

<http://images.google.com.br/images?q=AGROIND%3%9ASTRIA+EM+ROND%3%94NIA&gbv=2&hl=pt-BR&start=20&sa=N&ndsp=20> pesquisada em 03/04/2008.

### **Conceituação do Ecoturismo Indígena**

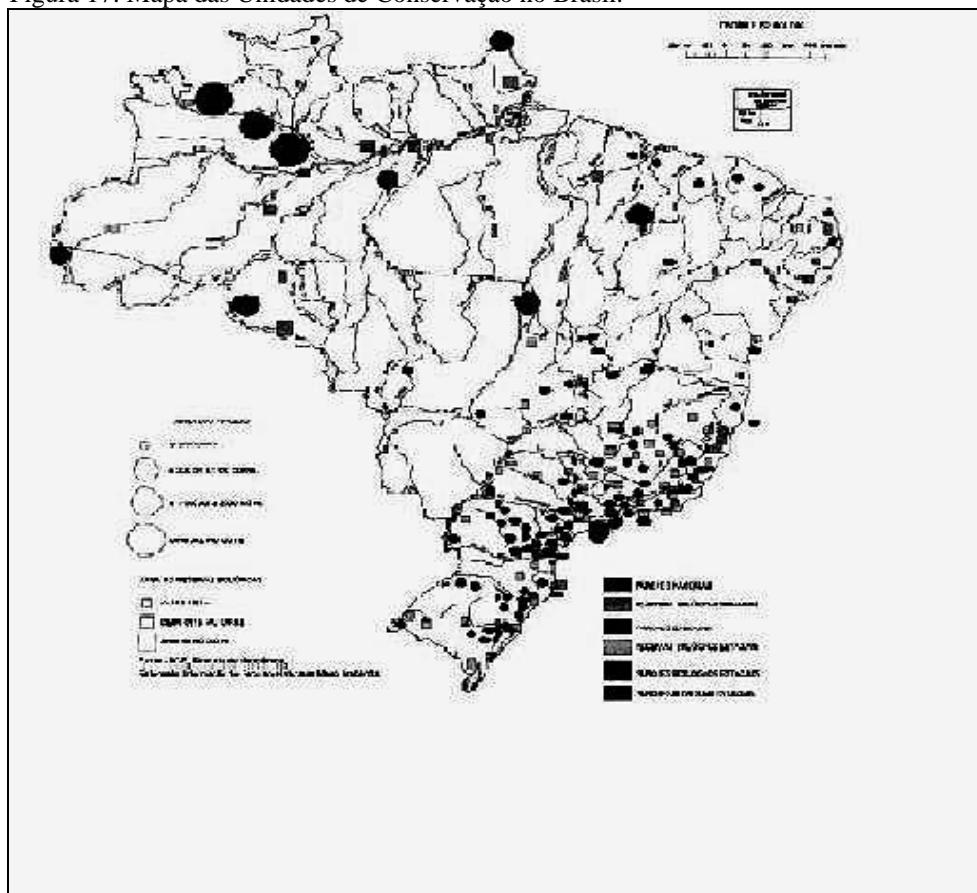
O conceito de ecoturismo vem sendo aquele oferecido por quem o utiliza, sem considerar a sua interpretação lógica. Mas existem os que conceituam este tipo de atividade como turismo sustentável, viagem verde, ecoviagem, turismo responsável, viagem de aventura, turismo cultural, turismo ecológico e viagem com base na natureza, todos correlacionados. O ecoturismo indígena requer o seu conceito próprio, porquanto desestruturado em um país como o Brasil, onde a maior parte dos espaços ambientalmente intactos se encontra em territórios indígenas, como nas Figuras 16 e 17.

Figura 16: Territórios Indígenas no Brasil



Fonte: [http://www.lago.com.br/acervo/Mapas/imagens/POVOS%20INDIGENAS\\_jpg](http://www.lago.com.br/acervo/Mapas/imagens/POVOS%20INDIGENAS_jpg)

Figura 17: Mapa das Unidades de Conservação no Brasil.



Fonte: <http://www.ultimaarcadenoe.com/mapaucs.jpg>

Estudo do objeto permite conceituar ecoturismo indígena como sendo a atividade econômica sustentável, desenvolvida em território clânico para o lazer, entretenimento e conhecimento de cultura exótica, tendo como principal atrativo usufruir os espaços naturais em interação com os índios. Porém Janer & Mourão (2003) conceituam o ecoturismo indígena ou Turismo em Terras Indígenas como sendo:

“ Atividades que proporcionam ao visitante a troca de conhecimentos, vivência e experiências culturais; regionalismos e marcas de miscigenação racial possuem grande interesse turístico, tais como a gastronomia, a música, o artesanato, as vestimentas. Modos de vida, tais como atividades de lida com o gado, de pesca, de fabricação de medicamentos e cosméticos naturais entre outros, agregam valor cultural ao roteiro ecológico”. (Janer & Mourão, 2003, p. 164).

Pedro Filho (2009), porém, prefere aderir ao mesmo conceito da International Echotourism Society, ao definir o ecoturismo indígena, como sendo a viagem responsável, para áreas onde conservem o meio ambiente, respeitem os aspectos socioculturais e o patrimônio étnico, em promoção do bem-estar da comunidade indígena anfitriã, mediante o pagamento pela estada no sítio liberado.

Como se depreende da definição formulada por Pedro Filho (2009), para a execução da atividade ecoturística em terras indígenas é recomendável rigor especial no seu planejamento, pois as conseqüências negativas podem ser irreparáveis; o plano desestruturado envolve risco, não apenas sobre o patrimônio sociocultural das tribos, mediante influência na via do seu acultramento, como também lesão significativa ao meio ambiente por pessoas desprovidas de educação ambiental. Portanto o planejamento estratégico é uma providência imprescindível, e a capacitação dos visitantes, por meio de



programas específicos, é recomendada ser na etapa anterior à sua chegada ao sítio ecoturístico indígena.

O empreendedor em Rondônia, ao se envolver com o futuro negócio em adesão à proposta do ecoturismo indígena, embora venha a realizar emprego e renda em escala na Região Amazônica irá se comprometer com a sustentabilidade lançada sobre a filosofia preservacionista e conservacionista, na forma dos protocolos racionais disponibilizados. Honey (1999), pesquisadora em turismo, classifica o que considerou como sendo os sete pontos princípios do ecoturismo: envolve viagem para destinos naturais (1); minimiza impactos negativos no meio ambiente (2); constrói uma consciência ambiental (3); fornece fundos diretos para conservação (4); fornece fundos para outorga de poder para pessoas da região (5); respeita a cultura local (6) e apóia os direitos humanos e os movimentos democráticos (7).

Estudiosos do etnodesenvolvimento têm se defrontado com questões relevantes na relação econômica com o turismo ecológico, que é a comunicação entre os tribais e os visitantes. Os ecoturistas geralmente chegam ansiosos por estabelecer um diálogo com o índio na tribo visitada, porém a língua materna do clânico não possui sons léxicos similares aos da língua portuguesa, formando desta sorte um hiato severo no contato verbal. Uma solução seria a capacitação dos anfitriões indígenas, utilizando a língua portuguesa na comunicação, antes da implantação das estruturas com receptivo, guias de trilhas e outros. Nos dias atuais os povos tradicionais estão oferecendo seus artesanatos ao longo das rodovias existentes na Região da Amazônia Ocidental, e esta ocorrência vem sendo interpretada equivocadamente como turismo; o fato demonstra a falta de informação do viajante.

O analfabetismo escamoteado vem sendo um agravante a ser considerado. A falta de leitura e a resistência ao conhecimento de muitos visitantes na Região Amazônica é sem dúvida um fato a ser reparado na realidade do turismo ecológico. Muitos estão chegando

como meros espectadores, objetivando atividade de pescaria, fotografias, sondar a degradação com desflorestamento e queimadas; outros estão interessados em “ver” o índio, obter uma rápida experiência do seu xamanismo, conseguir levar algumas ervas medicinais que lhe disseram ser úteis para determinada enfermidade existente entre familiares, e abastecer-se de imagens para mostrar aos amigos nas suas cidades de origem; este não é o conceito de ecoturismo. Por outro lado, grupos de pesquisadores estão interessados em resolver a questão da relação turismo versus sustentabilidade nesta região.

Faria (2005) traz relatório significativo que remete a visão de como definir conceito de ecoturismo indígena. Ao se referir especificamente a esta atividade na Amazônia, ela aponta que a maioria dos complexos se encontra próximo da Capital do Estado do Amazonas. Estão situados em Unidades de Conservação, em Reserva Ambiental ou em Terras Indígenas, sempre na imediação do espaço que aprenderam a chamar de Corredores Ecológicos, como se toda a Amazônia não o fosse. É com o Projeto de Gestão Ambiental de Terras Indígenas que o primeiro passo para a gestão do turismo indígena passa a adquirir contorno técnico; porém a inexistência de políticas públicas para o turismo em território indígena é o principal obstáculo que o governo tenta superar com uma série de projetos inutilizados, uma vez gerados à margem da realidade sociocultural dos povos tradicionais. PDA, PDPI, PROECOTUR, PNMT e PPTAL são algumas siglas que não merecem, sequer, trazer o seu significado nesta tarefa, mas importa registrar como abuso, pois não vem oferecendo retorno no ponto de vista lógico, de gestão ecoturística indigenista; tanto é que a atividade específica não existe de fato no Brasil.

Embora Cruz (2000) seja simpatizante a tantos programas, a maioria destes projetos é financiada por agências internacionais, portanto longe da tutela governamental no país. Pressupõe-se que são intervenções voltadas para a fixação de agentes estrangeiros, interessados muito mais em se manter presentes no que anseiam como Primeira Reserva

Internacional de interesse global; senão considere os empreendimentos de grande porte, a preços exorbitantes, instalados dentro da Floresta Amazônica. Resta assim concluir, quanto ao item do ecoturismo indígena, que as raras publicações deixam uma lacuna no aporte técnico da estrutura ideal para uma atividade frágil, como a tratada neste trabalho investigativo.

### **Evolução conceitual de Empresa Familiar**

Semler (1988) abordou acerca do desempenho que considerou comum às Empresas Familiares. Destacou significativos aspectos de natureza essencialmente técnica, como: agilidade de processos, com reduzida complexidade técnica; criatividade na estrita necessidade organizacional; informalidade e horizontalidade no sistema de comunicação e decisão; crítica insubsistente dos seus negócios; visão estratégica em longo prazo despercebida; intenso paternalismo prejudicando o aspecto profissional; falta de compromisso social; modernização administrativa e técnica, bem como controle de custos, lucro e resultados vistos sob sua totalidade.

Seguindo a abordagem de Semler (1988), afirmações relativas à operacionalidade das Empresas Familiares merecem reflexão, porquanto o referido autor se posicionou de forma técnica quanto ao desempenho genérico. Porém, quanto à rotina envolvendo práticas de resultado, não pareceu guardar a mesma substância; deixou transparecer uma conduta que impacta frontalmente com as características que enumerou. Desta forma, o seu estudo traz indagações relativas a comprometimento dos entes familiares com as rotinas gerenciais. Abandonou a tenacidade no seu tratado, ao vislumbrar que é o ente familiar que exerce a gestão; por isso ele geralmente não se dá a preocupação com o controle em geral, e no particular com o fisco. As suas observações sobre controles diários, eventos como vendas

sem emissão de nota fiscal, e burla da legislação previdenciária, trabalhista e fiscal de forma natural, podem ser inconsistentes, pois estes casos não resistiriam a um teste de confirmação.

A falta de preocupação com um rigor de controle também não condiz com a história de empreendimentos que prosperaram até se tornarem uma multinacional familiar, como apontado no Quadro 3, a seguir lançado neste estudo. Sendo a administração realizada pelo proprietário-membro da família, geralmente ele contrata um profissional autônomo de contabilidade, justamente para inclusão das medidas de controle e, mediante a escrituração patrimonial compatível, evitar as penalidades fiscais. O autor refere-se a vícios, como favoritismo nas contratações, priorizando o ente familiar em detrimento da competência técnica profissional; este é um fato relativo, pois é comum os líderes clânicos contratarem cursos de capacitação para atender regras meritocráticas que venham a render confiabilidade gerencial. Quanto ao vínculo de lealdade à gestão e à reputação do nome da família ao negócio, tratado pelo autor, seria plausível considerar que não poderia ser diferente, pois é fundamental o engajamento satisfatório de uma história de reconhecimento público para efeito de marketing empresarial.

Leach (1998, p. 36) segue outra linha de interpretação sobre as Empresas Familiares, abordando aspectos emocionais da relação clânica no negócio. Nesta trajetória, o autor afirma que a questão sucessória passa a ser o principal problema, e cita os momentos difíceis para o pai no ato decisório de indicação do seu substituto na liderança do empreendimento. Para o autor, o genitor do clã estará se voltando para a realização dos sonhos de um filho ou uma filha, sem deixar de medir os aspectos relativos à competência e lealdade, dois institutos considerados basilares para o prosseguimento saudável do negócio.

Seguindo a sua abordagem, Leach (1998) traz um caso ilustrativo considerável, de natureza emocional, ao registrar a desconfiança do Diretor de Marketing com relação ao seu irmão, que é Diretor Financeiro em uma Empresa Familiar. O primeiro fundamenta que,

quando criança, o outro costumava roubar-lhe os seus brinquedos. É lógico que, no contexto de negócio entre dois profissionais neste nível, tal argumento é improcedente; porém, na abordagem das correntes mentais tratadas neste trabalho investigativo, o caso ilustrativo leachiano traduz significativo motivador de conflitos em uma organização familiar. Remover lembranças da infância, guardadas na memória inconsciente do adulto emocionalmente fragilizado, traz reflexos na sua conduta funcional. Tanto que Bernhoeft (2004) é enfático ao considerar que o executivo de uma Empresa Familiar deverá conseguir um equilíbrio entre as suas suposições racionais e as questões de natureza estritamente emocional, contidas nas suas remotas lembranças da infância.

Os estudos em Leach (1998) e Bernhoeft (2004) indicam uma correlação entre as experiências emocionais e os negócios na empresa familiar. Abordaremos aqui aspectos sociológicos de uma empresa clânica voltada para os serviços de turismo e hospitalidade, na forma abordada por Goeldner (2002, p. 217). Este autor tratou dos efeitos do turismo sobre a família que pareceu oportuno no enfoque em que a empresa clânica se volta para atender a interesses de famílias. É o turismo uma atividade voltada para viagens, e o ecoturismo é uma das propostas para as destinações de convívio com a natureza intocada, como advém no presente trabalho investigativo. Nesta concepção, considera-se que tais práticas de deslocamentos dificilmente saem do cronograma das férias e tempo livre familiar, quando os pais e filhos se dão à emoção da escolha de um bom roteiro, preparação com expectativa de seguir para a realização de sonhos, como chegar à Amazônia Ocidental e conhecer novas culturas e formas de convivência, dentre outros objetivos das famílias. O referido autor afirma ser memorável estes momentos no lar. Para ele, “viajar em família também pode ser educacional. Quanto mais adequada e educacional uma viagem se torna, mais benefícios ela traz. Estudar antes de fazer uma viagem e aconselhar-se com especialistas pode maximizar os

benefícios de uma viagem”. Aqui entra a visão do empresário clânico como assessor ideal na construção de um bom roteiro de viagem.

A abordagem goeldneriana possibilita a interface empresa familiar versus família em turismo; o desempenho de uma empresa familiar poderá ser compatível com os interesses da família viajante, senão seja permitida uma reflexão sobre o Quadro 3 a seguir.

Quadro 3: Interface da Empresa Familiar e o viajante em ecoturismo.

Desempenho da Empresa Familiar em Semler (1988)	Interesses da família viajante em Goeldner (2002)	
	Na programação da viagem	No receptivo ecoturístico
1. Agilidade de processos	1.1 Rapidez nas consultas formuladas.	1.1.1 Desenvoltura nas soluções do cliente em trânsito.
2. Criatividade	2.1 Elaboração de variedade de opções e roteiros.	2.1.1 Link para gerar novas atrações.
3. Informalidade	3.1 Comunicação e decisão abertas.	3.1.1 Eficiência no feedback nas soluções.
4. Visão Estratégica	4.1 Condução de interesses vantajosos para a família interessada e a empresa familiar.	4.1.1 Construção de cenário para surpresas agradáveis da família em trânsito.
5. Controle de custos, lucro e resultados.	5.1 Possibilitar vantagem competitiva no preço, no orçamento da família usuária e na eficácia do negócio.	5.1.1 Construção de link com o receptivo para concessão de descontos, brindes, distribuição souvenir.

Fonte: *Constructos* do autor.

### **Aspectos do poder, domínio e obediência na Empresa Familiar**

Segundo Kennedy (2004, p. 11), no início do Século XX, os chefes da Família Real Britânica e a Máfia Siciliana se proclamavam predecessores de uma prodigiosa Empresa Familiar, a julgar os resultados vantajosos avaliados por estes mandatários dinásticos. Desta forma, um bom negócio na percepção destes mandatários seria o ganho monetário em volume incomum, partindo da obediência dos súditos; e a lucratividade do empreendimento envolvendo os riscos, pois esta é a finalidade de uma empresa. A regra de obediência paterna

é lançada sobre os fiéis que sustentam os cofres monárquicos, evitando serem julgados pelo crime de "Lesá Majestade", ou a "pena de execução" contra os insurgentes. Ao considerar a visão do autor, é possível afirmar que, no Reino Unido, o governo resistiu em distribuir os benefícios aos súditos, naquela época, apesar da prosperidade econômica decorrente da arrecadação oriunda dos negócios; a barganha é demonstrada no Quadro 4, logo abaixo. Por outro lado, na Região da Sicília sob o domínio do terror, o poder funcionava mediante a lealdade dos súditos, para suprimento do tesouro como contrapartida dos riscos da "grande família", beneficiando com justiça os integrantes, conforme estudo efetuado para esta tarefa.

Quadro 4: Políticas Sociais Financiadas pelo Estado na Inglaterra.

Tipo de Política ou Benefício	Até 1860	Depois de 1870
1 ) Seguro Social	NADA (Exceto a Lei dos Pobres modificada desde 1834)	Aposentadoria por Idade. Pensão por morte ou Invalidez, seguro-doença; seguro-maternidade, seguro-desemprego e salário-família.
2 ) Assistência à Saúde	NADA (Exceto asilos de loucos, vacinação e serviços de saneamento ambiental )	Assistência Livre e Gratuita e Integral à saúde de toda a população.
3 ) Educação	NADA	Educação livre e gratuita para todos, Escolaridade compulsória durante 10 anos (elementar e secundário) para todos os indivíduos em idade escolar. Educação Superior custeado pelo Estado.
4 ) Habitação	NADA	1/4 das moradias são promovidas ou subsidiadas pelo Estado que regula, também, os aluguéis privados.
Gastos Sociais como Porcentagem do Pib	1 A 1,5 %	18%

Fonte: Gouth (1979).

Esta abordagem do autor remete à reflexão quanto ao reconhecimento público da influência da família na sociedade onde implanta sua atividade econômica; aborda ainda sobre a aceitação social do desempenho empresarial, como fator de aprovação ou não. A responsabilidade social da dinastia pode favorecer o conceito da atividade, de tal forma, que o



observador jamais estabelecerá comparação tão absurda como a trazida pelo autor ao abordar a influência do poder de uma família sobre a sociedade.

Kennedy (2004, p. 11) registra também a forma como as dinastias controlam a sociedade, na via da influência política, lembrando famílias que serviriam de referência de poder, como os Kennedy dos Estados Unidos, os Gandhi na Índia e os Guinness na Irlanda. Existem também aquelas famílias que marcaram a economia em determinados países; o reconhecimento do nome destas famílias poderá ser associado a empreendimentos econômicos respeitados internacionalmente, e o Quadro 5, a seguir, aponta doze Empresas Familiares multinacionais que exercem importante influência econômica no mundo.

Quadro 5: Doze empresas familiares multinacionais.

Nome da Empresa Familiar	Posição do negócio	
	Ramo de Negócio	País
Fiat - Fabbrica Italiana Automobili Torino	Automobilístico	Itália
Honda Motor Company, Limited (Figura 18)	Automobilístico	Japão
Lauder / Harrolds	Perfumaria	Estados Unidos
Levi Strauss & Co	Indústria da Moda	Estados Unidos
L'Oreal	cosméticos	França
Manufacture Française des Pneumatiques Michelin	Pneumático	França
Marriott International, Inc.	Hoteleiro	Estados Unidos
Mars, Incorporated	Alimentos	Estados Unidos
Remy Cointreau	Bebidas	França
Seagrams	Bebidas	Canadá
Toyota Motor Corporation (TMC)	Automobilístico	Japão
Woolworth	Supermercado	Espanha

Fonte: Kennedy (2004). Empresa familiar: apellidos que han triunfado.

Argentina: Editorial Ariel, 2004. p 13.

<http://site.ebrary.com/lib/bibliouaasp/Doc?id=10065072&ppg=13>

Leone (2005) conceitua Empresa Familiar como sendo o empreendimento que mantém controle na relação de propriedade e de gestão, com o membro de um clã gerenciando administrativamente o capital para o sucesso da atividade. No Brasil, um exemplo de Empresa Familiar de sucesso são as Organizações Globo de Televisão, fundada por Roberto Marinho e hoje gerida pelo seu filho.

Figura 18: Sede da empresa familiar Honda Motor Company, Limited



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Honda\\_aoayama.JPG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Honda_aoayama.JPG)

A Revista Fortune publicou, em Julho de 2007, que aproximadamente 40% (quarenta por cento) das 500 maiores empresas norte-americanas é de natureza familiar. Possuem características comuns, conforme abordado desde Gandra (1999), podendo ser classificadas em dois grupos: o grupo de pequeno e médio porte, geralmente de capital fechado, com a sua atividade controlada por um membro direto da família; e o segundo grupo, formado pelos empreendimentos de grande porte e de capital aberto controlado de forma descentralizada, e neste caso a gestão poderá estar sendo delegada, porém o controle do capital está sempre vinculado a um membro clânico.

Segundo Leone (2005), é a sucessão a fase mais crítica de uma Empresa Familiar, pois geralmente traz severos conflitos que refletem até mesmo na continuidade do empreendimento. Para o autor, o histórico de progresso na empresa deve ser ajustado por ciclo, quando deverá também ser decidido o processo sucessório. Geralmente o negócio se inicia quando a família ainda é economicamente frágil, porém, com esforço colaborativo, chega-se a um empreendimento de médio ou grande porte, com acúmulo de riqueza para a família. Este ciclo de vantagens gera cobiça por cargos de comando entre os membros,

sempre com histórico de conflitos internos em diferentes graus. A sabedoria do chefe da família é fundamental em cada um destes estágios, para que se evite desunião entre os familiares durante os ciclos de mudança econômica da Empresa.

### **Aspectos de Responsabilidade social da empresa familiar na exploração ecoturística**

As funções de uma empresa familiar voltada para o ecoturismo são derivadas da própria atividade do turismo sustentável: Função Ambiental, Função Econômica, Função Social e Função Política. No desempenho da Função Ambiental, o empreendimento ecoturístico desenvolve ações voltadas para conservação, preservação e estética. A ação de conservação empreendida pela empresa familiar na exploração ecoturística é voltada para o interesse de manutenção dos valores substantivos do meio ambiente, evitando a rapidez no seu desgaste natural proveniente do uso contínuo pelos visitantes. A conservação minimiza os impactos ambientais, prolongando as características físicas do espaço natural. Como o empresário sabe que o ambiente natural é objeto de desejo do consumidor dos serviços ecoturísticos, ele busca, com o conservacionismo, atender a esses interesses de mercado. A ação de preservação visa a impedir desgastes forçados e está voltada para o protecionismo do meio ambiente contra a falta de educação ambiental do visitante; como a corrida exploratória provoca rápida destruição ambiental, as medidas aqui se reportam ao impedimento dos impactos negativos sobre a natureza. As ações estéticas visam a adicionar particularidades incomuns voltadas para a arquitetura adaptativa, complementares ao espaço cênico natural; referem-se às intervenções, como trilhas temáticas edificadas, hospedarias estilizadas, adaptativos de urbanização com uso da arquitetura ambiental e de outras formas que valorizem o espaço para o receptivo e hospitalidade ao visitante.

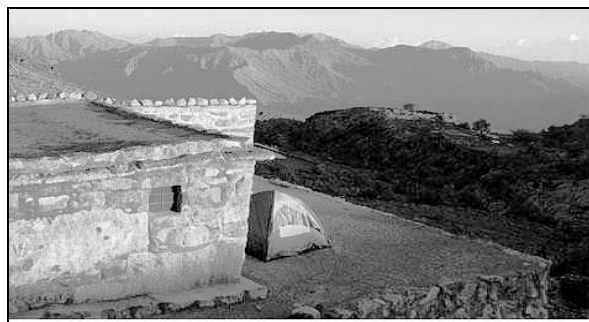
A Função Econômica da Empresa Familiar voltada para o ecoturismo se refere à geração de emprego e renda, utilizando da mão-de-obra do residente. Esta função é de efeito sinérgico, pois, além de integrar os fatores da economia (salário, renda, impostos, produção e pleno emprego), contribui também para o desenvolvimento regionalizado. A aplicação do conceito de *cluster* integra a função econômica das empresas interligadas para o ecoturismo; constitui-se de rede empresarial que se agrega em um determinado espaço geográfico.

Estudo aponta que os sociólogos ambientalistas apontam o meio ambiente como sendo a terceira força produtiva; e não há como negar que uma empresa familiar voltada para o ecoturismo utiliza de fato o patrimônio ambiental, na maioria das vezes a custo zero, pois, segundo estes investigadores sociais, tais fatores econômicos de natureza ambiental são autoproduzidos. E o empreendedor soma a este patrimônio a harmonização, trazendo estalagens e força de trabalho do residente para suporte ao negócio proposto. Segundo estes sociólogos, a função empresarial neste caso vem se opor à economia de escala, pois quanto mais exótico for o meio ambiente utilizado como matéria-prima do negócio, maior valor agregado terá perante o consumidor.

A Função Social da Empresa Familiar voltada para o ecoturismo está relacionada ao seu papel na concretização de benefícios concretos que ela poderá trazer para uma comunidade. Refere-se ao respeito aos interesses comunitários, ao seu papel como vetor de progresso dos residentes, a sua contribuição para o resgate dos atributos culturais, como a dança, música e artesanato que caracterizam a comunidade local. Esta função se reporta ainda à contribuição que pode trazer para a mudança de estilo de vida do residente; provoca uma sinergia de sucesso na interação de espaços antes esquecidos no tempo, e que podem passar a ter uma referência no cenário nacional, por conta do papel desempenhado pela empresa familiar, na prática de receptivo de qualidade que os diferenciam de outros sítios conhecidos pelo visitante.

A Função Política da Empresa familiar voltada para o ecoturismo se reporta à decisão pelas mudanças requeridas pela região e que somente por meio de empreendimentos de negócios poderia fazer ocorrer ao longo de uma história. As lideranças regionalizadas estarão engajadas pelo efeito multiplicador que mobiliza a comunidade residente na busca do seu próprio sucesso. E junto com estas perspectivas, surgem normas de conduta, regras para a chegada e estada no sítio ecoturístico, composição de forças entre os residentes, decisões compartilhadas e outras ações de caráter essencialmente político na localidade. Estudo da Empresa Familiar trouxe sobre John Falcheto, microempresário na Região de Ras al-khaimah, na Arábia Saudita; ele passou a explorar o Mountain Extreme (Extremo da Montanha), implantando no sítio ecoturístico uma espécie de acampamento para aventureiros desejosos em atingir aquele cenário exótico, como registrado na Figura 19; foi com este empreendimento que o empresário lançou a filosofia “Leave no Trace” (não deixe nem o rastro), que revela mundialmente o rigor da educação ambiental entre os viajantes da natureza, mediante uma política empresarial.

Figura 19: Estalagem ecoturística estilizada em Mountain Extreme, na Arábia Saudita.



Fonte: [http://images.usatoday.com/travel/\\_photos/2006/10/09/topper-dubai.jpg](http://images.usatoday.com/travel/_photos/2006/10/09/topper-dubai.jpg)

### **Elementos impeditivos do ecoturismo sustentável na Amazônia Ocidental**

O estudo sobre os fatores impeditivos do ecoturismo tem apoio em Swarbrooke (2000), quando trata de aspectos fundamentais para a reflexão do empreendedor ao decidir por uma atividade no ramo. O autor traz os seguintes impeditivos: corporativismo, inexistência de modelo, concorrência, desestímulo do ecoturista, fatores supervenientes, falta de experiência, barreiras da experiência passada do empreendedor e o desinteresse dos atores envolvidos.

O ecoturismo somente se faz sustentável quando agrega valores na relação de troca entre o homem e o meio ambiente. A complexidade do estudo desta relação modifica o ângulo de reflexão. Porém, em apoio à construção de conhecimento estratégico, seria possível tomar o raciocínio apresentado por Santos (2000), quando trata do planejamento da atividade em áreas protegidas. O autor cita a definição de que o ecoturismo é “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (de acordo com as diretrizes da PNE). Com base nesse conceito se faz possível o encontro de caminhos traçados em conjunto, pelos Ministérios da Indústria, Comércio e Turismo, com o do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais Renováveis e Amazônia Legal, que são: o aumento e a geração de receita produzida pela exploração de áreas conservadas, para a sua manutenção e das comunidades locais; apoio à visitação criteriosa dessas áreas; preservação da sua fauna, flora e paisagem cênica desses sítios; racionalização do uso do seu patrimônio natural.

Conforme dados de Estudos do Turismo Brasileiro, o ecoturismo alcançou 12% do PIB até o ano 2005, quando movimentou aproximadamente 660 milhões de pessoas entre 1995 e 2005. Esta estatística apresentada desencadeia expectativa particular na direção desse tipo de atividade, uma vez que os povos estão em busca do exótico, de espaços a serem

descobertos, oportunidade em que encontrarão o patrimônio natural para desfrute e novas conquistas. Entretanto esses dados positivos não evitam trazer um estudo conceitual sobre as abordagens impiedentes em Swarbrooke (2000), para que possam consolidar reflexão quando da construção de estratégias para o ecoturismo indígena.

### *1) O Corporativismo*

O papel das instituições é forte sobre a conservação e preservação da biodiversidade e sobre o ecoturismo, como é o caso do turismo na Amazônia Brasileira. A ação destas instituições é o que se configura como sendo o corporativismo, cujas raízes estão plantadas no poder dos ordenamentos sobre os indivíduos. É o poder dominante e as ideologias sob as suas multivariadas facetas, algumas das quais confundidas com o clientelismo; é a conduta das organizações privadas que influenciam direta ou indiretamente o comportamento das massas sobre a utilização das atividades ecoturísticas. Por meio do poder, se estruturam as normas, materializando o consuetudinário da vontade dos seus filiados; por meio das organizações não-governamentais buscam o poder paralelo, para antagonizar o Governo ou atrelar-se a ele para cumprir objetivos particulares.

A lei dos crimes ambientais no Brasil é considerada severa; o reforço depreendido pelas organizações não-governamentais ambientalistas existentes obstaculiza significativamente a prática do turismo sustentado, pois não separa o que é utilização conservadora, com preservação multiplicativa de renda, insistindo em manter a tutela legal para impor a miséria às populações, que poderiam utilizar-se do que lhes oferece a natureza para a maximização e sobrevivência.

A falta de educação ambiental, mais uma vez, é a tônica desta falta de informação. O sentimento desregrado de alguns indivíduos apaixonados pela natureza os cega. Inobstante a necessidade de manter o meio ambiente intacto não se invalida a possibilidade de



maximizar o ganho do que for possível explorar, adaptar o que é possível e conservar o que é importante. Haverá de se distinguir entre o que é explorável e o que é preservável. O confronto de interesses entre os que desejam produzir bens e serviços e aqueles que se prestam ao hasteamento da bandeira do conservacionismo está assim instaurado.

A justiça social é precária em um estado falido, como é o caso nos países do terceiro mundo. Apesar das regras econômicas oriundas de grupos elitistas, que estabelecem a sua própria vontade, a exploração de atividades que tenham como a natureza o produto final se complica. O ordenamento institucional não é capaz de normatizar e se regulamenta em parâmetros incontroláveis. Esta falta de regra é decorrente da própria miopia estatal, dos vícios e do descaso daqueles que são pouco comprometidos com os negócios turísticos; que ocupam cargos na máquina estatal apenas para representar interesses elitistas, gravar a vontade de grupos poderosos que fazem impor sua própria vontade sobre todos e tudo, aqui se incluindo o meio ambiente. Não poderia ser diferente em um país agravado pelo número de analfabetos, com uma maioria situada na linha da pobreza; onde o cidadão se dá à humilhação de trocar o seu voto popular por uma cesta básica.

A corporação de grupos elitistas prospera desordenadamente em modelo social com as características acima. O corporativismo, neste modelo, é uma fórmula encontrada pelos grupos elitistas para fazer valer os seus propósitos. No caso do ecoturismo indígena, a bandeira levantada é a proteção do indígena contra o acultramento proveniente do fluxo de visitantes, o que não procede, pois a estratégia deverá prever as medidas necessárias que mantenham intactas a cultura, tradição e modo de vida do índio, enquanto se promove prévio treinamento do visitante autorizado a ter acesso às áreas indígenas.

Portanto o corporativismo inteligente é aquele que enaltece a cultura e dissemina informação às populações; que cria corrente na direção da preservação e da conservação do patrimônio natural e cultural. Sejam originárias das instituições públicas ou privadas, essas

ideologias positivistas são sempre bem aceitas por aqueles que possuem conceito sobre este tipo de atividade econômica, que explora a biosfera para o encanto do homem e a qualidade de vida do tribal.

## 2) *Falta de modelo de ecoturismo indígena no Brasil*

Segundo os princípios da contingência, o modelo é a forma encontrada pelo indivíduo para representar o concreto. Em ecoturismo, o modelo advém da percepção do homem local sobre o seu conceito e cultura. À medida que se vai elevando o nível de informação, ele tende a modificar ou melhorar o modelo. Conflitos têm sido identificados nas oportunidades em que buscam copiar o modelo de sucesso de outras culturas, conforme Swarbrooke (2000).

Ao longo desta pesquisa, foram servidas nos estabelecimentos de serviços ao ecoturista várias cópias de iguarias, como pizzas, molho gourmet, saltenhas italianas, francesas, espanholas. Alunos da graduação, ao serem solicitados para construir um modelo de desenvolvimento local integrado e sustentável, logo abordaram sobre a criação de um cenário para a culinária japonesa em Cacoal, de modo a atender o ecoturista; ao serem instados sobre a iguaria local, nenhum dos alunos pôde citar um só prato típico da região. A iguaria rondoniense não seria hoje servida em nenhum restaurante local, pois inexistem pratos do cardápio da culinária regional. Não é difícil concluir que a preocupação deste ambiente é copiar o modelo da iguaria estrangeira, em detrimento da local, o que não se concebe em um ecoturismo sustentável.

Também foram encontrados sítios com traçado e arquitetura incompatíveis com o padrão do local. Mais grave, agredindo frontalmente o desenho espontaneamente traçado pela natureza. Até a arquitetura nas escolas indígenas, construídas pelo Governo do Estado, desobedece à referência do tribal. Porém, as residências dos sitiantes são casebres simples,

construídas de tijolos ou taipa, cobertos de telhas cerâmicas cozidas na maioria das vezes na própria região; dessa forma, não se compreende a lógica da multiplicação daqueles outros tipos de construções, no entremeio do natural, que contrariam o ambiente e o seu padrão histórico-cultural.

O modelo adequado seria a construção de vilas adaptadas ao meio ambiente, com construções e edificações compatíveis com o espaço originário, somando o uso dos costumes da terra. Um projeto de ecovilas poderia ser uma solução, com habitações convergentes, similares às dos sitiantes, cercadas de árvores frutíferas e plantações domésticas, inclusive as ornamentais, oriundas da própria localidade. É necessário que se conheça com a devida profundidade o modelo local, para que se evitem possíveis traçados de modelos que agridam o ecoturismo estético.

Outro registro é a atenção dada às edificações arrojadas em zonas turísticas de predominância ecoturística, como a insistência de estradas asfaltadas, de aeroportos e complexos residenciais avançados, sob a justificativa de que se vai atender a um tipo de cliente visitante; nada disso importa, pois o ecoturista consciente se constrange em ver a natureza ser agredida para atender obras de engenharia alheia ao meio ambiente.

Portanto o modelo de ecoturismo é aquele surgido do espontâneo, salvo quanto ao seu próprio estilo e padrão elaborado pela decisão coletiva, como no Município de Bonito, em Mato Grosso do Sul, apresentado na Figura 20, e no Município de Goiás Velho, Centro Oeste Brasileiro, apontado na Figura 21.

Figura 20: Município de Bonito, modelo próprio de ecoturismo.



[http://images.google.com.br/imagens\\_pesquisada](http://images.google.com.br/imagens_pesquisada) em 11/05/2008.

Fonte:

Figura 21: Ecoturismo em Goiás Velho, Centro Oeste Brasileiro.



Fonte: [http://images.google.com.br/imagens\\_pesquisada](http://images.google.com.br/imagens_pesquisada) em 11/05/2008.

### *3) Concorrência*

A concorrência em ecoturismo representa risco, na medida em que reparte entre muitos um bem produzido pela natureza e que demora milênios para ser restaurado. O comportamento de uma concorrência pode ajudar, quando agrega similitudes e coaduna colaboração entre os envolvidos. Mas pode prejudicar, quando sobrecarrega o consumismo,

por exemplo. Para se ter uma dimensão da concorrência no ecoturismo sustentável, imagine uma ilha que permite a presença de uma certa quantidade de visitantes; esse local exigirá a aderência de um número de restaurantes, de pousadas e de bares. Então os visitantes estarão em equilíbrio, confortados, a qualidade da sua estadia é boa; com o surgimento de novos estabelecimentos, inicia-se a pressão sobre o residente e visitante; o número de consumidores aumenta em razão das novas opções de locais de consumo. Via de consequência, a solução seria usar com cautela a técnica do antimarketing, para equilibrar a pressão, evitando consumismo exasperado; podem ser evitados também outros inconvenientes, como a pressão de estoques de alimentos, que resulta do desequilíbrio da quantidade de dejetos produzidos. Mas ocorre que esta técnica de controle sobre as massas é mal vista, quando percebida pelo turista que antipatiza tal providência. Então a medida correta seria o controle antecipado sobre a concorrência, evitando estrangulamento, o que somente é possível mediante eficiente política de ordenamento e controle do solo e da atividade econômica para o local turístico focado. Esta solução é efetuada simultaneamente quando da concepção da modelagem do sítio ecoturístico.

#### *4) Desestímulo do ecoturista*

A atração em zona ecoturística é ponto importante para aqueles que atuam com a atividade sustentada. O ecoturismo motiva a elevação do grau de conservação dos sítios naturais e melhora a hospitalidade para o visitante usufruir o espaço agradável e deixar a renda que a localidade necessita.

O estímulo do visitante em buscar o sítio ecoturístico pode ser aferido pela Curva da Gaus em certo período, sendo ascendente, até chegar ao nível de estabilização e saturação, quando se inicia o declínio com a ausência de interessados, degradação da biodiversidade e, finalmente, mudança do meio de vida daqueles que sobreviviam desta atividade. A perda

desta atratividade deve ser evitada pelo empreendedor, uma vez que ele deixa de auferir receita e por consequência gera desemprego. O fato é que, quando o visitante se decepciona com o declínio ecoturístico de um sítio, ele se afasta, divulgando uma imagem negativa da região.

Outra forma de desestímulo é a decepção que muitos ecoturistas passam, pois as agências de viagens lhe apresentam uma imagem e, ao chegar ao sítio escolhido, encontram uma outra situação totalmente divergente. De fato, os agentes de viagem têm por obrigação exibir o que possuem para entregar ao turista, isso por força até da legislação brasileira de defesa do consumidor. Cabem sanções legais pela não-entrega do produto adquirido em pacotes de viagens.

Outra forma de desestímulo ao ecoturista é a maneira pela qual são tratados os empregados nos estabelecimentos que freqüentam; de fato os visitantes se entrosam com os atendentes, e estes passam a lhes informar sobre as condições de trabalho, de salários e descanso; acusam os empregadores e denunciam o quanto lhes custa servir ao ecoturista. Ocorrerá desgosto aos visitantes comprometidos pelas causas sociais, como é muito comum entre os que buscam as viagens para ecoturismo.

Muitos são os sítios que deixaram de receber visitantes oriundos de várias partes do mundo, por conta de denúncias efetuadas pelos empregados de seus estabelecimentos. Existem ainda aqueles empregadores que buscam proibir o entrosamento do ecoturista com os seus empregados, o que é prontamente observado pelos visitantes, pois eles são muito ávidos e sensíveis quanto a estas ocorrências. Na tentativa de evitar este desestímulo, a maioria dos responsáveis por sítios ecoturísticos vem buscando a sua certificação, para, por meio dela, adequar o atendimento que satisfaça aos interesses padronizados dos visitantes mais exigentes.

### 5) *Fatores supervenientes*

Algumas situações incontroláveis afetam o ecoturismo sustentável, como os acidentes naturais, as catástrofes como as inundações e incêndios florestais, os atentados terroristas, que causaram terríveis danos ao negócio ecoturístico recentemente, e outras. Tais fatores causam reversão no quadro de desempenho quantitativo e qualitativo da atividade ecoturística.

Evitar estes fatos supervenientes deve ser uma preocupação dos atores comprometidos com o ecoturismo. Os riscos de assoreamento dos sítios ecoturísticos podem ser previstos e medidos, para a tomada de ações tempestivamente, antes que reflexos sobre o turismo sejam nefastos. As ações progressivas da natureza sobre o meio ambiente podem ser avaliadas, enquanto medidas de contenção devem ser adotadas. Para tais providências é que existem profissionais especializados em recomposição ambiental, além do que o planejamento turístico da região haveria de ser ajustado, se é que houve planos naquele sítio. Quanto às inundações, o controle pluviométrico é um sinal de alerta às catástrofes; as localidades situadas nos ribeirinhos devem ter um tratamento diferenciado. Com respeito às águas, a instalação de canais é uma solução que parece adequada para os leigos em engenharia de saneamento, como a maioria dos prefeitos interioranos. Entretanto a construção de barragens, além de solucionar o abastecimento d'água regional, serve ainda para proporcionar atividades de pesque-pague, esportes náuticos, formas de lazer aquático que produzem considerável renda para a região, além de solucionar defesa contra inundações. A queima para carvoaria, o trânsito descontrolado de pessoas, principalmente quando inexitem trilhas estruturadas no sítio ecoturístico e a falta de aparelhagem adequada para combate a chamas, são fatores que ensejam catástrofes por incêndio, em regiões ecoturísticas. Imprescindível é que tais sítios possuam um posto de combate a incêndio muito bem equipado: veículos, pessoas treinadas, lançador d'água aéreo, pequenos aviões para combate a fogo florestal, são alguns recursos

que devem ser levados em consideração; a maioria dos incêndios, embora de pequena proporção, por força dos ventos se alastra pelas florestas, aumentando a sua proporção; por isso deve ser combatido com maior rapidez, evitando catástrofes.

A notícia de fatos supervenientes como os acima referidos poderá desmotivar o turista e visitantes em geral. Efetivamente ninguém gostaria de se deslocar para um sítio para o lazer perigoso, sujeito a catástrofes. Incêndios nas florestas da Austrália e nos Estados Unidos, noticiados pelos meios de comunicação, são formas de alarme que exigem, de logo, reflexão para os que se envolvem na atividade ecoturística.

#### *6) Falta de experiência e lembrança das barreiras passadas*

O ecoturismo pode ser impedido por outros fatores alheios à vontade dos envolvidos na organização e gestão deste tipo de atividade. Por exemplo, a história de um povo como o indígena; muitas comunidades tradicionais ainda não foram civilizadas e algumas representam perigo para o visitante, pela sua postura guerreira, ou por hostilizarem o estranho que chega a seu sítio. São muitas as comunidades despreparadas para o ecoturismo, por causa deste tipo de inconveniente ao visitante.

Diversas comunidades abriram o seu entendimento para a atividade, enquanto outras preferem não se envolver com estranhos; isso às vezes faz parte da sua cultura. A intervenção tem favorecido esta aproximação, principalmente quando se pretende criar laços de desenvolvimento sustentável, de troca e parceria, quer para a aquisição de ervas exóticas, matrizes para desenvolvimento de pesquisas científicas, ou outras ações de interesse das ciências sociais. Foi, inclusive, por meio deste tipo de intervenção, que se fez possível mapear sítios de beleza exuberante, porém ainda desconhecidos pelo homem civilizado, em pleno Século XXI. Foram várias as descobertas proporcionadas, graças a este tipo de aventura ecoturística, de transitar pelos espaços selvagens. Mas experiências negativas no



passado, quando expedições não retornaram, por exemplo, são fatos e devem ser considerados para analisar certas barreiras que pesam na avaliação dos impedientes ao ecoturismo. Outra exemplificação de experiência anterior é a falta de tradição em turismo de certos sítios. Os residentes, sem treinamento para tratar com os visitantes, os constroem por não poder servi-los com qualidade. Necessárias são as práticas de cortesia para servir alimento, água, orientação de acesso às matas, dentre outras. Por outro lado, a insatisfação do visitante também cria bloqueio de ordem moral e psicológica no residente, intimidando-o e lhe bloqueando a possibilidade de entrosamento com a atividade ecoturística.

Mais uma vez, a prévia capacitação dos envolvidos ou interessados neste tipo de empreendimento deve ser conduzida com certa cautela, para ganhar novamente a confiança dos residentes humildes e muito sensíveis, quebrando nefastas barreiras impedientes ao progresso turístico local. Com estas anotações é que se recomenda ponderações com referência ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo, pois a maioria das comunidades não possui a mínima informação para gerar ou implementar ações para o turismo em geral.

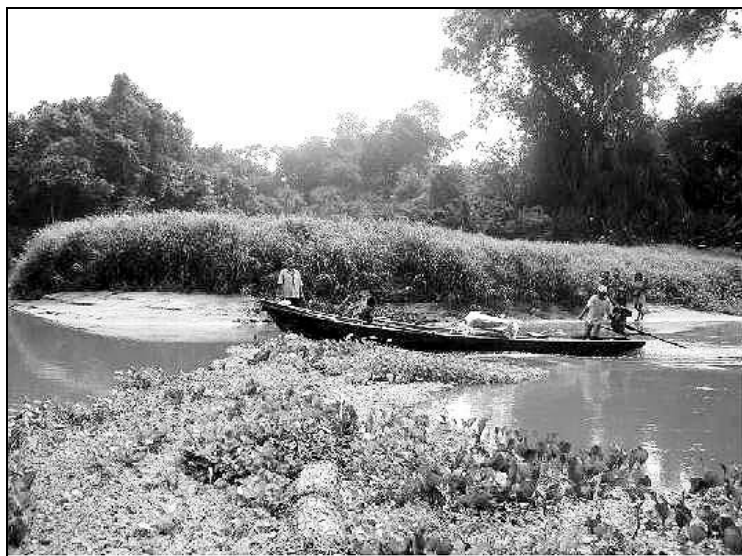
#### *.7) Desinteresse dos envolvidos com a atividade de ecoturismo*

Apesar de profícua, a atividade ecoturística envolve comprometimento dos empreendedores e colaboradores do negócio. Tanto o visitante como os residentes, inclusive os da área rural, devem estar envolvidos com o resultado e qualidade ambiental, bem como pela satisfação de viver melhor na sua relação com a natureza. Diversos residentes nos sítios de Rondônia abandonam seus espaços, desestimulados pela falta de infra-estrutura básica, como água, luz, telefone. Estão inconscientes da importância da inexistência destes meios avançados, já que estas intervenções interferem negativamente no meio ambiente, pois a instalação de obras pode desfigurar o atrativo, com escavações e modificação da paisagem

natural. Quanto ao ecoturista, este é que valoriza o prazer da água da cacimba, ou do cantil fresco mantido na janela ao vento, da moringa de cerâmica, com a água fresca que ele leva consigo nos passeios pela mata. Diversos residentes, desatentos do convívio com a natureza, perderam a oportunidade de ouvir estórias contadas à luz da lamparina, acesa à base de azeite, debaixo da luz de vela. Desconhecem o calor de uma lareira encravada no meio de uma sala da casa rústica, que combina exatamente com o natural onde foi construída. Pesquisa demonstra a existência daqueles que se envergonham desta sua condição simples. A sua condição de simples e a sua estrutura, combinando com o meio ambiente como se demonstra na Figura 22 é que estimula cada vez mais o ecoturista espontâneo a voltar mais vezes e gastar bastante dinheiro na localidade, onde deixa a renda para abastecer os cofres prefeiturizados.

O desaquecimento verificado na sazonalidade estimula também o desinteresse de muitos proprietários de estabelecimentos. A falta de uma programação de visitação a sítios de tradição ecoturística tem motivado o abandono de empreendimentos nas regiões cuja economia se baseia no ecoturismo sustentado.

Figura 22: A canoagem em Rondônia revela a simplicidade do residente.



Fonte: Internet em página não catalogada.

### **Estratégia para modelagem e para a direção de empresa familiar indígena**

Neste tópico serão abordados dois aspectos teóricos e conceituais imprescindíveis para a compreensão da forma de tratamento a ser oferecida para decisão e gestão de natureza especial. Primeiramente tratar-se-á sobre modelagem estratégica de negócio, e em seguida vêm os conceitos de decisão. O foco da abordagem estará centrado nos elementos úteis na construção de modelos e funcionamento de cenário voltado para o desempenho da empresa familiar indígena.

#### **Geração de modelo organizacional para empresa familiar indígena**

Dentre as Teorias da Administração está a Teoria da Contingência, estudada em Chiavenato (2003); para ele, a Teoria da Contingência é o produto de investigação em Administração que se volta para a construção de modelos organizacionais capazes de exercer confluência entre o seu ambiente interno e o ambiente externo onde atua.

Chiavenato (2003) trata de investigações desenvolvidas por Chandler, que se voltam para a estratégia organizacional em grandes corporações; o seu trabalho seguiu estágios de evolução que podem ser interpretados para o desenho estrutural que envolva acumulação de recursos, a racionalização e o uso destes, a reorganização estrutural para atender ao crescimento empresarial e o formato racional de tais recursos na estratégia expansionista da organização. A pesquisa em Chandler não pareceu adequada para a geração de um modelo de gestão estratégica para um negócio voltado para o ecoturismo indígena, pela simplicidade que será exigida para tal modelo organizacional.

O referido autor desenvolve um referencial centrado nos estudos dos sociólogos Burns e Stalker, que reúnem conceitos de modelo industrial mecanístico e organístico. O primeiro é similar ao modelo clássico taylorista, baseado na divisão do trabalho especializado e na relação entre as tarefas. Estes estudiosos tabulam os indicativos para um modelo

mecânico, com sua estrutura organizacional rígida, autoridade baseada em hierarquia, desenho de cargos mediante especialização, processo decisório centralizado, comunicação vertical, confiabilidade em regras escritas, atendimento a princípios clássicos da Administração, em um ambiente permanentemente estável. Já o modelo organístico em Burns e Stalker é dinâmico, com uma estrutura flexível, com autoridade baseada no conhecimento, desenho provisório de estrutura, decisões “ad hoc”, com uma comunicação geralmente horizontal, confiando na informalidade das pessoas, considerando a Teoria das Relações Humanas, em um ambiente dinâmico; este modelo pareceu ser mais adequado para a atividade de ecoturismo, pois a dinâmica das situações envolvendo receptivo de visitantes exige dos atores do modelo uma conduta “ad hoc”.

Ao tratar sobre a pesquisa de Lawrence e Lorsch, Chiavenato (2003) registra elementos do ambiente concorrencial, centrado na diferenciação e na integração mediante exigibilidades impostas pelo ambiente; daí a importância de flexibilizar modelagem, como sugere a Teoria Contingencial; ou seja, admitir sistema aberto, dinâmica de interação desta mutabilidade ambiental e abertura para variáveis independentes do ambiente, de modo a adequar as variáveis dependentes da organização. Ademais, não se confunde o conceito de meio ambiente natural no ponto de vista ecológico com ambiente empresarial, como pensariam alguns, embora seja a variável ambientalista um balizador fundamental para a perspectiva de negócio; daí a possibilidade de adaptação quando da construção de modelo de empresa familiar ecoturística, desde que traga processos formais de ações administrativas, como manuais de rotinas flexíveis, treinamento programado dos envolvidos e controle certificado de resultados.

A contingência abordada por Chiavenato (2003) se volta ainda para a pesquisa desenvolvida pela socióloga Joan Woodward. Esta investigação tratou de práticas administrativas com tecnologia de produção; focalizou a produção industrial unitária para

quantidades mínimas e a mecanizada, para atendimento massificado, por meio de processo automatizado. Esta abordagem não mereceu aqui um tratamento mais aprofundado, por se tratar de modelo essencialmente industrial, inexistindo uma correlação para a atividade de ecoturismo ora tratada.

Seria possível uma reflexão conclusiva entre as propostas de modelos administrativos contingenciais e a geração de cenário gerencial. Esta proposta requereu trazer Cavalcanti (2003), pois mostrou ser proficiente com seu enfoque construtivista fundamentado em técnicas de construção. Segundo a autora, Peter Schwartz conceitua cenário como sendo uma ferramenta útil na previsão mediante incertezas; é um modelo de articulação em caminhos possíveis, mediante o planejamento estratégico. É como se pretende seguir na busca de um modelo de cenário apto para o funcionamento do moderno ecoturismo indígena, desenvolvido e explorado por uma empresa familiar.

Segundo recomendações de Schwartz, Cavalcanti (2003) traz oito etapas para a construção técnica de cenário: identificação da questão principal, identificação de forças ambientais, identificação da força motriz, classificação das incertezas por importância, seleção de lógicas do cenário, detalhamento do cenário, levantamento prévio das conseqüências e, por último, a seleção de indicadores. Porém, segundo a autora, estas etapas podem ser simplificadas e sistematizadas, mediante atendimento das sete etapas sugeridas por Paulo de Vasconcelos Filho e Dermizo Pagnoncelli: definição do escopo, seleção de variáveis relevantes, identificação de atores, projeto de comportamento futuro, elaboração de cenários alternativos, escolha do cenário referencial e, por último, o monitoramento deste cenário de referência.

Michael Porter, tratado em Cavalcanti (2003), considera o cenário um instrumento essencial para o planejamento estratégico; o autor alerta para avançar os aspectos macroeconômicos, e recomenda a importância do exame das variáveis que evitem surpresas

ou incertezas, adotando medidas de impacto. O desenho de cenário para ecoturismo, por vincular uma série de variáveis que possibilitam o surgimento do cluster de entretenimento, deve ser uma medida técnica para a resolução de questões envolvendo o desenvolvimento regional. Portanto o conceito de Porter não deve ser abandonado nesta tarefa, devendo ser conclusivo para o preparo do cenário funcional da empresa familiar indígena, a ser oferecido mediante as etapas sugeridas acima.

A inclusão do índio na atividade ecoturística no Brasil é uma questão de decisão estratégica de governo. Uma falta de política pública para o etnodesenvolvimento indígena neste país vem trazendo severo problema. O Poder Público não possui condição econômica para sustentar as comunidades indígenas com alimentação, saúde e prestação assistencial variada; e existe uma legislação que submete este povo à condição de incapaz ou relativamente capaz, mantendo-o encurralado em espaço florestal que denominam Reserva Indígena. Portanto é fundamental compreender a decisão para a integração destes guardiões das florestas, objetivando o seu desenvolvimento mediante a exploração da empresa familiar, no empreendimento ecoturístico em ambiente selvagem.

Certo (1993, p. 17) contribui com uma visão essencial ao focalizar estratégia para decisão organizacional. Ele esclarece sobre a impossibilidade de resultados sem o prévio conhecimento do objetivo proposto, seu risco e benefícios esperados, que os estrategistas clássicos completam com o domínio antecipado quanto aos pontos fortes e pontos fracos, do risco e da oportunidade. Não resta dúvida que o domínio ora levantado será um claro entendimento para a confirmação de uma plataforma na geração de política indigenista, enquanto se propõe a inclusão do elemento índio no cenário produtivo.

Ao tratar sobre a formulação e implementação de estratégia, Tavares (2005, p. 273) configura desde os conceitos de estratégia: os elementos de análise e escopo competitivo na direção de estratégias competitivas, suas vantagens e estratégias internas; para este autor,

será possível o desenvolvimento das estratégias incrementais, inovadoras e de investimentos a serem implementadas. No ponto de vista da relação que trata de empresa familiar clânica, estes fatores deverão ser levados ao escopo para a solidez de uma atividade especial, em ambiente selvagem para o sucesso do ecoturismo amazônico.

A. Hitt (2008) recomenda definir uma estratégia mediante posição inovadora, única e distinta, com valioso posicionamento perante uma clientela, incluindo um conjunto diferenciado de atividades que a concorrência não possa imitar com facilidade. De fato, o ecoturismo em área exótica é impossível de ser imitado, pois cada lugar é único pela sua própria característica; seja esse um indicador estratégico fundamental para o sucesso empresarial dos povos clânicos da Amazônia. Seguindo orientação deste autor, os decisores da empresa familiar indígena inovarão conceitos de ecoturismo com as quatro vantagens competitivas tratadas no Quadro 6 a seguir.

### **Subjetividade, positivismo no método e estratégia de cenário nesse trabalho**

Será tratada neste subtópico a base fenomenológica para a conduta de pesquisa. Para tanto, abordar-se-á sobre a ação subjetiva durante o processo, a relação de regra em uma linha de pensamento crítico e o traçado de perspectiva para o delineamento do trabalho. Estudo em Augusto Comte, na sua filosofia positivista, indica que os fenômenos naturais e sociais advêm de princípio único. Nesta percepção, a visão sobre os fatos não considera as causas dos fenômenos numa linearidade voltada para as leis da relação abstrata do que foi observado. Admite a particularidade de cada fenômeno, estabelecendo a regra “ver para prever, a fim de prover”. Para Comte, o conhecimento da realidade é um passo anterior às ações, que, em seguida, melhora a realidade do indivíduo. Portanto a previsão tratada do ponto de vista científico é um efeito do pensamento positivista.

O positivismo comtiano estabelece uma observação para cada fenômeno; por isso é que cada método caracterizado pela observação deve ter as suas peculiaridades. O conhecimento da realidade obtida por meio da observação dos fenômenos é um dos princípios do positivismo que não funciona isoladamente, em face do relativismo libertador no pensamento holístico da ciência moderna. Foi na obra intitulada “Apelo aos conservadores” que Comte ofereceu sete definições para o positivismo que ele propôs: real, útil, certo, preciso, relativo, orgânico e simpático.

O tratado de Comte permite a formulação de cenário de pesquisa em um apelo à estratégia de conhecer a realidade, analisar ações e propor soluções para um problema de investigação no eixo das Ciências Sociais Aplicadas. Seja esta uma percepção cognitiva anterior à estratégia de construção de cenário. Porter (1985:412) define estratégia de cenário como sendo a visão internamente consistente daquilo que o futuro poderia vir a ser; porém, como poderia elaborar um cenário sem o prévio conhecimento da realidade? Eis aqui duas formas de visão para cenário: uma filosófica e outra técnica. São úteis para a representação do concreto, construção de idealizadores e proposição de ambiente funcional nas diversas situações.

Vianna (1989, p. 85) trata do método heurístico de Turoff, com elaboração de três cenários para cada variável cognitiva. O autor afirma que o método de cenário pressupõe narrativas diferentes com diferentes premissas; desta forma, é possível, segundo ele, desenvolver uma ampla cadeia de percepções por evento criativo. Esta seria uma abordagem positivista que favorece simultaneamente a criatividade, o tratamento de variáveis e o enriquecimento da função de pesquisa na Ciência Gerencial. Entretanto não se considerou a possibilidade de uma aplicação nesta linha de reflexão para desenho metodológico na presente tarefa. Parâmetros estatísticos com variáveis formais ao longo do processo investigativo estão abolidos. Serão tratados os cenários sociotécnicos, admitidos para



modelagens ecoturística desde Swarbrooke (2000) e Tyler (2001), a serem revisados no concreto. Aqui, a construção de cenário importará na aplicação de metodologia específica a ser tratada no tópico referente à revisão teórica do objeto, porém não implicará na utilização da heurística, que será substituída por *constructos* formais; mas é considerada a viabilidade deste raciocínio para elaboração de modelos “*hard*” que não se especula trazer nesta tarefa.

Quadro 6: Vantagens competitivas para uma Empresa Familiar *Paiteer Suruí*.

Ordem	Tipos de estratégia	Descritiva conceitual
1.	Diferenciação de produto	O patrimônio cultural <i>Paiteer Suruí</i> é único, significa o tangível com relação ao seu potencial para diferenciação global, pois nenhuma comunidade indígena é capaz de assimilar a identidade da outra. Para efeito do turismo exótico, será esta a diferenciação para efeito de concorrência no ramo da atividade do turismo.
2.	Diferenciação de serviços	Um conjunto de atividades de lazer será propiciada no espaço da Reserva <i>Suruí</i> , como caminhada, observação de pássaros, canoagem, fotoimagem, sabores e saberes dos <i>Paiteer Suruí</i> . Não resta dúvida quanto a exclusividade destes serviços aos visitantes turistas ou não.
3.	Diferenciação de pessoas	A qualificação das lideranças para o receptivo em seus espaços será um evento significativo. A expressão da língua materna, do artesanato, música, cantos, mitos e outros elementos virão a constituir a diferenciação para a atividade empresarial com ecoturismo.
4.	Diferenciação através da imagem	Será este o atributo essencial para o marketing estruturado da atividade empresarial <i>Paiteer Suruí</i> em seu território, uma vez que possuem uma geografia ímpar, florestas e vales encantadores que poderão ser compartilhados com os visitantes para registro de DVD, fotoimagem e outros artefatos de qualidade.

Fonte: Pedro Filho (2008), adaptado de A. Hitt (2008).

### Teorização sobre a natureza desta investigação

Segundo Baron (2005), o tipo de investigação ora proposto estaria centrado na teoria substantiva para posicionamentos focando o objetivo do trabalho; segundo esse autor, na linha qualitativa de pesquisa seguida nesta tarefa, o sujeito que investiga deverá estar

separado do seu objeto de estudo; tal providência permitiu generalizar as abstrações sem o preconceito de valores que geralmente fluem durante o processo de conhecimento.

Mereceu reflexão sobre a visão da pesquisa qualitativa tratada em Silva (2001). Para a autora, é esta uma linha de pesquisa que postula a realidade subjetiva e não lógico-formal, pois os processos são coerentes nos campos sociais, políticos e econômicos em contexto histórico, inobstante traga elementos de natureza quantitativa para explicar determinados fatos – como a estatística, por exemplo, que justifica uma tendência social no corpo dos resultados, mas que foi abolida no presente preparo. Por outro lado, este produto descreverá fenômenos sociais com o estabelecimento de relações entre variáveis obtidas na via da teoria substantiva. Por adotar aqui técnicas previamente identificadas, como se verificará mais adiante, se converteu na forma de levantamento e por isso é também uma pesquisa descritiva. Esse trabalho investigativo prospectará o conhecimento para aplicação prática no campo da Gestão de Empresa, com vistas à solução de problema envolvendo populações indígenas. Portanto, além de se tratar de uma pesquisa qualitativa, é uma pesquisa aplicada, pois abordará verdades e interesses locais.

### **Teorização sobre a metodologia para interpretação da endogenia do *Paiteer Suruí***

Ao tratar sobre integração regional na África, continente onde se concentra o maior número de povos clânicos do mundo, Badi (2005, pp. 22 e 23) registra que as teorias oriundas de países ocidentais possuem enfoques clássicos de mercado e de união aduaneira, inadequadas e ineficazes, pois são adotadas com fins colonialistas que favorecem a dependência externa em benefício de multinacionais. Segundo ele, esses modelos favorecem as desigualdades e a desestabilização interna, trazendo subsequente desnível no desenvolvimento econômico, com reflexo na retórica da desvantagem na repartição dos

benefícios da integração. Para o citado autor, estas teorias externas resultam sempre em desintegração das estruturas de produção, dos povos e das próprias políticas econômicas. Segundo ele, é no final das propostas que se verifica o efeito da dependência financeira mediante a utilização da força de trabalho dos residentes.

O foco investigativo em Badi (2005) aponta para a validação no campo das Ciências Sociais Aplicadas, se for considerada a multidisciplinaridade do contexto interpretativo. Para o contexto tratado nesta tarefa, permite a aplicação de um dos seguintes métodos: análise histórica funcional, estrutural e o método dialético; podem remeter à explicação sobre o quadro da desvantagem para o residente tradicional na Região de Cacoal, no que se referem às variáveis históricas, políticas, econômicas, jurídicas e sociológicas comparadas com a realidade do povo *Paiter Suruí*. Por efeito, é possível considerar os quatro métodos de análise do processo de integração, já tratados desde Badi (2005), e abordado em campo próprio da presente tarefa.

Não resta dúvida de que o enlace metodológico para estudo na Amazônia requer prévia compreensão das complexidades sobre o cenário investigativo, senão considere os fatores que estarão sendo aportados no resultado oferecido. Estudo em Caride (2004, p. 115) trata da hegemonia entre as nações e o fracasso do pensamento econômico assentado no fenômeno financeiro perseguido pelos governos e pelas multinacionais. O autor lembra Puelles y Torreblanca (1995), sobre o colapso das estruturas econômicas internacionais e o desenvolvimento autóctone que se desviou, a partir da década de oitenta, com o renascimento do liberalismo, da desestatização e da desregulamentação no setor público; este efeito geralmente se observa também no Brasil e particularmente no Município de Cacoal, onde se evidencia a inexistência de grupos estrangeiros dispostos a investir na economia regionalizada. Os investidores estrangeiros estão por acreditar que não compatibilizariam o desenvolvimento com o equilíbrio ambiental, posto inexistir um pensamento voltado para a

sustentabilidade entre os possíveis colaboradores locais; por isso recuam na sua estratégia de investimento na Amazônia Ocidental.

Se, por um lado, foi apontado recuo nos investimentos, todas as potencialidades continuam evidentes, inclusive a voltada para a atividade do ecoturismo amazônico, podendo os povos tradicionais vir a contribuir de forma intensiva nesse ramo de negócio, por meio de modelo próprio, tendo o seu bem etnoambiental e o patrimônio sociocultural como principais indutores do desenvolvimento endógeno. Portanto o posicionamento do pesquisador africano poderia ser considerado para a Região Amazônica brasileira, porque focaliza a forma de exploração utilitarista, no mesmo contexto como vem sendo processado no Estado de Rondônia, com a exclusão dos povos clânicos no cenário produtivo. No caso das populações tradicionais um agravante existe que é a incapacidade deles para fazer parte do desenho de progresso estabelecido. A saída seria o desenvolvimento da potencialidade endógena dos povos tradicionais, sendo a atividade do ecoturismo uma vertente considerável para a solução relativa ao integracionismo para o desenvolvimento regionalizado.

Desta sorte, o trabalho investigativo envolvendo o povo *Paiter Suruí* estará distante das promessas ocidentalizadas com características européias. O trato metodológico encenado para investigação tribal se aproxima com melhor clareza para o cenário africano, desde que seja respeitado o foco singular que geralmente caracteriza os estudos sobre a Amazônia.

### *1.2 Marco Conceitual e Marco Operacional*

O marco conceitual em pesquisa social de natureza qualitativa explica a correlação entre variáveis quando citadas. Aqui as variáveis são os conceitos levantados na abordagem teórica tratada com suficiência nesta tarefa. Entretanto, se enfatiza aqui os seguintes conceitos:

- a) Povo Paiter Suruí, que nesta pesquisa são os anfitriões do ecoturismo indígena na Região de Cacoal, Estado de Rondônia;
- b) Etnodesenvolvimento regionalizado significando o desenvolvimento dos povos indígenas na Região de Cacoal, ao lado dos nativos de Rondônia;
- c) Ecoturismo significando a viagem a ambientes naturais;
- d) Gestão sustentável como um conjunto de ações envolvendo os processos e as funções empresariais, enquanto utiliza os bens da natureza mediante condições ora tratadas;
- e) Empresa familiar como sendo uma atividade lucrativa desenvolvida por uma família.

Quanto ao marco operacional, que se refere a variáveis e terminologias chaves que expressam esta pesquisa, estão diluídos ao longo do tratamento dado na revisão teórico e conceitual, no compartimento próprio deste trabalho, como geralmente se procede em pesquisa qualitativa.

### *1.3 Hipóteses*

Neste trabalho investigativo foram consideradas duas hipóteses para verificação e confronto com a teoria e objetivos, que são:

#### **Hipótese de Pesquisa**

O povo indígena *Paiter Suruí* é capaz de desenvolver uma gestão sustentável de ecoturismo na Região de Cacoal, Estado de Rondônia, Brasil, a partir do enfoque da Empresa Familiar.

### **Hipóteses Alternativas**

- 1) É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo *Paiter Suruí* para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.
- 2) Não é possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo *Paiter Suruí* para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.

## 2. METODOLOGIA

Este compartimento traz a questão metodológica, específica para uma tese envolvendo a relação do indivíduo indígena para a sua integração como empreendedor em negócio ecoturístico. Pela sua própria complexidade, será instaurada uma construção especial para a arquitetura de um saber reconhecidamente sensível, como proposto nesta tarefa. O método recomendado para a Ciência da Administração, conforme registra Chiavenato (2003), é o Método do Estudo de Caso, como este adotado nesta tarefa investigativa; requer neste trabalho uma estratégia subsidiária para que permita o trato em uma abordagem latente na direção do etnodesenvolvimento, mediante a presença de Ciências Substantivas, conforme se depreende após a compreensão dos subtópicos a seguir.

### *2.1 Metodologia e técnicas propostas para esta investigação*

Neste tópico estão tratados os meios utilizados para a cognição durante o processo de investigação, de modo a validar os procedimentos de pesquisa, pelo confronto entre os fatos coletados, a teoria apontada e o seu caráter holístico. Demo (1995, p. 67) refere-se à antimetodologia, que cumpre papel insubstituível “na luta indócil contra a petrificação do método”, tentando acompanhar no tempo a “realidade também indócil”, alegando que “a atividade científica envelhece e torna-se árida”; e ainda cita Feyerabend, quando este diz que “as violações são necessárias para o progresso”. Nesta pesquisa requisitou-se uma metodologia diferenciada daquelas utilizadas para resoluções gerenciais situadas no plantel empresarial. Tal interpretação sinaliza a escolha entre dois métodos: o Método da Pesquisa-Ação, ou o Método do Estudo de Caso, ambos recomendáveis nas Ciências Sociais Aplicadas. Esta decisão exige a reunião de prévios conceitos, pelo que se tomou de Leenders & Erskine (1973), Thiollent (1998) e Bressan (2000).

Para Leenders & Erskine (1973), um caso é a descrição de uma situação administrativa, envolvendo geralmente problema ou decisão. É trabalhado sob o ponto de vista do envolvido com tal problema ou decisão, permitindo acompanhar passos e analisar processo. Neste caso, o envolvimento dos Senhores da Natureza (os povos da floresta) para a Gestão e exploração da atividade ecoturística no seu território requer a prévia compreensão da sua realidade estrutural, o incremento de métodos e técnicas introdutórias de processos administrativos, a decisão em questões de negócio e o resultado operacional da exploração sustentável de uma atividade estratégica.

Thiollent (1998) entende que a metodologia é a disciplina relacionada à epistemologia ou à filosofia da ciência; segundo ele, o seu objetivo consiste em analisar as características dos vários métodos disponíveis, além de avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções, e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização. O método da pesquisa-ação considera uma “natureza argumentativa ou deliberativa de procedimentos explicitamente reconhecida” em Thiollent (1998), ao contrário da concepção da pesquisa tradicional, na qual são valorizados critérios lógico-formais e estatísticos.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social de base empírica. É concebida e realizada em estreita associação a uma ação ou resolução de problema coletivo. Aqui, os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo; mas como participar como ator do processo investigativo, se o laboratório do processo se encontra na Reserva *Paiter Suruí*? Por isso é que esta via pareceu incompatível com a corrente doutrinária orientada nas investigações em Administração aplicada ao Turismo, de caráter etnográfico, como no contexto referente ao ecoturismo indígena. A própria complexidade do processo investigativo impôs uma estruturação aceitável do método nessa tarefa, de maneira a atender exigências da Linha de



Pesquisa sobre Empresas Familiares, do Curso de Doutorado em Gestão de Empresas, na Universidad Autónoma de Asunción. Esta seria uma estratégia para alcançar padrões metodológicos geralmente aceitos e critérios científicos que contemplassem a abordagem proposta. São consideradas algumas argumentações sobre o Método do Estudo de Caso, posto que parece ser o mais recomendável para uma tarefa envolvendo a gestão ecoturística por um clã tradicional brasileiro.

Baseando-se em Bressan (2000), da FEA/USP, o Método do Estudo de Caso na pesquisa social é o mais apropriado para algumas situações em Gestão de Empresa Familiar, e por isso é admitido nesta tese de doutorado. Embora exponha o investigador a críticas comuns ao método, oferece significativa oportunidade à Ciência da Administração, uma vez que possibilita estudo de difícil abordagem por outro método qualitativo. É fundamental quando o fenômeno de estudo é complexo ou amplo e não pode ser tratado fora do seu contexto natural, como se constata da situação aqui explicitada, pois o objeto se encontra na Amazônia Ocidental Brasileira, enquanto o Centro de Pesquisa é sediado na Capital Paraguaia.

O questionamento mandamental neste compartimento é a busca por um método que trate cientificamente o processo de intervenção para o ecoturismo indígena. A natureza deste trabalho está coerente com as características do Centro de Pesquisa que norteia a base para a Gestão de Empresa Familiar; e o ramo de negócio será a exploração do ecoturismo por um povo indígena. Ao encontrar um procedimento para o tratamento do objeto investigado, reforçam-se substancialmente as bases para a validação do resultado que traz nesta pesquisa, integrando a população tradicional, os recursos e os demais atores do cenário, de modo a chegar ao produto consignado nesta tarefa.

Em razão de sua abordagem transdisciplinar, este trabalho está centrado nas Ciências Sociais Aplicadas em geral e, no particular, nas Ciências Gerenciais. Traz as

ciências substantivas a serem levantadas, mediante uma ligação das mesmas com a Administração do Turismo, nos aspectos sociológicos, econômicos e ambientais adicionados. Provirão dessas áreas do conhecimento as informações fundamentais, desde a revisão de literatura que se propõe. É assim que, tendo em vista as exigências na Linha de Pesquisa sobre Empresa Familiar, utilizar-se-á de técnicas e procedimentos próprios da investigação de natureza qualitativa, na linha exploratório-descritiva. Seguirá a regra procedimental da Engenharia de Produção em Silva (2001) e, com a orientação estratégica definida, oferecer o resultado na circularidade compatível.

### **Influência de obstrutores ao longo do processo investigativo**

A elaboração desta pesquisa envolveu a interação com política de segregação estatuída pela normativa de dominação dos povos indígenas. Estudo introdutório permitiu opinar sobre os possíveis desgastes oriundos das forças ocultas que se instalam no entorno de ações que visem a interpretar a realidade concreta; além do que, a luta será travada em região moldada por lacunas sociais consideráveis, onde o elemento índio é a principal vítima. Como os grupos políticos aprenderam que atuar com povos clânicos rende volumoso número de votos em eleição político-partidária, os obstrutores acreditam que a presença de pesquisadores se envolvendo com os silvícolas, por conscientizá-los, pode dificultar a captação destes créditos para a sua instalação no poder espúrio. O fato é que a estes obstrutores pouco importa o etnodesenvolvimento.

Se, por um lado, no entorno estão os obstrutores externos, no centro do cenário, envolvendo o espaço de pesquisa, está um organismo controlador da política indigenista, insensível à sua própria realidade. Comumente alguns dirigentes procuram trazer dificultadores na investigação envolvendo povos indígenas, pois poderá ocorrer a defenestração dos seus antagônicos métodos de desempenho junto às tribos situadas na

Amazônia; isso afetaria o seu conceito como organismo tutor do índio. Mas é do domínio público, a inoperância e a incapacidade de diversos organismos indigenistas, o que tem motivado a multiplicação de organizações civis interessadas em resgatar o povo clânico das condições adversas às quais foi lançado.

### **Aspectos éticos nesta pesquisa qualitativa**

Este trabalho envolve interação com atores, documentos, processos, fatos e fenômenos em um espaço turbulento, constituído de situações que não se investigariam, com uma abordagem centrada na Ciência da Administração, porquanto pueril no ponto de vista da realização fática. O próprio preparo metodológico está cercado de nuances que somente pela holística poderia ser desobstaculado. O apelo para as ciências substantivas poderá ser uma solução para ultrapassar a barreira de uma temática sensível como a que envolve povos indígenas.

Achío Tacsan (2006) vem oferecendo nesta tarefa uma orientação proficiente para a conduta ética diante da natureza da atividade e do próprio método de intervenção. O respeito às pessoas envolvidas nesta investigação é sustentado pela autora em dois pilares: primeiro, a autonomia destes atores e segundo, a beneficência que o produto trará para todos. Outros princípios universais consagrados também serão considerados, como a não-maleficência, justiça, segurança aos envolvidos e o consentimento informado tratado por Dunn e Chadwick (1999, p. 1617).

Para Achío Tacsan (2006), o princípio de beneficência tange a obrigação de reunir os esforços de modo a garantir o bem-estar ao sujeito da investigação; além do dever de maximização dos benefícios prováveis e minimização, no caso de possíveis danos. O princípio de justiça evoca o amparo a grupos culturais e sociais, raciais e étnicos, enquanto que o princípio de segurança visa à garantia de que o trabalho não causará qualquer dano aos

envolvidos. O princípio do consentimento informado visa a garantir que os envolvidos estejam conscientes de todas as etapas do trabalho investigativo e que poderá ser interrompido sob controle e, se isso ocorrer, estará o sujeito da pesquisa devidamente apto a desvincular-se livremente do processo investigativo. Este trabalho é fruto do Projeto Senhores da Natureza, aprovado pelo Fórum *Paiteer Suruí* de Rondônia, conforme termo juntado ao processo em trâmite na Universidade Federal de Rondônia. González Ávila (2005, p. 5) se posiciona da seguinte forma com relação à ética na pesquisa qualitativa:

“ La correspondencia entre los principios, los valores y los conocimientos producidos con respecto al mundo real, incluyendo el de la subjetividad como parte de éste. Dicha correspondencia es lo que explica la fuerza de la ciencia; esa correlación aclara la enorme influencia que ha tenido y tiene en el mundo con o factor transformador de la sociedad en los últimos siglos. Es la capacidad para explicar y para predecir la dinámica del mundo natural y social, y, sumada a ello, la capacidad de dar comprensión y sentido”. (González Ávila, 2005, p. 5).

No Brasil, as pesquisas envolvendo povos indígenas têm previsão de serem controladas pelo Comitê de Ética, gerenciado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEPE). Conforme levantamento efetuado, este Comitê terá futuramente funções consultiva, deliberativa, normativa e educativa, atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. O Comitê Indígena está em fase de instalação, por isso não se providenciou um lançamento para esta iniciativa. A burocracia foi atendida, com a abertura do Projeto Senhores da Natureza; ações conjuntas com a Coordenação de Ensino Indígena em Cacoal,

órgão vinculado à Secretaria de Estado da Educação de Rondônia foi extra-oficialmente providenciada, tendo elaborado importantes serviços assistenciais de suporte na capacitação dos professores indígenas, principalmente para o ensino de gestão da sustentabilidade e empreendedorismo; foi obtido termo de concordância junto ao Fórum *Païter Suruí*, que representa a comunidade a ser focalizada. Autoridade da Fundação do Índio foi ouvida, e a direção não colocou obstáculo, principalmente em razão dos reais benefícios que um trabalho desta natureza trará para o índio. Os organismos jurídicos e acadêmicos da Universidade Federal de Rondônia são unânimes quanto aos benefícios previstos, tendo os representantes da Assembléia do Povo em Cacoal emitido moção de aplauso para esta iniciativa.

### **População e Amostra**

Para o desenvolvimento do presente trabalho, tratou-se separadamente os casos e analisou-se a inferência para o eixo da questão, de forma a confirmar validação ou não das hipóteses consideradas. Para tanto, foram constituídas amostras através de sensores conforme se descreve adiante, que fossem compatíveis com a neutralidade exigida nesta pesquisa; além de estarem no âmbito da região a ser pesquisada, guardando relação direta ou indireta com o objeto a ser investigado de acordo com os objetivos propostos.

Por população, para efeito deste subtópico da tese, considerou-se o conjunto de indivíduos de uma mesma categoria, situado na área em comum do espaço definido da pesquisa, a saber, a Região de Cacoal, no Estado de Rondônia, na Amazônia Ocidental Brasileira. A população com a qual se desenvolveu o presente trabalho é composta por residentes no Município sede, camponeses residentes na zona rural e pelos indígenas estabelecidos na Reserva Sete de Setembro. O tratamento a ser adotado será o da coleta interpretativa de fatos, obtida dos iguais entre os desiguais. O grupo de foco entrevistado guarda similitude com os decisores que tutelam os Povos da Floresta, enquanto o grupo

principal, os indígenas, são indivíduos controlados pela legislação brasileira – o Estatuto do Índio - que o qualifica como civilmente incapaz ou relativamente capaz para o envolvimento em uma tarefa investigativa como esta.

Neste trabalho, a amostragem é a convenção estabelecida para um pequeno grupo representativo de decisores que, no trabalho de pesquisa, são considerados sensores na sua condição de observadores de fatos sociais. Os sensores são idôneos porque testemunham a realidade conjuntural vivenciada pelos indígenas vizinhos, os *Paiter Suruí* de Rondônia; representam, assim, o universo pesquisado no julgamento de *constructos* previsíveis levantados na tarefa investigativa. Foram constituídos trinta indivíduos como sensores.

Rea (2000) considera que a análise estatística integra a pesquisa por amostragem para a compreensão da base teórica. Porém, esta tese é elaborada em um universo de dados desestruturados, com as fontes de coleta aleatórias. Os indivíduos focalizados são os povos da floresta, que na absoluta maioria não se comunica por meio da língua portuguesa, e que operam uma oralidade na sua língua materna, a *Tupi Mondé*, sem escrita até a presente oportunidade. Quanto à língua portuguesa utilizada neste trabalho, esta é praticada pelos residentes em Cacoal, pelos indígenas que se mesclaram após o contato ocorrido na década 70, e por raros professores indígenas vinculados à Coordenação de Ensino local, da Secretaria de Estado da Educação. Entre os professores indígenas, encontram-se aqueles que ministram classe utilizando-se do português de forma precária, e os que oferecem aulas exclusivamente na língua tribal, ou seja, por meio da oralidade; nenhum se preocupa em estruturar uma base de informação sobre sua própria realidade. Porém, na comunidade *Paiter Suruí* existe um número de integrantes freqüentando curso superior, como se verifica nos dados apresentados em tópico próprio desta pesquisa. Fatos desta natureza dificultam significativamente um apanhado de dados por meio de fonte estruturada do protocolo investigativo.

Ao tratar de procedimentos de pesquisa, Aaker, Kumar e Day (1995) oferecem recomendações que passaram a ser consideradas neste escopo metodológico. Referindo-se a amostragem não-probabilística, como se pretende nesta tarefa, afirmam ser do menor custo e maior rapidez na obtenção dos resultados, porque consiste no contato simples com a unidade conveniente da amostragem, retirando dali o grupo de foco, e dele obtendo a posição que se espera para tratamento ou confronto.

A inexistência de uma plataforma para coleta de informações exigiu o confronto direto como procedimento mais apropriado para o trabalho etnográfico. Entretanto, busca efetuada em Rea (2000) apontou a possibilidade da amostragem entre os membros populacionais diretos ou indiretos; para atender a este requisito, optou-se por buscá-los dentre os desiguais que formam aqui o denominado grupo de foco, ingressado neste processo investigatório na condição de testemunha.

Como não se exauriu estudo comparado das amostras, e porque a natureza descritiva do processo está por exigir a narrativa de fatos, pareceu suficiente a análise da raiz do contexto. Esta raiz é caracterizada por duas premissas contrapostas, sendo a primeira constituída de dez *constructos*, e a segunda com três *constructos*; sob forma de questionário de consulta, que foram submetidos a trinta observadores oriundos do grupo de foco.

Efetuuou-se um apanhado de amostra não-probabilística por conveniência, na busca da validação sem violar a regra científica de uma pesquisa qualitativa. Como o objeto da pesquisa é um fenômeno ou processo, aplicaram-se trinta questionários entre os observadores dos fatos ou testemunhas do processo ou fenômeno. Estas testemunhas foram selecionadas por conveniência segundo características de idoneidade para conferir contraprova de situações tratadas no histórico narrativo. Foi considerada, ademais, uma série de fatores, como a possibilidade de acesso à comprovação, o custo da ação de coleta, a exequibilidade do confronto e a neutralidade do entrevistado com relação ao objeto de pesquisa. A

perspectiva aqui foi a de prover a não interferência na comparação entre os objetivos específicos tratados ao longo do estudo e a suficiência dos fatos trazidos ao contexto na via da neutralidade.

A aplicação de questionário em Rea (2000) seguiu esquema de roteiro centrado no objeto de estudo; é como também recomenda Alencar (2000), ao tratar da metodologia da pesquisa social. Desta forma, o referencial teórico, o norte das hipóteses e os *constructos* previsíveis passam a se constituir como pilares na elaboração dos quesitos que foram respondidos pelos atores sociais levantados.

Os determinantes de uma amostragem são apontados em Rea (2000): o nível de confiança, caracterizado pelo risco de erro do pesquisador, e o intervalo de confiança, que determina a precisão da amostragem. Ambos determinantes são fundamentais no eixo das Ciências Exatas; porém no campo das Ciências Sociais Aplicadas, como ora trabalhado, tais determinantes assumem o compromisso pela confirmação dos *constructos* possíveis, o que não afasta a validação nas intervenções de natureza qualitativa. De qual forma a liderança tribal, tutelada há décadas, estaria apta a lançar um raciocínio sobre a inovação no campo de sua atuação como gestor de uma empresa familiar? Como o observador, que conhece da realidade dos indígenas, poderia responder sobre questionamentos envolvendo a integração dos povos da floresta? Dessa forma, a presença destes observadores, convocados a responder sobre os *constructos*, nortearia nesta tarefa a compreensão reflexiva sobre os fatos situados no entorno do objeto, que é a inclusão indígena através do conceito de empresa familiar na atividade do ecoturismo. Não obstante ao paradigma considerado aqui, a amostragem não deverá estar entre os tribais ignóbeis do Brasil e nem entre outros povos de realidade diversa, em conformidade aos preceitos de endogenia postos à prova na revisão teórica. Mas o significado dos idealizadores poderá surgir de atributos questionáveis para então mensurá-los, conforme se procedeu nesta investigação.



Rea (2000, pp 138 a 153) orienta sobre o estabelecimento de uma população útil e representativa, caracterizando a amostragem não-probabilística como a evocada na presente tarefa. A impossibilidade da obtenção de uma população no foco primário (a comunidade indígena), neste trabalho, ensejou fosse ela substituída por uma população de sensores situados em grupo de foco, como forma de operacionalizar uma representação idônea para a amostragem requerida. Seja este grupo de foco a população útil e capaz de representar um universo perceptivo do contexto estudado; indivíduos neutros ao processo investigativo, porém habilitados a oferecer conceito sobre adventos do domínio público, como os relativos à integração dos indígenas por meio de uma atividade exequível para quem possui os meios básicos para geração de riqueza. Não há de se esperar, deste grupo de foco, a completa perfeição e muito menos a total isenção no ponto de vista de cada um; mas a razoabilidade sobre seus apontamentos na decisão acerca de um escore que venha a indicar, razão pela qual se reportou à necessidade de justificativa quanto às opções nos extremos (marcação nos escores de discordância total ou concordância total) no formulário recebido. Ainda seguindo recomendação em Rea (2000), optou-se por considerar algumas características para com os sensores entrevistados por meio de questionário:

- 1) Definição de que, entre estes sensores, ocorresse razoável capacidade de interpretação sobre a realidade do povo *Paiter Suruí*, situado na Região de Cacoal. Procurou-se evitar sensores marcados por visão pré-concebida e sem reflexão lógica sobre os fatos tratados.
- 2) Listagem de possíveis sensores, sua localização e a relação por ele mantida com os fatos sociais percebidos, concernentes aos indivíduos a serem integrados ao desenvolvimento regionalizado por meio do ecoturismo indígena. Considerou-se como sendo fundamental a sua maturidade e independência.

- 3) Sistematização da forma de abordagem, para obtenção do consentimento do sensor, e verificação do grau de compreensão sobre o objeto a ser apreciado, de modo a obter firmeza no ponto de vista. A confiabilidade da sua atuação no trabalho investigativo seria relevante.

Segundo Rea (2000), a amostragem não-probabilística impede a generalização em face ao grau de erro que a ela se associa; não foi diferente neste trabalho. Por isso é que se procurou, num primeiro momento, certificar-se a respeito do conhecimento teórico da verdade que sustentaria uma consulta específica sobre um *constructo* ideal. Caracterizou-se, desta forma, a amostragem não-probabilística por julgamento intencional, porque se utilizaram de critérios profissionais e não do acaso, para selecionar os sensores entre indivíduos de formação intelectual compatível com o conhecimento dos fatores sociais inerentes ao processo investigativo.

### **Técnicas de Coleta de Dados**

Esta pesquisa exigiu identificação de regras e de procedimentos que viessem a satisfazer o uso de ferramenta metodológica comum às Ciências Sociais Aplicadas no eixo da Ciência Gerencial. A rigor, poder-se-ia eleger todo ferramental considerado ótimo em pesquisa qualitativa. Porém, para evitar a desnecessária amplificação desta pesquisa, elegeu-se apenas os procedimentos alçados na tarefa. Então ocorreu a busca de suporte em outros Centros de Pesquisa, como o Centro de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Silva (2001), do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, no eixo de Gestão de Negócios, esteve subsidiando conceitos, doutrinas, referências e citações capazes de credenciar as afirmações e registros nesta tarefa, pela leitura e pesquisas bibliográficas. A utilização do *Computer & Control Abstract* em Silva (2001), por intermédio da Biblioteca Universitária da Universidad Autónoma de Asunción, foi significativa. Diversas Instituições foram visitadas no Estado de Rondônia, como Fundação do Índio, na

sua Diretoria em Cacoal, Gabinete da Prefeita de Cacoal, a Secretaria Municipal de Turismo de Cacoal, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Cacoal, Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, na sua Representação em Cacoal – SEDUC / REN - Cacoal, Coordenação de Ensino Indígena. Quanto aos procedimentos, adotou-se os detalhados a seguir.

### **Enquete e entrevistas**

Foram efetuadas enquete e entrevistas, seguindo orientação em Rea & Parker (2000), de modo a consubstanciar objetividade para uma linha essencialmente qualitativa de investigação. As entrevistas foram abertas, e nos casos em que foi necessário o confronto de informação, efetuou-se tomada de processo de inquirição. Foram realizadas entrevistas junto a lideranças indígenas e com estudantes oriundos do clã pesquisado, que realizam cursos superiores de Ciências Biológicas, Direito, Letras, Pedagogia e Turismo, dentre outros. Não ficaram fora deste quadro de entrevistados os tribais que freqüentam cursos em nível de primeiro e segundo grau e em muitos casos utilizou-se de tradutores. Empresários do possível *trade* turístico da Região investigada foram ouvidos. Ocorreram entrevistas orientadas com anotações de praxe; respostas foram obtidas com aplicação de questionários, oportunidade em que os fatores críticos de clareza, abrangência e aceitação recomendados em Rea & Parker (2000) foram considerados, de modo a evitar ambigüidades e trazer a suficiência da base investigada.

### **Observação direta**

Foram visitados diversos espaços ecoturísticos para constatação de fatos relacionados direta e indiretamente com o objeto desta pesquisa: os usos e costumes, a cultura predominante, a obra artesanal, o som e o ritmo *Païter Suruí* e o método da organização do

trabalho de apoio ao ecoturismo. Foram providenciadas Oficinas de Trabalho envolvendo técnicas artesanais, atividade de suporte ao empreendedorismo e à sustentabilidade, e bem como a adesão de providências similares, que justificaram a inclusão da presente técnica procedimental. Nestes eventos se envolveram os professores indígenas, os Kurubens ou Sábios das Tribos e os demais atores e interessados. Ali foi possível constituir e identificar a forma como podem os indígenas vir a ser capacitados para o seu progresso. O etnodesenvolvimento pela quebra de correntes mentais, bem como a caracterização do domínio que subestima o indivíduo índio, ficou descrito satisfatoriamente para o preparo desta tarefa.

### **Oficinas de trabalho**

Ocorreram práticas em Oficinas de Trabalho, como a Oficina de Artes Indígenas, providenciada em colaboração com a Representação da Secretaria de Educação em Cacoal, por sua Coordenação de Ensino Indígena, ao lado das Faculdades Integradas de Cacoal; esta técnica serviu para compreender o artesanato *Paiteer Suruí*, para avaliar o significado econômico desta atividade, e julgar a motivação dos interessados na busca destes atrativos do preparo *Paiteer Suruí*. Foi providenciada ainda a Oficina de Sustentabilidade, a pedido da mesma Coordenação de Ensino, objetivando a capacitação do professor indígena a fim de preparar os *curumins* para a relação sustentável nas aldeias. Ali foi providenciada a exibição de DVD com algumas práticas sustentáveis do Povo Ashaninka, estabelecido na divisa do Estado do Acre com o Peru; os participantes puderam conhecer as atividades que vêm sendo desenvolvidas pelos descendentes diretos dos Incas para, mediante a presença dos Sábios *Kurubens* no encontro, levantar e constituir as possibilidades entre o *Paiteer Suruí* de Rondônia; esta Oficina serviu para apreciar e compreender a relação dos valores *Paiteer Suruí* para o desenvolvimento auto-sustentável, na via do etnodesenvolvimento. A considerável

valia destes dois empreendimentos pedagógicos amadureceu significativamente os conceitos para interpretação da realidade investigada.

### **Técnicas dos recursos da foto-etnografia neste trabalho**

A foto-etnografia nesta pesquisa encontra-se baseada em Vergara (2006), quando a autora cita Achutti (1997) com a sua variante de possibilidade voltada para a renovação de conhecimento no método tradicional. Nesta via de tratamento de fatos e comprovação, o recurso foto-etnográfico vem como auxiliar na visão interpretativa do observado, registrado e documentado para a moderna sociedade do audiovisual.

A considerar a rede caleidoscópica humana, a imagem poderá provocar descritiva de situações com maior precisão do que na narrativa do fato. Quando conectada no texto, como será efetuado nesta tarefa, trará imprescindível substância ao resultado a ser alcançado. Embora impregnada de subjetividade, a imagem se faz útil no estudo de caso, pois aponta a representação de evidência, como nos documentos periciais e nas narrativas científicas em geral. Desde que seja respeitada a ética, a imagem de grupos e de situações conduz a melhoria na assimilação genérica ao longo do processo de pesquisa.

A utilidade da foto-imagem nesta tarefa requereu um formato operacional e, junto a este requisito, a sua finalidade. Nessa linha de raciocínio, as fotografias e representações de imagens gravadas estarão vinculadas à temática abordada e ao problema a ser tratado; a negociação de uso foi providenciada junto ao Fórum *Paiter Suruí*, instituição que congrega a comunidade a ser focalizada. A maioria das fontes é de domínio público, disponibilizada na rede *web*; e a seleção para ingresso no corpo do trabalho foi efetuada com lisura; as anotações estão em perfeita correlação, tanto na identificação como no indicativo de origem; nos casos de possíveis dúvidas, a decisão requereu confronto que definiu a admissão ou rejeição da imagem.

### **Tipo e Método de Estudo**

Neste tópico serão delineados os elementos da construção metodológica proposta para este trabalho. Aqui está explicitada a relação entre uma perspectiva concentrada nas Ciências Sociais Aplicadas e os objetivos do estudo, seguindo, desde a Teoria Geral da Administração, na via do etnodesenvolvimento, até a produção de um tratado multidisciplinar envolvendo as ciências substantivas em Baron (2005). É neste trajeto metodológico que, seguindo pelas teorias substantivas adotadas, pretende-se identificar o marco teórico essencial em suporte ao resultado desta tarefa. A expectativa é suprir os objetivos, tanto o geral como os específicos, considerando os reflexos no entorno micro e macrosociais na Linha de Pesquisa da Gestão de Empresa Familiar.

O delineamento considera aqui as recomendações de Baron (2005) e de Silva (2001), para fins de orientação do formato intelectual do contexto e do preparo. Do primeiro, por causa daquele seu enfoque genérico que oferece e, do segundo, por já haver sido tratado anteriormente, tendo-se comprovado técnicas metodológicas adaptáveis neste cenário descritivo. Antes, porém, é oferecido um espaço para compreensão do contexto científico no Estado de Rondônia, para que se permita avaliar o grau de dificuldade experimentado por um pesquisador que resolva se envolver no trabalho investigativo na Região da Amazônia Ocidental brasileira. Uma indagação metodológica exordial é lançada: porque não tratar da Empresa Familiar no contexto comum, como geralmente é focalizada pelos estudiosos clássicos? Ora, o contexto clássico serviria de base, mas a tarefa nesta estrada comum não conduziria aos propósitos estratégicos de oferecer inovação no campo das Ciências Sociais e muito menos em um eixo difuso como o etnodesenvolvimento, relegado entre os estudiosos das Ciências Administrativas. A generalidade não motivaria a construção teórica de um campo restritivo especial. Existe um convencimento de que a comunidade clânica é um

agente contributivo na geração de riqueza para a sociedade utilitária e estaria apta a oferecer elementos indutores da melhoria na qualidade de vida, lazer e entretenimento dos demais povos. Ou então seja questionado: estaria a humanidade debruçando sua expectativa consumista na história econômica artesanal, tradicionalista e ambientalmente correta?

### **Metodologia de pesquisa envolvendo ecoturismo em Reserva Indígena**

Goeldner (2002) oferece os métodos básicos para pesquisa envolvendo o turismo, como o ecoturismo proposto nesta tarefa, os quais foram considerados no preparo deste trabalho investigativo. Os elementos tratados pelo autor envolvem intervenções funcionais para organizações complexas. Trata das abordagens centradas em delineamento de problemas significativos, como a relação de empresa e seu contato com mercado, questões envolvendo redução de desperdício, desenvolvimento de novas fontes de lucro, contribuição de novas formas de venda e, por último, criação de boa vontade ou motivação do consumidor.

No elenco de seis funções de pesquisa em turismo tratado por Goeldner (2002), a que mais se aproximou da intervenção proposta nesta investigação está relacionada ao delineamento de problemas genéricos, pois a temática voltada para o ecoturismo indígena é totalmente nova no Brasil. Existe uma série de outros questionamentos a serem abordados, que vão desde o problema do método da pesquisa até a forma de trabalho investigativo; além dos entraves comumente considerados, relativos aos dificultadores de acesso a dados e informações, represálias políticas, preconceitos de organizações assistencialistas dos índios, preocupadas com o acultramento clânico, o que é totalmente procedente, dentre outros. Porém não há como deixar de focalizar a elaboração de *constructos* endereçados à edificação da modelagem de uma Empresa Familiar indígena, e neste caso serão adentradas funções de pesquisa situadas em torno do ambiente empresarial.

A abordagem ora travada envolverá o método comum à pesquisa em Administração, porquanto envolve decisão, planejamento, gestão e outros tópicos afins. Entretanto não será afastada do processo de pesquisa básica em Turismo como proposto em Goeldner (2002), com o seu formato similar ao método do estudo de caso, para obtenção de resultado. Este autor indica nove procedimentos no método de estudo de caso em turismo, e quatro deles são considerados, sendo diretamente vinculados a este trabalho, como:

- 1) Identificação do problema com um olhar crítico no foco a ser sistematizado, como foi registrada neste capítulo;
- 2) Análise da situação, com visita a bibliotecas, inclusive as virtuais, como nova ferramenta, interpretação do clima político e dos atores do processo ecoturístico, das possíveis causas do problema e compreensão do ambiente, dentre outras providências que são comuns ao proposto pelo autor.
- 3) Condução prévia de uma investigação informal, quando se envolvem pessoas consideradas chave no entendimento da circularidade dos fatos;
- 4) Demais procedimentos comuns ao método, como descritos em tópico próprio deste capítulo.

A formatação da pesquisa em Goeldner (2002), apesar de ser complexa e voltada para questões da tecnologia e práticas em turismo, é um auxílio significativo para acesso ao horizonte interpretativo, porquanto disciplina o agente para o enquadramento essencial. Seja esta uma preocupação fundamental, para que não se venha a confundir este trabalho com o processo investigativo de natureza antropológica por excelência, já que o cerne da questão é o envolvimento para a inclusão de um povo clânico, utilizando como ferramenta a Empresa Familiar no ramo do ecoturismo indígena. Portanto, merece aqui um breve entendimento sobre pesquisa antropológica.



A pesquisa antropológica clássica, diferentemente deste trabalho de tese doutoral, busca atender ao objetivo teórico da afirmação e qualificação, tendo como disciplina a Antropologia. Centraliza a forma de organização social do homem e sua evolução. Entra neste cenário investigativo a escalada do homem no processo de evolução até a chegada ao estágio da sociedade européia, levada como referência de civilidade. Como se poderá observar mais adiante, foram encontrados elementos obtidos com o apoio desta função de pesquisa, porém tão somente para o tratamento do patrimônio sociocultural a ser percebido e oferecido ao visitante para conhecimento e interpretação; nenhuma proposta de estudo comparado entre estágios evolutivos foi considerada, salvo as peculiaridades situacionais contidas no estado da arte, no cunho interpretativo do objeto.

Para que se alcance o estudo comparado explicitado neste tópico, o Método da Antropologia resulta em comparação de dados obtidos da sociedade humana, organizados por foco, como o religioso, relação de parentela e outros que o pesquisador determina. Estes dados servirão para comparar a evolução desta sociedade humana, suas experiências, com uma abordagem essencialmente diacrônica e linear. Foi com Lévi-Strauss que surgiu a moderna pesquisa antropológica; e com ela a cultura dos povos são definidas como sistemas estruturados. Obra de sua autoria, intitulada “As estruturas elementares de parentescos”, publicada em 1949, na qual oferece resultado de investigação da relação de parentela dos povos indígenas na Austrália, fez surgir conceitos modernos como endogamia, exogamia, consaguinidade e aliança. Nenhuma das demais funções investigativas de cunho exclusivamente antropológico foram trabalhadas na presente pesquisa envolvendo o povo *Paiteer Suruí*. Mesmo o tratamento de seu patrimônio sociocultural, na forma como se apresenta, foi obtido com apanhado de dados oriundos de fonte indireta e confirmação por observação direta conseguida na Região, com exclusiva descrição e interpretação em Estudo de Caso, como sendo o Método próprio da Ciência da Administração.

### **Abordagens sobre o ambiente científico desta pesquisa**

Será tratado neste tópico o espaço científico que contextualiza o cenário investigativo, delineando a cientificidade no Brasil, no geral, e em Rondônia no particular. Para tanto, foram reunidos elementos do organismo de ciência e tecnologia nacional e o do Estado de Rondônia, na tentativa de compreender a produção do conhecimento e o ambiente para o desenvolvimento deste. Foram tomados três focos principais enumerados a seguir, que sevem para levar à compreensão sobre os dificultadores de um trabalho como este envolvendo empresa familiar indígena.

#### **1) Ação investigadora do Governo Federal através do MCT**

O Ministério de Ciência e Tecnologia do Governo Brasileiro (MCT) levantou pela primeira vez dados para subsidiar difusão de informações sobre o cenário científico brasileiro e não focalizou o Estado de Rondônia. A existência de demandas políticas e partidárias trouxe mais esta desvantagem neste Estado. No trabalho do MCT, indivíduos de todas as Regiões do país foram ouvidos; porém dos Estados situados na Região Norte houve entrevistas apenas nos Estados do Amazonas e do Pará, abandonando a enquete quanto aos quatro demais – Amapá, Roraima, Acre e Rondônia; não foi apresentada a descritiva dos critérios de escolha dos Estados envolvidos; porém é notória a dificuldade de acesso à longínqua Região.

O trabalho supra-referido do MCT foi produto de um estudo de natureza qualitativa elaborado por meio de entrevistas domiciliares e pessoais, com questionário estruturado, realizado entre 25 de Novembro e 9 de Dezembro de 2006. O resultado pontuado a seguir reflete as características do cenário onde estará sendo realizada a presente pesquisa na Linha de Empresas Familiares, do Curso de Doutorado em Gestão de Empresas, da

Universidad Autónoma de Asunción, por sua Diretoria de Investigación. O MCT oferece informes substanciais:

- a) Os temas de maior interesse na Região Norte do Brasil, por ordem, são:  
Medicina e saúde; Meio Ambiente e Religião;
- b) 48% dos entrevistados declararam pouca informação sobre Ciência & Tecnologia, alegando que não entendem ou que nunca pensaram no assunto;
- c) A informática encontra-se no topo do interesse por informação;
- d) 52% dos entrevistados jamais entraram em uma biblioteca e apenas 4% conheceram um Centro de Ciência e Tecnologia;
- e) Dos cientistas lembrados pelos entrevistados, nenhum faz parte do eixo das Ciências Sociais Aplicadas.

Com os elementos obtidos da fonte indireta acima, haverá de se compreender que um trabalho voltado para o etnodesenvolvimento será um indutor sinérgico para reverter conceitos. O povo amazônico teria a oportunidade de conhecer o valor do negócio com ecoturismo. Os indígenas seriam mobilizados a experimentar o seu momento de forma especial; preservariam a sua cultura e o seu meio ambiente, para então obter ganho financeiro com a atividade econômica ora referida. Como na Região Norte do Brasil o segundo maior interesse por pesquisa demonstra estar centrado no meio ambiente, então o ecoturismo vem constituir um foco relevante, pois essa atividade encontra-se situada na relação ambiental do homem, para o seu lazer com cultura, entretenimento e qualidade de vida.

O ecoturismo em ambiente de Reserva Indígena ainda não está regulamentado no Brasil, por falta de estudos sobre o tema e por absoluta carência de uma política pública voltada para a integração dos povos clânicos. Inobstante, algumas experiências envolvem autóctones na localidade de Riozinho, distrito do Município de Cacoal, e no Município de

Presidente Médice, ambos no Estado de Rondônia, na Região Norte do país. Nestas duas localidades, a maioria dos visitantes se volta para o artesanato indígena e para as buscas de escrituras rupestres, respectivamente. Em outros espaços amazônicos se explora atividade de Hotel de Selva, mediante investimentos internacionais, o que não se confunde com o foco proposto nesta tarefa; a interpretação e geração de modelagem voltada para a exploração da atividade ecoturística entre povos indígenas teria neste estudo uma experiência pioneira no Brasil.

O fato é que, se inexitem pesquisas, a sociedade continua indiferente e os pesquisadores fazem pouco caso sobre a realidade do amazônida; então a tendência é seguir a situação como está, enquanto a vítima continuará sendo o residente na floresta, porque permanecerão excluídos de uma participação econômica ativa.

## *2) Cenário de Pesquisa do Governo do Estado de Rondônia*

O Estado de Rondônia é relativamente jovem; foi oficializado em 31 de Dezembro de 1981, com a transformação do antigo Território Federal; os seus organismos públicos ainda estão adquirindo estrutura burocrática, enquanto os em funcionamento padecem de reformulação capaz de atender às necessidades para as funções sociais, econômicas, ambientais, políticas e institucionais. Funções como as relacionadas à política de ciência e tecnologia estão centralizadas na Gerência de Ciência, Tecnologia e Inovação, que é um órgão de terceiro escalão na Secretaria de Estado do Planejamento. Este fato revela o grau de interesse dos governantes no poder que, na sua maioria, são oriundos das atividades pecuaristas e agroindustriais. Como resultado deste deslocamento, temas referentes à investigação científica de natureza social não têm proatividade ou empenho dos mandatários, enquanto a inclusão dos povos clânicos prescinde de uma visão baseada no conhecimento.

Informações colhidas acerca da atuação da Gerência de Ciência, Tecnologia e Inovação, da Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia, apontam a dificuldade no desenvolvimento científico pleno para este Estado, senão considerem-se os seguintes registros obtidos:

a) A Gerência tem por missão intensificar a participação das entidades de desenvolvimento, promoção científica e tecnológica no estabelecimento e na execução de políticas de desenvolvimento em Rondônia; buscam facilitadores para que a Ciência e a Tecnologia estejam a serviço da construção de uma sociedade mais justa e solidária. Por estar esta missão em nível de gerência, a sua inserção continuará severamente prejudicada. São da competência dessa Gerência:

- I. Estabelecer e implementar, juntamente com outros órgãos afins, as ações relacionadas com a execução da política de C&T no âmbito estadual;
- II. Incentivar o desenvolvimento e a realização de pesquisas tecnológicas e científicas, voltadas para o aproveitamento dos recursos naturais;
- III. Planejar, no âmbito da Secretaria, as atividades nas áreas científica e tecnológica;
- IV. Promover iniciativas que favoreçam o desenvolvimento de tecnologias alternativas para o uso racional dos recursos naturais e o fortalecimento do setor produtivo;
- V. Coordenar a capacitação de recursos humanos para atuar em C&T;
- VI. Emitir pareceres e relatórios relacionados com o desenvolvimento e a execução das ações pertinentes à área.

Tantas competências seriam possíveis com a criação de uma Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, com apoio de uma Fundação de Pesquisa e Desenvolvimento Científico, como vem ocorrendo em outros Estados brasileiros.

b) A dotação orçamentária, valor financeiro de suporte ao funcionamento da Gerência para o ano de 2007 foi de aproximadamente US\$ 265.100; com este recurso se tentou fazer funcionar as atividades de ciência, tecnologia e inovação. Este reporte orçamentário não é suficiente sequer para cobrir as despesas ordinárias rotineiras de gerência, conforme atestam assessores desse órgão.

c) A dotação para ações contempladas nos Programas de Áreas Prioritárias é de US\$ 3.577.000 entre os anos de 2008 e 2010. Este montante corresponde a parcelas de transferências previstas, oriundas de diversos organismos de pesquisa, mediante convênio, para complementar a verba autorizada pelo Governo do Estado. Porém divergências políticas dificultarão sobremaneira tais repasses e fazem incerta tal pretensão.

d) As principais ações hoje são as seguintes: Programa Pró-ciências; Programa Rondoniense de Tecnologias Apropriadas (como os programas Prota, Seict; Prossiga e as Plataformas Tecnológicas). Porém é evidente a carência de pesquisadores contratados pelo Governo Estadual, enquanto a relação entre outros Centros de Pesquisa não se viabilizarão, quer pela carência ou insuficiência de recursos, quer pelo desinteresse de cientistas que preferem a Região Sul e Sudeste do país, inobstante a uma série de incentivos que aqui oferecem aos candidatos, porém sem garantias.

e) Os programas em andamento são os seguintes: Programa Pronex, com o objetivo de apoiar a pesquisa científica em Centros de Excelência em Medicina Tropical no Estado de Rondônia; Programa Pibic-Júnior, objetivando incentivar à formação de jovens pesquisadores para atender à demanda de mercado da iniciativa privada (indústria e comércio), serviços públicos e às Instituições de Ensino Superior. Programa de Infra-Estrutura Para Jovens Pesquisadores, objetivando apoio técnico, administrativo, financeiro e operacional a projetos de pesquisadores doutores, de qualquer área do conhecimento, com vínculo institucional junto a organizações públicas de ensino. Programa PDCR, objetivando promover a renovação

do quadro de recursos humanos das Instituições de Ensino Superior, propiciando o fortalecimento dos grupos de pesquisa existentes e a criação de novas linhas de pesquisa de interesse regional.

f) Outras atividades envolvendo principalmente a integração científica, como seminários, congressos e outros eventos. Estes vêm sendo incrementados com vigor, muito mais nos períodos eleitorais; porém nestes eventos se observa tão somente cenários políticos e partidários – ali uma mesa muito bem decorada é composta de influentes lideranças agrárias regionais e, diante deles, uma platéia de ouvintes silenciosos, ávidos em aplaudir os hilariantes discursos que não passam de convite ao curral eleitoreiro. A imprensa burguesa é convocada para os documentários produzidos, sempre de mau gosto e abusivos, que são apresentados pelos canais televisivos que pertencem sempre a grupos associados.

Uma observação inicial que se poderia oferecer sobre o ambiente científico rondoniense é que padece por insipiência tecnológica, enquanto se reclama por pesquisa e desenvolvimento. O Estado, que não possui sequer trinta anos de criação, tem suas bases econômicas assentadas na agropecuária, com forte influência política retida por pessoas sem domínio do saber, uma vez que o analfabetismo atinge hoje o percentual de 26% da população, correspondendo ao dobro do índice da Bolívia, país vizinho em condições de estagnação na América Latina; este fardo de analfabetismo é significativo, enquanto a concentração de renda é outro fator preponderante para impedir a evolução no processo de conhecimento. A posição geográfica do Estado desfavorece em muito a sua integração com outros centros de pesquisa nacionais. É neste ambiente que se destacam a Universidade Federal de Rondônia e diversas Faculdades particulares. As instituições privatizadas se dão a receber os filhos dos abastados economicamente, sendo geralmente freqüentadas por jovens pouco preocupados, raras exceções, em promover ciência e tecnologia; estão em busca de seus diplomas, não importando as condições pelas quais irá obtê-los, pois preferem um

ensino de baixo grau de exigência e que não venha a lhes demandar estudo e pesquisa; para o momento, o seu interesse futuro está na aprovação em concurso, por meio do qual possam ter ingresso ao emprego público no Estado dirigido pelos seus correligionários burgueses. A expectativa considerada advém das nomeações por meio de portarias eleitoreiras, que permitem ingresso no Serviço Público Estadual sem seleção, enquanto os gestores governamentais encontraram uma solução para o desemprego estrutural.

### *3) Cenário de Pesquisa Científica na Universidade Federal de Rondônia*

A Fundação Universidade Federal de Rondônia é uma instituição pública federal criada pela Lei número 7.011, de 08 de julho de 1982, no ano seguinte da publicação de criação do Estado de Rondônia. A sede funciona na Cidade de Porto Velho, Capital do Estado, um centro urbano de aproximadamente 350 mil habitantes, conforme o censo demográfico de 2000. A UNIR tem caráter pluridisciplinar, e a sua equipe docente faz parte do Quadro do Magistério Superior da União na República Federativa do Brasil. A Instituição busca a promoção do homem mediante o saber científico e por meio de seus objetivos traçados no Estatuto aprovado pelo Conselho Superior da Universidade. A UNIR mantém sete *Campi*, distribuídos nas cidades de Porto Velho, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Vilhena, Cacoal e Ariquemes. Nestes espaços se executam as atividades de ensino, extensão e pesquisas científicas centradas principalmente no desenvolvimento regional, com ênfase na Amazônia.

A Universidade vem mantendo convênios com diversas instituições internacionais, como a Universidade de York, na Inglaterra e a Universidade de Toronto, no Canadá; Universidade de Ilhas Baleares, na Espanha; Universidade de Amsterdã, na Holanda e Universidade de Lumière, na França, para estudos voltados para o meio ambiente e desenvolvimento; e com a Universidade Autônoma de Assunção, no Paraguai, em diversas



áreas do saber. Estas parcerias vêm credenciando cada vez mais os produtos científicos brasileiros junto à Comunidade Internacional e mantendo a UNIR em grau de excelência, que em nada deixa a desejar, se comparada aos melhores centros universitários do Brasil. Tanto que o Curso de Administração no Campus de Cacoal obteve o melhor conceito da Região Norte, e está entre os melhores do Brasil.

Diversos grupos de pesquisa estão em funcionamento na UNIR, seguindo a orientação dos organismos oficiais do Brasil. Registram-se os seguintes: Centro de Pesquisas Lingüísticas da Amazônia; Centro de Línguas e Culturas Indígenas; Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia; Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional; Centro de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais da Amazônia; Estudos de Antropologia, Filosofia e Língua, dentre outros. Quatro grupos de pesquisa na Universidade Federal de Rondônia estão voltados para o elemento índio na Amazônia; e no Campus de Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, existe um pesquisador dedicado à lingüística de povos indígenas.

No Campus de Cacoal ainda persiste precariamente o CECISA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas que se revela ser voltado para as pesquisas envolvendo o meio ambiente, porém na prática vem atuando muito mais como um dinástico instrumento de conotação político-partidária e excessivamente corporativista, porquanto utilitário; encontra-se em vias de extinção porque não vem produzindo resultados. Foi requerido ali o registro da Linha de Pesquisa voltada para a Gestão do Negócio Ecoturístico em Reserva Indígena, que foi imediatamente rechaçado. Foi solicitada recentemente, mediante projeto sólido, a instalação do Centro de Pesquisa na Gestão da Inovação e Tecnologia, sendo observada forte resistência política interna no Campus, quando alegam, como sempre, razões duvidosas e sem esclarecimento, mas que constituem impedientes para o funcionamento de pesquisa séria. A direção do Campus barganha o empreendimento de investigação, escamoteando ou

impedindo os benefícios reais para o Povo *Paiter Suruí*, focalizado nesta investigação; com uma visão míope, impede o desenvolvimento regionalizado, longe da supervisão superior na Universidade. A nova administração superior da UNIR vem sofrendo dificuldades destes francos obstruadores, porém incrementa sucessivos ajustes, como a recente desvinculação e subsequente criação do Departamento do Curso de Administração que deverá sediar pesquisas em gestão.

### **Estratégias deste trabalho de tese doutoral**

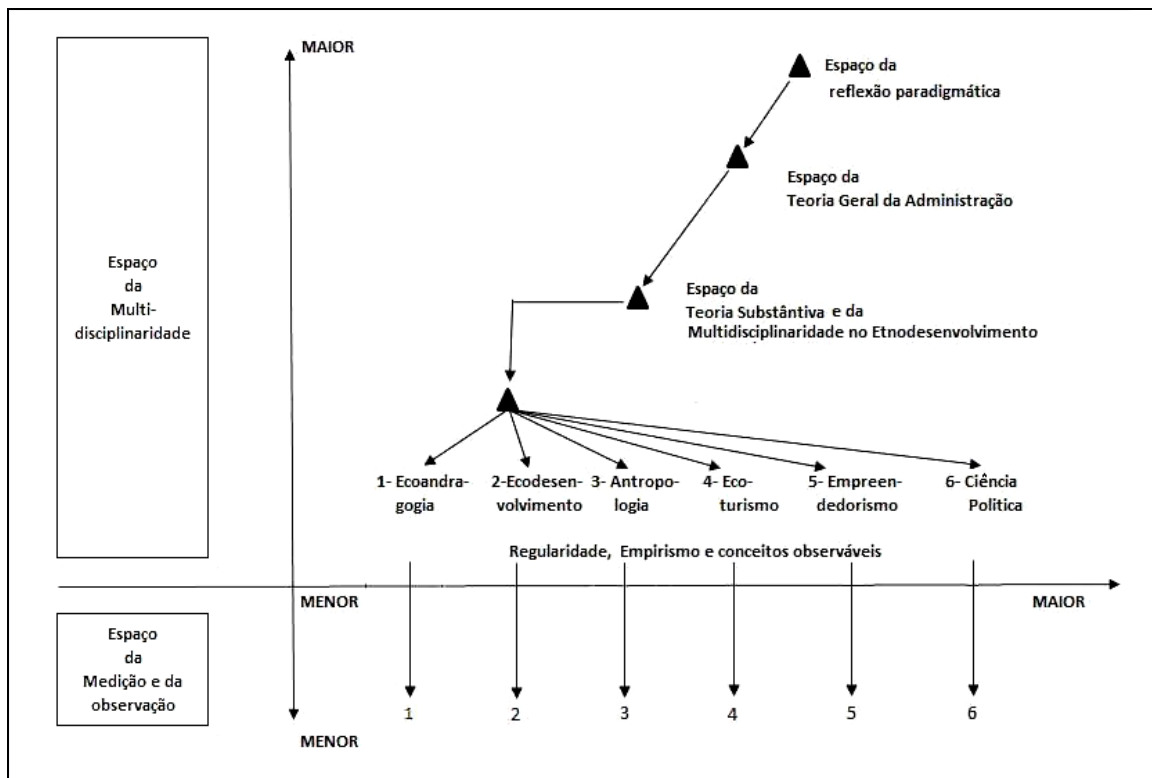
Baron (2005) oferece um guia inicial para a construção estratégica na base conceitual, recomendando leitura de material selecionado, em que perguntas possam ser respondidas sobre a abordagem proposta. Surge, por conseguinte, o espelho do empírico para reflexão na imagem da praticidade científica: quais as possibilidades e meios para alcance dos propósitos científicos em torno da atividade econômica clânica? Como se compreenderia a funcionalidade de uma Linha de Pesquisa relacionada à inclusão pelo etnodesenvolvimento? Quem seria o sujeito dessa pesquisa e o que se dispõe hoje sobre esse sujeito? Se esse sujeito é a relação produtiva, qual seria o produto e quem seria a clientela? Como se poderia articular uma teoria com objetivos e metodologia centrados no eixo das Ciências Sociais Aplicadas, desde o comum até o especial?

A metodologia em Baron (2005) indica a construção de evidências de natureza empírica, tendo como ponto de partida um conjunto de regras procedimentais claras, definidas na articulação tríplice entre o marco teórico, os objetivos e a metodologia. Essa circularidade refletiria no conjunto para a obtenção do resultado validado. Para o referido autor, o marco teórico se faz em diferentes níveis de abstração para a apreensão da realidade. Não se dispensa o caráter geral do funcionamento social que explica o específico do objeto que se pretende analisar no campo das ciências. Por isso é que a estratégia de voltar-se para

compreender a natureza do convívio entre os povos *Paiter Suruí* e o seu entorno possibilitaria a eleição de paradigma do etnodesenvolvimento; interpretaria a modelagem de uma empresa familiar explorável por esse clã. Que seja esta atividade capaz de consolidar a sua inclusão social sem desfigurar a sua cultura tradicional. Seria possível a eleição de tal paradigma?

O multicitado autor deixa claro que questionamentos básicos postos pelo investigador são funcionais na interpretação do fenômeno investigativo. Esta proposta metodológica poderia então voltar-se para o todo da relação tríplice, ou então tomar as partes para se compreender um todo do espaço investigativo. Seria como retomar ao modelo clássico cartesiano – o método da análise que seria interpretado em tópico próprio desta tarefa. Sairia do campo das generalidades para a teoria substantiva desde Baron (2005), selecionando um marco teórico, de modo a satisfazer à parte, compreendendo um todo suficiente na circularidade válida. É neste horizonte que se propõe selecionar objetivos específicos desta pesquisa, desde que os questionamentos na abordagem teórica substantiva permitam a obtenção de dados formais. A Figura 23, a seguir, demonstra a construção do cenário investigativo entre o marco teórico e o desenho proposto na pesquisa na sua complexidade, que foi adaptado de Sautu (2005).

Figura 23: Representação gráfica da construção metodológica.



Fonte: Adaptativo de Pedro Filho (2008) a partir de Sautu (2005).

A demonstração gráfica permite um delineamento basilar para a construção metodológica do marco teórico deste trabalho. Ali se encontram dois espaços: o da medição e da observação na base, e o da multidisciplinaridade como pilar. No primeiro, temos a linha de avanço desde uma reflexão menor, até a reflexão amadurecida pelo suporte teórico advindo de diversas áreas que influenciam o pensamento científico; quanto mais se avança no apanhado teórico de cada uma das possíveis ciências, mais amadurecidas serão a medição e a observação, como se vislumbra neste momento. No segundo, estão propostos diversos pilares de sustentação, como sejam, as bases teóricas capazes de trazer paradigmas de referência. Partindo do pressuposto de que a Teoria da Administração poderá abrir o duto de abstrações considerou-se a confluência multidisciplinar envolvendo as teorias substantivas como a Ecoandragogia, centrada nas relações do aprendizado com o meio ambiente selvagem; o Ecodesenvolvimento, que teoriza sobre aspectos econômicos relacionados à exploração

sustentável do meio ambiente; a Antropologia, que focaliza o humano na sua grandeza, desde a própria essência, como parte da natureza por ser indígena; o Ecoturismo, tratando dos conceitos relacionados à integração clânica na via turismo ecológico; o Empreendedorismo, tratando da organização da empresa familiar clânica, como iniciativa capaz de transformar os atributos disponíveis no meio ambiente em indutores de riqueza para a lucratividade; finalmente a Ciência Política, considerada imprescindível para sugerir modelagem de política indígena inovadora, apta a modificar a atual condição de vida dos agentes beneficiários da ação empreendedora, trazendo vantagem estratégica. Estes campos do saber científico é que deverão sustentar reflexões de regularidade conceituais aptas ao suporte da comprovação do empírico e do observado ao longo da investigação. No Quadro 7 a seguir, encontra-se a caracterização do *front* entre as ciências e a relação em expectativa neste trabalho.

Quadro 7: Relação das ciências do *front* teórico.

Ciências Requisitadas	Envolvimento no trabalho	
	Conceito nesta tarefa	Metodologia e técnicas a serem adotadas
Filosofia	Ciência voltada para a investigação no campo da reflexão e das idéias para a busca do saber.	Método de Natureza Qualitativa. Construtivismo. Método Interpretativo. Análise e Síntese na base epistemológica.
Administração	Ciência dos processos planejamento, organização, direção e controle, e das funções de produção, marketing, finanças e recursos humanos para o objetivo da gestão de empresa familiar.	Método de Natureza Qualitativa, fenomenológico e construtivista. Método do Estudo de Caso.
Etnodesenvolvimento	Ciência do endogenismo voltada para a integração dos povos clânicos, mediante a sustentabilidade e autodeterminação dos seus propósitos e interesses com independência tecnológica.	Método de Natureza Qualitativa. Análise mediante observação. Interpretação construtivista.
Ecoandragogia	Ciência do aprendizado de indivíduo adulto, conforme proposta de Malcolm Knowles (1980), para a relação com o meio ambiente.	Método Construtivista. Análise mediante interpretação de contexto. Mesa redonda com a presença dos Koruben (Sábios Tribais).
Ecodesenvolvimento	Ciência da sustentabilidade, de acordo com Ignacy Sachs e com o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Reúne o meio ambiente, a economia, a sociedade e a sua cultura.	Método Qualitativo. Método Construtivista. Análise mediante interpretação de contexto.
Antropologia	Ciência que estuda o homem no contexto do seu espaço físico e cultural.	Método Qualitativo. Análise mediante interpretação de contexto. Absorção de conceitos emprestados.
Ecoturismo	Ciência voltada para o turismo no ecossistema, mediante a apreciação da vida selvagem, reunindo a educação e a sustentabilidade.	Método Qualitativo. Análise mediante interpretação de contexto. Construção de cenário da atividade.
Empreendedorismo	Ciência que estuda o indivíduo empreendedor, seu perfil, sua atividade, o entorno dos seus propósitos e o resultado alcançado.	Método Qualitativo. Análise mediante interpretação de contexto. Desenvolvimento de oficina empreendedora.
Política	Ciência que estuda a relação dos indivíduos na pólis, envolvendo os interesses comunitários com base nas perspectivas de todos.	Método Qualitativo. Análise mediante interpretação de contexto. Apreciação de agentes indutores e obstrutores.

Fonte: Pedro Filho (2009).

### **Construção da Articulação entre marco teórico e o objetivo**

Nesta pesquisa, procurou-se seguir uma articulação de confluência, para que se pudesse efetuar um pensamento em conjunto na forma gráfica acima, no sentido prático do trabalho investigativo. Os variados níveis de abstração estarão articulados para a formatação dos conceitos específicos dentro da Linha de Pesquisa de Empresa Familiar, de forma a sustentar a verificação no contexto paradigmático do estudo. Tal iniciativa não poderia ser excludente com relação aos objetivos desta pesquisa porque, na prática usual, os investigadores vão ao encontro do conceito teórico para tratar de uma abordagem; estabelecem o objetivo geral e os objetivos específicos, de forma que os segundos são pilares do primeiro, desde o foco do estudo a que se refere Robson (1994) em Baron (2005). A seguir, tratar-se-á da construção dos objetivos.

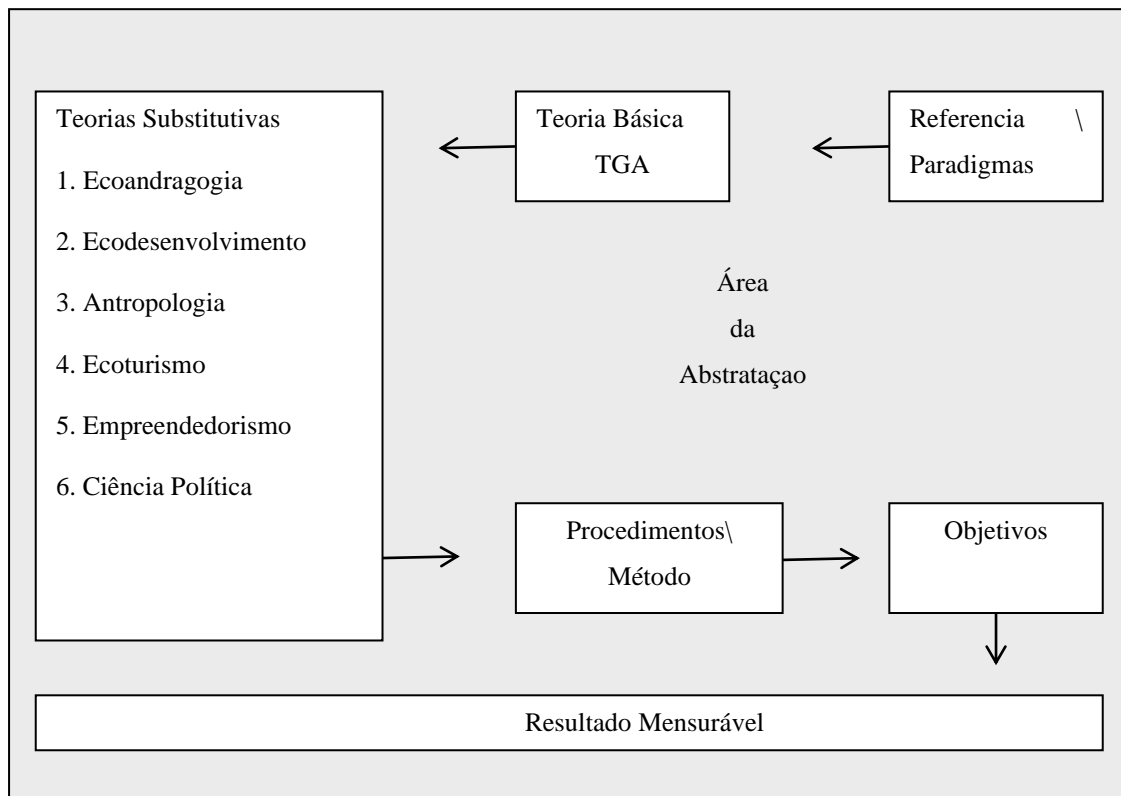
King, Keohane & Verba (1994), citados em Baron (2005), estabelecem critérios para a estruturação dos objetivos em uma pesquisa e que foram considerados neste trabalho. Dentre tais critérios estão as perguntas significativas a serem respondidas no espaço temporal da realidade concreta, vista sob a argumentação qualitativa de natureza fenomenológica e construtivista que será seguida na presente tarefa, com base na proposição de Sautu (2000: páginas 4 a 10).

Desde King, Keohane & Verba, tratados em Baron (2005), já é possível eleger a contribuição que o conhecimento a ser proposto em uma área do saber, como a Teoria da Administração, infere de fato nos novos conceitos, nas demais implicações causais e no redesenho de processo suscetível de contestação em determinado campo científico; é como se pretende testar neste trabalho, com a circularidade nas ciências substantivas apontadas no Quadro 7 acima, como a Ecoandragogia, Ecodesenvolvimento, Antropologia, Ecoturismo, Empreendedorismo e a Ciência Política, para fazer surgir modelo de processo na abordagem do etnodesenvolvimento e integração clânica na via do novo conceito de progresso

regionalizado. Por último são ingressados os procedimentos metodológicos que permitam uma evidência empírica apoiada em paradigmas capazes de fazer discutir o conhecimento, como será materializado nesta tarefa investigativa.

Os procedimentos metodológicos são, portanto, as técnicas selecionadas para utilização como ferramentas na captação do conhecimento ao longo da construção do saber científico. Será possível efetuar uma representação prática de tal articulação, como se demonstra na Figura 24 a seguir, referente ao modelo adaptado de Sautu (2005).

Figura 24: Articulação metodológica genérica em Sautu (2005).



Fonte: Adaptado por Pedro Filho (2009).

Conforme Figura 24 acima, os temas e teorias que apóiam o presente estudo são:

- a) *Referencial / Paradigmas*: são padrões a serem seguidos na linha investigativa, tendo como referencial o modelo teórico e instrumental percebido pelo



pesquisador em um determinado campo científico. Aqui se encontra a delimitação do tratamento para que se obtenha êxito da investigação na estrada do conhecimento e no limite entre o que se crê e a verdade epistemológica do trato.

- b) *Procedimentos / método*: Procedimentos são seqüências de atos desencadeados para validar um processo interpretativo no campo metodológico. O método é a prática dos procedimentos adotados para alcançar a definição de uma questão científica.
- c) *Objetivos*: são pretensões para a meta a ser atingida mediante a ação planejada.
- d) *Resultado mensurável*: é o produto de uma operação mental obtida após análise na resposta de um questionamento e que pode ser medido, conferido e testado.
- e) *Área de abstração*: é o campo aberto e livre da reflexão geral desestruturada no qual se recolhe o efeito específico e estruturado de uma operação mental orientada por uma metodologia.
- f) *Hipótese*: de acordo com Boudon e Lazarsfeld, citados em Lakatos (1997, página 48), é a resposta hipotética de um problema em cuja solução se realiza toda investigação.
- g) *Resultado*: é o produto esperado em uma pesquisa, como efeito da operação lógica envolvendo a articulação de dados levantados, a sua análise e o confronto que leva a uma conclusão na relação causa - efeito.
- h) *Premissa*: é um elemento que na lógica se traduz como fórmula hipotética verdadeira, mediante uma determinada inferência de afirmação ou negação.
- i) *Conseqüência*: é o efeito da relação causal entre uma situação anterior e a posterior.
- j) *Crítica*: é o comentário ou tratamento elaborado com o objetivo de informar sob uma perspectiva de descrição ou avaliação.

- k) *Teoria básica*: Baron (2005) trata sobre a teoria geral que será reconhecida neste produto como sendo a básica para concepção do marco conceitual sinérgico com as demais conceituações que ingressarão em apoio à pesquisa. Neste trabalho é possível que seja a teoria básica tomada ao lado do paradigma, para resolução de questionamentos que surgirem ao longo do processo de construção do conhecimento científico neste estudo. Assim é que se elege a Teoria Geral da Administração (TGA) como a básica neste trabalho investigativo.
- l) *Teorias substantivas*: são as fontes conceituais em variados campos da ciência e que podem oferecer subsídios para o desenvolvimento de objetivos, oferecendo suporte teórico no encontro da verdade ao longo da resolução do problema de pesquisa.

### **O teste de validação dos resultados**

As Ciências Sociais vêm admitindo duas principais perspectivas para a compreensão da verdade; conforme observam Taylor & Bogdan (1992), o objetivismo ou o subjetivismo são as formas clássicas de interpretação e aferição dos fatos. Porém surge um terceiro caminho, que é a crítica ou sociocrítica em Bravo & Eisman (1998), por onde se vislumbra questionar se poderiam as Ciências Sociais utilizar a metodologia das Ciências Naturais para investigar os fenômenos humanos no espaço social, como vem sendo defendido desde Augusto Comte e outros positivistas. Entretanto uma corrente filosófica do método e aferição se inspira na tradição kantiana, tendo como defensores os idealistas. Nesta corrente, o pensamento científico e as emoções são inseparáveis, pois entram no cenário a tradição, os valores e toda uma complexidade que rompe, definitivamente, com qualquer semelhança entre a metodologia com os seus procedimentos para medição nas Ciências Sociais, tratadas

aqui, e as Ciências Naturais. Tal paradoxo requer um posicionamento em benefício da creditação dos resultados esperados de um trabalho nesta envergadura.

O teste de validação nesta pesquisa qualitativa está em conformidade com a Teoria das Medições e Validação em Gonçalves (2004). Para o autor, os objetos são nomeados e classificados por seus atributos, definidos pela escolha do pesquisador. Neste trabalho foram formulados os constructos e a perspectiva dos seus significados; são oriundos de fatos levantados ao longo do processo investigativo; inclui as variáveis que influenciam uma decisão e as conseqüências previsíveis, partindo de duas premissas proficientes contrapostas. Portanto é possível aferir validação, mediante escores de aprovação ou rejeição destes constructos, variáveis e conseqüências de afirmações, o que se fará mediante consulta seguida de teste.

Por outro lado, não há como negar que, no eixo das Ciências Sociais Aplicadas, a crítica poderá ser uma providência válida. Para tanto é necessário que os referidos constructos sejam levados ao crivo entre aqueles que conhecem na sua grandeza o fenômeno ou processo, por estar direta ou indiretamente envolvido na situação, e pela sua sensibilidade reflexiva sobre a realidade estrutural que foi levantada.

Pelo exposto, e por se tratar aqui de uma pesquisa fenomenológica construtivista, decidiu-se pela aplicação do teste por meio das Escalas Multiítems. Conforme Gonçalves (2004), esta aferição havia sido aplicada com êxito por R. T. Veiga, na sua Tese de Doutorado, no Centro de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. Em razão do foco da abordagem, a adaptação exigida foi adequadamente providenciada para o presente estudo de caso.

Para evitar erro aleatório ou erro sistemático neste trabalho, foi oferecida aos constructos e respectivos atributos uma escala com peso entre 0 e 100 denominados escores, desde a Discordância Total até a Concordância Total, da parte do sensor, do grupo de foco,

consultado sobre eventos possíveis. O grupo de foco, entre intelectuais reconhecidos, foi selecionado considerando a capacidade crítica do sensor, constituindo-o dentre políticos, estudantes e professores universitários, empresários, funcionários executivos e outros; o efeito da consulta em Margdan (1997) é apresentado no relatório do Resultado deste trabalho. A medida adotada pareceu proficiente contra o “ruído branco gaussiano” decorrente de fatores ambientais de ordem política, social e outros. Procurou-se evitar, também, as interferências decorrentes do estado emocional do indivíduo sensor, ou mesmo a sua ideologia sobre o objeto de pesquisa. Por outro lado, a medida proposta fortalecerá a confiança na diferenciação entre o possível erro aleatório e o erro sistemático, como recomendado em Malhotra (2001), na busca pela precisão do resultado da pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas.

### 3. RESULTADOS, DISCUSSÃO E ANÁLISE

Neste compartimento estão os resultados do trabalho investigativo de tese, apresentados aqui sob a forma de discussão e análise crítica formulada após o apanhado teórico, conceitual, e mediante o foco metodológico proposto inicialmente. Elencou-se os aspectos antropológicos do patrimônio, obtidos por meio da investigação no campo bibliográfico e conferido mediante apanhado das fontes indiretas e instrumento de observação. Nos aspectos analíticos estão os seguintes elementos interpretativos: a lógica do bem imaterial do povo, a sua etnobotânica com os saberes alimentares e a biologia em estudo comparado. Como resultado será ainda formulada uma crítica sobre os movimentos de minoria indígena pela busca da sua inclusão, debaixo da pressão dos países influentes e a cobiça destes sobre as terras indígenas na Amazônia. Outros resultados críticos são registrados aqui neste capítulo, precipuamente sobre outras questões destas minorias amazônicas; é quando se volta para a abordagem territorial, espacial e étnica do indígena no geral, e do povo *Paiter Suruí*, no particular. Encerra este tópico o diagnóstico sobre a realidade do Paiter Suruí, e o seu patrimônio cultural sob os aspectos que influenciam na atividade do ecoturismo indígena, traz os idealizadores funcionais possíveis e oferece um cenário exequível para a ação empresarial, materializando assim os objetivos da pesquisa.

#### 3.1. Diagnóstico da realidade sociocultural indígena Paiter *Suruí*

De acordo com Prats (2005), a criação do Conselho para o Patrimônio Etnológico na França, em 1980, permitiu o inventário e a consciência patrimonial laica, enquanto no Brasil não se tem notícia de tarefa similar, inobstante o trabalho desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Ministério da Cultura; aqui não se rendeu à preocupação pelo tratamento pela ótica da etnicidade, e o trabalho se voltou tão somente para a listagem e catalogação do volume artístico e cultural disponível em um levantamento weberiano.

Seguindo estudo em Prats (2005), é possível identificar intervenção pública para o tratamento do patrimônio étnico. Apontam-se convênios com universidades pirenaicas, objetivando desenvolver pesquisas patrimoniais dos povos estabelecidos nas montanhas. Foi uma providência da jornada de Lérida, voltada para esta preocupação de interesse, não apenas do turismo, como também para avaliar a confluência entre os povos para composição do senso migratório; adicionam-se resultados sinérgicos como catalogação de artes sacras, construção de significativo acervo fotográfico, geração de documentário em vídeo e consideráveis registros por fotoimagens, criação de novos postos de trabalho e outras conseqüências positivas para o desenvolvimento regionalizado, a partir do ano de 1983. Considera-se, ademais, a importância desses produtos não apenas para apoio ao ensino, mediante artefatos úteis no suporte didático de universidades, como também ao serviço de turismo, com subsídios do marketing na elaboração de cartazes, imagens para a divulgação do artesanato, das danças típicas e outras manifestações catalogadas, imprescindíveis para o conhecimento sobre as reais possibilidades de entretenimento de visitantes turistas em geral, e ecoturistas, em particular.

De acordo com o supra-referido pesquisador, em 1994 foi implantado o Inventário Patrimonial Etnológico da Catalunha, na Espanha, sob a forma de convocatória pública, sendo a primeira intervenção governamental para dotação de recurso para investigação do patrimônio étnico. A ação governamental possibilitou o conhecimento sistematizado sobre a cultura e a sociedade dos povos tradicionais, oferecendo como resultado o “*Documento de Treball*”, concluído em 1993 e publicado em 1994. Aqui, foi identificada a endogenia da cultura catalã e interpretada a mescla após a chegada de ciganos no período da guerra hispânica entre 1936 e 1939, quando esse povo romanês passa a impor a sua presença sociopolítica, cultural e étnica na região da Catalunha. Neste contexto, cabe um tratamento sobre o desencadear de tendências, que dê base às razões pelas quais se volta para o estudo

antropológico do patrimônio étnico. O apanhado desce nesta tarefa como referendo para compreensão do significado da análise que envolve o Povo da Floresta em Rondônia.

Após esta consideração e tratamento, traz a Figura 25 com o artesanato *Suruí*, e apresenta no Quadro 8 em seguida, a Hipótese 1 desta pesquisa, confrontando entre duas variáveis, concluindo este tópico, para então conceber a viabilidade ou não da inclusão destes elementos patrimoniais socioculturais como valor para atratividade no ecoturismo indígena na Reserva *Paiter Suruí*.

Figura 25: Patrimônio sociocultural *Paiter Suruí*, através do seu artesanato.



Fonte: SEDUC/ REN em Cacoal.

A foto-imagem supra apresenta algumas formas do artesanato Paiter Suruí de Rondônia, ali expresso em colares, vasos de uso doméstico, cestos utilitários e adornos que são elaborados pelas mulheres da tribo e oferecidos em praça pública para os interessados. Como inexistente um treinamento para a produção, comércio e captação de renda dos tribais, a capilaridade esperada com a comercialização se faz precária.

Quadro 8: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 1.

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Conseqüência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Paiter Suruí para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	Premissa 1: Visitante utiliza o receptivo da Empresa Familiar Paiter Suruí.	<p>1.1 Conhecimento de aspectos antropológicos do Patrimônio Paiter Suruí expostos para fins culturais pela empresa familiar clânica.</p> <p>1.2 Conhecimento de aspectos antropológicos do Patrimônio Paiter Suruí expostos para fins científicos por empresa familiar clânica.</p> <p>1.3 Catalogação do volume artístico a ser disponibilizado para multivariados fins.</p> <p>1.4 Catalogação do volume cultural a ser disponibilizado para multivariados fins.</p> <p>1.5 Inovação para catalogação do volume artístico weberiano laico.</p> <p>1.6 Inovação para catalogação do volume cultural weberiano laico.</p> <p>1.7 Elaboração de pesquisas do patrimônio sociocultural dos povos amazônicos.</p> <p>1.8. Construção de acervo do patrimônio sócio-cultural Paiter Suruí.</p> <p>1.9 Ação positiva para o desenvolvimento regionalizado do turismo cultural.</p> <p>1.10 Construção de artefatos úteis para suporte didático.</p>
	Premissa 2: Visitante não utiliza o receptivo da Empresa Familiar Paiter Suruí.	<p>2.1 Inviabilização de ações que envolvam aspectos antropológicos do patrimônio Paiter Suruí .</p> <p>2.2 Ignorância dos aspectos antropológicos do patrimônio sócio-cultural dos povos amazônicos.</p> <p>2.3 Inviabilização das conseqüências 1.1 a 1.10 acima.</p>

Fonte: Pedro Filho (2009).

A seguir, é apresentada a escala deste Quadro 9 e a aferição correspondente, com validação comprovada nas Tabelas e Gráfico correspondentes.



Quadro 9: Demonstrativo da Elaboração de Teste

Demonstrativo da Elaboração de Teste	
Utilizou-se do programa Excel para elaboração do modelo de teste. Os passos seguidos são os demonstrados neste Quadro.	
1º-	Construção do Modelo: edificação dos níveis, em separado, P1 (Premissa 1) e P2 (Premissa 2), com a identificação dos seus respectivos constructos, variáveis ou conseqüências previsíveis.
2º-	Identificação das variáveis a serem engrenadas, com respectivos escores (DT = Discordo Totalmente; escore 0. DP = Discordo Parcialmente; escore 25. NN = Neutralidade; escore 50. CP = Concordo Parcialmente; escore 75. CT = Concordo Totalmente; escore 100).
3º-	Construção de fórmula, após a noção do preparo exigido para a modelagem e pré-teste. Exclusão DT com escore nulo.
4º-	Proposição da fórmula para P1 $\Sigma DP$ 1.1 a 1.10 <u>Nº de respostas obtidas DP</u> $\Sigma NN$ 1.1 a 1.10 <u>Nº de respostas obtidas NN</u> $\Sigma CP$ 1.1 a 1.10 <u>Nº de respostas obtidas CP</u> $\Sigma CT$ 1.1 a 1.10 <u>Nº de respostas obtidas CT</u>
5º-	Proposição de fórmula para P2 $\Sigma DP$ 2.1 a 2.3 <u>Nº de respostas obtidas DP</u> $\Sigma NN$ 2.1 a 2.3 <u>Nº de respostas obtidas NN</u> $\Sigma CP$ 2.1 a 2.3 <u>Nº de respostas obtidas CP</u> $\Sigma CT$ 2.1 a 2.3 <u>Nº de respostas obtidas CT</u>
6º-	Preparo do teste de simulação, com dados coletados aleatoriamente.
7º-	Aferição dos resultados da simulação
8º-	Crítica da simulação.
9º-	Ajuste e consolidação do modelo de teste.
10º-	Lançamentos dos dados para obtenção de respectivas tabelas e gráfico.
11º-	Conferências dos resultados.
12º-	Manutenção de banco de dados.

Fonte: Pedro Filho (2009).

Tabela 1: Somatório indicativo de respostas.

Premissas	Quantidade de Pontos					Total
	DT	DP	NN	CP	CT	
p1	0	75	1050	5850	4775	11750
p2	0	50	1050	825	800	2725

Fonte: grupo de foco.

Tabela 2: Quantitativo de respostas.

Premissas	Quantidade de respostas					Total
	DT	DP	NN	CP	CT	
P1	0	3	21	78	48	150
P2	3	2	21	11	8	45

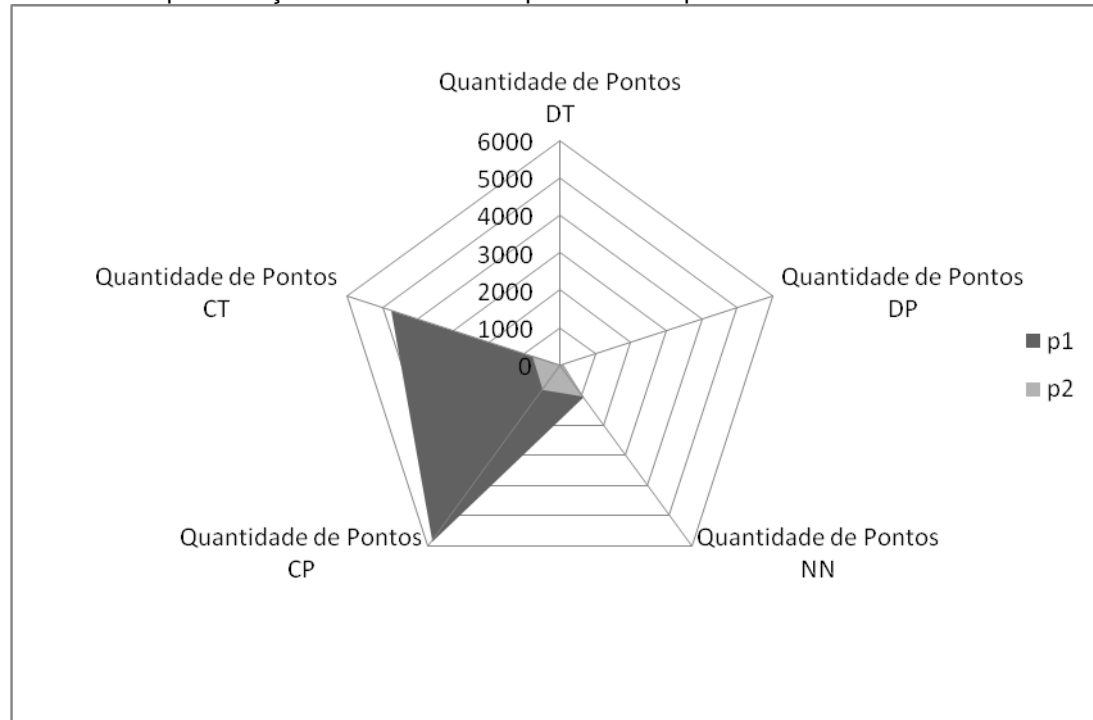
Fonte: grupo de foco.

Tabela 3: Percentuais médios das respostas.

Premissas	Percentual das respostas					Total
	DT	DP	NN	CP	CT	
p1	0	1	9	50	41	100
p2	0	2	39	30	29	100

Fonte: grupo de foco.

Gráfico 1: Representação do resultado comparado entre premissas levantadas no Quadro 8.



Fonte: Grupo de Foco.

O Gráfico 1 acima apresenta o resultado da pesquisa junto ao grupo de foco, ou seja, o efeito da consulta aos sensores estabelecidos para testar os constructos previsíveis. Foi utilizado o programa Excel, ao qual se implementou a digitalização das respostas destes sensores, em conformidade com a sua resposta. Uma resposta no escore do tipo Discordo Totalmente, se obtém pontuação zero; Discordo Parcialmente, pontuação 25; Neutro, pontuação mediana em 50; Concordo Parcialmente, pontuação 75; finalmente, uma resposta Concordo Totalmente, se obtém pontuação máxima 100; tanto as respostas com pontuação zero como a de pontuação 100 demandou uma justificativa no formulário próprio (anexo). Digitadas as respostas, eis que o sistema ofereceu o gráfico supra. No gráfico, observa-se que a maioria dos trinta sensores consultados concorda parcialmente com os idealizadores oferecidos na consulta ao grupo de foco; suas respostas estão no eixo próximo dos 6000 pontos na avaliação de 0 a 6000 pontos dos cálculos apurados. Próximo de 5000 pontos, e na mesma escala, estão os sensores que concordam totalmente com os constructos 1.1 a 1.10 e

2.1. a 2.3 oferecidos para teste (Ver Anexo 1 desta tese). Os resultados indicam a absoluta proficiência dos constructos levantados na pesquisa. Não houve discordância expressiva na coleta junto aos sensores inteligentes. O teste foi efetuado levando em consideração apenas o resultado-raiz; os demais resultados que seguem ao mesmo caráter rígido de interpretação. Considere que a pesquisa qualitativa não exige tal teste, e que este processo foi considerado apenas para apontar uma constatação de fato perante um grupo de foco com as características apontadas nesta tarefa.

### **Interpretação etnológica do patrimônio Paiter Suruí**

Segundo estudo levantado para interpretação do estado da arte, o patrimônio étnico poderá ser interpretado sob vários aspectos: o etnobotânico, etnozoológico, sociocultural e outros que as Ciências Sociais possam tomar para a compreensão e tratamento. A forma da interpretação para construção do saber neste trabalho seguirá pela linha do etnocentrismo epistemológico, significativo no eixo das Ciências Sociais Aplicadas no geral, e no particular no ramo das Ciências Gerenciais para a atividade do ecoturismo clânico. É neste caminho que se pretende compreender a relação étnica com a fauna, flora e cultura do *Paiter Suruí*.

O etnocentrismo será tomado sob o foco genérico e como corrente ideológica vinculada à crença enraizada na cultura de um povo, pois o conhecimento tradicional pareceu ser a via mais adequada para compreensão do estado da arte. Outra não poderia ser a trajetória, face ao convencimento de que o grau de civilização de uma comunidade estabelece a importância e a superioridade destas crenças, criando vertentes para os domínios do comum ou vulgar, do religioso e do científico. A relação da crença do povo sustentará tais conceitos, estabelecendo o processo e a durabilidade na transformação em graus de conhecimento.

Como compreender a evolução do povo *Paiter Suruí*, partindo da colonização na Amazônia Ocidental brasileira, senão pela circularidade do processo transformativo do seu conhecimento tradicional? Este povo mantém suas raízes intactas ou caminha para a mescla?

As civilizações mais avançadas buscaram o domínio do conhecimento tradicional, e diversas sociedades passam a usufruir deste informe do comum para praticar, por exemplo, a biopirataria envolvendo o saber dos povos indígenas, como se demonstra no Quadro 10. De fato, diversas intervenções científicas vêm sendo validadas a partir dos conceitos etnocêntricos; ademais, o pesquisador precavido jamais rejeitará a percepção do popular na sua observação empírica que sustentará uma inovação no campo científico. Os experimentos descem aqui como exemplares agrícolas relacionados com a sazonalidade de colheitas, fertilização de solos e outros saberes explorados por respeitáveis centros de pesquisa.

Quadro 10: Biopirataria etnobotânica que tem como vítimas os povos amazônicos do Brasil.

Ordem	Nome etnobotânico / Nome científico	Representação Funcional
1	Açaí <i>Euterpe precatória</i>	É uma palmeira que produz frutos ricos em elementos energéticos, conforme comprovado cientificamente. A polpa do fruto é um alimento diário entre os povos tradicionais, sendo também apreciada na forma de sucos, sorvetes e outras iguarias características na Região da Amazônia.
2	Andiroba <i>Carapa guianensis Aub</i>	É uma árvore amazônica que fornece determinado óleo de tonalidade amarela utilizado para efeitos medicinais, principalmente como insetífugos.
3	Ayahuasca ou Cipó da alma / <i>Banisteriopsis caapi</i>	É uma planta trepadeira da Amazônia Ocidental, utilizada pelos pajés para cerimônias religiosas e também para tratamento de moléstias psicóticas.
4	Copaíba <i>Copaifera SP</i>	É uma árvore que produz um óleo balsâmico usado em diversas terapias. O seu valor medicinal como antiinflamatório e para cura de doenças infecciosas é reconhecido internacionalmente.
5	Cupuaçu / <i>Theobroma Grandiflorum</i>	É uma árvore similar ao Cacau, cujo fruto constitui alimento para humanos e animais da Floresta Amazônica. A polpa cremosa deste fruto é utilizada também para sucos diversos e sorvetes de sabores exóticos apreciados internacionalmente. A semente é aplicada para tratamento de dores lombares e abdominais.

Fonte: <http://www.amazonlink.org/biopirataria/index.htm> pesquisada em 03 de dezembro de 2007.

Seguem nesta linha os diferentes níveis de ações dos envolvidos no contexto etnocêntrico, que têm dado conotação ao etnodesenvolvimento, inobstante existam

pesquisadores como Matthwes (1994) e Siegel (1997), que atribuem a esta relação um sentido essencialmente moral e não epistemológico. O etnocentrismo tem influenciado também nas relações dos povos no contexto da comunicação e interação entre os seus grupos. Variados conflitos não têm explicitada a razão da sua origem, mas o cerne da questão está na abordagem etnocêntrica; referências são os atritos envolvendo povos da Nigéria, Ruanda e Etiópia na África, também na Rússia, entre os neonazistas na Europa, e entre os grupos raciais nos Estado Unidos, que igualmente têm suas raízes etnocêntricas. Outros reflexos sociais considerados graves foram os conflitos balcânicos que dizimaram milhares de indivíduos nos sítios inter-étnicos, mapeados na Figura 26 a seguir. Naquele espaço sempre conviveram povos que eram unidos pela origem e língua em comum, porém professando diferentes credos; eram os Bósnio-Herzegovinos, os Eslavos, os Croatas e outros dominados pela mesma monarquia conhecida por Tríplice Entente. O conflito estava situado entre católicos e mulçumanos contra judeus e ciganos, resultando na eliminação física de aproximadamente 250 mil indivíduos, no maior conflito étnico-religioso da história, que se encerrou com a criação de seis repúblicas independentes: Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia. Não resta dúvida de que este tipo de intentona é resultado da falta de liderança política e de intolerância de credo religioso entre irmãos.

Na América Latina em geral, e particularmente no Brasil, tanto a questão indígena como a dos quilombolas são temas essencialmente etnocêntricos, muito embora os organismos da ciência e tutores das pesquisas no país, como a CAPES e o CNPq, não tenham se voltado para esta abordagem de forma racional. Inobstante possam considerar a importância da natureza etnocêntrica destes temas, não há como negar o escamoteamento de tal abordagem neste país. Por outro lado, o eixo dos estudos etnocêntricos volta-se para a questão de segurança nacional, com a integridade física do país como ponto latente. Inobstante a indiferença dos pesquisadores tutelados por centros de pesquisa cartoriais, a

evolução das questões dos povos tradicionais, caso prossiga com uma administração incompatível, pode redundar em crise interna não similar a esta registrada entre os povos balcânicos, porém com as características ensaiadas pelo grupo dos “Sem Terra” quando invadem espaços agrícolas, pois o cerne da crise etnocêntrica trans-moderna no Brasil aponta para a questão agrária. Os indivíduos balcânicos reivindicaram território para separar as raízes religiosas entre os iguais, mas os indígenas brasileiros exigirão território para expandir a sua relação exclusivamente étnica, senão considere a superpopulação entre duas gerações fixadas em uma área exígua demarcada por critérios estranhos à história dos povos tradicionais. Nesta perspectiva, a etnicidade no Brasil passará a ser um assunto estratégico de Estado, não para utilizar o indivíduo índio como escudo humano sobre as jazidas minerais brasileiras, mas para construir políticas públicas eficientes, voltadas para o desenvolvimento regionalizado, com integração destes povos que estarão desprovidos da floresta.

Figura 26: Região dos Balcãs, cenário de conflitos etnocêntricos.



Fonte: Balcãs (2007/novembro). Em linha

<http://pt.wikipedia.org/wiki/B%C3%A1lcãs> pesquisada em 28/11/2007.

Desta forma a etnicidade retira-se do campo da geografia com a sua complexidade envolvendo os dogmas da crença religiosa e adentra na ecologia como uma das ciências substantivas de suporte ao etnodesenvolvimento. O Quadro 11, logo a seguir, apresenta o confronto da Hipótese 1 com as variáveis consideradas neste tópico.

Quadro 11: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 2.

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Consequência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Paiter Suruí para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	Premissa 1: Visitante interpretará etnologicamente o patrimônio Paiter Suruí com a assessoria da Empresa Familiar.	<p>1.1 Vertentes para os domínios do comum ou vulgar, do religioso e do científico na etnologia do patrimônio Paiter Suruí.</p> <p>1.2 Experimentos agrícolas relacionados à sazonalidade de colheitas, fertilização de solos e outros saberes relacionados à etnologia do patrimônio imaterial Paiter Suruí.</p> <p>1.3 Valorização da cultura para integração dos povos excluídos, evitando conflito e gerando satisfação.</p> <p>1.4 Investigação científica etnocêntrica por interesse da segurança nacional, para a defesa da integridade física do país.</p> <p>1.5 Conscientização dos centros de pesquisa no país para que demovam seu caráter cartorial e enfrentem a realidade concreta na relação etnológica.</p>
	Premissa 2: Visitante não interpretará etnologicamente do patrimônio Paiter Suruí com a assessoria da Empresa Familiar.	<p>2.1 Dificuldade na geração de políticas públicas que envolvam a questão etnológica do patrimônio da população amazônica.</p> <p>2.2 Obstaculação de políticas públicas que envolvam a questão etnológica do patrimônio do povo Paiter Suruí.</p> <p>2.3 Inviabilização das consequências 1.1 a 1.5 acima.</p>

Fonte: Pedro Filho (2009).

### **A etnobiologia e os saberes alimentares Paiter Suruí**

A etnobiologia faz confluência no estudo antropológico do patrimônio étnico, desmembrada em etnobotânica e etnozologia. Este ramo do conhecimento tradicional busca estudar a relação sistêmica do homem com o ambiente, em uma interação ecológica de crenças, adaptações e troca que resulta em compromisso ideológico formal, com resultados práticos na vida do tribal. Por exemplo, o povo *Paiter Suruí* apresenta a sua origem a partir



da natureza (etnobotânica); também acredita que o seu Pajé possui o espírito de porco-domato e por isso é forte o bastante para afastar o mal da tribo (etnozoologia). Esta interconexão da crença formal consolida a visão prática da relação etnobiológica e disseca o conceito oferecido aqui. Segundo o *Kuruben*, que é o homem sábio entre os *Paiter Suruí*, a cura de doenças infecciosas graves poderá ser obtida com o uso de óleo de copaíba (etnobotânica); também ele recomenda o uso do óleo de peixe-elétrico para tratamento contra inflamações e dores reumáticas no homem (etnozoologia). Ambos os exemplares válidos apontam para as relações simbólicas etnocêntricas entre os indivíduos clânicos.

No ponto de vista científico, a etnobiologia não oferece uma metodologia própria de estudo, pois no campo epistemológico o aprendizado neste eixo do saber está na experiência histórica da raça que o absorve e o incorpora na sua tradição. A geração de hipótese comprobatória dos experimentos está na raiz da cultura; no caso do povo *Paiter Suruí*, restou uma lacuna severa decorrente da falta da escrita própria dos povos de civilização mais evoluída, no contexto cognitivo. O conhecimento tradicional é assim incorporado ao saber comunitário, tendo como complemento o mágico da crença em franca transformação ao longo da sistematização e do teste. É como se reporta Holling et al. (1998), quando trata da flexibilização do conhecimento pelo fazendo-aprendendo, forma comum de construção cognitiva indígena; para eles a ciência biológica moderna é resultado de um sistema tradicional ingressado na estrutura contemporânea na via dos experimentos. No Quadro 12, apresentado logo a seguir, estão exemplares de saberes etnobotânico de natureza alimentar tradicional entre os clânicos em geral, e em particular o povo *Paiter Suruí*.

Quadro 12: Saberes etnobotânicos alimentares *Paiter Suruí*.

Ordem	Nome etnobotânico (Nome científico)	Representação Funcional
1	Abacaxi ( <i>Ananás comosus</i> )	Fruto selvagem, pesando de 30 a 180 gramas, rico em vitaminas.
2	Abiu ( <i>Pouteria caimito</i> )	Fruto selvagem, pesando de 100 a 200 gramas, rico em vitaminas.
3	Amendoim ( <i>Arachis hypogaea</i> )	Grão de excelente sabor, comestível assado ou cozido.
4	Ariá ( <i>Calathea allouia</i> )	Bulbo consumível assado e amassado na farinha de mandioca, é rico em proteínas e amido.
5	Banana ( <i>Musa paradisíaca</i> , <i>M. Sapientum</i> )	Fruto selvagem rico em vitaminas.
6	Cacau ( <i>Theobroma sp.</i> )	Fruto selvagem rico em proteínas e vitaminas.
7	Caju ( <i>Anacardium sp.</i> )	Fruto selvagem rico em complexo vitamínico.
8	Cará ( <i>Dioscorea sp.</i> )	Tipo de batata selvagem comestível assada ou cozida, rica em proteínas e vitaminas.
9	Cupá ou cipó-babão ( <i>Cessus gongylodes</i> )	Tipo de mandioca arbórea, cujas manivas são comestíveis assadas ou cozidas, rica em proteínas, gorduras e vitaminas.
10	Feijões ( <i>Phaseolus sp.</i> )	Leguminosa rica em proteínas.
11	Goiaba ( <i>Psidium sp.</i> )	Fruto silvestre rico em vitaminas.
12	Graviola ( <i>Annona sp.</i> )	Fruto selvagem rico em proteínas e vitaminas.
13	Mamão ( <i>Carica papaya</i> )	Fruto selvagem rico em vitaminas.
14	Mandioca ( <i>Manihot esculenta</i> )	Raiz comestível assada ou cozida, útil no preparo da farinha rica em proteínas.
15	Mapati ( <i>Pourouma cecropiaefolia</i> )	Uvilha silvestre Amazônica, rica em vitaminas.
16	Milho ( <i>Zea mays</i> )	Grão oriundo da bacia dos Rios Paraná-Paraguay, que se estendeu para a Amazônia e Andes. Rico em proteínas e amido.
17	Pequi ( <i>Caryocar spp.</i> )	Fruto selvagem comestível cozido, ou misturado a outros alimentos, rico em vitaminas e proteínas.
18	Pupunha ( <i>Bactris gasipaes</i> )	Fruto da palmeira do mesmo nome, de sabor considerável, consumida cozida ou assada, ricas em proteínas e vitaminas.
19	Taioba ou taro ( <i>Xanthosoma sp.</i> )	Oferecem duas vezes por ano folhas e raízes comestíveis, rica em proteínas e vitaminas.
20	Sapota ( <i>Quararibea cordata</i> )	Fruto selvagem, medindo em torno de 9 a 12 cm, rico em vitaminas.

Fonte: Roberto, Berta G. (2000). *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Berta G. Ribeiro.

O consumo do etnobotânico entre os povos clânicos sempre segue com uma relação aos tabus próprios de cada tradição. Geralmente acompanham um mistério incutido na idéia do sobrenatural, podendo trazer significado de malefício ou benefício, principalmente entre as mulheres grávidas da tribo. Como a dieta é estabelecida pelo Pajé (sacerdote da tribo), cabe a todos render obediência. Vale registrar que o consumo de vegetais listados no quadro supra, neste item, rende menor rigor na magia ou tabu, que o consumo de animais silvestres. Os clânicos estabelecem uma relação espiritual mais próxima com o elemento vivo que possui sangue, conforme ficou claro pelo sábio *Kuruben* da tribo, interlocutor dos assuntos alimentares deste tratado, seguindo orientação do *Pajé* acerca da dieta.

É também no raciocínio etnocêntrico que se extrai das plantas determinadas bebidas sagradas consumidas nas comemorações tradicionais do povo clânico. A chicha é uma destas bebidas do preparo *Paiter Suruí*, muito consumida na misteriosa Festa *Mapimaí* (da origem do Universo). A chicha é preparada à base de mandioca, com adicionais ocultos de fermentação, que causa clímax emocional, seguido de êxtase ou furor entre os homens da tribo. Há de se registrar a adição de fungos selvagens, que melhoram o sabor de bebidas indígenas, e de microorganismos indutores de fermentação, que resulta em sabores variados, próprios de cada tradição. O fato é que os indígenas, sempre procuram estabelecer um equilíbrio entre as plantas e o ecossistema como um todo, seguindo o aprendizado transmitido destes elementos etnocêntricos entre as gerações, conforme focaliza Maggers (1977). Em seguida passa-se ao tratamento dos elementos da etnozoologia já referida anteriormente. O Quadro 13 apresenta o confronto da Hipótese 1 com as variáveis, concluindo este tópico.

Quadro 13: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 3

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Consequência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo <i>Païter Suruí</i> para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	Premissa 1: Visitante interpretará a etnobiologia e os saberes alimentares <i>Païter Suruí</i> com a assessoria da Empresa Familiar	<p>1.1 Geração de conhecimento sobre o tradicional e sua relação sistêmica do homem com o ambiente na interação ecológica de crenças, adaptações e troca.</p> <p>1.2 Interpretação do compromisso ideológico formal das práticas na vida do tribal.</p> <p>1.3 Registro das práticas do povo <i>Païter Suruí</i>, preenchendo a lacuna decorrente da falta da escrita na língua <i>Tupi Mondé</i>.</p> <p>1.4 Desmistificação sobre o consumo de vegetais na relação da magia ou tabu do povo <i>Païter Suruí</i>.</p> <p>1.5 Desmistificação sobre o consumo de animais na relação da magia ou tabu do povo <i>Païter Suruí</i>.</p>
	Premissa 2: Visitante não interpretará a etnobiologia e os saberes alimentares <i>Païter Suruí</i> com a assessoria da Empresa Familiar	<p>2.1 Desvalorização do tabu e a crença dos povos amazônicos.</p> <p>2.2 Desvalorização do tabu e a crença do povo <i>Païter Suruí</i>.</p> <p>2.3 Inviabilização das Consequências 1.1 a 1.5 acima.</p>

Fonte: Pedro Filho (2009).

### A etnobiologia do *Païter Suruí* na relação com o animal

Gutiérrez Usillos (2006) investigou a inter-relação do homem com a fauna no Equador pré-hispânico, tentando, dentre outros objetivos, recopilar o maior número possível de referência arqueológica animal tendo o ecossistema como elemento comum de natureza etnocêntrica. Considerando a cultura daquele povo, buscou interpretar as formas de captura com base nas evidências etno-históricas, além de apresentar a evolução do aproveitamento do meio ambiente associado a variações da fauna; aprofundou-se estudando a associação de

espécies animais e sua relação dentro de um mesmo grupo; tratou da relação da fauna com o mito religioso dos povos clânicos equatorianos.

O povo tradicional traz o xamã para coligar nos assuntos de animais selvagens. Os sonhos do *Pajé* é o caminho desta relação, quando se revela o tipo do animal que poderá até levar ao diagnóstico de doença na tribo. Se tal agouro existe, então os sacerdotes tribais convocam os Guardiões da Floresta, seres espirituais metafóricos contidos nas práticas ritualísticas, conforme se registra em Roberto (2000). Por outro lado, o ritual da crença permite também o controle ecológico na via do equilíbrio, pois ao estabelecer preferência por alimento à base dos animais de menor dimensão e que se reproduzem com maior dinâmica, os clânicos estarão efetuando a sustentabilidade no meio ambiente, segundo a tradição tribal.

O consumo etnozoológico vem da captura de espécimes ricos em proteína, dentre os disponíveis, segundo a sazonalidade; são comestíveis os aquáticos, podendo-se registrar os peixes como piraíba e o pirarucu; as tartarugas e seus ovos são significativamente apreciados pelos *Paiter Suruí*; as aves são muito requisitadas nesta comunidade clânica, predominando a seriema, codornizes e perdizes abundantes em regiões de raras várzeas na Amazônia Ocidental, conforme relato exposto durante a Oficina de Sustentabilidade realizada; os animais obtidos através da caça tem sido raros na Região, mas ainda capturam a anta, porco-do-mato, paca, cutia, tatu, macaco, veado e outros mamíferos. Eles consomem espécimes animais larvares, como a larva do ingá (planta que acumula quantidade expressiva de larvas) e a larva de borboletas. Todos estes animais consumidos enriquecem os tribais com gordura, proteínas, carboidratos, minerais e calorias suficientes para a nutrição regular, de acordo com a tradição etnozoológica aprendida e repassada entre as gerações indígenas.

Sob o aspecto étnico do patrimônio sociocultural, este estudo apresenta em tópico separado, o patrimônio do grupo localizado - o *Paiter Suruí* de Rondônia. Pareceu fundamental constituir aqui o valor intangível da etnobiologia como atrativo na atividade de

turismo cultural. As razões para este tratamento estão na lógica do concreto, pois na Região estudada predomina uma confluência entre a exploração da floresta e a realidade infra-estrutural dos povos clânicos. Eles são acusados de associarem-se aos madeireiros para destruir o meio ambiente. Entretanto a questão seria a de interpretar a razão pela qual eles recorrem ao próprio meio ambiente para sobreviver. Como eles aprenderam tais manobras que os civilizados consideram ilegal? E por que praticam? Poderiam eles substituir a forma de ganho utilizando - em vez do meio ambiente, o seu patrimônio cultural? Para oferecer a quem e a qual preço? A primeira resposta é: eles são excluídos dos benefícios que o mercantilismo desenhou, por interesse imperialista do dominador, e passou a serem acusados de desmatar a Amazônia.

Ao investigar a relação entre ecologia e a sociedade dos excluídos, Alimonda (2005) deixa claro que os pobres tradicionais são geralmente acusados por destruir o seu entorno com os seus sistemas produtivos indisciplinados. Para o autor, as modernas sociedades culpam equivocadamente as vítimas pela sua própria falta de progresso. Mas a realidade é que a exclusão das minorias os fragiliza no discurso sobre o seu desempenho produtivo. Como terão que se alimentar, a solução seria explorar os produtos existentes no seu entorno ambiental. Não é diferente a exploração de uma Reserva Indígena, quando o povo tradicional, que era nômade, se vê alijado da liberdade de expansão de suas possibilidades extrativas. Uma área de aproximadamente duzentos mil hectares da Reserva Sete de Setembro, do povo *Païter Suruí*, é suficiente para sustentar uma cadeia alimentar para aproximadamente mil e duzentos indivíduos indígenas, na condição primária de caça, pesca e extração de frutos e raízes selvagens? Como é avaliada a destruição decorrente dos agrotóxicos aplicados na exploração agroindustrial estabelecida no entorno desta Reserva? Então é necessário estudar a forma do indesejado encurralamento territorial a que é submetido este povo, pois não resta dúvida de que o *Païter Suruí* poderá enfrentar as

adversidades utilizando a sua cultura tradicional como instrumento para ganhos e sustentação; seria uma nova ordem para o controle ambiental na configuração permitida pelo ecoturismo em ambiente selvagem.

Primeiramente, no Brasil as terras indígenas pertencem à União Federal e são postas à disposição das tribos para que ali elas possam se desenvolver culturalmente e prosperar fisicamente. Por outro lado, os meios de provisão se fazem cada vez mais escassos. Enquanto na época em que não existia a tutela legal dos povos indígenas, eles faziam parte de vida livre na selva, hoje eles estão sujeitos à expectativa de donativos, como cestas básicas de alimentos que esperam da Fundação do Índio. Muitos não querem participar da extração primária, na forma tradicional, pois sentem vergonha dessa atividade; estão observando a forma de vida dos ditos civilizados e querendo-a assimilar. É que a vida livre na selva foi modificada, e a floresta agora é um bem controlado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. A fiscalização rígida neste momento obriga os povos a operarem exploração à revelia do Poder Público; as florestas e as riquezas minerais como ouro e diamante, abundantes no Estado de Rondônia, passam a fazer parte do meio econômico do indígena, que nada entende deste tipo de atividade. Como a função exploratória não é dominada pelo índio, eles efetuam negócios no câmbio negro – a madeira é retirada pelos não-índios, que enfrentam a fiscalização do organismo competente; inobstante a tantas demandas entre tribos e garimpeiros, os minérios são explorados por interessados que gozam de influência do poder e a operação é proibida de direito, mas funciona de fato; por isso é que, nas inspeções de surpresa nas rodovias federais, estão sempre efetuando apreensão de contrabando das preciosas pepitas, por exemplo. O cotidiano dos tribais passou a ser, desta forma, uma rotina de perigo e exposição a degradantes experiências; seria esta a vida livre pretendida com o encurralamento do povo *Paiteer Suruí* na Reserva Sete de Setembro, demarcada na Amazônia Ocidental Brasileira?

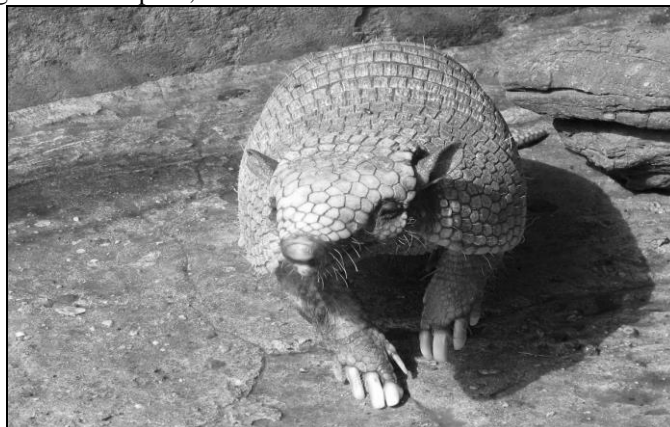
A composição econômica patrimonial poderia advir de outras fontes naturais, como se pretende com uma intervenção por meio do ecoturismo clânico. Não há como negar que a tradição cultural exposta ao visitante pode gerar receita no caixa tribal. Por exemplo, o cacique Timóteo *Verá Potyguá*, da Associação *Guarani Temondé Porá*, vem contribuir significativamente nesta interpretação, quando afirma que a cultura dos povos indígenas é a própria vida deles e o que eles cultuam: “rituais, danças, cerimônias religiosas, entendimento sobre o ciclo do tempo e da natureza, a língua, culinária, educação tradicional” – todos estes elementos repassados de geração a geração pela oralidade, segundo o líder do Povo *Guarani* (SESC, 2007). Por meio do “Prêmio Culturas Indígenas”, o Ministério da Cultura do Brasil buscou resgatar os iguais entre os desiguais; expôs e comprovou que os povos clânicos acreditam que são eles gente de verdade e assim se identificam os *Araweté*, *A’uwe*, *Boe* (ou *Bororos*), *Kinja*, *Nhandeva* e os *Paíter Suruí* aqui focalizados.

A proposta de globalização poderá abrir um *link* para inter-relação com outros povos por meio de sua cultura tradicional, graças às possibilidades criadas pela nova Constituição da República Federativa do Brasil, e o ecoturismo clânico seria o reporte desta interconexão. Tendo o ecoturismo como fonte de renda, os povos indígenas construirão riqueza lucrativa, produzindo artesanato com a matéria prima do mato: sementes e fibras silvestres; tecelagem rústica; couro, ossos e plumas dos animais que utilizaram para sua alimentação; barro cerâmico e folhagens; madeiras recolhidas das sobras do tempo. Porque eles são inigualáveis para a qualidade na sua linha de produção endógena, darão ao mundo a oportunidade de inovação com o uso dos artigos que o não-índio se encanta. Exemplo desta iniciativa está na *Wariró* – Casa de Produtos Indígenas do Rio Negro, no Município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas. Neste espaço, vinte e duas nações indígenas estão expondo e comercializando a sua cultura que eles “coisificaram”, ou seja,



transformaram em objetos e logo em renda no negócio com o visitante, além da possibilidade de gerar divisas para o país.

A expressão do patrimônio imaterial também entra em cena, pela dança e o ritmo, para o entretenimento do ecoturista. O povo *Pataxó Hã-rã-rãe*, no Estado da Bahia, está apresentando a dança e o canto por grupo feminino, o *Baiwá*, e o masculino, o *Bekoi*, no espaço cultural da Comunidade Catarina Paraguaçu. O povo *Guarani* está ministrando aulas da dança *Xondaro*, praticada pelos guerreiros de suas tribos situadas próximo do Município de Boa Vista, no Estado de São Paulo; este mesmo povo está executando a Dança *Nhe'e Porã*, no Município de Iguaçu, no Estado do Paraná. O povo *Kaiabi*, no Parque Nacional do Xingu, estabelecido no Estado de Mato Grosso, está oferecendo ao visitante a Festa *Jowosi*, de sua tradição. O *Paiter Suruí* da aldeia Lapetanha, está apresentando um ritual da tradição que havia sido abolido e que retorna com força; é o *Mapimaí*, representando a criação do universo na visão *paiterey*. Estes são alguns exemplares ilustrativos para que se possa compreender como a construção do patrimônio poderia gerar riqueza entre os indígenas que procurarem garantir a sua cultura para transformá-la em produto ecoturístico. A Figura 27 apresenta um exemplar na etnofauna *Paiter Suruí*, e o Quadro 14 a seguir, aponta a importância desta relação com a etnofauna para a atividade empresarial com ecoturismo indígena.

Figura 27: Tatupeba, da etnofauna *Paiter Suruí*.

Fonte: Internet em página não catalogada.

Quadro 14: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 4.

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Conseqüência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Paiter Suruí para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	1 Positiva: Visitante interpretará a etnobiologia do <i>Paiter Suruí</i> na relação com o animal, com a assessoria da Empresa Familiar.	1.1 Compilação de referência arqueológica animal tendo o ecossistema como elemento comum etnocêntrico. 1.2 Interpretação das formas de captura animal a partir das evidências etno-históricas. 1.3 Interpretação da evolução do aproveitamento do meio ambiente associado a variações da fauna. 1.4 Interpretação da associação de espécies animais e sua relação dentro de um mesmo grupo clânico. 1.5 Interpretação da relação da fauna com o mito religioso dos povos clânicos amazônicos. 1.6 Interpretação da relação da fauna com o mito religioso do povo Paiter Suruí. 1.7 Análise da forma do xamã na coligação dos assuntos de animais selvagens entre os povos amazônicos. 1.8 Análise da forma do xamã na coligação dos assuntos de animais selvagens entre o povo Paiter Suruí. 1.9 Interpretação do ritual da crença no controle ecológico na via do equilíbrio entre os amazonóides. 1.10 Interpretação do ritual da crença no controle ecológico, na via do equilíbrio entre o povo Paiter Suruí. 1.11 Constituição do valor intangível como atrativo na atividade de turismo cultural na Amazônia Ocidental. 1.12 Constituição do valor intangível como atrativo no ecoturismo indígena na Reserva Sete de Setembro.
	2 Nula: Visitante não interpretará a etnobiologia do <i>Paiter Suruí</i> na relação com o animal, com a assessoria da Empresa Familiar.	2.1 Desvalorização da etnobiologia e da etnozologia dos clânicos amazônicos. 2.2 Invalidação das Conseqüências 1.1 a 1.12 acima.

Fonte: Pedro Filho (2009).

## **Interpretação dos movimentos de minorias indígenas na Amazônia Ocidental**

O povo *Paiter Suruí* vem travando uma batalha insana para garantir a sua relativa tradição étnica, mediante a pressão do colonizador no espaço que antes a ele pertencia. A bem da verdade, esta pressão vem ocorrendo não apenas entre os povos amazônicos; a mobilização das tribos indígenas, nos dias atuais, já faz parte do cenário dos conflitos globais, inclusive a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos tentam estabelecer uma coluna em apoio aos indígenas.

Os movimentos sociais na América do Sul no geral, e em particular no Brasil, adquiriram certa força a partir da década de setenta. Esta mobilização étnica fez resgatar fundamentais itens reivindicatórios, como a autonomia territorial, cultural, religiosa e outras formas de identidade. De acordo com Giacomini (2005), estes movimentos inicialmente se encorpavam no contexto agrário por grupos que estavam desaparecendo, como os de negros rurais; buscavam etnogênese no sentido de afirmação que, na década de noventa, atinge a real identidade e com ela a do índio brasileiro, conforme vinha sendo tratado em Oliveira (1999).

É possível afirmar que a mobilização acima tratada resultou em um efeito demográfico significativo. Em menos de uma geração a população indígena do Brasil que, na perspectiva de Darcy Ribeiro (1957), caminhava para extinção, dobrou em número de indivíduos, conforme o censo do ano de 2000; além de conquistar cerca de 12% do território brasileiro, os índios apossaram-se de aproximadamente 20% do território amazônico; e por fim, fez prevalecer uma posição que não se imaginaria em um país preconceituosamente excludente: quatrocentos mil indivíduos se declararam indígenas, conforme Souza Lima (2002).

O momento especial para estes indivíduos que caminham para a inclusão social é concebido quando os países do Programa Piloto do G7 (sete países mais industrializados do mundo - Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) e do

Banco Mundial passam a lançar interesse nas terras indígenas para a sustentabilidade que lastreia o etnodesenvolvimento. Esta iniciativa de doadores e investidores internacionais toma sentido entre as décadas oitenta e noventa, com transferências financeiras para a Amazônia, por se acreditar que, protegendo as terras indígenas, estariam preservando a Floresta Amazônica (Souza Lima, 2002). De fato, a miséria dos residentes na floresta fragiliza o pilar para o desenvolvimento, e o etnodesenvolvimento deveria ser considerado como a base para a sustentabilidade no ciclo do progresso Econômico Regional.

O Grupo dos Sete Países mais Industrializados, ao se voltar para os reclames relacionados à causa indigenista, tenta equilibrar interesses das minorias clânicas em favor da paz entre as nações. Enquanto sofre as críticas da sociedade internacional mobilizada, este Grupo guarda significativo interesse econômico e estratégico de domínio global, senão seja analisada a abordagem seguinte. No caso da intervenção no Brasil, é possível identificar, por exemplo, a estratégia britânica que aponta a forma de como o referido Grupo G7 age nos países que elegem para o seu controle. Ray Cunha, pesquisador estrategista, ofereceu um produto informativo no editorial Agência Amazônia não catalogado, mas que merece reflexão, pois aborda passos objetivos para a submissão de assuntos brasileiros pelo poderoso grupo:

- a) Em 2004, o Pentágono encomendou um relatório sobre tendência e negócios à Global Business Network, sediada na Califórnia. Segundo o estudioso supracitado, foi depois revelado pela jornalista Memélia Moreira que as potências estrangeiras não descartam a possibilidade de captar água do Rio Amazonas, mesmo com o uso de forças militares.
- b) Em 2005, foi defendido em Genebra, pelo ex-comissário da União Européia para o Comércio, o francês Pascal Lamy, a adoção de regras internacionais para os bens públicos comuns, como as florestas tropicais, água, pesca e camada de ozônio.

- c) A Casa de Windsor, sob o comando da Família Real Britânica, resolve apoiar o Povo Ianomâmi que sequer conheciam. É quando o Governo Collor decreta, em 1991, a criação do território destes indígenas, debaixo do antagonismo expresso pelo então Senador Augusto Botelho (Partido dos Trabalhadores pelo Estado de Roraima). A área indígena Ianomâmi possui 20 milhões de hectares (sendo 9 milhões no Brasil e 11 milhões na Venezuela), em território de fronteira contígua. Crítica sobre limites territoriais entre as nações aponta que nenhum outro país permitiu predominar um só grupo étnico em área contínua, na fronteira com outros países, como é o caso dessa área indígena. A decisão governamental passa a ser um problema para a integridade territorial no país.
- d) É evidente um interesse incomum dos investidores estrangeiros em terras indígenas brasileiras. Os índios brasileiros estão assentados sobre áreas ricas em minérios de interesse estratégico. O povo *Waimiri-Atroari* se estabelece sobre minérios de cassiterita; o *Macuxi* em terra rica em diamantes; o povo *Ianomâmi* se encontra sobre minérios estratégicos como cassiterita, nióbio, ouro, fosfato. Enquanto isso a demarcação das terras indígenas pela Funai é sempre precedida pela descoberta de jazidas minerais de significativo valor econômico. É como se o indivíduo índio fosse utilizado como escudo humano para proteger as jazidas no país.
- e) Tomada histórica tratada no Quadro 16, a seguir, revela que, desde o Século XIX, os espanhóis, ingleses, franceses e, agora, os norte-americanos, tentam construir estratégias de dominação sobre as terras setentrionais brasileiras. Neste primeiro estágio, a política vem sendo fazer as populações acreditarem na idéia de garantir reservas indígenas. Não foi encontrado um fato que venha a negar que o passo subsequente seja a ocupação dessas reservas por forças das Nações Unidas, sob o

comando internacional. Ou então se evidencie recente cenário internacional, no qual todas as práticas de invasões de países estrangeiros, por forças coligadas, sempre fazem prevalecer os interesses imperialistas globais.

Não há como negar que a aproximação dos povos tribais, por intermédio da cobiça internacional, não deixa de ser válido, se vir a ser considerado possíveis parcerias para o sucesso de visitação a espaços ecoturísticos. É neste encontro que significativas parcelas monetárias poderão fortalecer o caixa de uma empresa familiar indígena, além de promover o marketing de uma atividade de sucesso funcionando entre os povos da Amazônia. O Quadro 15 retoma com o tratamento da hipótese 1 versus resultado 4 deste trabalho.

Quadro 15: Histórico da cobiça das áreas indígenas brasileiras.

Detalhamento dos fatos levantados	
Cronologia	Descrição básica
1853	O capitão de fragata Mathew Fontaine Maury, chefe do Serviço Hidrográfico da U.S. Navy, diz no livro “The amazon River and the Atlantic Slopes of South América”: “O mundo amazônico, paraíso de matérias-primas, está aguardando a chegada de raças fortes e decididas para ser conquistado científica e economicamente”.
1876	O botânico inglês Richard Spruce vem estudar a seringueira, seguido pelo seu colega e compatriota Henry Alexander Wickman, que pirateou milhares de sementes da <i>hevea brasiliensis</i> , plantadas em estufas na Inglaterra e transplantadas para a Malásia, onde não há fungos amazônicos. Hoje, a Malásia é a maior produtora de borracha do mundo.
1895	Garimpeiros e membros da Sociedade de Geografia de Paris ensaiam a formação da República de Counani, planejando apoderar-se do ouro descoberto pelos irmãos brasileiros Firmino e Germano no rio Calçoene, no Amapá. Naquele mesmo ano, os franceses desfecharam um ataque contra a Vila do Amapá, defendida por brasileiros comandados por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho. Os membros de citado grupo pretendiam anexar à França 260 mil quilômetros quadrados do Escudo das Guianas.
1938	O Governo da França sugere ao governo paraense a colonização de áreas dos rios Jari, Cajari e Paru por 60 mil famílias européias, a maioria de origem judaica; mas o presidente Getúlio Vargas do Brasil vetou tal sugestão francesa de criar núcleos coloniais estrangeiros em território amazônico. Discutível é a razão pela qual este pleito não foi dirigido à Guiana Francesa.
1940	A Bethlehem Steel Company, por meio da Icomi, inicia a exploração do manganês mais puro da Terra na Serra do Navio, Estado do Amapá, a preços aviltados. Aproximadamente 50 anos depois a empresa abandona a área onde deixou um profundo buraco que denuncia a falta de controle ambiental.
1941	John Caldwell King, um dos planejadores da frustrada Amazon Valley Corporation afirma que “A Bacia Amazônica, com as suas 2.772.000 milhas quadradas de terras despovoadas e subdesenvolvidas, se constitui no nosso maior desafio e um gigantesco depósito de matérias-primas, capaz de acolher 100 milhões de habitantes e, dessa forma, se transformar em um grande mercado para a América industrial”.
1965	O médico Sérgio Ferreira, da Universidade de São Paulo, descobre uma substância no veneno de jararaca que provoca queda na pressão arterial. Patenteada por laboratório estrangeiro, a substância deu origem a uma série de anti-hipertensivos, que movimentam bilhões de dólares ao ano. Uma seqüência de biopirataria é identificada depois, sob o patrocínio pesquisadores estrangeiros no Território Brasileiro, muitas vezes sob conviência de brasileiros financiados para colaborar com as pesquisas internacionais.
1983	A ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, declara que “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar as suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios, suas fábricas”. É desta forma anunciado o interesse dos financiadores estrangeiros em tomar os bens nacionais como pagamento da dívida externa.
1989	O vice-presidente dos Estados Unidos, senador Al Gore, declara que “Ao contrário do que os brasileiros pensam a Amazônia não é deles, mas de todos nós”. O presidente francês, Jean François Mitterand declara: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. O Grupo G-7 propõe ao presidente José Sarney que o Brasil ceda determinados direitos para os sete grandes explorarem ecossistemas da Amazônia.
2007	Milhões morrem em consequência da falta de água e de envenenamento de águas pluviais, devido à poluição. Na Europa, a água é cada vez mais valorizada. Petroleiros levam água do rio Amazonas para o Oriente Médio.

Fonte: Cunha, Ray. (2007/novembro). *Amazônia e Notícias*. Em línea:

[http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=1116&Itemid=112](http://www.agenciaamazonia.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1116&Itemid=112)  
pesquisada em 26/112007.

Quadro 16: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 5.

Hipótese	Resultado	
	Variáveis	Consequência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Paiter Surui para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	Premissa 1: Visitante conhecerá sobre os movimentos de minorias indígenas na Amazônia Ocidental com a assessoria da Empresa Familiar.	1.1 Construção de Políticas Públicas indigenistas. 1.2 Estudos e investigação dos movimentos sociais do país. 1.3 Investigações antropológicas. 1.4 Investigações sobre questões amazônicas. 1.5 Investigação sobre o interesse internacional pela Amazônia Brasileira. 1.6 Suporte nas relações internacionais no eixo de negócios na Amazônia Brasileira.
	Premissa 2: Visitante não conhecerá sobre os movimentos de minorias indígenas na Amazônia Ocidental com a assessoria da Empresa Familiar.	2.1 Gerar impediente para intervenção compatível na Região Amazônica Ocidental. 2.2 Inviabilizar as consequências 1.1 a 1.6 acima.

Fonte: Pedro Filho (2009).

### **A relação monetária e a mobilização para a inclusão étnica na Amazônia**

Vale registrar sobre o volume monetário envolvido na estratégia de intervenção branca no território brasileiro, com o objetivo de trazer a sustentabilidade em espaços nacionais. A Agência do Estado, respeitável veículo de notícias no Brasil, em divulgação pública não contestada, torna pública na sua edição do dia 18 de março de 2007 o seguinte:

- a) A Alemanha, Estados Unidos, Japão e Holanda juntos somam um investimento direto na ordem de R\$ 108,9 milhões na preservação de floresta no Brasil. O volume monetário supra é maior que os R\$ 96,4 milhões que os nove Estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal (que aqui compreende a Região Norte, e os Estados de Mato Grosso e parte do Maranhão) aplicaram em meio ambiente no ano de 2005.



- b) O volume acima de investimento no Brasil, efetuado pelos países estrangeiros supramencionados é superior aos R\$ 58 milhões que o Ministério do Meio Ambiente brasileiro destinou aos Estados Amazônicos no ano de 2006.
- c) É possível comparar a influência financeira acima, se for considerado que o Estado de Nova York gasta o equivalente à média de R\$ 52,3 milhões com a manutenção anual do Central Park, reserva florestal urbana mais famosa das Américas. E o Estado de São Paulo, o mais complexo da América latina, gastou no ano de 2005 aproximadamente R\$ 824,1 milhões com a gestão ambiental.
- d) Os investimentos internacionais na Amazônia beneficiaram governos, empresas, comunidades locais e organizações não-governamentais.
- e) O secretário do Meio Ambiente do Amapá, Antônio Carlos Farias, cita a Conservation International e o World Wild Found (WWF) como os principais parceiros do Estado.
- f) O país que mais investe na Amazônia é a Alemanha, com um volume médio anual de R\$ 85 milhões.
- g) As organizações não-governamentais investiram aproximadamente R\$ 36,6 milhões por ano na Floresta Amazônica, sendo que parte deste recurso financeiro vem de sedes internacionais destas organizações, ou de repasse oriundo de cooperação internacional.
- h) A filial brasileira da organização World Wild Found, sediada na Suíça e com escritório em centenas de países, destina regularmente à Amazônia aproximadamente R\$ 10 milhões, sendo que 99% destes recursos são estrangeiros. O Instituto Sócio-ambiental (ISA), organização não-governamental brasileira aplicou R\$ 9,2 milhões na Amazônia em 2006, sendo

que aproximadamente R\$ 7,9 milhões destes recursos foram oriundos de fonte externa.

Com base nos investimentos financeiros para assistência aos povos da floresta, o governo brasileiro passa a apoiar o desenvolvimento de projetos voltados para a auto-sustentabilidade econômica, ambiental e cultural das comunidades clânicas sob a precária proteção da Fundação Nacional do Índio. Técnicas incipientes de trabalho neste sentido passam a ser consideradas, mediante relativo respeito às diferenças sociais dos indígenas a serem beneficiados por projetos e programas de cursos e oficinas preparatórias que os envolve. A iniciativa governamental se volta, essencialmente, para a atividade agropecuária seletiva; inclui produção de subsistência, insipiente geração de renda e ocupação de mão-de-obra na expectativa de melhoria da condição de vida destas populações, sempre contrariando as regras pela sustentabilidade na Amazônia. A segurança alimentar do índio passa a ser também uma preocupação junto aos programas internos de intervenção, reforçando ações para atividade agrosilvopastoril, com metodologias específicas concretizadas nas parcerias de organizações públicas e privadas. O incentivo à produção artesanal com benefícios às comunidades tradicionais passa a ser incrementado, porém sem uma orientação voltada para a gerência destas atividades. Na área do ecoturismo não fora encontrada qualquer iniciativa metodológica por parte dos organismos governamentais; porém está registrada a existência de diversos empreendimentos ecoresortes e de hotéis de selva, explorados por grupos financeiros internacionais de turismo e hotelaria na Região da Amazônia.

O pensamento do empresariado americano, e muito menos do brasileiro, reúne elementos que possam caracterizar a inclusão étnica na formação dos negócios, embora a Teoria da Contingência tratada na sua forma pura traga elementos relacionados à inovação e sua relação com o tradicional.

Em termos de produção para o consumo, há de se refletir sobre o lúdico e o belo que, trabalhados pelo idealizador do progresso, poderiam ser uma alavancagem empresarial para a sustentabilidade, principalmente no eixo do ecoturismo que se apóia na base ambientalista. Seria esta a oportunidade de os povos indígenas virem a oferecer a sua contribuição para a constituição de cenários que possam encantar ao visitante. Porém, por serem oriundos do simples, os indígenas como os ribeirinhos na Amazônia, estarão distante da perspectiva de integração na América Latina. Esta camada da sociedade brasileira, que conserva características essencialmente socialistas, está descaracterizada pela mídia, que produziu conceitos inválidos que resultam no descrédito junto a investidores. Desta sorte, os grupos empresariais preferem a construção de cenários que se vão pela experiência capitalista similar ao Disney World, para então construir negócios temáticos para turismo local ou regional, como o Complexo de Sauípe na Bahia, cluster apoiado por interesse de governo, ou Beto Carrero World, parque multi-temático da iniciativa privada situado no Estado de Santa Catarina. Vale considerar recentes reflexões que surgem a partir de decisões envolvendo integração das camadas étnicas nos investimentos na América do Sul, no particular ao vizinho Peru, registrado em Mato (2005) nos seguintes termos:

“[...] una corriente de denuncia y crítica, y después de haber anunciado a ‘indigenización’ del Perú, el indigenismo se convertía ahora en una escuela de pensamiento. Nosotros no habíamos buscado el cambio total, sino la valoración y el respeto hacia la cultura indígena. A pesar de que desaparecieron las condiciones para la denuncia y la propaganda en favor de los indios, quedó vivo el sentido esencial: la conservación de los valores culturales autóctonos” (op. cit: 325).

A experiência no Peru pode ser significativa para o Brasil, pois somente após a abertura estabelecida pela Constituição de 1988 foi possível, neste país, o lançamento de um

olhar de inclusão sobre os povos indígenas. Este é o ressurgimento que poderia impulsionar as lideranças tradicionais vindas das matas e dos campos para trazer consigo a mudança, inclusive nos direcionadores de investimentos. Essas são as características das mesmas lideranças indígenas que passam a assumir postos de primeiro escalão governamental entre países sul-americanos, como Evo Morales Ayma, ocupando a Presidência da República da Bolívia, assessorado por figuras populares que também surgem entre os clânicos, como Felipe Quispe, “El Mallku”. No Brasil, o despertar pela melhoria das condições de vida dos povos clânicos, salvo raras exceções, não vem pela influência de lideranças indígenas; advém de intervenção dos organismos não governamentais, com intenções duvidosas, mas que conseguem, por intermédio de políticos regionais, o apoio da administração federal fragilizada pela deficiência financeira para sustentar os tribais. Desta forma, estes órgãos declinam dos compromissos da sua alçada, transferindo para estas organizações que se apresentam como interessadas em assuntos indigenistas e para tanto recebem volumosa verba de outras fontes, para aplicação em programas que não refletem nos reais interesses para o futuro dos povos tribais brasileiros. Enquanto isso é evidente a biopirataria, a barganha e o descaminho que resultam na desconfiança dos grupos clânicos esperançosos dos benefícios da intervenção. Se, por um lado, o desempenho destas instituições requer crítica, não resta dúvida que tem sido em razão das mesmas que emergem as manifestações a favor do reconhecimento dos valores étnicos, como a cultura e a tradição dos habitantes das florestas brasileiras.

As organizações voltadas para assunto do interesse indígena proliferam de forma extraordinária, por meio das decisões de investimentos internacionais para a sustentabilidade, com inclusão indígena no Brasil. Estudo primário sobre o desempenho de algumas destas organizações permite confirmar que de fato trabalham no preparo do elemento índio para atuarem como indivíduos integrais, assistência na sua formação educacional, bem como a sua

capacitação para o trabalho. Com relação ao Povo *Paiteer Suruí*, por exemplo, somente recentemente se iniciou a construção de livros didáticos na sua língua, pressupondo-se que somente daqui a alguns anos será possível completar a sua inclusão na economia moderna; nenhuma organização se apresentou para construir esta ferramenta do futuro. Merece reflexão sobre algumas instituições que vêm agindo entre os povos indígenas na Amazônia, conforme segue no Quadro18, enquanto no Quadro 19, consolida-se a reflexão deste tópico de abordagem.

Quadro 17: Organizações indigenistas no Norte do Brasil

Organização e função junto aos indígenas.	
Nome da Organização	Descrição da respectiva Função
Amazoncoop	Trabalha junto aos índios da região de Altamira (Pará).
AmazonLife	Mescla comércio de produtos amazônicos com informações sobre a região.
APIO	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque. Atua no Estado do Amapá. Constituída por índios que representam as etnias Galibi, PaliKur, Karipuna e Galibi-Marworno, do Vale do Uaçá.
Autonomias Locais	Grupo de profissionais que atuam junto às sociedades indígenas divulgam informações e análises.
CCPY	(Comissão Pró-Yanomami) Organização de apoio ao povo Yanomami (Roraima, Amazonas e Venezuela).
CGTT	(Conselho Geral da Tribo Ticuna) Atua no Estado do Amazonas, na região do Alto Rio Solimões.
CIVAJA	(Conselho Indígena do Vale do Javari) Organização dos índios dessa região do sudoeste do Amazonas.
COIAB	(Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) Reúne na sua base política 75 organizações e 165 povos indígenas.
CIR	(Conselho Indígena de Roraima) É uma das organizações indígenas mais atuantes no país e seu site contém diversas informações sobre os índios de Roraima.
Kanindé	(Associação de Defesa Etnoambiental) Apresenta os trabalhos da organização não-governamental, sediada em Porto Velho, Rondônia.
OPAN	(Operação Amazônia Nativa) Entidade indigenista com trabalhos nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.
PACA	(Proteção Ambiental Cacoalense) Atua junto a populações indígenas do estado de Rondônia.
PESACRE	(Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre) Atua com índios Apurinã do sudoeste do Amazonas.
PPEAVJ	Programa de proteção Etno-Ambiental Vale do Javari. Atua com nos índios isolados no sudoeste do Amazonas.
Parakanã	Programa Parakanã. Convênio Eletronorte-Funai, atua junto ao povo Parakanã (Pará).

Fonte: Em Linha [http://www.socioambiental.org/pib/portugues/fontes/outros\\_sites.shtm](http://www.socioambiental.org/pib/portugues/fontes/outros_sites.shtm) Pesquisada em 26/11/07.

Quadro 18: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 6.

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Conseqüência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Païter Surui para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	Premissa 1: Visitante conhecerá a relação monetária e a mobilização para a inclusão étnica na Amazônia, com a assessoria da Empresa Familiar Indígena.	1.1 Interpretar a lógica sobre o volume monetário envolvido na estratégia de intervenção branca na Amazônia Brasileira. 1.2 Subsidiar estratégia de defesa dos interesses brasileiros perante a comunidade internacional. 1.3 Alertar sobre os atores envolvidos nos interesses pela Amazônia Brasileira. 1.4 Investigar a relação dos interesses internacionais em comparação com os interesses indígenas. 1.5 Criar estratégia contra a cooptação dos indígenas brasileiros pelos interessados estrangeiros. 1.6 Subsidiar apoio à Universidade Indígena na Amazônia. 1.7 Orientar as agências oficiais brasileiras quanto a utilização das organizações indigenistas, em apoio aos interesses públicos nacionais.
	Premissa 2: Visitante não conhecerá a relação monetária e a mobilização para a inclusão étnica na Amazônia, com a assessoria da Empresa Familiar Indígena.	2.1 Subsidiar indiretamente os interesses internacionais em desfavor do interesse brasileiro. 2.2 Gerar dificultador de estratégia e competitividade envolvendo assuntos amazônicos. 2.3 Fragilizar a política nacional perante a investida de interessados internacionais em cobiça pela Amazônia. 2.4 Inviabilizar as conseqüências 1.1 a 1.7 acima.

Fonte: Pedro Filho (2009).

### **Relação territorial, espacial e étnica *Païter Suruí*.**

Será tratada neste tópico a questão da relação conjunta de natureza territorial, espacial e étnica ameríndia no geral, e em particular dos *Païter Suruí* de Rondônia. Será efetuado um delineamento circunstancial com análise de contexto para abrir o entendimento da forma como surge a integração do elemento índio no cenário do progresso, e como o poder dominador das nações absorve os povos clânicos no modelo econômico institucionalizado.

Esta análise seguirá também pelo conteúdo do conhecimento tradicional focalizado pelas Ciências Sociais Aplicadas no manejo e práticas do convívio com o entorno e suas crenças. Entra neste cenário a cultura que um povo mantém em determinado espaço, a forma como o indivíduo transaciona para submeter plantas e animais; tratar-se-á sobre a espontaneidade com que transforma em símbolo tal relação, para assim constituir características comuns, somente perceptíveis mediante análise histórica de contexto. É como se interpreta a etnicidade em Descola e Pálsson (1996), quando tratam da relação da sociedade com a natureza. Em uma visão sem precedente na relação do ecoturismo, este tópico busca reconstituir a qualificação também incomum para o visitante em espaços exóticos, para a formalização de troca de saberes sem deformar a origem.

A Professora Doutora Joana Aparecida Fernandes Silva, antropóloga pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Mato Grosso focaliza a utilidade do espaço territorial indígena. Ela procurou definir Terra, como sendo o lugar da produção agrícola ou do solo. Segundo a pesquisadora, as comunidades clônicas expandem tal conceito, passando a ter o sentido coletivo de *habitat*, onde sobrevivem e se reproduzem em sua própria cultura, e onde descansam os seus antepassados.

Por outro contexto, o Professor José Afonso da Silva, da Escola de Advocacia Geral da União, oferece a sua contribuição nesta pesquisa, ao abordar aspecto histórico de natureza jurídica da posse das terras pelos indígenas. Segundo ele, o indigenato é um instituto legal histórico para interpretação da territorialidade indígena brasileira. Refere-se ao Alvará Régio de 1 de Abril de 1680, que foi confirmado pela Lei de 6 de Junho de 1755, a qual estabelecia princípios para os direitos indígenas às terras no Brasil. O referido docente de Direito Constitucional afirma que não se confunde o direito de estar nas terras com o direito de ocupação, pois sendo o indigenato um ato natural de legitimação, requer tão somente do Poder Público a demarcação territorial para a continuidade do usufruto pela comunidade



indígena, além da solução de possível conflito territorial envolvendo indígenas e outros, adotando um entendimento que pareceu comum ao pensamento dos profissionais da antropologia consultados.

Vale trazer aqui a forma como Baines (2007), pesquisador na Universidade de Brasília, focaliza a questão dos conflitos envolvendo a etnicidade, no ângulo como vem sendo abordada em países como o Brasil. Permite compreensão das razões pelas quais predomina um problema intransponível na questão territorial, espacial e étnica das populações indígenas brasileiras, que na verdade é um resultado da visão genérica da abordagem da relação territorial dos povos ameríndios.

Baines (2007) refere-se a Ramos (1998, pp 168-194), quando nega a mudança de autodeterminação e integração na política indigenista brasileira, mesmo após as inovações concebidas pela Constituição da República Federativa do Brasil inaugurada em 1988. A Carta Magna estabeleceu, no seu artigo 231, o reconhecimento dos direitos originários dos povos indígenas brasileiros. Ao tempo que garante a posse permanente das terras indígenas, com direito pleno, confirma que aquelas áreas são bens inalienáveis da União Federal, e os direitos passam a ser de usufruto das utilidades ali existentes, como a fauna, a flora e os atributos livres predominantes na geografia. Partindo desta norma legal, pode o povo indígena utilizar os recursos ambientais, por meio de ações de caça, pesca, coleta e agricultura; entretanto se considera apenas o direito do uso originário dos povos tradicionais, porquanto a territorialidade é da União, com direito de usufruto do indígena. Estaria aqui a segurança pleiteada pela União, contra possível desmembramento dos povos estabelecidos nas fronteiras do Brasil, em territórios contíguos.

Tradicionalmente, o território indígena é aquele que vem sendo por ele ocupado, de caráter permanente, onde exercem suas atividades produtivas e onde mantém os recursos ambientais conservados para o próprio bem-estar das tribos. É onde os povos clânicos vivem

e se reproduzem física e culturalmente. Porém, leitura em Baines (2007) permite o entendimento de que os povos indígenas passam a ser uma ameaça à soberania nacional, caso a questão territorial indígena não seja controlada, sendo possivelmente este o motivo pelo qual Poder Público reage negativamente ao reconhecimento destes povos como nações em seus tradicionais territórios. A falta de política integracionista é evidente, o que torna a gestão territorial fragilizada, pois estes povos poderiam ter apoio governamental para fazer prevalecer a sua cultura e tradição, segundo os princípios constitucionais, sem necessariamente ameaçar a soberania do país.

Na seara da relação territorial com o direito das etnias, vem Oliveira (1998). Ele é taxativo ao considerar que o direito originário indígena nestas terras é decorrente da sua conexão sociocultural aos pré-colombianos que aqui habitaram desde séculos. Para o autor, este direito não apresenta exigências, pois não é anulado e nem reconhecido, abrindo uma lacuna pendente de uma severa discussão que somente seria exequível após o preparo do elemento índio como cidadão brasileiro apto ao exercício social, ambiental e econômico, nos seus espaços constitucionais. Para o autor, a própria sobrevivência dos grupos de humanos, pela sua característica diferenciada dos demais indivíduos de uma sociedade eclética como no Brasil, já se constitui fato suficiente para a garantia da propriedade territorial para todos os fins, inclusive para a atividade empresarial de exploração do ecoturismo indígena.

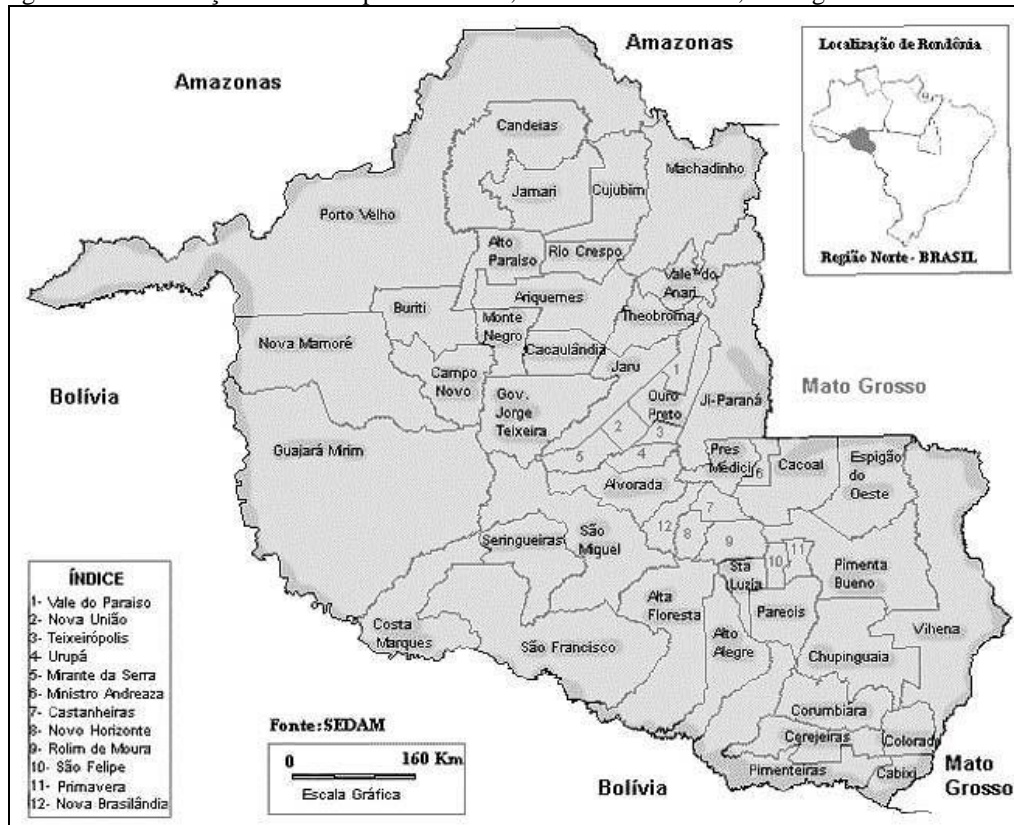
Oliveira (1998) lembra também que, para estes serem reconhecidos como indígenas pela estrutura dominativa institucionalizada, foi ancorado um conjunto de elementos, como os recursos etnoambientais existentes em determinado espaço geográfico; e avança ao atribuir possibilidade da nulidade dos títulos dominiais obtidos pelos não-índios, mediante arguição pela FUNAI, órgão tutor dos indígenas brasileiros, e posterior cancelamento por decisão do Poder Judiciário Brasileiro. Mas, para o referido autor, este organismo tutorial não teria os recursos suficientes para indenizar as benfeitorias do

particular e nem os meios financeiros para reinstalar os índios tutelados nestas terras após esta histórica regularização; salvo nos casos em que a arguição trouxer a cobrança de indenização ao indígena pelo uso ilegal ou irregular do seu território pelo não-índio. Inobstante a significativa iniciativa do Poder Executivo brasileiro, ao publicar o Decreto 1.775 de 08 de janeiro de 1996, que veio para a contestação das demarcações territoriais indígenas, a solução da questão das terras clânicas enfrentará sempre obstáculos junto ao Poder Judiciário da nação, em face do acúmulo de processos e pela demora na prestação jurisdicional.

A Fundação Nacional do Índio adota como conceito de Territorialidade, aquele oferecido pela pesquisadora Alcida Rita Ramos: Terra indígena é muito mais que simples meio de subsistência. Representa suporte da vida social, está ligada diretamente às crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas é um recurso sócio-cultural. Portanto este conceito é relativo, senão considere os fatos identificados na análise histórica do assentamento atual do povo *Païter Suruí*, adotado como medida de emergência para impedir conflitos entre colonos e indígenas.

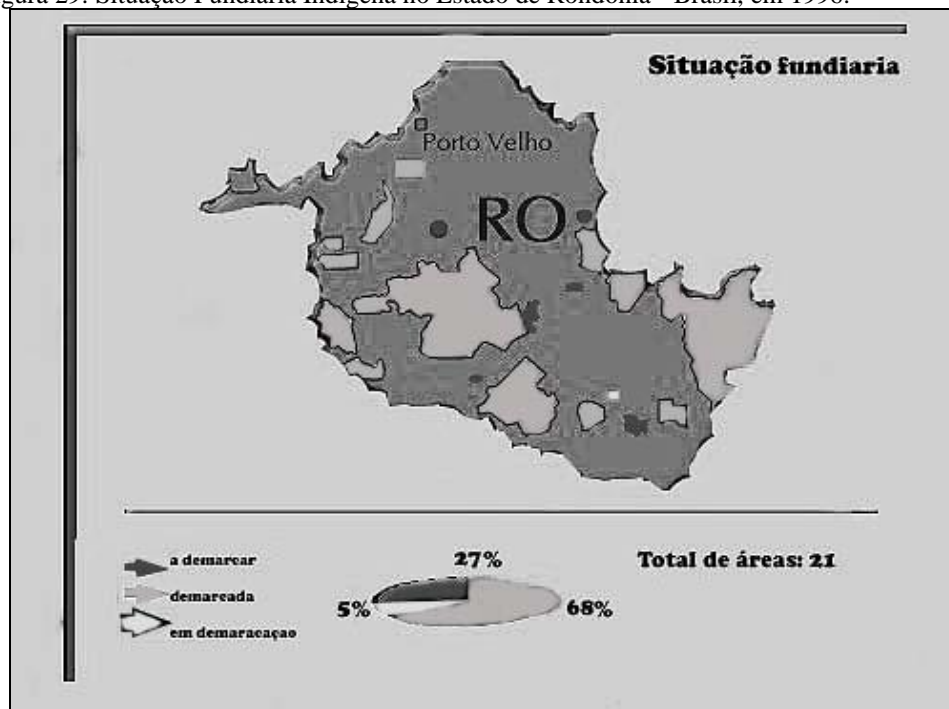
O povo *Païter Suruí* sempre viveu livre na Região da Amazônia Ocidental, em um espaço amplo da Floresta intacta existente no início. Hoje este povo encontra-se retido na Reserva Sete de Setembro, uma extensão geográfica posicionada entre os atuais Municípios de Cacoal, no Estado de Rondônia, e Aripuanã, no vizinho Estado de Mato Grosso. A sua relativa autenticidade clânica foi ali mantida em razão de severas lutas travadas em diversas fases, desde a entrada do desbravador na Região. Merece um breve histórico este processo, como a seguir, que culminou na demarcação territorial, no mapeamento do espaço étnico do referido povo e também na descaracterização da sua cultura e tradição. O posicionamento territorial *Païter Suruí*, no Município de Cacoal, está demonstrado na Figura 28, e a situação fundiária em Rondônia é apontada na Figura 29, logo a seguir.

Figura 28: Localização do Município de Cacoal, Estado de Rondônia, na Região da Amazônia Brasileira.



Fonte: <http://www.ub.es/geocrit/sn/218-02/sn-218-02-1.gif>

Figura 29: Situação Fundiária Indígena no Estado de Rondônia - Brasil, em 1996.



Fonte: <http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#atual>.

Todo o estudo acima permite afirmar que a questão não muito bem resolvida está na epistemologia das Ciências Sociais e da Ecologia. O racional desta lógica vem passando por fricção que somente por intermédio da interpretação dos movimentos reivindicatórios das populações envolvidas seria possível compreender o processo e concluir um entendimento. No Campo das Ciências Sociais aplicadas estaria o *front* para travar a batalha da interpretação; no entorno estão a etnobiologia, a etnozoologia e diversas ciências substantivas, algumas apontadas no desenho metodológico desta tarefa, e depois caracterizadas na materialização da antropologia patrimonial. O lançamento do olhar crítico sobre esta circularidade poderá ocorrer, após reflexão sobre o tratamento da forma como se oferece nos tópicos seguintes, fechando o tema.

Estudo na forma de ocupação do ex-território Federal de Rondônia aponta que os colonizadores aqui vieram no impulso de uma política fundiária, ou seja, a posse de glebas nas “Linhas”, abertas pelos precursores do desenvolvimento não-sustentável. Estabeleceram uma lacuna na relação ambiental cujas conseqüências estão sendo experimentadas até os dias atuais. Tem sido comum ouvir pelos meios de comunicação o pronunciamento de lideranças indígenas que se ressentem da falta de caça na floresta castigada pelas queimadas, e de peixe nos rios poluídos pelos agrotóxicos oriundos das propriedades rurais, implantadas nas proximidades da Reserva Indígena. Por outro lado, em face da inexistência do ensino profissionalizante nas aldeias, para o preparo dos povos indígenas ao labor sustentável, o desequilíbrio ambiental se agrava e poderá expor esses residentes a uma situação de risco na subsistência clânica, com real comprometimento à segurança alimentar.

O avanço para o Oeste, promovido pela ditadura institucional, que reinava de forma implacável no Estado Brasileiro, também vem escamoteando a realidade estrutural na distribuição das terras rondonienses. A possível pretensão pela exploração dos recursos naturais existentes estimula esta parcela burguesa a se utilizar, inúmeras vezes, dos próprios

povos clânicos para dilapidar a Floresta Amazônica, longe da fiscalização precária do governo oficial. Não há como negar que os filhos dessa ditadura, que seguiram para o Norte do país, sejam os próprios que criam obstáculos para a reconstituição cultural dos povos clânicos ora focalizados. Induzem arrazoados impedientes para ação integrativa favorável aos indígenas; desta forma fica claro que é esta a sociedade que os rejeita desde sempre em Cacoal e Região. A ganância pela posse de terra alinhou-se à falta de consciência do valor antropológico científico dos artefatos arqueológicos, que deveriam estar avaliados pelo poder público, antes de se abrir as glebas e fundiárias nas tradicionais áreas clânicas na Amazônia Ocidental. Este contingente destruidor era composto por indisciplinadas levas de nordestinos, capixabas e paulistas; os dois primeiros vieram como posseiros, e o terceiro como inescrupulosos empresários das terras devolutas do antigo Território. O Quadro 19, que segue, aponta a situação das Terras Indígenas em 1996, que pouco mudou até a presente data; e o Quadro 20 oferece um Teste da Hipótese 1, fazendo confronto de Variáveis; o Quadro 21 traz um Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 7 neste tópico do trabalho.

Quadro 19: Terras Indígenas no Brasil, ano base de 1996.

SITUAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS (Resumo Geral)			
Posição	Nº de Terras Indígenas	%	Em revisão (Hectares)
Em estudo	123	----	0
Delimitada	33	1,66	1.751.576
Declarada	30	7,67	8.101.306
Homologada	27	3,40	3.599.921
Regularizada	398	87,27	92.219.200
T o t a l	611	100	105.672.003

Fonte: <http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#atual>

Quadro 20: Teste da Hipótese 1 e confronto de Variáveis.

Hipótese	Resultado	
	Variáveis	Conseqüência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Paiter Suruí para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	1 Positiva: Visitante conhecerá a etnicidade, espaço e território Paiter Suruí em eco-turismo cultural com a assessoria da Empresa Familiar.	<p>1.1 Interpretação da forma como o indivíduo transaciona para submeter plantas e animais e a espontaneidade com que transforma em símbolo tal relação na Reserva Paiter Suruí.</p> <p>1.2 Estudo sobre a relação da sociedade Paiter Suruí com a natureza.</p> <p>1.3 Construção de política pública indigenista agrária.</p> <p>1.4 Viabilização da inclusão do povo Paiter Suruí pela interpretação do seu espaço</p> <p>1.5 Reformulação de decisões pela expansão territorial dos indígenas amazônicos.</p>
	2 Nula: Visitante não conhecerá a etnicidade, espaço e território Paiter Suruí em ecoturismo cultural com a assessoria da Empresa Familiar.	<p>2.1 Indução à exclusão do Paiter Suruí através do desconhecimento étnico deste povo.</p> <p>2.2 Dificuldade na elaboração de política pública de inclusão étnica.</p> <p>2.3 Inviabilização das conseqüências 1.1 e 1.5 acima.</p>

Fonte: Pedro Filho (2009).

Quadro 21: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 7.

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Conseqüência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Paiter Suruí para a atividade empresarial no ramo do eco-turismo indígena.	Premissa 3: Visitante aprofundará estudo sobre o povo Paiter Suruí e a sua relação territorial, espacial e étnica, com a assessoria da Empresa Familiar.	<p>3.1 Superação da falta de política integracionista, tornando exequível o fortalecimento do poder da União Federal no Brasil.</p> <p>3.2 Sustentação de princípios sólidos contra a ameaça à soberania nacional do Brasil.</p> <p>3.3 Investigação do processo evolutivo do direito originário indígena nas terras amazônicas, decorrente da sua conexão sociocultural aos pré-colombianos, para fins de interesse público.</p> <p>3.4 Solução da lacuna ora pendente de uma severa discussão sobre os direitos originários dos indígenas pré-colombianos.</p> <p>3.5 Subsídio ao preparo dos indígenas para que assumam a cidadania brasileira.</p> <p>3.6 Suporte na investigação sobre a forma de reconhecimento dos indígenas, na âncora do conjunto de elementos, dentre os quais, os recursos ambientais existentes em determinado espaço geográfico.</p>
	Premissa 4: Visitante não aprofundará estudo sobre o povo Paiter Suruí e a sua relação territorial, espacial e étnica, com a assessoria da Empresa Familiar.	<p>4.1 Dificuldade na geração de estratégia para inclusão e integração dos povos indígenas.</p> <p>4.2 Dificuldade na construção de modelos de integração dos povos da floresta como cidadãos brasileiros.</p> <p>4.3 Impedir as Conseqüências 3.1 a 3.6 acima.</p>

Fonte: Pedro Filho (2009).

### **Afirmção da índole guerreira do povo Paiter Suruí e a sua sobrevivência na Amazônia Ocidental**

O posicionamento como firmes guerreiros intocados da Floresta reforça a existência do *Paiter Suruí* como povo, e confirma a predominância tradicional étnica, além de garantir-lhes a sobrevivência clânica no exíguo espaço territorial cedido pelo Governo Federal. Na gradativa inviabilidade geográfica da área, que nos dias atuais poderia ser interpretada como um curral humano, o *Paiter Suruí* se multiplica, a mescla se expande e a extensão territorial é mantida. Cabe uma análise sobre o processo que desenhou esta situação, conforme enumerado logo a seguir.



1) *Sobrevivência às ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Governo Brasileiro.*

Este organismo se apresentou como obstrutor férreo, pois as suas ações estimulavam a entrada de migrantes no Território *Paiter Suruí*. A falta de critério no ordenamento agrário na Região de Cacoal trouxe as conseqüências experimentadas pelos indígenas até os dias atuais. Primeiro eles foram expulsos do seu espaço tradicional e depois cercados por gananciosos colonos; hoje vivem encurralados, em uma ínfima área, para no futuro enfrentar problema mais grave, ao longo da sua progressão geométrica populacional.

2) *Resistência aos interesses da Companhia Itaporanga*

A Companhia Itaporanga, mais conhecida por Irmãos Melhorança, investia na atividade imobiliária nas Terras do povo *Paiter Suruí*. Embora fosse o Governo Federal, por ações do INCRA, o ente interessado pela gerência da expansão agrária no país, a intermediação de grupos empresariais sempre cercaram no passado a política territorial, contra os interesses indígenas. A referida incorporadora imobiliária foi responsável pela demarcação, catalogação dos colonos, assentamento das famílias e oferecimento de relatório ao organismo gestor. As glebas ou linhas abertas em fundiárias não respeitou o critério de urbanização; a expectativa na época era criar latifúndios longe dos projetos de municipalização, e minifúndios nas cercanias dos Municípios de Cacoal, Espigão do Oeste, Presidente Médice, Ji-Paraná e outros. Mas sendo o Município de Cacoal um espaço essencialmente *Paiter Suruí*, deveriam previamente convocar um criterioso trabalho de antropólogos para as medidas demarcatórias iniciais, o que não fizeram; preferiram passar o trator sobre o cemitério indígena, destruindo a história arqueológica deste povo tradicional.

### 3) *Resignação forçada à medida impositiva*

Na época do desbravamento coordenado pelo INCRA, foi estabelecida uma negociação não bem interpretada, envolvendo o Governo do Estado de Rondônia, o INCRA e a FUNAI. Resultou da demarcação de um novo espaço territorial, deslocando 9 quilômetros para o Sul, e entre 12 à 15 quilômetros para o Leste do primitivo território tradicional do povo *Paiter Suruí*. Sejam considerados os preceitos teóricos do etnodesenvolvimento; recomendam a consulta e aprovação do residente das florestas, mediante um planejamento participativo com decisão compartilhada; rejeitam uma coercitiva decisão que mudaria significativamente a condição de vida dos legítimos beneficiários.

### 4) *Resistência aos posseiros*

Os posseiros são indivíduos interessados que se instalam em uma faixa de terra, a fim de obter depois o respectivo título de propriedade fornecido pelo Poder Público ao que primeiro se apossou do espaço territorial. Estes chegaram como atores impedientes contra a etnia focalizada neste trabalho, pois sendo ela a primeira a chegar, deveria obter o primeiro título de posse da terra. Os posseiros passaram a demandar, primeiro rejeitando reconhecer a propriedade tradicional dos *Paiter Suruí*, e depois invadindo mais espaço territorial deles. Os invasores jamais abandonaram a sua ganância pelas terras do povo *Paiter Suruí*. Sempre estiveram dispostos a se apossarem ilegalmente das glebas e dos espaços além destas linhas, implantadas no antigo Território Federal de Rondônia. Levas de nordestinos, capixabas e paulistas vieram decididas a estabelecer uma franca ocupação de terras, não importando as condições. Estes indivíduos não passaram por uma orientação de conduta adequada, revelando então o seu poder destrutivo contra a cultura dos *Paiter Suruí*.

### 5) *Enfrentamento dos invasores*

O fato tratado neste subtópico é resultado de apanhado em veículos de comunicação escrita na Região, e foi confirmado em entrevista realizada com atores residentes. Ficou noticiado que em 1978, que os invasores bloquearam a Estrada, desde a localidade de Riozinho, distrito de Cacoal, até o Posto Indígena Sete de Setembro, onde hoje se estabelece a Reserva demarcada. Pretendiam pressionar o Governo em prejuízo dos interesses do povo *Paiter Suruí*. Desinformados das condições e vida destes indígenas, e mobilizados pela ideologia de posse territorial, os colonos descontentes por não haver conseguido ter atendida a totalidade de seus interesses, resolvem agir de forma cruel; armados de facão, carabina e fuzil, decidem radicalizar contra os interesses do povo tradicional – exigiam a entrega das terras à força. Reunidos sob lideranças de malfeitores, os invasores bloqueiam a via de acesso à Reserva Sete de Setembro, na esperança de boicotar o trabalho da FUNAI, amedrontar os indígenas e coagir as autoridades para que declinassem dos objetivos destes facínoras, prejudicando irracionalmente aquela comunidade clânica com a entrega da terra demarcada. O desfecho foi uma decisão paliativa de promessa que somente criaria, em anos posteriores, mais descontentamento dos interessados pelas terras indígenas.

#### *6) Resistência à invasão da terra Paiter Suruí*

Levantamento sobre conflitos e ocorrências envolvendo terras indígenas, em Rondônia, traz que no ano de 1978 vinte famílias de colonos se apoderaram de aproximadamente 10% da Reserva Indígena *Paiter Suruí*. Esta foi uma mobilização popular semelhante ao “Movimento dos Sem-Teto” ocorrido nos grandes centros urbanos do Brasil na década de 90; objetivava repartir o território dos indígenas e consolidar uma interconexão da Reserva com as glebas abertas pelo INCRA e com isso retirar o direito dos povos tradicionais. O resultando, como sempre, foi o oferecimento de mais promessas não cumpridas aos colonos, adicionando mais descontentamento. Não resta dúvida de que uma

série das investidas contra os indígenas é resultado da falta de uma política agrária no país e que resulta sempre em prejuízo das minorias étnicas no Brasil.

*7) Decepção do povo Paiter Suruí com as promessas governamentais*

As ações governamentais sempre sofreram processo burocrático no Brasil. Mas o fenômeno político sempre ressurgiu como obstrutor aos interesses das minorias no país. É no campo da incerteza e da angústia dos povos oprimidos que surgem promessas que jamais são cumpridas. Com relação ao povo *Paiter Suruí*, a decepção foi oriunda das promessas por parte do Ministro da Agricultura, na época o senhor Delfim Neto, que prometera mandar retirar as serrarias instaladas dentro da Reserva Sete de Setembro.

*8) Resistência do povo Paiter Suruí à posse pelos colonos*

Procedimento judicial foi movido por invasores de terras indígenas, para demanda e interesses junto à Comarca de Porto Velho. Foi mais uma tentativa para obtenção de possíveis benefícios, oferecidos por uma legislação burguesa vigente no país. Entretanto a FUNAI agiu de forma inusitada, pois ingressou com a Ação de Reintegração de Posse em benefício dos *Paiter Suruí*, conseguindo vitória para o povo clânico. Não resta dúvida quanto à angústia e sobressalto com vexame que esta população étnica viveu neste histórico de violência contra eles.

*9) Enfrentamento corajoso do Paiter Suruí em face da situação extrema*

Em outubro de 1980, o povo *Paiter Suruí* adota uma medida inusitada: expulsou de suas terras os invasores, fazendo com que saíssem despidos e sem armas; e ainda tomaram deles, como bônus de guerra, a sua plantação de café, que mantém precariamente até os dias atuais.

*10) Enfrentamento do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE)*

O POLONOROESTE trouxe para a Região da Amazônia Ocidental um contingente populacional de aproximadamente 200 mil imigrantes por ano, entre 1969 e 1970, o que provocou um surto desenvolvimentista sem precedente no Norte do país. Este programa investiu aproximadamente \$US 1,55 bilhão, sendo que 1,4% deste valor seria para financiar interesses indígenas. Encontra-se registrada a gestão incorreta deste recurso, o que resultou em prejuízo para a comercialização da produção do povo *Paiter Suruí*.

*11) Resistência e submissão aos madeireiros e garimpeiros*

Madeireiros e garimpeiros passaram a invadir a Região para a prospecção ilegal dos bens naturais expostos sem controle no território onde se estabelecem os diversos povos clânicos. Dois grupos opostos passam a surgir, sendo que um influenciando o outro, com donativos de alimento, cigarros, bebida alcoólica, refrigerantes e outros afins. O grupo dos fartos economicamente passara assim a cooptar os grupos tribais para, enquanto lhes roubam os bens, obtêm deles as informações sobre trilhas de acesso às riquezas.

Tentando afastar os índios desta relação espúria, a Fundação do Índio iniciou o programa de Cestas Básicas, estranhas aos costumes alimentares indígenas. É quando o povo *Paiter Suruí* passa a se alimentar com nova dieta, agora baseada no consumo de carne bovina, com feijão, arroz, açúcar e outros nutrientes que não faziam parte do hábito tribal. Esta situação nova, além de refletir na compleição física dos índios, pois se tornaram indivíduos obesos, os obriga a plantar e colher com um esforço similar ao dos não-índios. Passam ainda a não mais dispor de tempo para a atividade de caça e pesca; e a vida livre na selva se encerrou definitivamente.

Inicia desta forma a submissão dos *Paiter Suruí* aos madeireiros e garimpeiros na Região. Com as doenças e desgastes do novo padrão de vida, sobrevieram humilhações diante de funcionários corruptos sediados nos organismos de saúde e assistência ao índio. Com estes acordos escusos forçados veio desgraça a que foram submetidos. As lideranças indígenas passam a permitir a retirada de madeira a preço aviltado e a admitir exploração mineral sem orientação compatível em suas terras. A consequência tem sido negativa para este ignóbil povo que sequer pronunciam a língua dos invasores, além de não dominar sistemas de informação para gerir qualquer tipo de negócio.

#### *12) Resistência à tentação de possuir bens e residir no Município de Cacoal*

A tentação tem sido a mais latente de todas as violências a que poderia passar uma população étnica, pois vem refletindo significativamente na existência do clã tradicional. Diversas lideranças do povo *Paiter Suruí*, após a comunhão cooptada e induzida pelos madeireiros e garimpeiros, mudaram radicalmente a sua rotina de vida. Usufruindo agora de bastante dinheiro, passam à condição de ricos cidadãos, gozando do conforto que os negócios escusos lhes proporcionaram. Esta fase derradeira vem sendo de significativa gravidade, pois o convívio direto com os não-índios está mesclando os costumes e as tradições *Paiter Suruí*. A ocorrência poderá romper definitivamente com a sua condição de índio, remetendo-os ao *status* de mestiço. A contração de matrimônio entre o povo *Paiter Suruí* e a juventude múnicipe de Cacoal e Região conduzirá à extinção sumária de sua etnicidade.

Conforme itenizado acima, uma série de eventos reforça a decisão dos autóctones em manter a sua etnia protegida contra uma série de obstrutores. Porém o Mapa Etnoambiental consolida a Reserva Sete de Setembro, *habitat* relativamente natural do referido povo, alcançando desta sorte parte dos interesses *Paiter Suruí*. Este território possui uma extensão de aproximadamente 250 mil hectares, onde estão assentadas 26 aldeias, com a

expectativa de abrir em breves dias mais aldeamentos. Ali se explora a agricultura de subsistência baseada no café que foi deixada pelos colonos expulsos. Desenvolvem também a tímida atividade de caça e pesca, além do cultivo de outros produtos existentes na floresta em fase de extinção.

O Mapeamento traz ainda o registro de utilidades atuais, com respectivo histórico territorial, com adaptativo de um rudimentar plano de manejo que inclui reflorestamento da área desmatada, roçado de milho, batata, mandioca e cará para o consumo tribal. Registros apontam para o desenvolvimento de experiência na atividade de criatório de peixes em cativeiro, voltado para a segurança alimentar; tentam a pecuária bovina doméstica, para leite e corte, insistem na produção artesanal de cestos e adereços na luta desenfreada para manter a sua tradição cultural de maneira forçada.

O trabalho do mapeamento foi desenvolvido pela Organização Não-governamental *Kanindé*, que se incorporou à Organização *Metairéla* na ACT Brasil (uma terceira Organização), da qual obteve a metodologia absorvida em um congresso sobre meio ambiente. Foi nesse encontro que percebeu a liderança indígena a possibilidade de aplicar um procedimento metodológico criado por uma equipe de cartógrafos, antropólogos, geógrafos e indigenistas.

A Reserva Sete de Setembro está situada a uma distância de aproximadamente 60 Km do Município de Cacoal, e os indígenas dispõem de transporte duas vezes por semana oferecido pela Prefeitura Municipal, utilizado para o deslocamento dos tribais até a sede, onde adquirem os suplementos e víveres adicionais, remédios, vestimentas e usufruem da assistência médica de péssima qualidade disponibilizada pelo Governo Federal.

O manejo desta área está requerendo um plano para a gestão compatível com a sustentabilidade. O projeto de Mapeamento foi coordenado por Almir Suruí, líder do Povo *Paiteer Suruí*, que preside a Organização Não-Governamental *Metairéla*; para este

representante indígena o mapeamento etnoambiental fortalecerá a cultura do seu povo e impedirá a ação devastadora das matas rondonienses, situadas no seu espaço demarcado. Necessário efetuar a adesão do Projeto do mapeamento *Paiter Suruí* ao Zoneamento Econômico-ecológico do Estado de Rondônia, revisto e apontando os possíveis benefícios que esta integração poderá gerar para os clânicos residentes e a economia regional.

Um dos mais significativos problemas que hoje enfrenta o povo *Paiter Suruí*, em seu território, é a falta de assistência da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia. A liderança clânica enfatiza que 80% das 110 mil propriedades rurais existentes no Estado possuem energia elétrica; porém o *Paiter Suruí* continua na espera deste tipo de apoio. Inexiste infra-estrutura de estrada, saneamento e demais serviços oferecidos nas demais propriedades da Região, o que vem causando impacto desfavorável entre os tribais que assistem a evolução da riqueza dos afortunados que se avizinham da Reserva, explorando a agropecuária em escala, inclusive para exportação, enquanto eles, que são os legítimos donos das terras, se fazem mero expectadores do progresso rondoniense. Poderiam eles fazer parte deste cenário de desenvolvimento regional integrado, oferecendo a oportunidade de lazer, entretenimento e informação científica em sua geografia, por meio do ecoturismo indígena a ser explorado pela Empresa Familiar *Paiter Suruí*. O Quadro 22 traz uma construção sobre idealizadores possíveis, com base na abordagem tratada neste tópico.



Quadro 22: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 8.

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Consequência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Paiter Suruí para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena	Premissa 1: Visitante conhecerá o processo de afirmação da índole guerreira do povo Paiter Suruí e a sua sobrevivência na Amazônia Ocidental, com a assessoria da Empresa Familiar.	<p>1.1 Melhorar instrumentos de ações de organismos fundiários no Brasil.</p> <p>1.2 Elevar o espírito empreendedorista do povo Paiter Suruí para que crie empresa voltada ao seu interesse no território que ocupa.</p> <p>1.3 Preparar o indivíduo tribal Paiter Suruí para atuar em processo de negociação.</p> <p>1.4 Possibilitar construção de política fundiária adequada que evite confronto entre posseiros e indígenas.</p> <p>1.5 Possibilitar orientação da população na relação com o povo clânico, evitando invasão de terras indígenas.</p> <p>1.6 Possibilitar melhoria na relação do Poder Público, evitando decepção do povo indígena com promessas governamentais não atendidas.</p> <p>1.7 Possibilitar paradigmas jurídicos para decisões envolvendo interesse indígena.</p> <p>1.8 Possibilitar geração de medidas que evitem confronto com povos indígenas.</p> <p>1.9 Preparar procedimentos de controle financeiro adequado, para evitar descontentamento na aplicação de recursos em programas indigenistas.</p> <p>1.10 Criar instrumentos de controle na relação dos indígenas com madeireiros e garimpeiros.</p> <p>1.11 Criar políticas para fixação do indígena na sua Reserva, evitando êxodo para os centros urbanos próximos.</p>
	Premissa 2: Visitante não conhecerá o processo de afirmação da índole guerreira do povo Paiter Suruí e a sua sobrevivência na Amazônia Ocidental, com a assessoria da Empresa Familiar.	<p>2.1 Motivar conflitos e empecilhos na relação com os indígenas.</p> <p>2.2 Enfraquecer o indígena e torná-los fantoches de interesses diversos.</p> <p>2.3 Invalidar as Consequências 1.1 a 1.11 acima.</p>

Fonte: Pedro Filho (2009).

### Aspectos antropológicos do patrimônio

O patrimônio étnico poderá ser interpretado sob vários aspectos: o sociocultural, o etnozoológico, a etnobotânica e outros que a Ciência Social possa tomar para a compreensão

e tratamento. A análise aprofundada neste trabalho se fez possível graças à fonte indireta apropriada em trabalhos anteriores concluídos por vários outros pesquisadores que contribuem neste momento investigativo. Outra não seria a providência, a considerar a complexidade da abordagem e a própria natureza inovadora de uma intervenção neste campo do saber. Sob o aspecto étnico do patrimônio sociocultural, este estudo traz elementos sobre o patrimônio de um grupo localizado de minorias - o povo *Paiter Suruí* de Rondônia, aliados da devida valorização na sociedade excludente de Cacoal, focalizado pelos residentes apenas para estabelecer diferenciação entre o dito civilizado e o indígena que eles abominam. Pareceu oportuno tratar a realidade do seu objeto sociocultural étnico, no primeiro momento para desmistificar a ordem da situação vigente na via da desconstrução, e depois para considerar o valor intangível desta cultura dispersa na Amazônia. Seria um esforço para avaliar um agregado básico na construção do real valor cultural que servirá como atrativo do turismo exótico. As razões para este tratamento estão na lógica do concreto, pois na Região onde está situada esta intervenção investigativa predomina uma confluência entre a exploração madeireira e a realidade infra-estrutural dos povos clânicos, enquanto são afastadas as possibilidades de progresso e de desenvolvimento destes oprimidos. Senão considere-se a evolução dos fatos desde a cepa.

As terras indígenas no Brasil pertencem à União Federal, e é posta à disposição das tribos para que ali eles possam se desenvolver culturalmente e prosperar fisicamente. Por outro lado, a limitação dos meios de provisão se faz cada vez mais escassa. Enquanto na época em que não existia a tutela legal dos povos indígenas eles faziam parte de vida livre na selva, hoje eles estão sujeitos à expectativa de donativos, como cestas básicas de alimentos que esperam da FUNAI. Além do mais, muitos são os que rejeitam participar da extração primária na forma tradicional, por sentirem vergonha desta atividade; estão observando e assimilando a forma de vida dos ditos civilizados que se avizinharam e, não

detendo um preparo para agir na igualdade, passam a se ressentir como inferiores no contexto contributivo no progresso. Na verdade a vida livre na selva foi modificada, enquanto é agora a floresta um bem controlado pelo IBAMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; a fiscalização rígida neste momento obriga os povos tradicionais a operarem exploração à revelia do Poder Público mediante severa escassez. Rompeu-se temporariamente a dinâmica exploratória da madeira e afastou-se o interesse dos madeireiros em manter uma íntima relação com o Povo da Floresta. O olhar do mundo se volta para a preservação da Floresta Amazônica abrindo desta sorte uma lacuna aqui identificada. Portanto é possível afirmar que não será tarefa fácil reconstituir a atividade produtiva tradicional dos tribais que nela habitam.

As florestas e as riquezas do subsolo, como ouro e diamantes abundantes no Estado de Rondônia, passam a fazer parte do meio econômico do indígena, que nada entende da atividade relacionada à indústria da extração vegetal ou mineral. Como a função exploratória não é dominada pelo índio, eles efetuam negócios no câmbio negro, e a madeira, por exemplo, é retirada pelos não-índios, que enfrentam a fiscalização do organismo competente. E, inobstante a tantas demandas entre tribos e garimpeiros, os minérios são extraídos por interessados que gozam de influência no poder para cometer a derrama; portanto, esta operação é proibida de direito, mas funciona de fato. O ouro e diamantes explorados à revelia vêm motivando tragédia, como os assassinatos de um grupo de vinte e nove garimpeiros pelos índios na Reserva Roosevelt, em Rondônia, conforme noticiado em 27/11/2004 pela Delegacia de Polícia Federal em Vilhena; não resta dúvida que estes minérios continuam sendo o principal patrimônio que oportuniza aos selvagens a posse de carros de luxo, vida suntuosa e poder na Região. Nas inspeções de surpresa, nas rodovias federais, sempre estão efetuando apreensão de contrabando das preciosas pepitas, por

exemplo. Para a exata compreensão desta exclusão econômica e limitação territorial, o Ministério da Cultura afirma que:

“Além das lutas por reconhecimento de terras em algumas áreas, os maiores desafios dos povos indígenas na Região Norte agora parece remeter à proteção e gestão de seus territórios, que incluem projetos de alternativas econômicas e políticas públicas que possam conciliar novas demandas com modos de vida e visões de mundo tradicionais. Estas foram reivindicações do movimento indígena na Amazônia que culminaram na criação do PDPI (Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas), uma iniciativa do Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável /Projetos Demonstrativos), em convênio com agências de cooperação internacional, cujo objetivo é exatamente financiar projetos de comunidades indígenas, com ênfase na geração de renda, autonomia e valorização cultural” (SECSP, 2007, p. 45).

O cotidiano dos tribais passa a ser, desta forma, uma rotina de perigo e exposição a degradantes experiências. Seria esta a vida livre pretendida com o encurralamento do povo *Paiter Suruí* na Reserva Sete de Setembro, demarcada na Amazônia Ocidental Brasileira? O Quadro 23 a seguir apresenta o Resultado 9 desta tarefa, na perspectiva de reverter as demandas atuais na direção do progresso integrado.

Quadro 23: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 9.

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Consequência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo <i>Paiter Suruí</i> para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	Premissa 1: Visitante conhecerá aspectos antropológicos do patrimônio <i>Paiter Suruí</i> , com a assessoria da Empresa familiar	<p>1.1 Constituição de inventário e a consciência patrimonial laica do brasileiro indígena e não-indígena, inclusive a sua confluência envolvendo a arte e cultura.</p> <p>1.2 Conhecimento sistematizado sobre altura e a sociedade dos povos tradicionais para sua inclusão como cidadão integral.</p> <p>1.3 Interpretação sob aspectos sociocultural, etnozoológico e etnobotânico do patrimônio dos povos da Amazônia.</p> <p>1.4 Estudo da evolução do aproveitamento do meio ambiente associado a variações faunísticas da Amazônia.</p> <p>1.5 Constituição de artefatos úteis nas universidades, serviço de turismo e outros.</p> <p>1.6 Estudo para orientação a sistemas produtivos do povo clânico Amazônico.</p> <p>1.7 Estudo para orientação sobre otimização da cadeia alimentar do <i>Paiter Suruí</i> na sua reserva.</p> <p>1.8 Estudo para gestão das terras indígenas para a sua qualidade de vida.</p> <p>1.9 Estudo para a capacitação do indígena para exploração do ouro e diamante.</p> <p>1.10 Afastar cientificamente a rotina de perigo e exposição a degradantes experiências por que passam os indígenas.</p>
	Premissa 2: Visitante não conhecerá aspectos antropológicos do patrimônio <i>Paiter Suruí</i> , com a assessoria da Empresa familiar.	<p>2.1 Dificultar estudo da realidade dos povos indígenas.</p> <p>2.2 Impedir estudos técnicos e científicos para o benefício dos indígenas.</p> <p>2.3 Obstracular as consequências 1.1 a 1.10 acima.</p>

Fonte: Pedro Filho (2009).

### **Arrazoado da forma na cultura *Paiter Suruí***

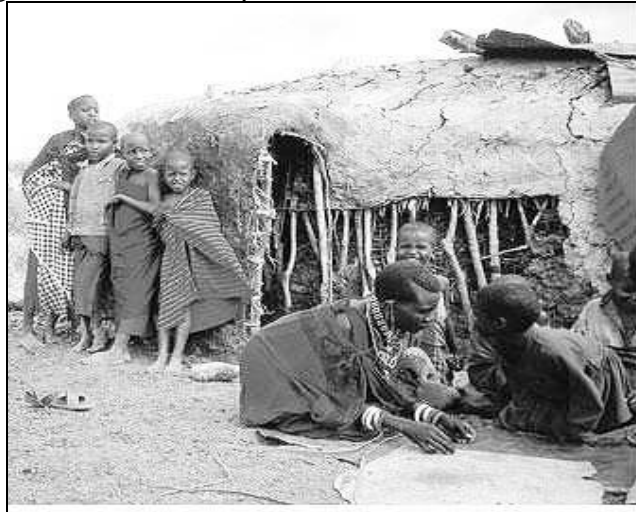
Ao tratar o patrimônio cultural como temática, foi encontrado Feitoza (2007), que traz Chauí (2003, p. 52), com o formato tríplice para a sua caracterização: primeiro, um conjunto de monumentos, documentos e objetos relacionados à memória; depois, as edificações que desapareceram, mas que permanecem na memória mediante algum exemplar e, por último, as repartições governamentais que se encarregam pelo zelo da arte cultural.

Busca providenciada para esse resultado comprova que o povo *Paiter Suruí* jamais ofereceu, na história dos povos clânicos brasileiros, qualquer referência para monumentos ou edificações. Não construíram prédios ou edifícios com aplicação de quaisquer técnicas, mesmo a mais rudimentar, como as edificações de taipa, que pratica o povo *Massai* na África, conforme Figura 30; ou aquelas arrojadas experimentadas entre os povos Inca (ou *Tawantinsuyu*, na língua *quíchua*), na América do Sul, ou os Maias e os Astecas, no México, para citar aqui as populações ameríndias. Avanço na apropriação efetuada junto a consultores indigenistas atuantes entre os *Surui* tornou possível a identificação de edificação do tipo *tapiri*, que é uma forma de casa levantada à base de varas e palha, conhecida como *lab* – representa variada formatação dessas casas, como *labñup* ou *labmor*, onde se instalam as famílias nas aldeias. E existe outra forma de *lab*, a descartável, denominada *genra*; esta equivale ao tipo de barraca utilizada em acampamento móvel dos não-índios, porém realizada com palha de palmeiras abundantes na Região Amazônica.

O dogma da origem dos povos *Paiter Suruí* poderia justificar a inexistência das edificações civis arrojadas. *Paiter Suruí* significa “nós mesmos, os *Suruí*, os filhos da mãe natureza, nascidos das árvores na Floresta Amazônica, no solo onde se fincam as suas pródigas raízes, e dos rios ou corredeiras que banham estes verdejantes cenários”, conforme Figura 31. Para que edificação se a própria natureza sempre os acolheu com suficiência? Existe inclusive uma lenda que trata do remoto nascimento dos *Paiter Suruí*, desde a cópula da natureza com ela própria. A deprender desta filosofia será possível compreender que, se esse povo destrói a natureza no seu entorno, então ele está matando a sua própria mãe, senão considere a lógica sobre o mito referente à sua origem. A deploração ambiental tem sido motivo de preocupação das autoridades ambientalistas, porém o matricídio não vem sendo considerado pelos comprometidos com o etnoambiental em torno desse povo, enquanto o *Suruí* nega a prática de desmatamento.

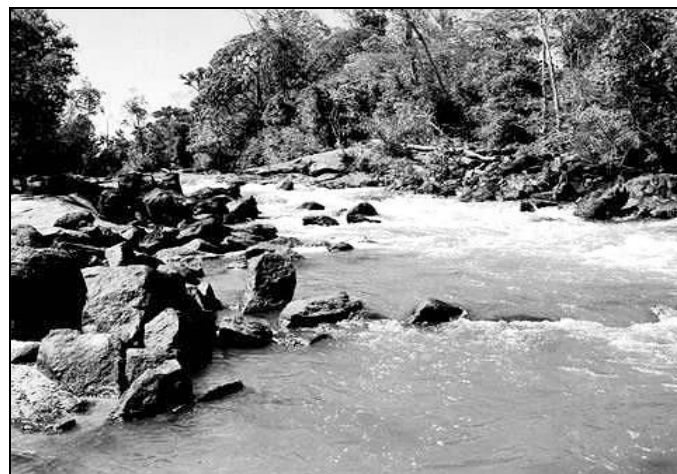
Embora esses nativos venham usufruindo do assessoramento das organizações assistencialistas de amparo à tradição, predomina hoje a desfiguração de sua habitação tradicional, representada na Figura 32, passando, nos dias atuais, a utilizar casas que em nada diferem das residências dos colonos ou não-índios. Hoje são residências edificadas em tijolo do padrão urbano, ou de madeira, comum ao tipo que existe na área metropolitana situada próxima da aldeia, conforme Figura 33.

Figura 30: Maloca de taipa rudimentar dos Povos Massai, no Quênia.



Fonte: Internet de domínio público, em página não catalogada.

Figura 31: Corredeira representativa da Mãe Natureza, na Reserva Sete de Setembro, Município de Cacoal, Estado de Rondônia – Brasil



Fonte: SEDUC / REN em Cacoal.

Figura 32: Maloca tradicional da cultura Paiter *Suruí*, na Reserva Sete de Setembro.



Fonte: Em linha (2007/janeiro)  
[http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui\\_paiter/cosmo.shtm](http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui_paiter/cosmo.shtm) pesquisada em 15/01/07.

Figura 33: Residência construída com madeira, na fase de colonização em Rondônia.



Fonte: Internet de domínio público, pesquisa na página  
[http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui\\_paiter/cosmo.shtm](http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui_paiter/cosmo.shtm) em 15/01/07



A despeito de documentos do povo *Paiter Suruí*, a literatura aponta que não foram encontrados escritos, descartando qualquer possibilidade de existência de acervo documental. Inobstante aos fatos, foi localizada na Região uma série de representações rupestres em determinados espaços, sem significado para a área de Turismo, porém de indiscutível importância para a área da Antropologia. Por outro lado, registram-se variados estudos preparados por pesquisadores da Universidade de São Paulo, do Centro de Estudo Indígena da Universidade Federal do Rio de Janeiro, envolvendo a lingüística tribal na Amazônia. A própria Universidade Federal de Rondônia, no o seu Campus de Ji-Paraná, vem oferecendo significativa contribuição em favor da preservação da cultura de diversos povos amazônicos, como os Gaviões, dentre outros; porém o avanço do estudo pela integração do povo *Paiter Suruí*, estabelecido nas imediações do Campus de Cacoal, vem sendo impedida pela Diretoria local, com restrições não esclarecidas. Não há como negar o predomínio de pesquisadores incipientes, que aprenderam a criar obstáculos na construção científica; inclusive existem os francos “*Anhagüeras*” associados aos poderosos da Região, para depois submeter os tribais às amarras eleitoreiras destes temíveis coronéis plantonistas.

A comunicação de difícil compreensão na língua *Tupi Mondé*, sempre se fez de forma oral, com um intérprete nativo efetuando a tradução simultânea, sem qualquer compromisso com o entendimento por parte do interlocutor; inclusive foi este o recurso utilizado durante o presente trabalho de pesquisa. Ao longo do preparo desta tarefa foi providencial a observação, mediante reuniões públicas de diversas etnias; ali foi possível ouvir a oralidade do clânico amazonóide. Nesses encontros públicos se estabeleceu comparação entre a linguagem observada e os textos levantados durante esta tarefa. Por exemplo, nos seus diários da floresta, MINDLIN (2006, p. 20) relata, nos termos insertos a seguir, sobre uma aula magna proferida pelo *pajé* de nome *Iamapob* (nome fictício, conforme

ficou esclarecido pela consultoria do Fórum *Paiter Suruí* de Rondônia), com um tradutor nativo, durante a colheita de amendoim praticada na Reserva Sete de Setembro:

“*Watapã* ia traduzindo aos poucos, mas quando ficava muito interessante esquecia de mim, ligando-se no professor pajé, e exclamava hum, hum..., com espanto e aprovação. *Iamapob* agora estava falando muito. Todos cessaram qualquer movimento e encostavam-se nas enxadas, ouvindo-o com atenção. O tema era os tempos antigos, anteriores ao contato com os *iaraei* (aqueles que não são índios); a extensão imensa que tinham então as roças, com fartura, com grandes festas, muito maiores do que as que estão preparando agora. Já no tempo de seus avós, mas mais ainda no do seu pai e na sua mocidade, vieram as correrias, os ataques dos seringueiros, que chegavam e se instalavam em casas que eles observavam de longe, e de vez em quando conseguiam saquear, roubando facas e outros objetos de metal.”

Conforme se pode analisar do registro acima, é possível a um visitante ecoturista usufruir momentos agradáveis, em convívio de curta duração, e ouvir a língua do anfitrião *Suruí*, com intérprete local, além de testemunhar a rotina diária em uma aldeia. Tal desprendimento encontra-se configurado e poderá gerar renda nos dias atuais para esses povos, com a recepção preparada com técnicas compatíveis e dinamizada pelo fluxo ecoturístico de natureza especial.

Diversos estudos foram publicados em língua portuguesa, e outros foram traduzidos para os idiomas alemão, francês e inglês; porém nenhuma pesquisa foi traduzida para a língua *Tupi Mondé*, falada pelos *Paiter Suruí*, para que possa esse povo tradicional compreender o olhar do outro sobre eles. Existem teses de doutorado elaboradas debaixo de

imemorável sacrifício, mas que não representaram um meio de integração desses povos com a sociedade que aflorou no entorno das Reservas Indígenas, e muito menos serviram de contribuição para a adaptação de algumas lideranças indígenas na absorção de técnicas de receptivo ou emissivo turístico.

O que se pode registrar na circularidade acima é que o pesquisador atendeu ao seu próprio interesse, sem retornar ao pesquisado índio qualquer vantagem em termos de crescimento como pessoa integral. Exceção para o trabalho realizado pela antropóloga Betty Mindlin, que retorna nestes dias, entre os *Suruí*, restituindo todo acervo e produções que conseguiu levantar sobre eles, ao longo dos anos de investigação. E ainda segue nos dias atuais para:

a) construir o seu alfabeto junto aos “Sábios remanescentes entre os *Suruí*”, convocados especialmente para esta tarefa, com a assessoria de uma pesquisadora em lingüística do tronco *Tupi*;

b) intervenção para o preparo das cartilhas escolares e livros didáticos na língua *Tupi Mondé*, falada pelos nativos, para uso nos estabelecimentos de ensino indígena;

c) entrega de todo um material digitalizado, incluindo a música da tradição *Suruí*, em DVD, de acordo com Alcobas, citado em Bisolli (1999), dentre outros significativos trabalhos.

Por outro lado, também existem pesquisadores que se posicionam radicalmente em seus tratados contra uma maior intervenção que poderia descaracterizar a essência dos povos tradicionais; e aqueles outros que se fazem implacáveis, deixando transparecer que um avanço nos estudos clânicos poderia prejudicar a essência cultural indígena. Registro indica também o interesse de funcionários públicos desejosos de bloquear o progresso indígena, para ver a continuidade da existência da FUNAI.

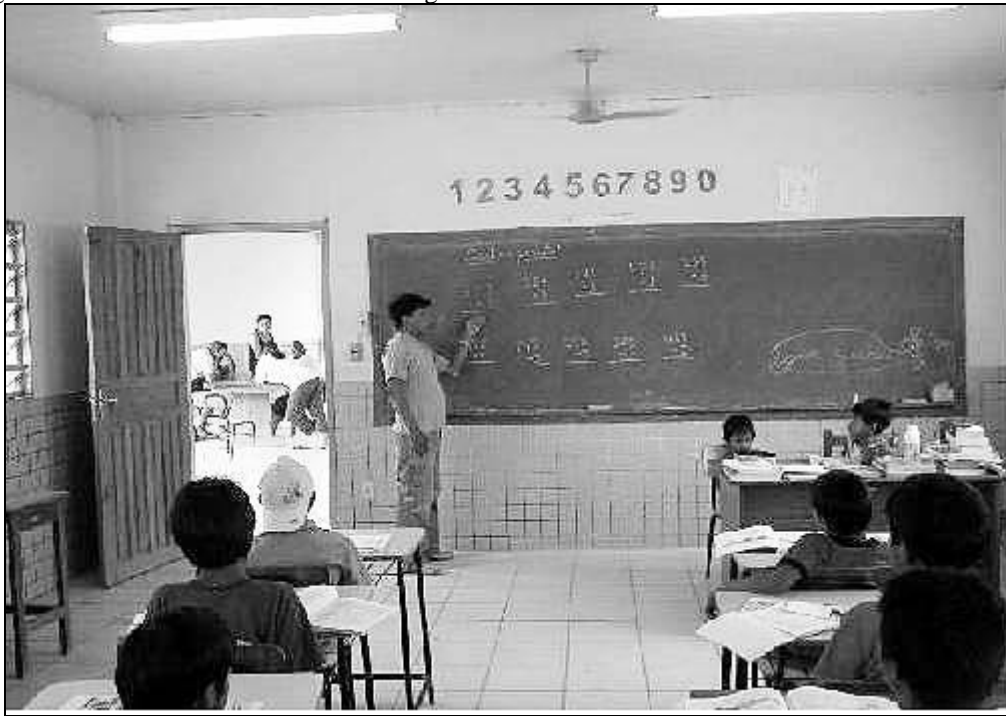
Inobstante tantas cautelas, o histórico do apanhado dá conta de fatos que configuram o descaso. Os autóctones sempre estiveram à mercê da sorte, pois no início procuraram com boa fé os obstrutores, em busca de um contato mínimo, para obtenção de donativo destes ditos civilizados, como alimento, cigarros e bebida alcoólica. Porém não conseguiram uma relação amistosa, pois o *feedback* recebido foi a sua própria degradação. Registros ocorrem relacionados a abuso de álcool, violências físicas e favores sexuais suscetíveis da desconstituição racial indígena por via da mescla espúria, porque induzida ou não espontânea. A considerar a recente inexistência de conflitos neste hemisfério, é possível que tal situação seja hoje atenuada pela presença de organismos governamentais e instituições em vigília pela proteção ao índio, ou pela conscientização dos líderes clânicos, que vêm conseguindo reverter gradativamente tantas investidas dos não-índios.

Fatos centrados na corrida desordenada para povoamento na Região de Cacoal levariam a se afirmar que foi do resultado da promíscua relação que sobreveio o extermínio dos índios, pelo sarampo que dizimou milhares de indivíduos, e pelos assassinios que não se encontram nas estatísticas dos organismos governamentais, em Cacoal e nem em outra sede, mas que se registra pelo grave fato, em si suficiente: os povos *Akunt'su*, por exemplo, hoje estão reduzidos a apenas cinco integrantes e, segundo publicação do organismo oficial, foram executados a tiro (FUNAI, 2006: p.26). Resta aqui compreender sobre uma formação educacional para a relação indígena com a população dominadora.

Um apanhado junto à Secretaria de Educação do Estado de Rondônia, pela sua Representação no Município de Cacoal, deixa claro que somente após a reformulação da política educacional foi possível a inclusão dos *Suruí* nos estabelecimentos especialmente criados para o ensino indígena no nível do primeiro grau, como se vê na Figura 34. Porém falhas estruturais canalizam para o insucesso no trato com a cultura *Paiter Suruí*, como

poderá ser considerado mais adiante. O rompimento com a legislação estaria contribuindo para a eliminação da cultura desse povo

Figura 34: Estabelecimento de Ensino Indígena na Aldeia *Paiter Suruí*.



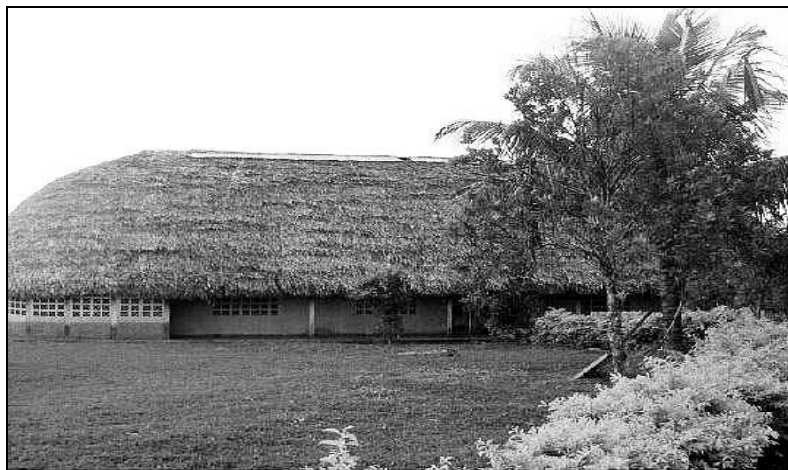
Fonte: SEDUC/REN Cacoal.

Nos dias atuais, encontra-se em estudo a criação de estabelecimentos para o ensino do segundo grau profissionalizante. Objetiva-se implantar cursos voltados para a necessidade dos povos clânicos e existe também a expectativa da instalação da Universidade Indígena Brasileira, pretendida pela maioria dos *Suruí* que frequenta uma Faculdade.

Foi com a recente alfabetização dos povos indígenas em Rondônia que se possibilitou o estímulo à aplicação escrita da língua *Tupi Mondé* dos *Paiter Suruí*. Passou a ser ensinada por integrantes das aldeias, preparados para a atividade professoral nas Escolas Indígenas criadas pelo Governo do Estado de Rondônia, sempre atuando ao lado de professores dos não-índios. Algumas dessas escolas passaram a utilizar cartilhas escrituradas

no idioma clânico, preparadas não pelos educadores indígenas, mas excepcionalmente pelos religiosos inaptos a essa tarefa, em casual intervenção alfabetizadora, efetuada nas tribos, à revelia do Poder Público. O maior anseio desses missionários é que possam os *Suruí* ler urgentemente a Bíblia Sagrada dos Cristãos. Desta sorte, neste início de Século XXI, o registro sistemático de um acervo documental far-se-á exequível, principalmente com a atuação do Fórum *Paiter Suruí* de Rondônia, representado pela Figura 35, Organização não-governamental que une os *Gamebey*, *Gamir*, *Kaban* e *Makor*, que são os quatro grupos clânicos estabelecidos nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

Figura 35: Sede da Organização Não-Governamental Fórum *Paiter Suruí*, situada no Município de Cacoal, Estado de Rondônia - Brasil



Fonte: SEDUC / REN em Cacoal.

Com referência a objetos, o Município de Cacoal é conhecido como um Cemitério Indígena desfigurado pelos colonos, esses temidos conquistadores que aqui chegaram para povoar o antigo Território Federal de Rondônia. Durante a depredação para fundar o referido Município, os colonos realizaram escavações para edificar as suas novas residências. Nessa oportunidade é que se noticiam achados de ossadas, cerâmicas utilitárias, machados de pedra e outros utensílios, hoje identificados como de uso do povo *Paiter Suruí*. Todo este acervo sequer foi catalogado.

Quanto à repartição governamental, para encarregar-se da reunião de acervo cultural do povo *Païter Suruí*, informação obtida junto à municipalidade comprova que não se vislumbra sequer a possibilidade de levantar recursos para tal fim. É evidente um significativo temor de algumas autoridades em refletir sobre fatos que possam inflamar o sentimento da injúria, que é perceptível entre os povos clânicos, enquanto associações de defesa clamam em seus documentários contra a desvantagem dos indígenas na formulação e execução das políticas públicas e dos orçamentos governamentais. Pressente-se que dirigentes de organismos oficiais tendem a ofuscar a verdade dos fatos que levaram esses povos a se verem relegados, depois de destituídos da sua tradição geográfica, pelos invasores que ascenderam à sua propriedade na Amazônia Ocidental, numa ocupação desordenada, cuja base é a falta de política agrária compatível no país.

### **Análise funcional do patrimônio sociocultural do povo Païter Suruí**

Cooper *et al.* (2001) apontam uma diferenciação nas características funcionais entre anfitriões e visitantes no Turismo, aplicáveis ao ecoturismo indígena. Eles itenizam nove aspectos a serem considerados que serão confrontados com a realidade social entre os *Païter Suruí*: valores básicos e sistema lógico; crenças religiosas; tradições; costumes; estilos de vida; padrões comportamentais; padrões de vestuário; sentido de organização do tempo e, por fim, atitude com relação a estranhos.

Para efetivar um estudo comparado dos supramencionados aspectos sobre o povo em estudo, foi empreendida pesquisa por fonte indireta sobre a cultura *Païter Suruí*. Contribuíram aqui os técnicos da FUNAI e da SEDUC, agentes de saúde e o voluntariado. Efetuou-se tomada de documentos entre diversos organismos que atuam diretamente com estes indígenas. Foram ouvidas autoridades e consultores de organizações não-governamentais em atividades com o Fórum *Païter Suruí*. Para confirmação dos fatos, foram

consumados comparativos, com pronunciamentos públicos oferecidos por lideranças clânicas de difícil acesso em contato pessoal e direto. A observação efetuada durante reuniões públicas, realizadas com a presença de nativos, foi decisiva para estabelecer a comparação. Considerados satisfatórios os procedimentos adotados, foi possível consolidar estudo interpretativo. Primeiro será oferecida demonstração da operacionalidade e em seguida será tratado o eixo hachureado entre cada um dos elementos funcionais e a realidade estrutural na cultura do povo em foco.

Segundo os supracitados Cooper *et al* (2001), Kadt assinala que:

“... o turismo também pode estimular o interesse e conservar aspectos do patrimônio cultural anfitrião. Este é um importante impacto sociocultural positivo e inclui os monumentos antigos, sítios históricos, artes, artesanatos, cerimônias culturais e rituais. Se os turistas apreciarem a herança cultural de uma destinação, essa apreciação poderá estimular o orgulho dos anfitriões a respeito dela e promover o artesanato, as tradições e os costumes locais”.

A depender do inserto supra de Kadt, citado em Cooper *et al*. (2001), a restauração da tradição cultural *Paiter Suruí* é imprescindível para gerar atratividade entre os futuros ecoturistas que esses povos anfitriões poderão encantar com a sua dança representada na Figura 36, ritmos, artesanato conhecido na Figura 37 e demais patrimônios a serem oferecidos ao visitante. Para o autor antes referido, a exclusão do anfitrião poderá gerar, por outro lado, um impacto negativo, pois, no caso dos povos clânicos em foco, somente eles próprios estarão aptos para gerir o seu negócio com o ecoturismo, porquanto conhecedores e



senhores na natureza desde a sua tradicional origem. Senão sejam considerados os *constructos* apresentados no Quadro 24, concernente ao Resultado 10 aqui oferecido.

Figura 36: Dança dos Homens *Paiter Suruí*



Fonte: [http://farm4.static.flickr.com/3077/2610219029\\_0323b1b6ce.jpg?v=0](http://farm4.static.flickr.com/3077/2610219029_0323b1b6ce.jpg?v=0)

Figura 37: Ganeã, artesanato de palha *Paiter Suruí*



Fonte: SEDUC/REN Cacoal.

Quadro 24 : Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 10.

Hipótese	Resultado	
	Premissa	Consequência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo <i>Paiter Suruí</i> para a atividade empresarial no ramo do ecoturismo indígena.	Premissa 1: Visitante conhecerá o arrazoadado da forma na cultura <i>Paiter Suruí</i> com a assessoria da Empresa Familiar.	1.1 Difusão sobre conjunto de objetos relacionados à memória <i>Paiter Suruí</i> . 1.2 Conhecimento da forma de edificações utilizadas pelo <i>Paiter Suruí</i> . 1.3 Sistematização e tratamento da arte cultural pelas repartições governamentais em Cacoal. 1.4 Constituição de estudo comparado da forma de vida entre os povos clânicos. 1.5 Sistematização da linguagem e comunicação na língua Tupi Mondé. 1.6 Reversão do atual quadro de descaso e inoperância das ações indigenistas na Amazônia Ocidental.
	Premissa 2: Visitante não conhecerá o arrazoadado da forma na cultura <i>Paiter Suruí</i> com a assessoria da Empresa Familiar.	2.1 Continuidade do descaso nas relações indigenistas na Região de Cacoal 2.2 Subjugar o <i>Paiter Suruí</i> ao cenário de exclusão. 2.3 Impedir a funcionalidade das consequências 1.1 a 1.6 acima.

Fonte: Pedro Filho (2007).

### Valores básicos, sistema lógico *Paiter Suruí* e a forma de violação

Serão tratados aqui os aspectos relacionados ao sistema alimentar, porquanto os indígenas fazem parte das formas de vida livre na floresta, de onde captam a sua própria subsistência. Será também focalizada a esfera educacional, pois os nativos são seres inteligentes, capazes de interagir com os não-índios que, direta ou indiretamente, os influenciam no aprendizado de nova cultura, alterando-lhes seus valores básicos e adaptando-lhes um sistema lógico que viola sensivelmente a sua cultura. Ao longo do traçado interpretativo serão apontadas as confluências decorrentes da violação da tradição dos indígenas amazônicos em geral, e em particular o povo *Paiter Suruí*.

Conforme Ribeiro (2000), as sociedades tribais colocam o ambiente natural em primeiro plano. O autor cita Claude Lévi-Strauss com a sua obra “A ciência do concreto”, na qual se afirma que os nativos estudam o *habitat*, onde encontram plantas e animais úteis para a sua existência e equilíbrio. Refere-se ao saber que traz o valor de utilidade. Como os registros comprovam que o povo Tupi Amazônico fez esse conhecimento de forma oral, requer-se interpretação da relação homem e ambiente para a elucidação do modelo *Paiter Suruí*.

A etnobotânica e a etnozologia ofereceriam uma perspectiva dual por meio da etnotaxonomia, temática que será tratada em tópico próprio nesta investigação. Porém a forma interpretativa com base em Ribeiro (2000) seria a seguinte: os povos *Paiter Suruí* acreditam serem filhos da natureza e admitem que a sua essência esteja tão próxima da etnotaxonomia quanto a sua própria origem. Então é matricídio derrubar a árvore, genitora desse povo, para entregar ao madeireiro a preço aviltado. Está invalidando a sua própria essência ou estaria esse povo seguindo um acultramento endógeno?

Para Ribeiro (2000), os povos clânicos estão na busca de equilíbrio, tendo Gross (1975) e Maggers (1977) explicitado os mecanismos culturais que maximizam o rendimento da alimentação, adotando os seguintes sistemas lógicos: preservar pequenos espaços ou adotar fissão no aldeamento; dispersão da comunidade para evitar superpopulação; separação de áreas para reprodução de espécimes; mobilizar a aldeia para impactar a superpopulação, e nessa situação se faz nômade; adotar redução de taxa de crescimento populacional entre eles, efetuando infanticídio e, nesse caso, de mulheres, além de adotar tabu sexual para a contracepção.

Entre os *Paiter Suruí* não foi encontrado nenhum registro sobre as iniciativas sistêmicas em Gross & Maggers. Mas a assessoria do Fórum *Paiter Suruí* registra que nos primórdios desse povo o sacrifício infantil era natural, nos casos de gêmeos e de nascimento

de criança deficiente. A regra de parentesco é fatídica entre os descendentes desse povo; se faz preferencial o acasalamento de tio com sobrinha por parte da mãe; e é incesto o casamento de tio com sobrinha ou prima por parte do pai; aos homens vem sendo permitido ter várias concubinas.

Acesso à informação junto ao organismo de saúde local leva a conhecer que nenhum controle de natalidade foi registrado, após uma pesquisa efetuada entre os nativos. Pode ser considerada alta a taxa de natalidade entre os *Paiter Suruí*, conforme indica a autoridade do organismo de Saúde Pública no Município de Cacoal. A autoridade federal de assistência regional ao índio informa que vem sendo requerida com maior intensidade, principalmente para atendimento de cestas básicas, que é fornecida de forma precária; o fato indica uma significativa escassez na captação alimentar da floresta, ou a facilidade na aquisição de nutrientes usuais entre os não-índios, e que lhes são disponibilizados gratuitamente. Passa-se agora a tratar sobre a educação e o aprendizado dos *Paiter Suruí*. Nos dias atuais, restou compreender a mescla no sistema de produção do alimento, uma vez identificada uma cultura *cabocla* entre os índios na Amazônia Ocidental.

Ribeiro (2000) focaliza a cultura do *caboclo*, termo que tem várias acepções, sendo a mais aceita a que se refere a “*caa-boc*”, palavra originária da língua *tupy*, significando “o que foi tirado ou que teve origem no mato”. No ponto de vista do sistema cultural alimentar, o autor evidencia a miscigenação entre as práticas desenvolvidas pelos indígenas *tupis* das regiões litorâneas, com alguma adaptação a técnicas dos silvícolas amazônicos. Na região da Ilha de Marajó, por exemplo, ele afirma que essas técnicas foram comparadas e consideradas similares às praticadas na Região do Caribe, pelo seu modelo artístico. Na Região de Cacoal, dados obtidos sobre o *front* agrícola, praticado pelos *Paiter Suruí*, apontam que a migração nordestina para a sua vizinhança não alterou o adaptativo *caboclo* da Região da Amazônia Ocidental, conforme vem sendo trabalhado pelo povo

estudado. Eles adotam a *coivara* na terra e plantam a mandioca, banana, feijão, amendoim e outras derivações alimentares, utilizando das mesmas técnicas que sempre foram praticadas pelos migrantes nordestinos que se avizinharam às aldeias. Então o sistema agrícola aprendido pelos *Paiter Suruí* adveio da Região do Caribe, dos *tupis* litorâneos que fugiram para a Amazônia ou da mescla aprendida dos novos vizinhos?

Ocorre que a produção indígena originária, em Ribeiro (2000), foi adaptada ainda na época dos jesuítas, quando tropas de guarnição acompanhavam as caravanas; e também se davam ao trabalho de edificações civis, abertura de aceiros e pontes. Os indígenas foram escravizados na época e submetidos a ensinamentos além do religioso; eles passaram a aprender o cultivo de lavouras para a subsistência dos aldeamentos móveis, ajustando-se à mescla também da língua geral e à clivagem para separação dos trabalhadores a serviço dos brancos, naquela oportunidade, sendo considerável a massa formada por índios, como afirma o supra-referido autor.

Estudo sobre a Expedição do Marechal Rondon aponta que os indígenas amazônicos foram utilizados nas obras da Marcha para o Oeste. Eram, principalmente, aqueles oriundos das tribos situadas ao longo das Linhas Telegráficas, em um primeiro momento. Essa força complementar as equipes, compostas principalmente por nordestinos e por índios *Parecis* oriundos do Estado de Mato Grosso. Depois um significativo contingente de nativos passa a ser utilizado para o trabalho nas expedições integrativas do novo Território Federal de Rondônia. Tanto no momento da implantação telegráfica como na expansão integrativa do Território, o povo *Paiter Suruí* se posicionou como implacáveis observadores, escondidos dentro da mata, avaliando o movimento, as operações e a fixação do *workplace* primário. O seu objetivo seria o saque subsequente, na primeira oportunidade que encontrasse. Os expedicionários no *front* tratavam do preparo de roçado ou aceiro, bem como da instalação de sede temporária, e em diversos sítios ocorria o plantio agrícola para o

complemento alimentar dos obreiros; alguns desses operacionais passariam a ser residentes. Estava constituído todo um cenário para confrontos com nativos *Paiterey*.

Esses perspicazes observadores *Paiter Suruí* não oferecem um conceito de violação, mas de aprendizado informal espontâneo entre o seu sistema tradicional de produção de alimentos e a mescla *cabocla* no cultivo alimentício. Posicionaram-se em afetiva atalaia e, desta forma, aprenderam dos *tupis* praianos que, por várias razões, adentraram nas terras da Amazônia Ocidental. E depois adicionaram as práticas utilizadas pelos grupos das incursões supramencionadas, desde as suas efetivas trincheiras na mata. A seguir, estará sendo abordada a forma do sistema com base na educação, com foco na Constituição Federal do Brasil.

O novo texto Constitucional Brasileiro trouxe uma série de garantias aos índios. Define os direitos de ocupação das suas terras, para ali estabelecer seu processo produtivo, de preservação ambiental e da sua própria reprodução física e cultural. No Artigo 210, o texto garante o uso da língua materna com um processo autêntico de aprendizagem contra imposições que resultem na implantação forçada de sistemas educacionais próprios dos não-índios estabelecidos no entorno das Reservas Indígenas.

A existência de um modelo normativo é evidente, mas por várias razões não sustenta os valores culturais básicos dos *Paiter Suruí*, no Estado de Rondônia. Apropriação efetuada junto à Representação da Secretaria de Educação em Cacoal (SEDUC / REN), por meio da Coordenação de Ensino Indígena, aponta para um fato considerado mais grave: predomina uma afronta ao supracitado sistema oficial lógico, pois a educação como incentivo para o reconhecimento da cultura própria é prejudicada com a implantação de projetos pedagógicos comuns às escolas metropolitanas. Além do que, lecionam temas estranhos ao interesse dos indígenas. A língua *Tupi Mondé* não é utilizada em classe para todas as disciplinas. Nas aulas inexistente comunicação entre a maioria dos professores e o aluno

indígena. As lideranças têm alegado que a sua descendência vai cursar o segundo grau em escola do não-índio e, ao retornar para a aldeia, esse aluno percebe que perdeu a originalidade da sua cultura tradicional.

Enquanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira estabelece a docência bilíngüe entre os alunos indígenas (artigos 78 e 79 da LDB), registra-se a maioria de professores não-índios e que sequer falam o *Tupi Mondé*. O órgão documenta que esses profissionais são conscientes de que a sua comunicação está prejudicada na sala de aula, entretanto recebem salário para o cumprimento da Lei junto aos *curumins*, suprimindo ao reduzido número de docentes oriundos da própria tribo. Ficou documentada a presença de uma professora que atua há mais de dez anos na aldeia e que não conhece nenhuma frase na complicada língua *Tupi Mondé*. Uma solução seria a sua substituição por professor clânico; porém, por influência de políticos poderosos na região, o desenlace não ocorre.

Estudo do aparato educacional indica que o sistema de ensino é hoje carente do mínimo de qualidade. Dependem de uma série de meios não atendidos, como livros, áudio-visual e demais materiais para a docência indígena. As escolas nas aldeias funcionam em edifícios construídos sem a devida consulta às lideranças tradicionais; são prédios incompatíveis com a realidade indígena; são edificações que em nada diferem dos prédios escolares situados na cidade, como visualizada na Figura 38; mas poderiam ser adaptativos singulares, para a ocupação dos alunos em espaços de arquitetura ambiental, consoante à interação do homem com a natureza, como na tradição *Paiter Suruí*.

O Projeto Açaí da SEDUC entrou neste estudo oferecendo importante instrumental em apoio à interpretação da realidade, neste tópico. Porém foi significativa a decisão da coordenadoria do Fórum *Paiter Suruí* de elaborar o seu próprio Projeto Político-Pedagógico. Rompeu definitivamente com os obstáculos na educação indígena do seu povo,

pois trouxe os *Kuruben*, sábios nativos ainda vivos para, com oficinas de trabalho, construir solidamente o futuro educacional dos *Suruí*.

Figura 38: Escola Indígena com arquitetura inadequada na aldeia.



Fonte: SEDUC / REN Cacoal.

### **Crenças religiosas e os mitos do povo Paiter Suruí**

Oriunda do latim, a palavra religião provém de *religio*, com o sentido de religar o indivíduo a um ser espiritual pela crença ou por meio da fé que o envolve. O indivíduo acredita nessa religação e que, por intermédio dela obterá a salvação pregada pelo cristianismo ou por outras doutrinas religiosas. O senso comum da crença tem como adjunto o conceito de sagrado, do profano e de um ser supremo que orienta as práticas do indivíduo que é crente. O agnóstico é materialista, não está envolvido pela fé e descarta uma relação com a entidade divina. Mas o crente admite uma doutrina de fé e passa a ser monoteísta ou politeísta, louvando uma ou várias divindades. Aqui se inicia tradicionalmente uma corrente de fé, pois a crença religiosa assume uma forma que ultrapassa o indivíduo e absorve a sociedade como no todo.



O tratamento etnológico a ser oferecido sobre as crenças religiosas entre os *Paiter Suruí* de Rondônia não se afastará da forma descrita por Darcy Ribeiro, na suma que compõe o *Handbook of South American Indians*, volume 5, trazendo *The Comparative Ethnology of South American Indians*, publicado em Washington pelo *Smithsonian Institution*. Este apanhado sobre os índios americanos se fez útil no campo das Ciências Sociais Aplicadas à Administração do Negócio Ecoturístico Indígena, no trajeto da Linha de Pesquisa de Empresas Familiares.

Este tópico segue também Darcy Ribeiro, pela sua obra intitulada “Diários Índios: os *Urubus-Kaapor*”. Por método próprio ele tratou sobre a sua relação com os povos tradicionais, detalhando a interpretação da crença religiosa ou mítica. Para ele, os povos *tupis* reúnem uma mitologia de visões desencontradas do mesmo mito. E por isso é que revela haver pensado em unificar num único corpo mítico a coerência nos seus apanhados. Porém evitou, por respeitar percepção de fé, de crença e de divindade, que explica o fundamento de conduta pela expressão oral entre gerações. Será neste formato a interpretação da crença religiosa dos *Paiter Suruí*, no que for correlacionada, para disciplinar a ação investigativa desde a proposta de Ribeiro (1996).

Os Mitos dos *Paiter Suruí* são associações rituais da sua tradição popular, de natureza argumentativa, oponente à Filosofia, em face da irracionalidade. São narrativas lembradas na vida do povo e expressas na forma discursiva entre os indivíduos. Porque estão contidas no aspecto cultural da comunidade, passam a fazer parte da sua composição folclórica e cultural. Quando o mito revela uma fé, explica o sobrenatural; por exemplo, a existência de um semideus, que seria um herói respeitado na tradição; uma sereia que encanta o índio, ou um mau espírito que amedronta os indivíduos tribais. Quando se aprofunda no estudo mítico da cultura popular, surge a mitologia, como a grega e a romana, com os seus homéricos e importantes relatos.

O mito do *Paiter Suruí*, como os mitos no geral, não tem base científica, mas não deixa de ser um arquétipo neoplatônico, ou seja, um modelo representativo que chama a atenção de um visitante em ecoturismo indígena. Nas Ciências Sociais Aplicadas pode se revelar com sentido figurado ou simbólico e, neste caso, poderá fazer parte da cultura organizacional na raça humana. A literatura sobre a crença cultural do povo *tupi* amazonóide, dentre eles o *Suruí*, concebe mitos voltados para a espiritualidade, como a deusa *Y-Yára* ou Mãe D'água. Antes de ser *sereia* (metade do corpo em forma de peixe e a outra metade uma mulher), ela era uma bela índia guerreira, filha de um *cacique*; matou os seus irmãos invejosos para se defender, e por isso foi atirada pelo seu pai entre as águas dos Rios Negro e Solimões. Essa deusa passou a residir nas profundezas dos rios, vindo à tona todas as noites para exibir sua beleza bronzeada, com olhos verdes, que encanta o índio, levando-o a loucura, e por isso temida. Somente o *pajé* é capaz de curar o surto psicótico conhecido por “encantamento” provocado por essa *sereia* dos rios.

Os mitos entre os *Paiter Suruí* se formam ao longo da narrativa, envolvendo a transação do nativo com a natureza, enquanto revela um considerável sentido erótico. O trato da crença formal entre os *Suruí* poderá ser apoiado em Mindlin (2006), quando, nos seus registros de diários da floresta, ofereceu farto elemento sobre a relação espiritual desses indígenas. Esse apoio segue em Mindlin (2007), quando especifica variados mitos desse povo tradicional, embora sem qualquer validação metodológica e sequer um preparo científico naquele exaustivo trabalho. Os mitos tratados pela referida autora são de natureza essencialmente erótica e fora do campo da religiosidade, como alguns que estão listados no Quadro 25. Porém explicitam com propriedade a conotação espiritualista para a compreensão lógica da crença formal e a sexualidade pujante entre os *Suruí*.

Buscas na literatura e confronto com o observado apontam que a religião do povo *Paiter Suruí* sempre foi orientada pela pajelança, entendida como sendo um conjunto de

práticas rituais e doutrinas repassadas oralmente entre as gerações. O índio acreditava no *pajé*, um homem que além de sábio era temido e forte, possuidor do espírito do porco-domato, da onça, da anta ou do veado, animais considerados vorazes e ariscos. O *pajé* era assim capaz de afastar o agouro e as doenças mais temíveis, pois sendo ele detentor de um espírito de animal forte, dominaria o mal que se encontrava no corpo do índio, afastando o perigo contra a vida na aldeia.

Ao *pajé* se atribuía uma incomum capacidade de cura, motivando a busca pela salvação xamânica na sua pessoa. Ele poderia religar o indivíduo ao espírito maior de um deus do bem e, por conseguinte, evitar a morte na tribo. A doutrina era repassada por esse sacerdote tribal, que se dava também a ensinar aos demais sobre o cotidiano das pessoas, a natureza e o universo. A ele se atribuía uma liturgia da cura e do sacrifício, a dieta e o bem-estar físico e espiritual. Com a chegada dos não-índios nas aldeias, o *pajé* passou a ser desacreditado e o dogma do xamanismo foi progressivamente excluído da comunidade *Paiter Suruí*. Com a morte dos antigos *pajés*, sem que houvessem efetuado aos novos *Suruí* o repasse da utilidade das plantas medicinais, ocorre o registro de agravante sobre a invalidação do poder sacerdotal do mesmo, e o subsequente rompimento de uma das tradições tribais.

O serviço de saúde pública do Governo Federal, por meio do DSEI – Departamento de Saúde Indígena do Ministério da Saúde no Município de Cacoal, passa a oferecer uma assistência precária às comunidades clônicas, sem a presença desse respeitável *pajé*. Porém é a intromissão de missionários e religiosos, que se apresentam como a lamparina para o “caminho da salvação do inferno”, que induz o índio a abandonar rapidamente os seus costumes apontados como profanos. Estão postas as condições impositivas conflitantes com a cultura xamânica originária do povo *Paiter Suruí*.

O texto constitucional é claro, quando estabelece a proteção em favor da manifestação da cultura dos povos indígenas, até porque ela faz parte da própria formação

cultural do Brasil. Ocorre, porém, que a intervenção dos supracitados missionários e religiosos resulta em transfiguração nas percepções indígenas; eles passam a acreditar que seus usos e costumes, como a sua dança, arte e representação ritual, como se indica na Figura 39 são pecaminosos, devendo por isso ser banidos. Anotação sobre o estado da arte permite afirmar que, nos dias atuais, o elemento índio está convicto de que a continuidade destes usos tradicionais o levará ao “inferno, um lugar muito feio onde sofrerá para sempre”, conforme pronunciamento em entrevista. Outro depoimento trazido nesta tarefa revelou o seguinte, nas palavras do entrevistado: “o *Suruí* que desobedece ao missionário será assado no fogo eterno, e o diabo vem com um espeto de ferro em brasa, que dói muito na costela do índio”.

É comum o registro sobre a razão da recusa em exercer a dança e manifestação da sua tradição. Revela-se ter medo de ser castigado pela divindade dos não-índios. Informa que às mulheres e aos demais foram aconselhados a não andar despidos, e nem pintarem seus corpos, como no costume tradicional. Afirma-se que contrariar tantas recomendações desagrada a *Palob* (Deus), que manda imediatamente o *Suruí* para as trevas, como castigo eterno. No geral, o novo credo desmistifica de forma radical o antigo deus entre o povo *Tupi*, como *Guaraci* (o sol), doador da vida, congênere aos deuses *Brahma*, dos hindus e *Osíris*, dos egípcios. Igualmente abandonada foi a sua antiga deusa *Jaci* (a lua), dos amantes e da reprodução, correlacionada à deusa *Vishnu* entre os hindus e à deusa *Ísis*, dos antigos egípcios. Os mitos relacionados a *Y-Yára*, *Guaraci* e *Jaci*, são apenas lembrados como palavras comuns pelo povo *Tupi*. No particular, o povo *tupi Paiter Suruí* passou a temer o exercício da sua autenticidade cultural, para não ser atirado na fornalha do inferno, conforme descrita pelos interventores religiosos nas tribos estabelecidas próximo do Município de Cacoal, situado no Estado de Rondônia, Região da Amazônia Ocidental Brasileira.

Não resta dúvida a respeito deste novo momento entre os *Suruí* de Rondônia. Os legionários protestantes vêm influenciando a ruptura cultural, com base na crença dos

princípios bíblicos cristãos. O povo *Paiter Suruí* passa a reconhecer a existência de *Palob*, o Deus verdadeiro, pregado pelos legionários protestantes nas aldeias. E ao ratificar a nova crença, também homologa uma nova cultura, que exclui progressivamente a originária. Não mais enfatizam os seus supremos tradicionais, o *Palob* (pai) e *Palob Lengnu* (filho), substituídos na sua razão para dar lugar ao *Palob*, Deus Jeová, adorado por meio da presença dos evangélicos nas tribos. A tendência é banir também os rituais da tradição junto com os demais costumes tribais. Ficou claro, após estudo nestas supracitadas fontes indiretas, que o fenômeno da crença do *Paiter Suruí* também pode reunir o suficiente para focalizar os aspectos funcionais, em Cooper *et al* (2001), na via de uma interpretação sociocultural daquele povo, ensejando descritiva do produto ou atrativo ecoturístico em áreas indígenas. Quanto aos rituais, são registrados alguns no Quadro 26.

Figura 39: Povo *Paiter Suruí* paramentado para um ritual da sua tradição.



Fonte: Internet de domínio público, pesquisa na página [http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui\\_paiter/cosmo.shtm](http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui_paiter/cosmo.shtm) em 15/01/07

Quadro 25: Cinco dos mitos do povo *Paiteer Suruí*, em Mindlin (1997).

Nome do Mito (Na língua <i>Tupi Mondé</i> )	Representação (na língua portuguesa)	
	Significado em português	Significado mitológico
<i>Akaké</i>	Velho muito feio	Encontro de três belas índias com o velho feio chamado <i>Akaké</i> e a mãe dele chamada de “Pote-mulher”; logo a mãe do velho passa a chamá-las de nora e ele chamando-as de esposas. A velha dá um banho de cinza com água do pote nele, que logo se torna um belíssimo jovem com um cofo peniano descomunal entre as pernas.
<i>Awandá</i>	Mulher-jibóia.	A índia se casou sem gostar do marido, e procurava evitá-lo todas as noites, desde as núpcias. Uma destas noites o marido aborrecido, assim que a companheira lhe vira as costas na cama, ele passa-lhe um pó de árvore que ele recolheu na floresta, que provocava uma enorme coceira na esposa. Ela terminou virando uma grande jibóia de tanto se coçar.
<i>Caburé</i>	Nascido pelas unhas dos pés	Crença de que antigamente os homens na tribo só namoravam a índia pelas unhas dos pés, porque elas não tinham orifício vaginal. Por isso não aparecia barriga e nem se tinha dor de parto entre elas. Um índio chamado <i>Djokaid</i> gostou da mulher de <i>Caburé</i> ; então fez um buraco nela (uma vagina) e ela passou a fazer cópula sexual do jeito que o <i>Suruí</i> faz nos dias atuais.
<i>Pitigboré</i>	Homem-friagem	<i>Akaké</i> chamou três índias para dormir na sua rede à noite. Ali só cabiam os quatro abraçados. A sobrinha se recusou e foi dormir numa outra rede com o homem-árvore; mas não gostou dos galhos e ramificações que a apertavam; saiu experimentando outros homens diferentes na tribo. Deitou-se então na rede do homem-friagem – o <i>Pitigboré</i> e não gostou. Voltou para a rede de <i>Akaké</i> que envergou o seu tríplice pênis e copulou as três índias simultaneamente.
<i>Txopokods</i>	O fantasma que ressuscita.	Duas irmãs e uma sobrinha na tribo foram a uma festa na esperança de encontrar um marido. Perderam-se no caminho e foram parar longe. A sobrinha matou um tatu filho de uma velha que o fez ressuscitar, passando a ser um fantasma <i>Txopokods</i> .

Fonte: Pedro Filho &amp; Dumer (2009).

Quadro 26: Cinco dos rituais da tradição do povo *Paiter Suruí*

Nome do Ritual (Na língua <i>Tupi Mondé</i> )	Representação (na língua portuguesa)	
	Significado em português	Processo ritual
<i>Aweitxa</i>	Lua-de-mel.	Os recém-casados se retiram para a sua nova <i>Lab</i> (maloca menor) para dar início à formação da nova família. Ficam ambos ali retidos por uma semana. Durante esta semana de lua-de-mel, o casal estará sob a <i>lab moy</i> (leito nupcial) e saem apenas para as necessidades fisiológicas.
<i>Oykanhãme</i>	Passagem para adulto.	O jovem é levado em cerimônia perante o pajé para efetuar um furo no lábio inferior; e ali se coloca um <i>behtiga</i> (pauzinho tirado do mato). Ele permanecerá então uma semana retido na <i>Lab</i> (maloquinha) sem se alimentar e sob dieta para a cicatrização do ferimento labial. Ao sair deste ritual todos podem verificar que agora ele é um mancebo apto ao casamento.
<i>Oy , ya soeytxayed</i>	Consagração do melhor.	A consagração do melhor caçador <i>Paiter Suruí</i> . Abre-se uma competição entre as quatro tribos e se inicia a atividade de caçada. Entre os participantes será consagrado o que melhor resultado entregar na solenidade. É oferecido um banquete de conagração, onde se apresentam a <i>morewá</i> (música) e danças tradicionais, regadas a bastante <i>iyatir macaloba</i> (chicha).
<i>Roday</i>	Colheita farta.	Existem várias colheitas, sendo as mais importantes a realizada no mês de fevereiro, que é a de milho verde, e a realizada no mês de julho, que é a do cará. A cerimônia é realizada na presença dos quatro grupos clânicos <i>Paiter Suruí</i> . O ritual envolve festa com a <i>ibar</i> (dança) e bastante <i>iyatir macaloba</i> (Chicha).
<i>Waled emãhme</i>	Casamento tradicional.	O índio chefe de família toma a filha da sua irmã para criar, alimentar e formar. Quando esta tiver a sua primeira menstruação, estará apta ao casamento com o seu primo, filho desta família que a educou para ser esposa. A cerimônia envolve o <i>weixo tiã</i> (pintura no corpo da moça), que simboliza as vestes nupciais.

Fonte: Professor Naray Suruí, da Escola Indígena da Linha 14.

### Tradição do povo Paiter Suruí

Estudo sobre notas da tradição entre os povos *Paiter Suruí* revelou ser ela simples. Admitem que o zelo pela unidade da família e da vida em comum é algo que vem sendo conservado de forma especial. Apreciam festas comemorativas como as indicadas na Figura 40, oportunidade em que consomem significativa quantidade de alimentos, principalmente churrasco de carne bovina, que hoje substitui a caça abundante nos tempos antigos. Nos seus eventos, trazem para o consumo a *iyatir macaloba* ou *chicha*, que é um tipo de bebida de alto teor alcoólico, do preparo *Suruí*, conforme Figura 41, consumida entre os homens na tribo. Mantém viva a dança praticada entre todos, com cânticos que foram repassados entre as gerações. Embora nos dias atuais se ressinta um esquecimento gradativo dessas festividades, danças e cânticos, o povo Paiterey está sempre recordando dos tempos memoráveis, antes da chegada dos seringueiros e sertanistas na Região. Uma maior profundidade nesta esfera não será providenciada, por se tratar de uma tarefa essencialmente antropológica, e que requer o convívio direto com esse povo clânico.

Figura 40: Comemoração da *Roday* (Colheita) entre os Paiter Suruí.



Fonte: Fórum Paiter Suruí de Rondônia.



Figura 41: Preparo da *iyatir* (*macaloba* ou Chicha).

Fonte: Fórum Paiter Suruí de Rondônia.

### Costumes do povo Paiter Suruí

Documentário levantado sobre os costumes do clã Suruí revela que vêm entre gerações. E com o passar do tempo algumas características foram sendo gradualmente perdidas; muito mais a partir dos anos de 1970, com a intensidade na exploração do Território Federal de Rondônia. Estudo junto ao Projeto Açaí da Secretaria de Educação do Estado de Rondônia revela posições concretas sobre os costumes dos Paiter Suruí. Foi apresentada a estrutura orgânica da sociedade *Paiter Suruí*, onde o *pajé* está novamente no centro dos costumes tradicionais dos integrantes mais antigos, ao lado dos “Sábios da Aldeia”, conforme Figura 42. Hoje o *cacique* vem representando a cabeça da comunidade *Suruí*. Conforme declarado por técnicos da SEDUC em Cacoal, o indivíduo tribal acredita que a escola é um elo entre ele e a sua comunidade na formação de um clã moderno, podendo significar um momento especial para inovação de liderança e de poder entre os clânicos.

Figura 42: Sábio de uma aldeia *Paiter Suruí*

Fonte: Fórum *Paiter Suruí* de Rondônia.

Apuração mais profunda revela que os costumes dos *Suruí* não se perderam ainda graças à figura de algum *pajé* ou liderança ainda viva entre a tradição e a modernidade. Ele ainda vem ensinando principalmente sobre a utilidade e poder curativo das plantas medicinais e transmite até hoje sobre a história do clã. Descobre-se, porém, que, na comunidade *Suruí*, o *cacique* vem gozando de mais respeito e força do que o *pajé*, pois este estava ligado aos espíritos do mato, porém foi desmistificado após a presença dos missionários não-índios na Reserva *Paiter Suruí*. Haverá de se compreender o trauma resultante dessa quebra de paradigma social interno entre os integrantes desse povo clânico.

Anotações revelam ainda que as lideranças indígenas consideram que os costumes dos *Suruí* não avançam porque inexistem os meios de comunicação como ocorre entre os povos não-índios. A falta de elementos escritos e televisivos na língua *Tupi Mondé* é realmente um fator decisivo para a retração do conhecimento destes costumes modernos dos não-índios. No Relatório do Projeto Açaí estudado, uma série de ameaças é considerada,

sendo a mais significativa aquela relacionada a pesquisa científica e ao conhecimento metodológico, ambos efetuados debaixo da ótica do indivíduo que não é um indígena.

### **Estilo de vida do povo Paiter Suruí**

Documentário acessado revela que o povo *Paiter Suruí* vive um estilo de vida peculiar ao índio amazonóide, inobstante a proximidade da sua reserva com diversos Projetos de Colonização, denominados “Linhas”. Tendo o português como sua segunda língua, eles o utilizam para estabelecer uma comunicação precária com os vizinhos sitiantes, com os quais procuram manter uma relação amistosa. A vida na tribo é intensa, destacando-se a atividade econômica agrícola. Como esse povo dispõe de meio de transporte, locomove-se até o Município de Cacoal, freqüentemente, para observar e usufruir das conveniências da *urbe*.

Os antepassados lhes transferiram referência para manutenção da sua cultura tradicional, que evoluiu significativamente, e hoje existem indivíduos *Paiter Suruí* atuando como professor nas escolas estabelecidas nas aldeias; o próprio Coordenador do Ensino Indígena da Secretaria de Estado da Educação em Rondônia é um *Suruí*, e termina por levar para a Reserva 7 de Setembro o gosto pelos atrativos diários do elemento não-índio. Para os profissionais da SEDUC, o atual estilo de vida *Suruí* é similar ao do indivíduo urbano; muito mais quando eles procuram copiar a rotina do não-índio, que eles chamam de “branco”. Passam a adquirir os hábitos dos munícipes, como o acompanhamento da moda, os gostos pelos usos e atrativos citadinos, bem como a preferência pelo lazer oferecido pela municipalidade, como cinema, freqüência a restaurantes, bares e lanchonetes, participação nas praças de esportes e outras formas integrativas.

O contato mais intenso com os não-índios é recente, datando entre os anos de 1967 e 1969, aproximadamente, e se intensificou na década de 1970; por isso os *Paiter Suruí*

ainda mantêm características tradicionais marcantes. A sua expressão de mateiro logo os diferencia dos residentes não-índios da Região do Município de Cacoal: a compleição física bronzeada, o padrão no corte na cabeleira negra e a sua fala *tupi*, que logo o distingue. O seu espírito guerreiro também se releva imediatamente, pois se noticiam inesquecíveis e significativas batalhas, durante muitos séculos, com outras tribos, como Cinta *Larga*, *Zoró* e *Gavião*, estabelecidas nas proximidades do seu atual território. O estilo de vida recluso na própria tribo vem sendo o principal aprendizado entre os *Paiter Suruí*; ali eles realizam as brincadeiras e jogos entre crianças na aldeia, a prática de ritos, mitos, a oralidade na língua *Tupi Mondé*, a prática da agricultura tradicional e o próprio cenário etnoambiental que constitui uma conjuntura uníssona para caracterizar solidamente a unidade dessa civilização clânica.

### **Padrão comportamental do povo Paiter Suruí**

Desde Cooper et al (2001), já se afirmava que o comportamento do ecoturista no sítio visitado guarda código diferente daquele praticado na sua localidade de origem. O contato com o visitante resultará em impacto sociocultural com consequência favorável ou desfavorável. A duração da presença do ecoturista estabelecerá essa tendência. O mais provável será o da assimilação pelo residente, pois os povos ditos civilizados tendem a influenciar significativamente os clânicos. A simpatia pelos costumes do visitante leva o autóctone a perder gradativamente a autenticidade do seu comportamento, quer pelos usos de vestes e indumentárias, até a declinação da língua falada pelo residente.

Após estudo em Ribeiro (1999), algumas reflexões podem ser consideradas. Os *tupis* litorâneos brasileiros, por exemplo, absorveram rapidamente a fala dos portugueses conquistadores, porém os *Guaranis* estabelecidos na região boreal andina até os dias atuais,

não oficializaram a língua dos espanhóis invasores; mas os conquistadores influenciaram decisivamente nas vestes, tanto dos *tupis* como dos *guaranis*.

O *tupi* amazonóide manteve a sua língua original *Tupi Mondé*, falada pelo povo ora estudado. Porém diversos teóricos são categóricos ao afirmar que o comportamento do visitante pesa sobre a conduta do anfitrião e a influencia de tal forma, que é capaz de alterar até mesmo o padrão de comunicação mais básico, que é a fala local. Por outro lado, tanto a força dos laços familiares, como a unidade dos residentes, poderão sustentar a pureza do seu comportamento, independentemente da pressão que possa exercer o visitante; seria uma questão de opção natural dos residentes.

Constatação *in loco* entre residentes em Assunção, Capital do Paraguai, traz também uma reflexão possível de ser considerada com referência à manutenção da lingüística tradicional. No caso dos *Païter Suruí* na Amazônia Ocidental, e dos *Guaranis*, na América Boreal, o que se constata é a manutenção férrea dos laços familiares e de lingüística destas populações. E o fato de ser a Região Boreal um sítio turístico não influenciou para a eliminação da língua originária, e tanto o *Païter Suruí* como os *Guaranis* ainda guardam o seu padrão de comunicação e afastaram o risco da perda da sua lingüística; mas ambos os povos passam por dificuldade para implantação formal da sua expressão escrita.

Importante registrar que a norma legal brasileira protege a cultura dos povos indígenas; porém observa-se que tanto no Brasil como nos países andinos boreais é evidente a carência de artefatos para promoção da comunicação bilíngüe nos estabelecimentos de ensino. É como se os organismos oficiais de educação estivessem agindo deliberadamente para, pressionando sobre os aborígenes, obrigá-los a se sujeitarem à forma de ensino dos civilizados e assim os submeter a uma ordem institucional dominadora, criada pelos não-índios. Satisfeita a comunicação, cabe tratar sobre os níveis de adaptação entre visitantes e anfitriões.

Doxey, citado em Cooper et al.(2001), busca admitir níveis de comportamento na relação dos visitantes com os seus anfitriões, em formato que poderá ser correlacionado no presente trabalho. Ele trata da euforia inicial do contato, quando o ecoturismo estaria sendo implantado na Reserva *Paiter Suruí* de Rondônia. O Lucro, que o receptivo deverá gerar com o ecoturismo em suas terras, resultará em uma apatia dos indígenas, pois o ganho auferido na transação irá satisfazer os cofres de um povo capacitado a tal empreendimento. A atividade é interessante e proverá sustento ao povo *Suruí*; esse seria o segundo nível comportamental. A saturação das continuadas visitas e a falta de costume dos anfitriões, mediante tamanho impulso de atividade, poderão provocar irritação no residente; seria o terceiro nível de comportamento dos anfitriões indígenas. Por consequência, virão questionamentos quanto à viabilidade ou não da continuidade desta empreitada econômica, e então surge o quarto nível de comportamento dos *Paiter Suruí* anfitriões, que seria o antagonismo.

Conforme o tratado em Doxey, referido em Cooper et al.(2001), o Povo *Paiter Suruí* poderá passar a entender que está sendo explorado, saturado pela pressão de carga, por exemplo, na sua Reserva Indígena. Acreditará que está sendo invadido na sua rotina; que os dias de descontração na floresta já se fez passado. É neste ponto que os residentes irão questionar se de fato vale à pena seguir com a atividade ecoturista, ou se deverão retomar aos dias de tranquilidade sem compromisso de um trabalho receptivo. Este antagonismo poderá levar as lideranças *Suruí* a refletir para um último estágio de comportamento em nível final.

### **Padrão de vestuários do povo Paiter Suruí**

Habitantes da selva, os *Paiter Suruí* sempre se apresentaram desnudos até os primeiros contatos com os não-índios, conforme apropriação em levantamento documental. A sua comunicação com os primeiros sertanistas resultou em outra orientação quanto à vestimenta. Inobstante, ainda são encontrados os mais antigos mantendo a tradição da nudez

física conforme Figura 43; outros conservam a tradição da pintura nos seus corpos, tatuagem de sinais afirmativos na face e pena multicolorida da arara amazônica atravessada no nariz.

Figura 43: Tradição da nudez física mantida entre os Paiter *Suruí* mais antigos.

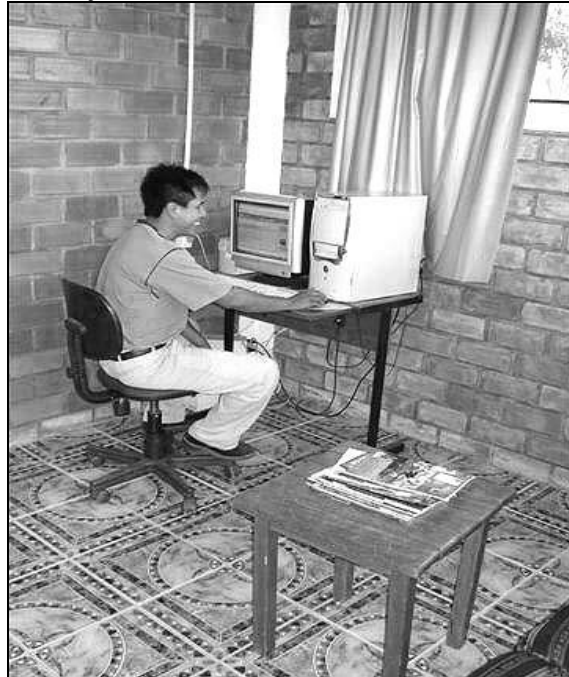


Fonte: Internet de domínio público, pesquisa na página [http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui\\_paiter/cosmo.shtm](http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui_paiter/cosmo.shtm) em 15/01/07

Nos dias atuais, as lideranças clônicas orientam seus integrantes a utilizar vestimentas do uso comum dos não-índios, como calça *jeans* e camisa, sendo muito usados calções esportivos para os do sexo masculino; para os integrantes do sexo feminino, a orientação é do uso de saia e blusa, no hábito próprio das mulheres da cidade, sendo muito comum o uso de vestidos em tecido leve, próprios para o calor equatorial. Os indígenas que freqüentam escolas e faculdades, nas cidades estabelecidas nas proximidades da Reserva, passam a utilizar regularmente as vestimentas comuns aos não-índios; neste caso, procuram

aprimorar na moda que enaltece qualitativamente a vaidade comum a todos os jovens universitários modernos.

Figura 44: Os jovens universitários Paiter *Suruí*.



Fonte: Internet de domínio público não catalogada.

### **Sentido de organização do tempo do povo Paiter *Suruí***

O Projeto Açaí da SEDUC entra neste estudo mais uma vez, agora para contribuir na interpretação da organização do tempo dos povos *Paiter Suruí*. Será aqui focalizada a organização do tempo em caráter macro e micro. Em caráter macro, o povo *Paiter Suruí* aponta a organização em três tempos: tempo da maloca, tempo do governo e tempo dos projetos do governo. No primeiro tempo eles entendem uma vida livre como a dos animais selvagens. Neste primeiro tempo a sua relação com o meio ambiente é aberta; é quando eles extraem diretamente da natureza a sua subsistência, como a caça e a pesca, a coleta de frutos silvestres e mel. É também da natureza que se providenciam os seus objetos indumentários,



como plumas decorativas e pintura para embelezamento de seus corpos; preparo de lança, arco e flecha para as atividades laborais de busca e captura de animais, ou para a defesa contra ataques de tribos inimigas, em disputa territorial ou em intriga entre povos clânicos. Nesse tempo surgem a sua oralidade própria e sua história; as brincadeiras tomam forma de lazer e entretenimento entre os clânicos. As canções passam a ser entoadas, e um rito da tradição se compõe extraordinariamente. O artesanato se faz sem mescla e passam a ser elemento representativo do povo, tão significativo quanto a sua língua falada. Os dogmas religiosos se formam e um processo de crença se estabelece entre os componentes tribais. O centro do poder se faz pelo *pajé* que estabelece as regras funcionais das relações. O *cacique* é o executor e fiscalizador desta norma consuetudinária, cabendo aos demais integrantes tribais a obediência. O tempo primeiro caracteriza o *Paiter Suruí* na sua essência.

No tempo do governo, o *Paiter Suruí* passa a ser tomado de assalto para suprir necessidades de interesse das comitivas em incursão pelos ambientes selvagens da Amazônia, quer para a expansão territorial requerida do poder vigente, quer em busca de riquezas ou aprovisionamentos. Entendem as lideranças *Suruí* que foi nesse tempo que se iniciou o extermínio dos povos clânicos, assassinados porque não admitiram o domínio do branco, ou mortos por doenças estranhas que assolaram as tribos, como tuberculose, sarampo e outros males que o seu *pajé* desconhecia antes da chegada do não-índio.

No tempo do Projeto de Governo dos Índios, o poder oficial volta um olhar contra investidas desfavoráveis aos povos *Paiter Suruí* e a outros clânicos na Região da Amazônia Ocidental. Tragédias registradas e divulgadas pelos noticiários, impulsionaram medidas de regularização por parte do poder público; foram eliminações em massa de tribos na briga por diamantes, ouro, madeira e terras da Região. Exigências internacionais passam a dar um norte à causa indígena. Políticas indigenistas passam a ser propostas pelo governo, capitaneadas primeiro pelo Serviço de Proteção ao Índio, hoje Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

Surtem organizações não governamentais para amparo aos interesses de direitos difusos entre os povos clânicos. Dentre essas organizações civis, surgem inúmeras delas vinculadas aos serviços de antropologia, centradas em universidades tradicionais, do Brasil e do exterior, ofertando trabalhos sérios em defesa da vida livre e existência dos povos selvagens. Instaura-se a pressão internacional, principalmente de organismos dos Direitos Humanos, que passam a responsabilizar o Estado pelas ações que prejudiquem os povos indígenas. Dezenas de organismos públicos e privados surgem com burocracia duvidosa, evidenciando a tentativa desesperada de criar impedimentos ao avanço destrutivo sobre a Amazônia Legal e todo o bioma existente ali, inclusive os povos tradicionais. O que se observa é a real pretensão de proteger o que se desconhece em termos de biodiversidade e amparar o que não se conhece em termos da natureza indigenista. Como conseqüências dessa catástrofe, interessados de origem estrangeira passam a se assentar descontroladamente nas comunidades clânicas e asseguram para empresas e instituições internacionais direitos sobre o patrimônio imaterial dos indígenas brasileiros; a biopirataria passa a ser mais um problema para os índios despreparados.

Em caráter micro, a organização do tempo se apresenta pelas rotinas diárias: abertura de roçado e apanhado de frutos e víveres na floresta pelos homens da tribo; confecção de artesanato e atividades próprias do lar pelas mulheres; as crianças praticam brincadeiras nos rios e lagoas, bem como na atividade de jogos e aprendizados orientados pelos adolescentes e adultos que os acompanham. Os que se comunicam na língua portuguesa vão às cidades próximas para realizar compras de alimentos nos supermercados dos ditos civilizados; recorrem a venderem seu artesanato ou para se constranger na atividade de pedintes, pois os residentes do Município de Cacoal, na sua significativa maioria, não escondem a sua repulsa e preconceito por esses indígenas. A organização do tempo livre entre os *Paiter Suruí*, para efeito de interpretação em ecoturismo, seria a retomada da sua

época da maloca. É nesse momento que ele se sentirá um indivíduo índio integral, apto ao receptivo da atividade exótica para encantar com hospitalidade o visitante,

### **Atitude do povo Paiter Suruí com relação a estranhos**

O povo *Paiter Suruí* foi contatado pelos sertanistas Francisco e Apoena Meireles, da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do final da década de sessenta, conforme Figura 45. A atitude dos nativos foi de inusitada perplexidade, conforme relatos constantes no organismo de proteção ao índio. Para o *Suruí*, o primeiro contato foi significativamente traumático; a sua percepção imediata centrou-se entre o conceito de invasão do seu território e a dúvida por estar diante de estranhos que não se revelaram rivais. O que estariam fazendo esses indivíduos entre eles, os *Paiter Suruí*, com tamanha gentileza? Estaria esse grupo desconhecido tramando alguma estratégia para dominá-los e depois os destruir? Estas indagações poderiam ser respondidas pela história contemporânea dos povos Amazônicos em geral, e em particular pelos *Suruí*. Porém merece reflexão sobre o inserto a seguir, extraído de Prado Júnior (1973, p. 211):

“Encontraram os colonos na Floresta Amazônica um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e o cacau. Sem contar a madeira e produtos abundantes do reino animal: destes últimos, são em particular a tartaruga, bem como seus ovos, e o *manacuru* (peixe-boi) que servirão em escala comercial. Sem estas fontes de riqueza teria sido impossível ocupar o vale. Os colonos não teriam procurado e os missionários não encontrariam base material de subsistência para manter seu trabalho de catequese dos indígenas”.

O amazonóide sempre viu o visitante como uma ameaça e o colono, um usurpador da sua riqueza na Floresta. O sentido de propriedade territorial do aborígene se manifesta ao longo da história, e este sentimento originou guerras entre nações indígenas consideradas inimigas. A dilapidação da Amazônia jamais deixaria de ser uma preocupação dos que dependem dela, principalmente os povos clânicos que se consideram filhos da natureza, como os *Paiter Suruí*. A defesa do seu território seria o ponto sensível na relação com o estranho, desde a sua percepção sobre o risco da exploração comercial em escala tratada no inserto acima.

Dentre os possíveis impactos da atividade ecoturista entre os *Paiter Suruí*, desde as considerações em Cooper et al (2001), o que mais se aproxima da relevância seria aquele relacionado à autenticidade encenada. Um povo que não possui vocação para o turismo dificilmente sustentaria a máscara de bem-estar nessa atividade, e a sua atitude com relação ao visitante revelará o nível de satisfação ou tolerância.

Se, por um lado, a diversidade étnica e cultural atrai aos visitantes, os povos clânicos serão significativamente cobrados para o exibicionismo espontâneo do seu ser real. Com isso será possível a diferenciação sociocultural procurada pelo ecoturista no mercado amplo que é o do turismo ecológico. É possível observar atitudes dos *Suruí* em trânsito pelo centro urbano de Cacoal; eles se apresentam sisudos, não sorriem e se fazem extremamente recatados; porém a abordagem de um popular para compor uma comunicação é motivo de cortesia, e nessa oportunidade se fazem simpáticos, solícitos, sorridentes e meigos. Haverá de se guardar a reserva de atitude própria de um outro ser humano qualquer. O padrão comportamental do povo *Paiter Suruí*, nos dias atuais, satisfaz a um receptivo em atividade ecoturística em seu território. Cabe interpretar as características de espontaneidade por vocação ou a vocação encenada para a atividade ecoturística.

Figura 45 - Primeiros contatos entre os *Paiter Suruí* com sertanistas da FUNAI.



Fonte: Internet de domínio público, pesquisa na página <http://www.socioambiental.org/pib/epi/surui-paiter/cosmo.shtm> em 15/01/07.

Quadro 27: Tratamento da Hipótese 1 / Resultado 11.

Hipótese	Resultado	
	Variáveis	Consequência previsível
É possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo Paiter Suruí para a atividade empresarial no ramo do eco-turismo indígena.	Premissa 1: Visitante conhecerá a funcionalidade do patrimônio sociocultural do povo Paiter Suruí, com a assessoria da Empresa Familiar.	1.1 Estudo sobre valores básicos e sistema lógico do povo Paiter Suruí. 1.2 Estudo das crenças religiosas do povo Paiter Suruí. 1.3 Investigação dos costumes do povo Paiter Suruí 1.4 Investigação sobre os estilos de vida do povo Paiter Suruí. 1.4 Investigação sobre os estilos de vida do povo Paiter Suruí. 1.5 Investigação dos padrões comportamentais do povo Paiter Suruí. 1.6 Investigação dos padrões de vestuário do povo Paiter Suruí. 1.7 Investigação do sentido de organização do tempo do povo Paiter Suruí. 1.8 Investigação da atitude do povo Paiter Suruí com relação a estranhos. 1.9 Restauração da tradição cultural Paiter Suruí para gerar atratividade entre os futuros ecoturistas.
	Premissa 2: Visitante não conhecerá a funcionalidade do patrimônio sociocultural do povo Paiter Suruí, com a assessoria da Empresa Familiar.	2.1 Desvalorização da essencial tribal dos Paiter Suruí. 2.2 Perda de oportunidade de eco-turismo cultural e científico. 2.3 Inviabilização das consequências 1.1 a 1.9 acima.

Fonte: Pedro Filho (2009).

### 3.2 Idealizadores para a Empresa Familiar Indígena na atividade ecoturística

Este Capítulo traz sobre os idealizadores construtivistas para a Empresa Familiar Indígena, na via de obtenção de mercado, finanças e perspectiva funcional gerenciada pela liderança *Paiter Suruí*. A estrutura é simples, vinculada essencialmente aos atributos bióticos, abióticos, estéticos e culturais existentes na Reserva Sete de Setembro e na Região onde está situado este espaço transformado em sítio ecoturístico.

Considerando a visão em Fernandes (2005), o negócio ecoturístico do cenário ora proposto, terá como arena a Reserva Sete de Setembro, já identificada neste trabalho investigativo. Ali ocorrerão atividades voltadas para o ecoturismo em ambiente selvagem, trazendo reflexos sinérgicos para a Região que poderá compor um *trade* a partir do Município de Cacoal. Serão considerados neste compêndio da tarefa os seguintes fatores estratégicos:

Fatores macroambientais - entram neste contexto a demografia *Paiter Suruí*, a sua realidade econômica atual e a perspectiva futura; as técnicas que passam a dominar para a gestão do ecoturismo indígena; a adaptação da política indigenista considerada; ajuste de aspectos normativos relacionados ao ecoturismo em terras indígenas, e a adequação legislativa como o Estatuto do Índio que confronta o etnodesenvolvimento, a Legislação Ambiental na Amazônia Legal e outras normas que tenham reflexo econômico, social e institucional na condição de vida do *Paiter Suruí*.

Fatores microambientais – entram neste contexto o próprio povo *Paiter Suruí*, e demais beneficiários da atividade do ecoturismo indígena; residentes e visitantes turistas ou não; instituições de ensino no eixo do saber relacionado ao objeto deste estudo; e os futuros parceiros em potencial.

Tiffany (1999) oferece instrumental proficiente para a decisão estratégica, de modo a permitir desenho estrutural com desvio mínimo, conforme exposto da Figura 46 que

vem após a análise, e concluindo com o Quadro 28 que traz os diversos idealizadores. O autor trata de quatro focos cognitivos: a estrutura, os relacionamentos, os mercados e as finanças estratégicas. A análise prévia sobre o funcionamento estrutural de uma Empresa Familiar indígena, aponta: uma concorrência nula, pois não se conhece outro empreendimento desta natureza funcionando no país; possibilidade de utilização e aplicação de tecnologia avançada, principalmente em modelo *web*; existe a possibilidade de capacitação em tecnologia da informação, utilizando a mão-de-obra dos tribais que se encontram realizando curso universitário; são consideradas as barreiras legais para o início da atividade empresarial, em face da necessidade de ajustes normativos para o funcionamento da atividade do ecoturismo em Terras Indígenas no Brasil; e por último as barreiras decorrentes dos impactos negativos, como os de ordem cultural e os ambientais, que deverão estar sujeitos a rigoroso estudo.

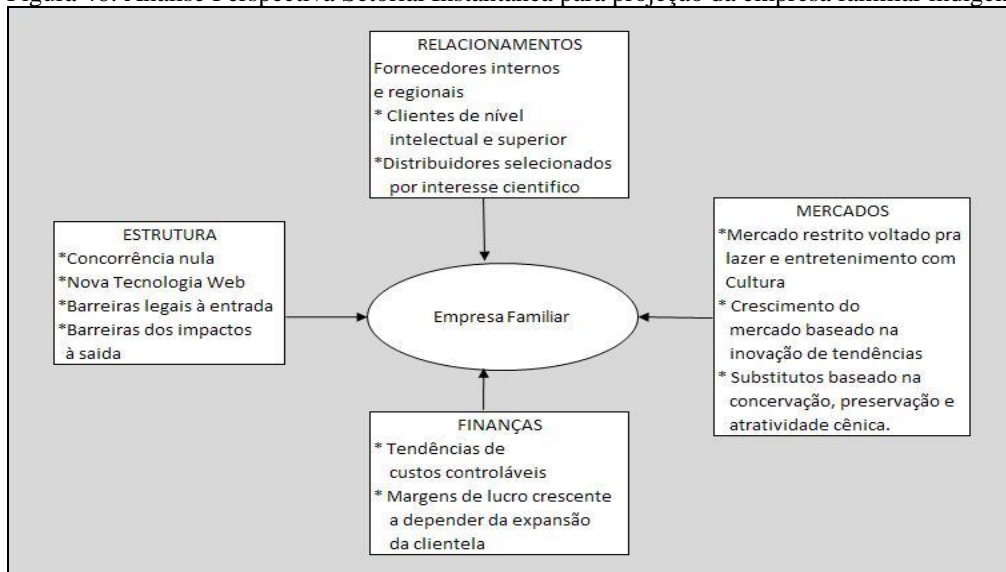
Prévias sobre os relacionamentos são igualmente consideradas. A rede destas relações poderá ser local, regional, nacional e internacional; decorrerão dos convênios, contratos, acordos, expansão de marketing e outros multimeios. Inicialmente foram considerados: os fornecedores de bens e de serviços regionais; os clientes que serão, na perspectiva de um projeto desta natureza, de nível intelectual superior, oriundos de centros de pesquisa e afins; os distribuidores selecionados por interesse de natureza cultural, educacional e científica, o receptivo que seguirá um cronograma prévio.

Tiffany (1999) instiga idealizadores para elementos de mercado, quando são considerados os requisitos principais para captação de vantagens empresariais. São identificados imediatamente os seguintes requisitos: percebe-se um mercado restritivo para o lazer e entretenimento com cultura, atividade científica e educação ambiental; é possível afirmar a predominância de um mercado em crescimento e com ele a própria evolução de tendências, pois estudos junto ao Organismo Internacional do Turismo apontam tendência de crescimento das preferências pelo ecoturismo, ou turismo ecológico, com ênfase na procura

pela Amazônia Brasileira; inexistente neste mercado a escolha de produtos, pois é objetiva a existência de produtos vinculados aos atributos ambientais Amazônicos, cabendo a sua conservação e preservação com educação dos seletos usuários.

Seguindo o idealizador em Tiffany (1999), a análise sobre as finanças da Empresa Familiar Indígena aponta as seguintes características: os custos projetados deverão ser controláveis, com itens próprios de uma Contabilidade Ambiental; a margem de lucro será crescente e proporcional à expansão de mercado, quando irá requerer redimensionamento da capacidade de carga do espaço ecoturístico, bem como ajuste do fluxo de usuários. A Figura 46 a seguir traz uma configuração para Análise Perspectiva Setorial Instantânea para projeção da empresa familiar indígena.

Figura 46: Análise Perspectiva Setorial Instantânea para projeção da empresa familiar indígenas



Fonte: Adaptado de Tiffany (1999), por Pedro Filho (2009).



Quadro 28 Idealizadores para Empresa Familiar indígena.

Eixo em Tiffany (1999), adaptado por Pedro Filho (2008)	Perspectiva na empresa familiar indígena	
	Foco	Idealizadores
1. Estrutura	1.1 Concorrência nula	1.1.1 Registrar direitos de propriedade sobre os seus objetos.
	1.2 Novas tecnologias	1.2.1 Acompanhar os novos processos com capacitação dos líderes.
	1.3 Barreiras legais na entrada	1.3.1 Adaptar a norma reguladora e suas variantes.
	1.4 Barreiras dos impactos na saída	1.4.1 Fazer prevalecer, através de conscientização, as regras de contenção contra a depredação do meio ambiente.
2. Relacionamento	2.1 Fornecedores internos e regionais	2.1.1 A função troca entre as tribos Paiteer Suruí e entre as demais estabelecidas na Região.
	2.2 Clientes de nível superior	2.2.1 Cadastrar os relacionamentos com prioridade para as instituições de ensino e pesquisa, afastando na medida do possível os interessados que não aceitem curso de adaptação ao ecoturismo indígena.
	2.3 Distribuidores selecionados por relação científica.	2.3.1 A rede de relacionamento será de elite e vinculada a instituições nacionais e internacionais no âmbito da relação científica.
3. Mercados	3.1 Mercado restritivo	3.1.1 Vínculo exclusivo para lazer e entretenimento com cultura.
	3.2 Crescimento de mercado	3.2.1 Basear crescimento a tendência inovadora.
	3.3 Produtos inexistentes	3.3.1 Treinar as habilidades culturais na tradição do Paiteer Suruí.
	3.4 Substitutivo vinculado	3.4.1 Nenhuma intervenção será efetuada fora dos conceitos de preservacionismo e conservacionismo cênico.
4. Finanças	4.1 Tendência de custos	4.1.1 Controlar cada item de custo com a atividade.
	4.2 Margem de lucro	4.2.1 Elevar o preço do acesso a Reserva para selecionar ao Máximo clientela elitizada, optando sempre pelos grupos de visitantes com menor número de integrantes.

Fonte: Adaptado de Tiffany (1999), por Pedro Filho (2009).

Importante se faz trazer os princípios em Bramwell et al (1996), tratados em Swarbrooke (2000) conforme demonstrado no Quadro 29 que segue; e depois idealizar os produtos que poderiam ser oferecidos aos visitantes pela estrutura empresarial indígena, considerando, impreterivelmente, a relação com o meio ambiente.

Quadro 29: Princípios em Bramwell et all (1996) aplicáveis na Empresa Familiar indígena.

Princípios em Bramwell et all (1996), tratado em Swarbrooke (2000)	Abordagem técnica
1. Adotar a política, o planejamento e a gestão compatíveis com os interesses coletivos.	1.1 Obter respostas efetivas e essenciais para solução dos problemas comunitários. 1.2 Evitar o uso irregular de recursos naturais e humanos no ecoturismo, agindo pela certificação ISO 14000.
2. Abordar a favor do crescimento qualitativo.	2.1 Enfatizar limites ao crescimento para priorizar as vantagens. 2.2 Gerenciar o ecoturismo dentro dos seus limites.
3. Pensamento a longo prazo e não a curto prazo.	3.1 Prescrever planos estratégicos por etapa, para que possam ser avaliados por período, afastando as medidas de natureza imediatistas, que possam resultar em risco para o ecoturismo indígena.
4. Preocupar-se de que a gestão do ecoturismo sustentável não é apenas ambiental.	4.1 Adequar uma gestão sustentável, reunido o ambiental com o econômico, social, cultural, política e a administração, ajustando para a Certificação ISO 9000.
5. Enfatizar a importância de satisfazer necessidades e aspirações dos indivíduos residentes, mediante a justiça de igualdade.	5.1 Enfatizar uma notória preocupação com a justiça igualitária. Ajustar sempre a boa justiça aos interesses comunitários e ambientais, mediante procedimentos adequados.
6. Admitir o construtivismo nas decisões, com a participação e consulta entre todos.	6.1 Fazer os decisores comprometidos com o ecoturismo, mantendo-os informados sobre questões de desenvolvimento sustentável.
7. Disseminar as idéias de ecoturismo sustentável.	7.1 Definir onde começa e encerra cada etapa de uma ação do desenvolvimento sustentável, mediante objetivos claros e políticas adequadas em cada uma fase. 7.2 Considerar o processo de agregação das partes, pensando sempre no efeito da adição e da multiplicação das vantagens mútuas.
8. Compreender o funcionamento do sistema de ecoturismo e o seu entorno.	8.1 Manter informação pertinente sobre a economia de mercado, as culturas, os procedimentos de gestão de negócios do setor privado, as organizações do setor voluntário, os valores e atitudes do público, a fim de transformar boas intenções em medidas práticas.
9. Abrir mão de vantagens para estabelecer compromissos necessários.	9.1 Superar conflitos de interesse sobre o uso de recursos.
10. Efetuar um balanço dos custos - benefícios nas decisões	10.1 Manter decisões com base em análise, de modo a evitar perdas dos recursos.

Fonte: Swarbrooke (2000), adaptado por Pedro Filho (2009).

### **Idealizadores relacionados ao atrativo espacial.**

A Região de Cacoal apresenta uma beleza comum a qualquer município brasileiro, com a sua peculiaridade voltada para o comércio local e a agropecuária no seu entorno. O tempo livre do residente é preenchido com atividades de visitação à Zona Rural,

onde se desfruta de banhos nos rios e lagoas, caminhadas e interação com o meio ambiente natural das fazendas e sítios existentes. Como é um núcleo universitário, com cinco instituições de ensino superior hoje funcionando na municipalidade, a frequência de jovens estudantes oriundos de variadas cidades faz com que a noite seja de atrativos musicais, como discotecas e bares, sem uma infra-estrutura de atendimento adequada, o que irá requerer treinamento e capacitação quando da implantação de um projeto ecoturístico regionalizado. O serviço gastronômico vem sendo outro atrativo considerável para os residentes e visitantes, quando oferecem um cardápio da culinária sulista com adaptativos que descaracterizam o saber regional.

Levantamento efetuado revela uma série de opções para a atividade ecoturística na Região. O Quadro 30 apresenta os idealizadores aptos para o sistema de informação para o negócio ecoturístico na Reserva Sete de Setembro e que se estendem a toda Região de Cacoal, em confluência possível para a implantação de um Consórcio Intermunicipal para a Zona Ecoturística da Região de Cacoal. A capilaridade evidenciada prenuncia a integração do turismo rural com o ecoturismo indígena. Ênfase na tradição sociocultural do Povo *Paiter Suruí*, que poderá ser brindada através da associação com o ecoturismo regionalizado.

Quadro 30: Idealizador do Sistema de Informação sobre as possibilidades na Reserva Sete de Setembro e Região.

Sistema de Informação em Swarbrooke (2001)	Elementos cognitivos presentes da Região de Cacoal e na Reserva Sete de Setembro
1. Geografia	1.1 Rios, com cachoeiras e corredeiras. 1.2 Vales e montes próprios para trilhas. 1.3 Trilhas selvagens em várias direções.
2. Biodiversidade	2.1 Animais silvestres próprios da Amazônia. 2.2 Variedades de plantas da Amazônia. 2.3 Ênfase nas variedades de Orquídeas de Rondônia. 2.4 Prioridade nas Plantas Medicinais
3. Demais atrativos naturais	3.1 Clima equatorial característico. 3.2 Exuberância no verde contornado de matizes florais silvestres da Amazônia
4. População anfitriã	4.1 Povo <i>Paiter Suruí</i> , com a sua cultura exótica. 4.2 Espontaneidade e pureza de espírito no receptivo simples 4.3 Residentes simples, dentre os estabelecidos na Zona Rural. 4.4 Por questão de segurança pessoal, recomenda-se cautela na comunicação com os residentes confluentes, chegados de outras localidades.
5. Relações culturais do anfitrião	5.1. Língua Tupi Monde. 5.2 Artesanato <i>Paiter Suruí</i> . 5.3 Musicalidade e dança <i>Paiter Suruí</i> .
6. Interessados visitantes ou não	6.1 Pesquisadores, amantes do ecoturismo indígena e afins. 6.2 Obstrutores desejosos em cometer delitos ambientais e outros.
7. Ideologia política dominante	7.1 Evidente tendência à manipulação indígena. 7.2 Inexistência de política funcional válida.
8. Interessados grupais	8.1 Organizações não governamentais voltados para causa indigenistas. 3.2 Autoridades do controle de Estado, voltadas para as riquezas naturais amazônicas.

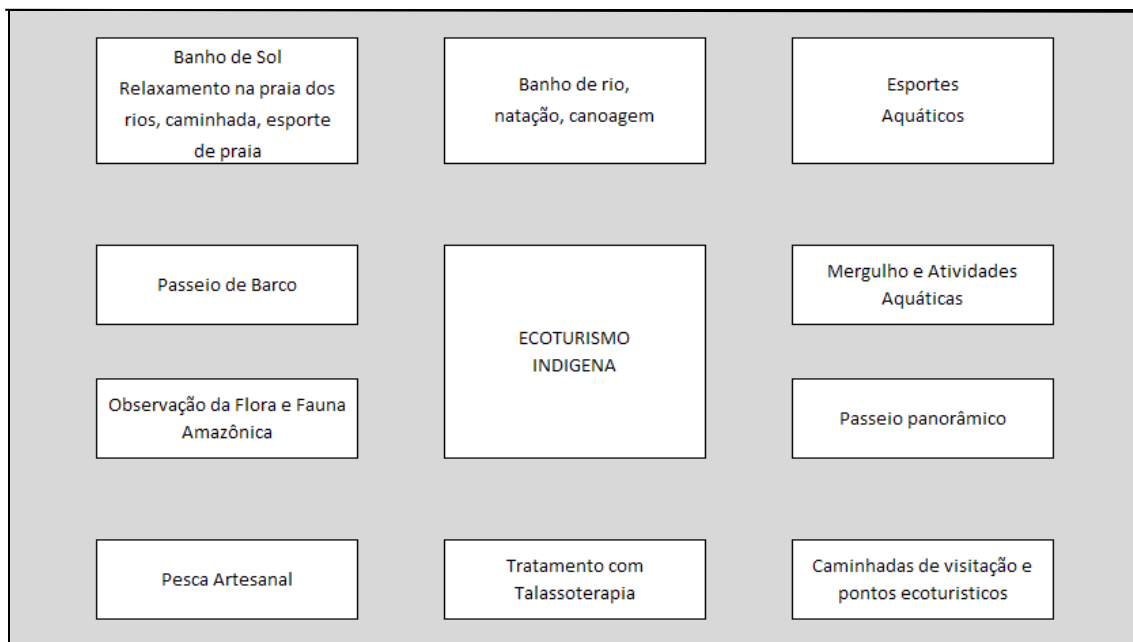
Fonte: Pedro Filho (2009).

Existem em Rondônia várias localidades aptas para o turismo ecológico. Este trabalho considerou uma confluência que poderá ser mapeada para construção de Zona Ecoturística de visitação com inclusão indígena, no cone sul do Estado. O apanhado não incluiu a região de fronteira, com potencialidade identificada para investimentos internacionais em turismo, e nem outros espaço de atrativos relevantes, como a Região dos *Pacaás Novos*, de beleza ímpar na Amazônia. Aqui, além do Município de Cacoal, sede da Reserva Sete de Setembro do povo *Paiter Suruí*, se inclui os vizinhos Municípios de

Alvorada, Castanheiras, Espigão D'Oeste, Ji-Paraná (equipado com um Aeroporto), Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Novo Horizonte, Pimenta Bueno, Presidente Médice, Rolim de Moura e Vilhena (também com Aeroporto). A constituição dos atrativos ambientais se associa ao bem estar dos que pretendem momentos de paz e tranquilidade, em contato com a natureza pura. Inobstante a atividade madeireira tenha desfigurado a beleza cênica do espaço físico da Região, é possível trazer uma atitude conservacionista e preservacionista para os sítios e fazendeiros, de modo a fazer interação destes com o possível projeto de turismo sustentável, como o ecoturismo ora em perspectiva.

É neste espaço que funcionará uma Empresa Familiar Indígena, a ser criada para atender com serviços especiais que um visitante não imaginaria encontrar na Amazônia Ocidental. A Figura 47 traz uma perspectiva sobre alguns idealizadores da diversidade para usos em ecoturismo indígena; são oferecidas dez orientações voltadas para o contato espacial.

Figura 47: Idealizadores da diversidade de usos do ecoturismo indígena



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (2000), por Pedro Filho (2009).

Não resta dúvida que os atrativos existentes no espaço natural, podem ser associados também à foto imagem, em função da beleza cênica presente. Animais silvestres,

como na Figura 48, e plantas arbóreas floridas, com matizes amazônicos, promovem momentos de encantamento ao visitante. A predominância de vales de orquídeas selvagens, de beleza ímpar, são recursos a serem explorados para fotografias e filmagens, associadas às atividades a serem escolhidas pelo ecoturista. Rios para canoagem e para práticas de variados outros esportes aquáticos, o contato com o clima equatorial diferenciado, constituem convite ao desfrute para o bem estar que somente uma empresa ecoturística poderia propiciar. A Figura 49, traz uma perspectiva dos produtos ecoturísticos na Região, para afeito de construção técnica, propondo aqueles oriundos do meio ambiente, os constantes da história, os resultantes da manifestação cultural, e os mitigados com o meio ambiente da Amazônia.

Figura 48: Rondônia selvagem. Belos atrativos para fotoimagem são encontrados nas margens do Rio Machado, no entorno da Reserva Sete de Setembro, no Município de Cacoal.



Fonte: Internet, em página não catalogada.

Figura 49: Perspectiva dos produtos ecoturísticos na Região de Cacoal.



Fonte: Original de Swarbrooke (2000), adaptado por Pedro Filho (2009).

### **Idealizadores quanto a Capacidade de Carga na Empresa Familiar Indígena**

O principal atrativo a ser oferecido ao visitante pela Empresa Familiar Indígena, para a atividade do ecoturismo na Região de Cacoal, é a beleza ambiental. A falta de conservação e de preservação do meio ambiente será motivo de desinteresse por parte do visitante. Se por um lado, a corrida para a visitação é decorrente deste atrativo, a pressão de carga sobre o ambiental resultará em nociva degradação que necessita ser prevista para as medidas reguladoras. Swarbrooke (2000) oferece uma série de elementos a serem considerados para que a Empresa possa utilizar como instrumento de controle em favor do conservacionismo do ambiente natural.

Os decisores da empresa indígena considerarão a capacidade de carga constante do Quadro 31, apresentado a seguir, para estabelecer regras de acesso à Reserva Sete de Setembro. Propõe-se visualizar seis capacidades de carga, a saber: ambiental, econômica, sociocultural, infra-estrutura, perceptiva e física. O controle da capacidade de carga sobre o ambiental evitara destruição dos atributos bióticos e abióticos, descaracterizando a estética do

meio ambiente, que é objeto de interesse do visitante em ecoturismo. Os demais elementos relacionados à capacidade de carga poderão passar por critérios de dimensionamento, de acordo com os ajustes propostos para a arquitetura ambiental, inclusive a cênica que reflete na percepção do visitante.

Quadro 31: Análise dos Tipos de carga em Swarbrooke (2000).

Tipos de capacidade de carga	Perspectiva na Empresa Familiar Indígena
1. Ambiental	Existe limitação em face da dimensão territorial da Reserva; fragilidade relacionada a vida silvestre; a flora, castigada pelo desmatamento, requer restauração. Todos estes elementos que exigem ma conduta especial para admitir uma carga máxima de 100 visitantes ecoturistas por dia (dez grupos).
2. Econômica	Identificada uma economia de extremo (aproximadamente 5% da população concentram em torno de 95% da economia regional); educação de péssima qualidade oferecida pelo Estado, com reflexo no comportamento do residente. Esta análise requer captação do emissivo internacional, e de outros Estados brasileiros; imprescindível rigor na liberação para visitantes regionais, até que a educação ambiental seja ajustada.
3. Sociocultural	A relação da atividade ecoturística entre os indígenas e os visitantes requer regras que evitem mescla; embora seja evidente a miscigenação cabocla oriunda da relação dos indígenas com os residentes, o ecoturismo exige controle que evite este tipo de impacto.
4. Infra-estrutural	A atual infra-estrutura dos Municípios número de leitos insuficiente e inadequada hospitalidade para o receptivo de elite. A empresa familiar indígena deverá abrir espaço para instalação de camping, no modelo americano, desde que critérios sejam estabelecidos.
5 Perceptiva	Atividade sujeita a saturação, daí a necessidade de programação sistematizada para acesso; esta medida evitará sobrecarga que resulte em poluição visual.
6. Física	Retoma-se a questão do espaço físico, agora se voltando para o aglomerado de visitantes em uma mesma área interna da Reserva. Necessário portanto criar distribuição dos visitantes, recomendando-se o critério de escala por atividade (caminhada, canoagem, exposição cultural).

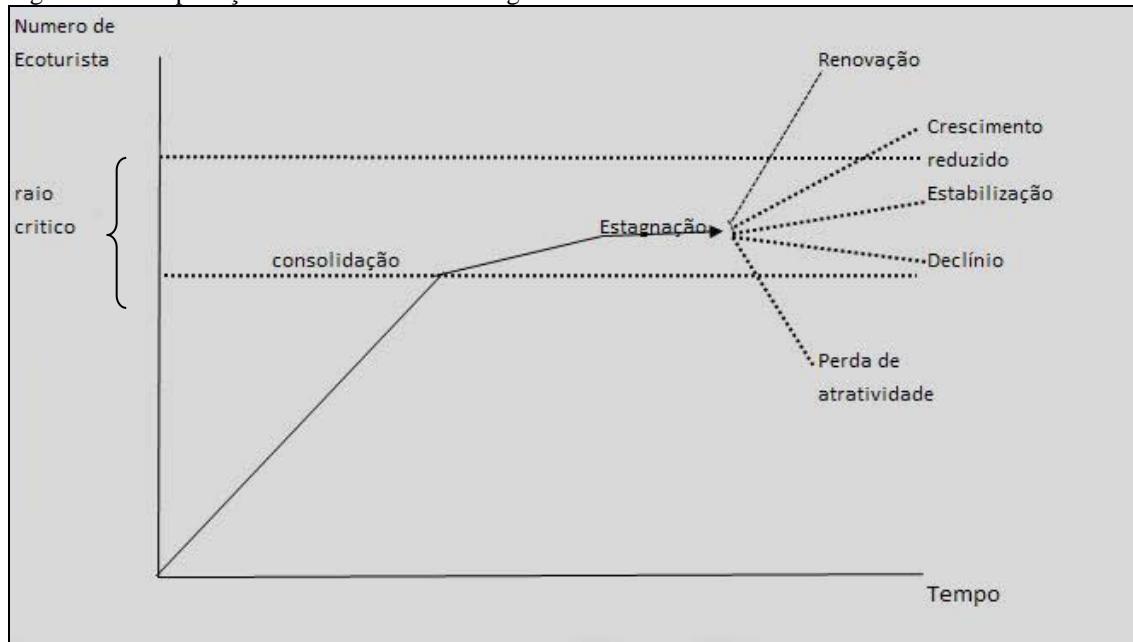
Fonte: Pedro Filho (2009)

A decisão estratégica pela atividade considerará o gráfico do ciclo de vida do negocio ecoturístico, oferecido por Swarbrooke (2000), apresentado na Figura 50 a seguir, para analisar o rito da estagnação que o ecoturismo trará para os atributos ambientais. Uma



análise perspectivas sobre o ciclo de vida do negócio ecoturístico é apresentada no Quadro 32.

Figura 50: Interpretação do ciclo de vida do negócio ecoturístico.



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (2000), por Pedro Filho (2009).

Quadro 32: Análise perspectiva do ciclo de vida do negócio ecoturístico

Variáveis do ciclo de vida de um negócio ecoturístico em Swarbrooke (2000).	Perspectiva do ciclo de vida do negócio
1. Número de ecoturista	Primeira variável da relação. A falta de controle no acesso pode gerar degradação, que se inicia com a lesão progressiva provocada pelo impacto da presença. A falta de educação ambiental reflete no ciclo de vida do negócio.
2. Raio crítico	Variável intermediária. É o espaço entre o tempo e o volume do fluxo de visitante. Permite controle para a tomada de medida de restauração em benefício do negócio.
3. Tempo	Segunda variável da relação. A programação temporal pode beneficiar o negócio, com providências benéficas, como manutenção do espaço, reembelezamento dos sítios, capacitação dos envolvidos, inclusão de programas de educação ambiental, reprogramação da atividade e outras medidas de intervenção.
4. Estagnação	Tendência negativa. Primeira consequência da falta de controle do fluxo no sítio ecoturístico. Dá início à saturação do negócio.
5. Consolidação	Tendência positiva do negócio. Consequência de um comportamento proativo do gestor do negócio. Exige equilíbrio entre a primeira e a segunda variável tratadas aqui.
6. Renovação	Medida de reparação em benefício do status do negócio, na busca da manutenção da atratividade.
7. Crescimento	Tendência positiva do negócio, em face da aceitação pública dos programas oferecidos e do receptivo dispensado ao visitante.
8. Estabilização	Tendência positiva do negócio, resultado de providências de ajustes inteligentes.
9. Declínio	Tendência negativa. É resultado da falta de fiscalização do funcionamento do negócio, e da inobservância dos indicativos acima.
10. Perda de atratividade	Tendência negativa máxima. A demora na reparação resultará em extinção do sítio ecoturístico e, por consequência, desistência do negócio.

Fonte: Adaptado de Swarbrooke (2000), por Pedro Filho (2009).

### **Idealizadores para Medida antimarketing contra a degradação**

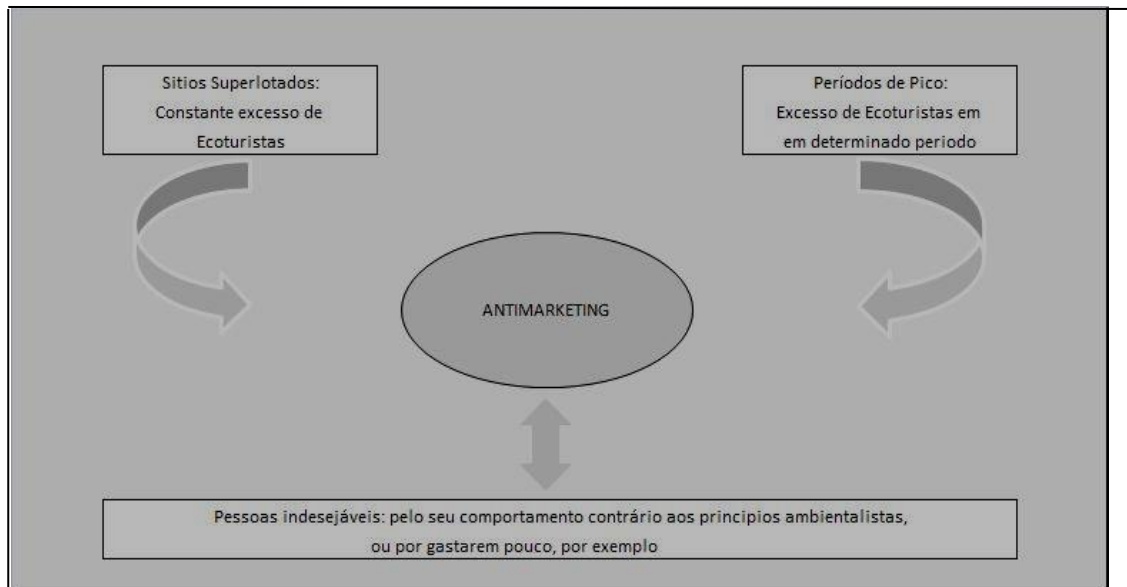
Ao tratar sobre marketing em turismo, Middleton (2002) o considera como uma troca na base de oferta e procura. Nesta relação se apresentam, de um lado, os interessados pelos atrativos ecoturísticos, dispostos a deslocar-se ao ambiente selvagem na busca de motivadores cênicos e todo um conjunto de oferta cedida pela natureza. Por outro lado, está a Empresa Familiar indígena que trata do meio ambiente com regras conservantistas, mediante uma filosofia preservacionista que valoriza o espaço para gerar atratividade. Este elo entre os interessados e o ofertante no sítio ecoturístico poderá ser interrompido para obtenção do equilíbrio essencial para a manutenção e devolução do *status quo ante* do meio ambiente, ou

seja, restituir a qualidade que o ecossistema requer para ser atrativo. É este o conceito de antimarketing no ecoturismo indígena, ou seja, a geração de meios para reverter uma busca desenfreada ao sítio ecoturístico.

A estatística do receptivo poderá ser um instrumento ideal para a construção do antimarketing. Ali estão tabulados os dados essenciais para a política de contenção. A origem, o período de estada, a quantidade de visitantes, faixa de renda dos interessados, o grau de interesse demonstrado, bem como a atratividade preferida no sítio; auxiliarão na identificação e classificação dos elementos atrativos, para que se possa designar o período e o prazo de suspensão do receptivo ao sítio ecoturístico; permite ainda visualizar a possível perda econômica com a suspensão do receptivo no sítio focalizado. É imprescindível documentar os fatores substitutivos que o visitante indica, bem como o grau de aceitabilidade por outro atrativo por ele elegido; o motivador pela preferência do atrativo substitutivo orienta a formatação do novo espaço a se sugerido ao ecoturista e possibilitará a sua fidelização. A Figura 51 oferece uma interpretação dos fatores do antimarketing ecoturístico.

Outra técnica possível de ser aplicada para a ação antimarketing é o alinhamento dos setores do turismo, adaptado a cronograma de acesso aos sítios ecoturísticos, mediante escalonamento especificado na tabela a seguir. A conexão antimarketing permite a efetivação de medidas para conter a degradação ambiental e estão indicadas no Quadro 33; visam manter subsistentes os pilares para o ecoturismo sustentável em Bramwell et al (1996), tratado em Swarbrooke (2000), cujos princípios básicos encontram-se apontados no Quadro 34, logo a seguir.

Figura 51 : Interpretação dos fatores do antimarketing ecoturístico.



Fonte: Adaptado de Swarbrooke (2000), por Pedro Filho (2009).

Quadro 33: Conexão antimarketing para as medidas dos setores do turismo.

Ordem	Setor de Ecoturismo	Medida de Antimarketing
1	Setor de Acomodação	Ajustar o receptivo da rede hoteleira, para enquadramento à disponibilidade de abertura do acesso ao sítio ecoturístico. Não admitir hóspede fora desta relação.
2	Setor de Atrações	Respeitar a sazonalidade da visitação ao prazo de restauração dos sítios, para que se promova a revitalização dos parques, acessos, flora, embelezamento restaurador dos espaços e outras providências de recuperação dos atrativos ecoturísticos.
3	Setor de Transporte	Bloquear a sua venda de passagens, ou ajustar a liberação destas ao programa de acesso estabelecido ao sítio ecoturístico; permite impedir a superlotação, ou bloquear a chegada do visitante, exigida pela medida de reversão do acesso ou para o redirecionamento do interessado para outros sítios.
4	Setor de Organização de Viagens	Impor prudência na construção de roteiro e no assessoramento ao ecoturista, permitindo as medidas antimarketing, o que somente seria possível mediante acordo com o gestor do sítio submetido à medida suspensiva.
5	Setor de Organizadores de Destino	Aprovar roteiros de acesso ao sítio que gerencia, sempre em conformidade de ajustes essenciais indicados no item 1 a 4 acima.

Fonte: Adaptativo de Middleton (2002), por Pedro Filho (2009).

Quadro 34: Princípios para o ecoturismo sustentável.

Princípios em Bramwell et all (1996), tratado em Swarbrooke (2000)	Abordagem técnica
1. Adotar a política, o planejamento e a gestão compatíveis com os interesses coletivos.	1.1 Obter respostas efetivas e essenciais para solução dos problemas comunitários.
	1.2 Evitar o uso irregular de recursos naturais e humanos no ecoturismo, agindo pela certificação ISSO 14000.
2. Abordar a favor do crescimento qualitativo.	2.1 Enfatizar limites ao crescimento para priorizar as vantagens.
	2.2 Gerenciar o ecoturismo dentro dos seus limites.
3. Pensamento a longo prazo e não a curto prazo.	3.1 Prescrever planos estratégicos por etapa, para que possam ser avaliados por período, afastando as medidas de natureza imediatistas, que possam resultar em risco para o ecoturismo.
4. Preocupar-se de que a gestão do ecoturismo sustentável não é apenas ambiental.	4.1 Adequar uma gestão sustentável, reunido o ambiental com o econômico, social, cultural, política e a administração, ajustando para a Certificação ISO 9000.
5. Enfatizar a importância de satisfazer necessidades e aspirações dos indivíduos residentes, mediante a justiça de igualdade.	5.1 Enfatizar uma notória preocupação com a justiça igualitária. Ajustar sempre a boa justiça aos interesses comunitários e ambientais, mediante procedimentos em 5S.
6. Admitir o construtivismo nas decisões, com a participação e consulta entre todos.	6.1 Fazer os decisores comprometidos com o ecoturismo, mantendo-os informados sobre questões de desenvolvimento sustentável.
7. Disseminar as idéias de ecoturismo sustentável.	7.1 Definir onde começa e encerra cada etapa de uma ação do desenvolvimento sustentável, mediante objetivos claros e políticas adequadas em cada uma fase.
	7.2 Considerar o processo de agregação das partes, pensando sempre no efeito da adição e da multiplicação das vantagens mútuas.
8. Compreender o funcionamento do sistema de ecoturismo e o seu entorno.	8.1 Manter informação pertinente sobre a economia de mercado, as culturas, os procedimentos de gestão de negócios do setor privado, as organizações do setor voluntário, os valores e atitudes do público, a fim de transformar boas intenções em medidas práticas.
9. Abrir mão de vantagens para estabelecer compromissos necessários.	9.1 Superar conflitos de interesse sobre o uso de recursos.
10. Efetuar um balanço dos custos – benefícios nas decisões	10.1 Manter decisões com base em análise, de modo a evitar perdas dos recursos.

Fonte: Bramwell et all (1996), tratado em Swarbrooke (2000) e adaptado por Pedro Filho (2009).

### **Idealizadores sobre desempenho de um trilheiro ou guia para ecoturismo indígena**

Neste tópico será abordado sobre as principais características de trilheiro ou guia para ecoturismo, seguindo às recomendações técnicas em Swarbrooke (2000). O referido autor traz um conjunto de *performance* que serão consideradas para capacitar o índio na atividade empresarial na Reserva Sete de Setembro, do povo *Paiter Suruí*.

O guia do ecoturismo indígena é a pessoa treinada que detém conhecimento dos sítios contidos em um roteiro programado ou não. Ele é o facilitador do visitante no acesso à informação da cultura, pontos interessantes e outros dados sobre o local visitado. O número de guias varia por localidade e grau de interesse do ecoturista. Quanto maior o número de visitante, maior deverá ser o número de guias, evitando demora e aguardo nos terminais e pontos de chegada e distribuição.

Geralmente as agências de viagens procuram estruturar um receptivo; entretanto para o ecoturismo, melhor é sempre aderir a uma chegada inesperada, escolher uma pousada de qualidade e logo conseguir um guia ou trilheiro local para as suas aventuras; esta postura aventureira do visitante é dispensa o formalismo do receptivo e afasta o rigor da sofisticação. Na maioria dos sítios ecoturísticos o guia e o trilheiro têm as mesmas funções; entretanto o trilheiro possui maior desenvoltura para explicar assuntos do mato, como a vida silvestre e da geografia local; mas o guia soma estes conhecimentos com o domínio sobre a cultura e entretenimento do visitante, como assuntos das festas populares, dos sítios históricos, do modo de vida local e outras informações da sede visitada.

Enquanto os agentes de turismo procuram fornecer um serviço completo, trazendo na equipe um guia, a maioria dos ecoturistas prefere um guia local, pois perceberam algumas vantagens da sua companhia, como as detalhadas a seguir. A principal vantagem do guia local é mesmo o conhecimento que detém em função da sua experiência. Reale (2000) sustenta que "... não há como ignorar que toda experiência cognoscitiva depende de algo que

se intui ou se vislumbra de imediato no âmago do cognoscível, quase como uma oferta espontânea do ser à sua desvelação, numa paradoxal ida do objeto ao sujeito...”. Atraído pela vontade particular de ser hospitaleiro, o guia local passa a transferir ao visitante toda a sua vocação interpretativa de mostrar, descrever, mostrar que conhece os locais. As vantagens da contratação destes *experts* locais podem ser levantadas como a seguir, de acordo com Swarbrooke (2000), que considera algumas vantagens que puderam ser adaptadas neste estudo.

### **O trilheiro, ou guia para ecoturismo e o especialista da selva.**

O nativo é o indivíduo que nasce no próprio local onde o ecoturista se encontra em visitação. Ele guarda características próprias da comunidade; as suas feições simples, o diferencia dos visitantes, mesmo quando a sua convivência no sítio foi interrompida. Ocorre que muitos são convidados pelos ecoturistas a conhecer também o outro ambiente, como uma forma de cortesia do visitante ético, para retribuir a boa hospitalidade recebida pelo guia local. Então ao retornar, costumam aliviar o sotaque ou acento na fala, traz novas experiências, pois foi turista por algum tempo; enriquece a sua informação sobre novos ambientes, oportunidade que raramente os seus conterrâneos conseguem. Inobstante tantas mesclas, o mesmo ainda guarda as suas raízes pela expressão comum do povo, salvo raras exceções. Outras características são reunidas para este especialista da selva, como tratadas a seguir.

#### 1) O ser nativo rondoniense

No Brasil, os nativos dos sítios ecoturísticos se diferenciam significativamente pelo acento, e no Estado de Rondônia estão aqueles descendentes de colonos oriundos de vários outros Estados brasileiros. Os do sul do país puxam ou “carregam” a letra “r” no seu

linguajar. O residente, no geral, guarda o seu sotaque próprio, ou modo de expressão que o diferencia do visitante. Igualmente, um nativo descendente de sergipano guarda características próprias, ativando e variando em declive o tom de voz, que o diferencia do baiano, embora ambos sejam nordestinos. O filho de baiano interiorano castiga no uso de corruptela (tipo “ixi” – a expressão de surpresa). Segue a diferença do sotaque nativo mineiro, arrastando internamente a língua ligeiramente aberta, próximo ao lábio inferior, abusando da corruptela “uai”; e ao se referir à maioria das coisas, como que esquecendo o nome delas, chamando-as por um “trem”. Idem o nativo filho de gaúcho sem mescla (a maioria é mestiçada com os costumes europeus); eles insistem na sua expressão machista, impõe velada arrogância e altivez, como se para anunciar a sua presença forte; castigam em usar a corruptela “tchê”, marca indelével da sua oralidade, quando se dirige a alguém; ou quando expressa a palavra “barbaridade”, que é outra expressão muito usual, na conversação entre amigos. Importante observar que o nativo fronteiriço, como o último citado, guarda expressões de sotaque similares com variância da mescla. Com esta descritiva, o visitante não terá dificuldade de identificar um nativo rondoniense descendente dos colonos vindos de sítios no norte, sul ou centro-oeste brasileiro. No caso específico do nativo *Paiter Suruí*, o que irá o caracterizar é a sua *performance* indígena natural, que o distingue daqueles não-índios, associada à língua materna inconfundível; e ao se expressar na língua portuguesa, o *Paiter Suruí* deixa bem claro para o interlocutor, que ele tem dificuldade na segunda expressão oral que é a língua portuguesa.

## 2) A comunicação com o nativo

O trilheiro ou guia para ecoturismo fala no idioma local. Em Rondônia no geral, e em particular na Região de Cacoal, o trilheiro ou guia para ecoturismo nativo estará se pronunciando na língua portuguesa, com uma oralidade deficiente em função do



analfabetismo predominante na Região Norte do país, e que em Rondônia se aproxima de 26% da população. O ecoturista poderá medir o grau de importância da fala local. Conviver com algum destes nativos, em países de dialetos variados, como na Espanha, poderá expor um perfil mais conclusivo sobre a variância de cada dialeto. Por falar como os seus conterrâneos, o guia pode interpretar para o ecoturista o significado das diversas corruptelas referidas anteriormente aqui, e expressa para o visitante o significado dos símbolos que a comunidade adota na sua comunicação. A comunicação com o trilheiro Suruí irá requerer um tradutor da própria tribo, para uma comunicação precária na língua portuguesa. Melhorias são possíveis mediante a atuação dos Suruí que cursam Faculdade.

### 3) A integração com o nativo

O trilheiro ou guia ecoturista nativo mantém uma rede de amizade no sítio e no entorno desse. Por morar na região e deter conhecimento interpessoal próprio da convivência diária, o guia nativo facilita o entrosamento do visitante com os residentes, apresenta as pessoas e suas famílias, separando quem é parente próximo ou distante; indica a relação de parentesco que configura a sua raiz clânica. Também traz vantagens para um ecoturista no Brasil em geral, e no particular em Rondônia, que não é obrigado a andar com importância em dinheiro e muito menos com cartão de crédito, pois o guia nativo amigo pode lhe oportunizar até linha de crédito nos bares e botecos da região; é do tipo “conta corrente”, e funciona apenas nos lugarejos mais simples; é óbvio que o visitante retribuirá esta confiança depositada pelo residente. O visitante poderá, desta forma, obter informações confiáveis, sobre fatos e eventos, mantendo-se atualizado enquanto na estada entre os residentes. Conhecendo a todos, através do trilheiro nativo, o visitante estabelecerá a sua própria rede de notícia, algumas de interesse direto do visitante investigativo ou em atividade cultural.

#### 4) As facilidades oferecidas pelo nativo

O trilheiro ou guia ecoturista nativo está atualizado sobre as reais condições do sítio ecoturístico. Porque mora na Região ou Zona Ecoturística, o guia nativo conhece o trânsito e as modificações deste para acesso a outros sítios, muito comum, por exemplo, no caso de desvios por acidentes de tráfego, queda de barreiras, enchentes de leito de rios e outros. O trilheiro facilita a rotina do visitante, principalmente porque esse fica, geralmente, por pouco tempo, algo em torno de dez dias, e precisam aproveitar ao máximo a sua estada no local.

#### 5) A narrativa oferecida pelo nativo

O trilheiro ou guia ecoturista nativo domina sobre o histórico da população local e dos seus sítios naturais. Porque vivem no local, o guia oferece com detalhes as informações do povo, a sua história, a sua realidade, a sua cultura, a dança, arte e tradição como todo. Muitos procuram saber dos seus parentes mais antigos, fatos e relatórios sobre ocorrência que merecem guardar como registro a ser transferido ao visitante. Então conhecem datas comemorativas, festas populares, e a lógica de cada evento. Porque domina o conhecimento sobre o meio ambiente onde vive, sabe onde estão os principais atrativos de interesse do visitante. A narrativa a ser obtida dentre os *Suruí* se dará sobre a sua realidade que se diverge totalmente na sociedade regional.

#### 6) A confiabilidade oferecida pelo nativo

O trilheiro ou guia ecoturista nativo geralmente não são mercenários. O guia de turismo nas grandes cidades, cobra importância financeira considerável pelos serviços que prestam aos visitantes. Esses profissionais de elite, na sua maioria, são vinculados a serviços expressos de hospitalidade; na maioria eles possuem capacitação nível superior e por isso

mesmo exigem preços altos dos turistas. O guia ecoturístico nativo, entretanto, é humilde, e na maioria das vezes não possui sequer o curso fundamental. Esta simplicidade às vezes é ingênua, pois dominando o conhecimento como acima explicitado, não devem deixar de cobrar os seus serviços. Cabe ao visitante o escrúpulo de remunerá-los, pois muitos são tímidos, acreditando que cobrar para acompanhar o turista que lhe paga um guaraná, seria uma ofensa. Os municípios que possui tradição neste ramo de atividade, ou que procura uma estrutura condizente para o ecoturismo, têm a obrigação de criar associações de guias ecoturísticos e trilheiros capacitados, para enfrentar uma qualidade de serviço compatível e o visitante não passe o vexame de voltar à sua origem sem encontrar alguém que lhe apresentasse os principais sítios da redondeza. Os guias locais são humildes, ordeiros, quase serviçais, merecendo do ecoturista um tratamento digno e sem a arrogância, como muitas vezes alguns preferem tratar. Nas condições atuais, seria justo, por exemplo, remunerar um guia ecoturístico com o equivalente a cinquenta dólares por dia de atividade, e mais dois lanches e duas refeições completas. Considere que não são todos os dias que aparece visitante para acompanhamento e que o mesmo precisa de garantias de sobrevivência para si e seus dependentes na sua localidade.

#### 7) Diversão usufruída com o nativo

O trilheiro ou guia ecoturista nativo domina sobre o Mapa Ecológico e trilhas selvagens. O guia local já experimentou antes e por diversas vezes o viver nos seus sítios naturais. Então compreende o que representará para um ecoturista, em termo de emoção, o prazer de conhecer determinada área ou atrativo natural, como rios, montanhas, cachoeiras, lagoas, caminhos e passagens para mirantes e outros. Também compreende o que se tem de bom ao longo de caminhadas; domina sobre as boas trilhas, conhece onde existem peixes para captura, sabe onde é o melhor ponto para observação de pássaros e animais silvestres

amazônicos. Conhece as flores e frutos selvagens da Amazônia, bem como onde estão em abundância nas diversas estações, podendo inclusive explicar com ênfase sobre sazonalidades e eventos; compreende e explica sobre os produtos exóticos que podem ser manipulados ou ingeridos, respectivos sabores ou os possíveis riscos; muitos nativos dominam também sobre a cura de males por envenenamento, para nas situações de primeiros socorros na selva Amazônica. O nativo detém conhecimento das trilhas naturais ou abertas (oriundas de aceiros); conhecem os pontos de referência, e guarda na memória as entradas e saídas nos diversos locais do sítio ecoturista, pois são “brenheiros” ou mateiros, ou seja, sabem correr a mata. O domínio do espaço ecológico é total para um trilheiro nativo, de modo que, acompanhando o visitante, o risco se torna bem menor nos ambientes selvagens.

#### 8) O aprendizado com o nativo

O trilheiro ou guia ecoturista nativo descreve com nitidez a cultura do residente. O guia local tem palavras que expressem exatamente a sua cultura. É ele, na maioria das vezes, a própria cultura como se presume do povo *Paiter Suruí*. É comum encontrar guia nativo que transmite uma aula de ecoturismo, dada a sua habilidade em expressar conhecimento do que viu e viveu na localidade. O domínio que muitos trilheiros possuem e transmitem, na maioria dos casos, é equivalente aos serviços daqueles que possui nível superior ou, quiçá, mais expressivo, porquanto guarda e sabe transmitir com maior emoção, porque são verdadeiros Senhores da Natureza. O trilheiro ou guia ecoturista nativo valorizam com ênfase os atributos locais. Geralmente o guia nativo detém significativo zelo para com a referência da sua localidade. Sabe, por outro lado que, se um visitante vem conhecer a sua terra, é porque ela tem um valor qualitativo; então ele absorve esta idéia com maior intensidade e busca expressar aos visitantes. A Figura 52 demonstra o *habitat* de um rondoniense não indígena, nativo do Estado de Rondônia, na Amazônia Ocidental Brasileira.

Figura 52: Habitat do nativo não indígena no Estado de Rondônia, na Amazônia Ocidental Brasileira.



Fonte: Internet em página não catalogada.

#### 9) A simplicidade do nativo

O trilheiro ou guia ecoturista nativo representa o simples com melhor vitalidade. Geralmente os guias de turismo nas grandes cidades, dominam idiomas estrangeiros, como inglês, alemão, francês, espanhol; se tornam executivos elitizados. Com os seus hábitos balizados, os guias de turismo nos grandes centros tendem a guardar uma expressão diplomática no receptivo de alto nível. Porém, com relação ao trilheiro ou guia ecoturístico nativo, a singeleza no trato com o visitante não permite, sequer, comparar com os modos funcionais dos guias de turismo urbanos. Também o visitante que vai ao encontro dos serviços de um nativo como guia ecoturístico, vai contratar um indivíduo simplório e ingênuo, autêntico, verdadeiro e que insistem manter a sua característica pessoal originária.

## 10) A base da confiança com o nativo

O trilheiro ou guia ecoturista nativo geralmente são mais confiáveis. Porque são pessoas de origem humilde, e geralmente de boa formação doméstica, os guias locais merecem uma maior confiança. Sabe distinguir o que é da sua propriedade e o que não é; muitas vezes até acham que a sua propriedade não lhe pertence, doando na maioria das vezes os seus pertences como *souvenir* ao ecoturista. Estas pessoas apreciam cativar com os seus modos de ser singelo. Alguns visitantes oportunistas se aproveitam desta simplicidade do nativo, para aviltar preços cobrados por ofertas de suas chácaras, pedras preciosas e outros bens destes humildes residentes, que não possuem dimensão de valor econômico de um bem. A ética deve sempre estar presente neste tipo de contato humano.

**Idealizadores Operacionais**

A operação da empresa familiar indígena poderá ser realizada pelos líderes *Paiter Suruí*, mediante provisionamento dos nove jovens que se encontram realizando curso superior em faculdades sediadas em Rondônia; estes profissionais de nível superior poderão ser auxiliados pelos quarenta e hum outros jovens *Suruí* que concluíram o ensino médio, conforme tabela demonstrativa constante deste trabalho. Os possíveis idealizadores encontram-se no Quadro 35.

Quadro 35: Idealizadores estratégicos em Tiffany (1999) aplicáveis na Empresa familiar indígena.

Eixo em Tiffany (1999), adaptado por Pedro Filho (2008)	Perspectiva na empresa familiar indígena	
	Estratégia Operacional	Idealizadores
5. Estrutura	5.1 Turismólogo <i>Paiter Suruí</i>	5.1.1 Técnicas gerenciais envolvendo a atividade principal da empresa familiar. 5.1.2 Catalogação dos atrativos ecoturísticos. 5.1.3 Construção de trilhas temáticas. 5.1.4 Idealização do receptivo.
6. Relacionamento	6.1 Advogado <i>Paiter Suruí</i>	6.1.1 Estruturação da rede de relacionamentos da atividade da empresa familiar. 6.1.2 Formatação de normas funcionais internas. 6.1.3 Operacionalização das atividades da relação empresarial junto a organismos interessados.
7. Mercados	7.1 Gerente <i>Paiter Suruí</i>	7.1.1 Operacionalização das atividades da empresa familiar. 7.1.2 Soluções envolvendo operação de mercado, finanças, recursos e pessoas na empresa familiar.
8. Finanças	8.1 Pedagogo <i>Paiter Suruí</i>	8.1.1 Técnicas de capacitação dos operadores da empresa familiar. 8.1.2 Treinamento dos colaboradores internos na empresa familiar.

Fonte: Adaptado por Pedro Filho (2009).

### 3.3 Cenário Estratégico para Empresa Familiar Indígena

Nesse tópico é oferecido um cenário estratégico funcional da Empresa Familiar Indígena, para a exploração da atividade ecoturística em ambiente selvagem. O modelo é resultado do apanhado na revisão teórica e conceitual apropriada nesta tarefa. A utilização do Método do Estudo de Caso proposto permitiu compreender os elementos essenciais para aplicar a técnica SWOT, e desta forma consolidar o presente objeto.

Fernandes (2005) traz a visão técnica para preparo desde cenário, após indicar o arrazoado sobre o formato estratégico ideal para uma empresa. De acordo com o referido autor, uma estratégia é um curso de ação para alcançar objetivos, e para isso reúne os meios.

O objetivo focalizado na estratégia considerada aqui é a organização simulada de uma empresa familiar a ser gerenciada por liderança indígena *Païter Suruí*. Seguindo uma linha de conduta modelada, foi procurado conhecer o entorno do ambiente no qual se faz possível funcionar tal cenário. Estudo obtido através de fontes indiretas permitiu conhecer os beneficiários deste cenário, desde a sua história como ser integral, seu embates para sobrevivência em uma situação especial, seus atributos e o que pode ser oferecido por uma organização econômica para um público visitante.

O processo estratégico aqui exigiu análise de toda uma circunstância vigente em um período de tempo e espaço. Esta formulação é apresentada como idealizadora e poderá exigir arremates, ajustes, adequações ou exclusão; considera-se a própria dinâmica social situada na sinergia do progresso do indígena brasileiro, agora despertado para sua atuação na economia da Amazônia Ocidental. Por exemplo, a recente indicação de um líder indígena para assumir a Diretoria da Fundação Nacional do Índio em Cacoal é um marco histórico sem precedente na evolução de conceito de liderança estratégica na Amazônia, além de oferecer a necessária certeza de que pode o elemento índio gerenciar uma organização.

### **Aplicação da Análise SWOT para o traçado orgânico da Empresa Familiar Indígena.**

A Análise SWOT é fundamental para a construção do cenário a ser apresentado a seguir. A sigla é originária do inglês *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças), e a sua praticidade traz como resultado a modelagem de cenário a partir da operação cognitiva de natureza construtivista; levantar cada elemento traduzido desde cada uma das representações da raiz constante na referida sigla.

A estratégia operada pelo SWOT pode ser considerada mais proficiente para a construção de modelagens em situações complexas. O fato é que as ferramentas clássicas de planejamento não iriam satisfazer a inclusão de idealizadores complicados, como aqueles que



envolvem a Antropologia Empresarial, na via de uma abordagem transdisciplinar das teorias substantivas. É possível ser esta a razão pela qual ainda subsiste dificultadores para a liberação das Terras Indígenas para a atividade ecoturística no Brasil. Ainda é exigível a pesquisa comparada com a prática, inobstante alguns sinalizadores experimentais, como o receptivo existente no Distrito de Riozinho, próximo ao Município de Cacoal, aonde a Comunidade *Paiter Suruí* vem atendendo visitantes interessados na sua história, no seu artesanato inigualável e na sua existência como remanescente a uma atrocidade social.

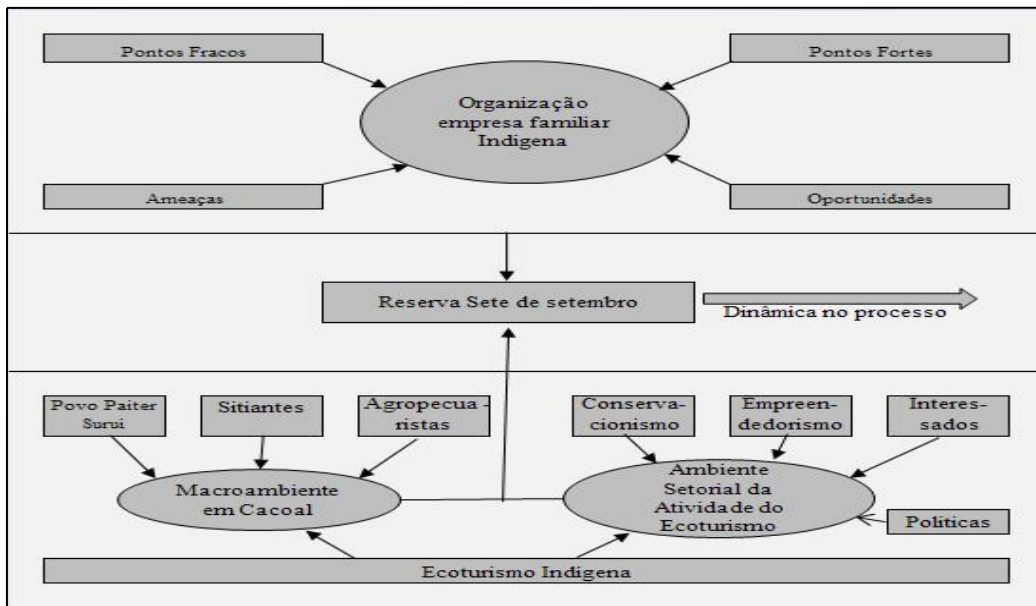
Seguindo orientação procedimental no supracitado autor, a estratégia para fazer funcionar a Empresa Familiar Indígena *Paiter Suruí* deve vir de decisão participativa do mais alto nível, no caso, a vontade das próprias comunidades clânicas, através dos seus representantes tribais, pois a atividade do ecoturismo requer a base de aceitação do povo anfitrião. Para tanto, haverá de ser mobilizada todas as tribos, senão considere a complexidade envolvida no processo; além da própria modalidade técnica e operacional do empreendimento, cabe decisão estratégica quanto: a estrutura; mercados; rede de relacionamentos e poder de barganha; finanças sob diversos aspectos; dados estratégicos; circularidade que envolve todas estas estratégias.

A complexidade da estratégia por uma empresa familiar indígena envolve, ainda, os interessados externos à comunidade clânica. Haverá relação com governos, empresas e instituições diversas. Daí a importância de levantar os sucessos, os fracassos, as oportunidades e as ameaças que rondam tantas engrenagens. Além destes elementos registrados aqui, são requeridos estudos profundos que viabilizem a sustentabilidade, na via da preservação e conservação dos atributos existentes no espaço estratégico. Serão considerados os riscos de impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais, que devem ser sondados de forma estratégica, para que não venha a atividade ecoturística ser no futuro um fator de extermínio do Povo *Paiter Suruí*; desde logo uma preocupação já se defronta,

pois a presença de atores não informados destes riscos, vem refletindo substancialmente para a deformação da essência tribal do povo focalizado.

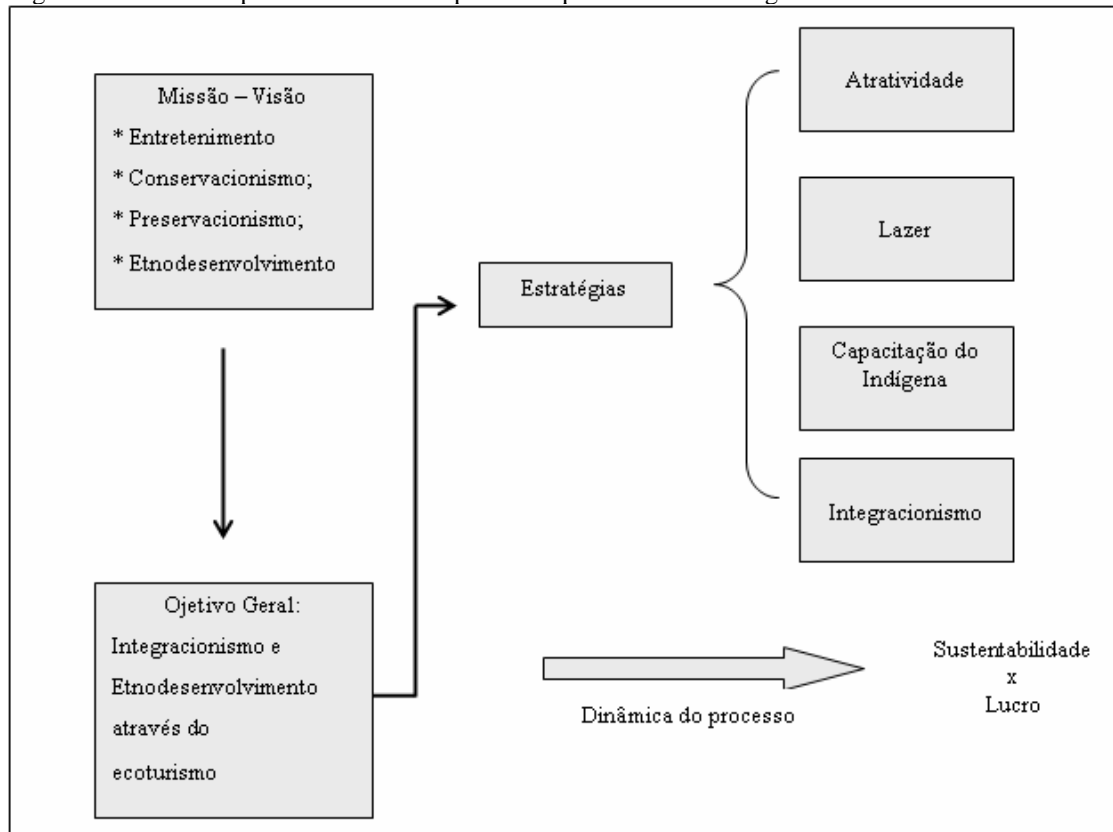
Existem registros de intromissões indevidas, tratados nesta tarefa, e que devem ser analisados com o devido cuidado, no ponto de vista procedimental de uma construção de Cenário empresarial na Reserva Sete de Setembro. Inobstante todo potencial possível de ser otimizado, ainda existe a evolução da própria capacidade do Suruí vir a gerenciar uma atividade econômica estruturada, desde que se restrinja às operações simples, voltadas para a sua experiência diuturna, como o ecoturismo na selva que ele compreende. Tal abordagem prescreveu a elaboração das Figuras 53 e 54, referentes aos cenários cognitivos; endossa a interpretação com os Quadros 36 a 39, que traz a escala evolutiva dos futuros gestores em processo de capacitação em escola formal do ensino fundamental e médio, e os Quadros 41 a 45, apresentados a seguir. Trazem objetos para análise e discussão em *brainstorming*, com as lideranças tribais, sob assessoramento dos seus pares, dentre os detentores de formação superior, ou seja, um total de nove jovens, na faixa etária de 19 aos 26 anos de idade, acadêmicos nos Cursos Superiores de Turismo (um jovem em curso na Faculdade São Lucas, em Porto Velho), Pedagogia (um jovem cursando na Faculdade São Lucas, em Porto Velho e um jovem cursando na UNESC, em Cacoal), Direito (dois jovens cursando na UNESC, em Cacoal), Biologia (dois jovens cursando na FACIMED, em Cacoal) e dois jovens cursando Letras, através do ensino a distância. Um jovem Suruí se encontra realizando, mediante bolsa de estudo, um curso pré-vestibular para submeter-se à seleção para a área de Administração da Universidade Federal de Rondônia, no Campus de Cacoal; e um professor indígena obteve uma bolsa de estudo para realizar curso de conversação na língua inglesa, dentre as melhores escolas de idiomas deste Município.

Figura 53: Cenário geral em SWOT para a Empresa Familiar Indígena.



Fonte: Pesquisa de campo orientada por Pedro Filho (2009).

Figura 54: Cenário específico em SWOT para a Empresa Familiar Indígena.



Fonte: Pesquisa de campo orientada por Pedro Filho (2009).

Quadro 36: Estatística do ensino fundamental e médio do povo Paiter Suruí, base 2007.

Nome da Escola Indígena	Número de Alun por série													
	Pré	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	Total
Hodingã	0	10	5	7	1	0	0	0	0	0	0	0	0	23
Izidoro de Souza Meireles	0	5	6	9	3	0	0	0	0	3	5	9	6	46
João Evangelista Dias	0	4	3	5	2	0	0	0	0	0	8	0	0	22
Paiterey	0	8	1	2	1	0	0	0	0	6	3	1	0	22
Tancredo Neves	2	10	6	4	1	10	10	8	9	0	0	0	0	60
Noá Suruí	7	10	11	12	7	0	0	0	0	0	0	0	0	47
Sert. Francisco Meireles	0	5	4	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Sert. José C Santana	8	23	30	7	6	10	10	8	0	0	0	0	0	102
Total Geral	17	75	66	51	24	20	20	16	9	9	16	10	6	339

Fonte: FUNAI / Diretoria Regional em Cacoal.

Figura 55: Cenário de Decisão Participativa entre os *Paiter Suruí* de Rondônia.



Fonte: Naray Suruí, líder Paiter Suruí e Diretor da Educação Indígena.

Quadro 37: Pontos Fortes e Pontos Fracos em SWOT para empresa familiar indígena.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
1. Atitude conservacionista da comunidade Paiter Suruí;	1. A fragilidade da cultura indígena;
2. Preservam o idioma nativo Tupi Mondé;	2. Timidez ao serem retratados ou filmados, dificultando a revelação do seu ser;
3. Líderes da etnia preocupados com a educação da comunidade;	3. Querem retorno em curto prazo;
4. Bom relacionamento com as forças governamentais;	4. Objetivam alta lucratividade;
5. Possuem profissionais qualificados na sua etnia para acompanhar um projeto de desenvolvimento sustentável;	5. Falta de matéria prima na Reserva e falta de infraestrutura básica para atender o visitante;
6. Desejo de retorno à arquitetura tradicional;	6. Interferência de evangélicos contra as tradições Paiter Suruí;
7. Conceito de reflorestamento como mensagem para o mundo;	7. Ausência de norma de regulamentação para a atividade do ecoturismo indígena;
8. Fácil engajamento em programas sustentáveis.	8. Falta de unidade de pensamento entre as quatro raízes clônicas.

Fonte: Pesquisa de campo orientada por Pedro Filho (2009).

Quadro 38: Ameaças e oportunidades em SWOT para empresa familiar indígena.

Ameaças	Oportunidades
1. Desigualdade econômica;	1. Parcerias governamentais e empresariais;
2. Problemas sociais resultantes da proximidade do Município de Cacoal;	2. Incentivos à cultura;
3. Incidências de várias doenças que abatem a comunidade Paiter Suruí;	3. A economia na base de troca entre aldeias;
4. Dependência de aprovisionamentos oriundos de Cacoal;	4. Investimentos diversos para engajamento do Paiter Suruí, nas ações de preservação da Floresta Amazônica e sua biodiversidade;
5. Território reduzido comprometendo o futuro da comunidade Paiter Suruí.	5. Interesse de Centros de Pesquisa e ecoturistas em conhecer a Reserva 7 de Setembro;
6. Aculturação decorrente de mescla.	6. Interesse dos indígenas em obter conhecimento;
7. Velada rejeição da sociedade cacoalense contra a presença do indígena;	7. Motivação das lideranças em obter o progresso conservando sua cultura;
8. Falta de política indigenista.	8. Características tribais inconfundíveis na Amazônia Brasileira.

Fonte: Pesquisa de campo orientada por Pedro Filho (2009).

Quadro 39: Simulação quanto a Estrutura da Empresa Familiar *Paiter Suruí* para ecoturismo indígena.

Tipo de Estratégia	Decisão Estratégica Simulada SWOT	
	Premissa	Ação Estratégia simulada
Quanto a estrutura	Premissa 1: Organização dos rivais	1.1 Estrutura proposta será a de monopólio, considerando a reserva do produto a ser oferecido na atividade ecoturística. A participação no mercado será sinérgica, utilizando de participação via convênio com Universidades, agências de turismo, centros de pesquisa e outros.
	Premissa 2: Novas tecnologias	2.1 Serão catalogados todos os produtos ou atrativos, e disponibilizados na Internet. Serão construídos folderes, e criado uma estrutura de marketing mix envolvendo o trade turístico da Região.
	Premissa 3: Novos concorrentes	3.1 Caso venham outras comunidades a abrir sua empresa familiar para a atividade do ecoturismo indígena na Região, convocar para compor um cluster de entretenimento; caso não aceite, será tomada medida de embargo em face a natureza monopolista da Empresa Familiar Paiter Suruí para o ecoturismo indígena na Região; fundamental apoio político e institucional para esta medida.

Fonte: Pedro Filho (2009).

Quadro 40: Simulação quanto aos Mercados da Estrutura da Empresa Familiar *Paiter Suruí* para ecoturismo indígena.

Tipo de Estratégia	Decisão Estratégica Simulada SWOT	
	Premissa	Ação Estratégia simulada
Quanto aos Mercados	Premissa 1: Tamanho do mercado	1.1 Nos cinco primeiros anos, o mercado terá o horizonte local e regional. Nos cinco anos seguintes a abrangência será nacional e internacional. Será respeitada a visão quanto a capacidade de carga da Reserva Indígena quanto a impactos do fluxo de clientes em ecoturismo.
	Premissa 2: Semelhanças e diferenças entre produtos e serviços	2.1 A Empresa manterá padronização dos produtos e serviços, com registro da qualidade junto a organismo certificador.
	Premissa 3: Evolução de novos produtos e serviços	3.1 A empresa manterá a tradição como vetor diferencial, com a Marca Paiter Suruí.

Fonte: Pedro Filho (2009).

Quadro 41: Simulação quanto a relacionamentos e poder de barganha da Estrutura da Empresa Familiar Paiter Suruí para ecoturismo indígena.

Tipo de Estratégia	Decisão Estratégica Simulada SWOT	
	Premissa	Ação Estratégia simulada
Quanto aos relacionamentos e poder de barganha	Premissa 1: Fidelização de Fornecedores	1.1 Junção a um trade turístico da região a fim de reduzir em 50% os custos de bens e serviços, adotando sistema e-procurement. Admitir compras com fornecedores locais e regionais. Admitir novos fornecedores desde que decidam estar sediados no local ou nesta região.
	Premissa 2: Distribuidores	2.1 Admitir vínculo com agencias de viagens para captação de pacotes para eco-turismo indígena certificado.
	Premissa 3: Clientes	3.1 Perseguir fidelização da clientela. Consultar universidade e centros de pesquisa sobre cronograma e agendar receptivo. Atrelar ações da Empresa Familiar aos interesses dos clientes pesquisadores, estudantes, empresas de turismo. Conseguir dos centros universitários a inclusão de visita integrativa nos programas de disciplina dos diversos cursos universitários implantados e a implantar na região; obter do MEC interveniência neste sentido para aprovação de avaliação e reavaliação de cursos, gerando vínculo sólido.

Fonte: Pedro Filho (2009).

Quadro 42: Simulação quanto a Finanças I, da Estrutura da Empresa Familiar *Paiter Suruí* para ecoturismo indígena.

Tipo de Estratégia	Decisão Estratégica Simulada SWOT	
	Premissa	Ação Estratégia simulada
Quanto a Finanças	Premissa 1: Custos na cadeia de valor com matéria-prima local e regional.	<p>1.1 Priorizar artefatos existentes da natureza, para produção de artesanato, por exemplo.</p> <p>1.2 Priorizar hortas domésticas para o consumo decorrente da atividade empresarial, utilizando técnicas permaculturais.</p> <p>1.3 Priorizar pomar doméstico para o consumo decorrente da atividade empresarial.</p> <p>1.4 Priorizar produção pesqueira em cativeiro para o consumo decorrente da atividade empresarial.</p>
	Premissa 2: Custos na cadeia de valor na produção	2.1 Admitir a tendência de custo zero na produção. Admitir parceria com organismos e empresas do trade para os quesitos de embelezamento cênico, conservação e jardinagem e outros necessário a imagem do negócio.
	Premissa 3: Custos na cadeia de valor com distribuição, marketing e vendas.	3.1 Admitir parceria de modo a transferir custos de marketing para o trade regional. Exemplo: aceitar serviços públicos de coleta de lixo, de arborização, iluminação e outros.
	Premissa 4: Custos na cadeia de valor com despesas de serviços e afins	<p>3.1 Admitir parceria de modo a transferir custos de marketing para o trade regional. Exemplo: aceitar serviços públicos de coleta de lixo, de arborização, iluminação e outros.</p> <p>4.1 Admitir tendência a custo zero com impressos, mão-de-obra de assessoramento e serviços técnicos, sempre na via de doação e repasse do trade regional.</p>

Fonte: Pedro Filho (2009)



Quadro 43: Simulação quanto a Finanças II, da Estrutura da Empresa Familiar Paiter Suruí para ecoturismo indígena

Tipo de Estratégia	Decisão Estratégica Simulada SWOT	
	Premissa	Ação Estratégia simulada
Quanto a Finanças	Premissa 1: Custos na cadeia de valor com matéria-prima	1.1 Junção ao trade turístico da região a fim de reduzir em 50% os custos de bens e serviços, adotando sistema e-procurement para os casos da necessidade de serviços suplementares no receptivo. Priorizar artefatos existentes da natureza, para produção de artesanato, por exemplo.
	Premissa 2: Custos na cadeia de valor produção	2.1 Admitir a tendência de custo zero na produção. Admitir parceria com organismos e empresas do trade para os quesitos de embelezamento cênico, conservação e jardinagem e outros necessário a imagem do negócio.
	Premissa 3: Custos na cadeia de valor com distribuição, marketing e vendas.	3.1 Admitir parceria de modo a transferir custos de marketing para o trade regional. Exemplo: aceitar serviços públicos de coleta de lixo, de arborização, iluminação e outros.
	Premissa 4: Custos na cadeia de valor com despesas de serviços.	4.1 Admitir tendência a custo zero com impressos, mão-de-obra de assessoramento e serviços técnicos,

Fonte: Pedro Filho (2009).

Quadro 44: Simulação quanto aos dados estratégicos da Estrutura da Empresa Familiar Paiter Suruí para ecoturismo indígena.

Tipo de Estratégia	Decisão Estratégica Simulada SWOT	
	Premissa	Ação Estratégia simulada
Quanto aos dados estratégicos	Premissa 1: Com as fontes governamentais	1.1 Manter estruturado os dados de interesse estratégico. Colaborar com os organismos públicos.
	Premissa 2: Com as Associações comerciais e outras	2.1 Manter atualizada a relação e comunicação com organismos de classe de modo a sustentar os interesses da Empresa familiar Paiter Surui.
	Premissa 3: Com fundos nacionais e internacionais	3.1 Manter contato permanente com organismos da OEA e da ONU para representação dos interesses da empresa familiar junto a comunidades internacionais, para fins de suporte financeiros e à pesquisa, na qual a Empresa receba repasse pelo apoio oferecido nos empreendimentos de pesquisa científica.
	Premissa 4: Com as Faculdades e Universidades no Brasil e no exterior	4.1 Manter banco de dados atualizado com relação a instituições de ensino e pesquisa, controlar dados dos convênios e parcerias para vincular os interesses da Empresa Familiar aos interesses das instituições parceiras.
	Premissa 5: Com Organismos nacionais e internacionais de turismo	5.1 Manter dados atualizado dos organismos nacionais e internacionais de turismo, de modo manter efeito sinérgico

Fonte: Pedro Filho (2009).

#### 4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo são apresentadas as conclusões do trabalho investigativo e traz algumas recomendações. Primeiro, um breve histórico crítico sobre os fatos tratados, a sua contribuição ao campo da Ciência Gerencial e o significado para a comunidade beneficiária do produto gerado aqui; em seguida, aponta algumas medidas que pareceram próprias para uma situação como a vivenciada nesta tarefa.

##### **Conclusões sobre os obstrutores com a presença do “Anhangüera” entre os tribais**

Durante todo o processo de pesquisa ocorreram entraves que desencorajaria o prosseguimento da ação proposta aqui; seja esse o primeiro ponto a ser criticado nesta conclusão. A comunidade pesquisada e todo o espaço onde se encontra assentada estão cercados por interesses difusos, manipulados por influentes obstrutores que tentam impedir o resgate dos indígenas da desvantagem em que se encontram. As manipulações se fizeram evidentes desde o primeiro manifesto pela pesquisa, no Campus de Cacoal da Universidade Federal de Rondônia. Aqui, os interessados procuraram escamotear a imoralidade que ronda os estudos científicos, na tentativa de mascarar as relações que denunciariam o que pretendem ocultar. Ao longo do processo se fez possível entender a extensão e as fronteiras impeditivas das melhorias de condição de vida e cidadania do *Paiter Suruí*. O argumento apresentado vem sendo endereçado ao receio de envolvimento com aquele povo indígena, mas a lógica encontrada foi a manipulação das autoridades para que se concretizassem o impedimento, uma vez que, conhecida a realidade estrutural, poderia tornar pública a irresponsabilidade de políticos que manipulam os indígenas para captação de voto, em troca de promessas de melhoria de vida e de repasses financeiros, por meio de aprovação de

investimentos governamentais. Por outro lado, poderia o estudo esclarecer a forma como o não-índio influencia para a desconstituição da realidade do Paiterey, abrindo um hiato entre a realidade e a possibilidade que o cerca. Desde a manipulação pelos obstrutores, foi encenado o clima de medo do contato para levantamento de dados sobre o estado da arte; desta sorte, se iniciam as barganhas ao trabalho de pesquisa, má vontade disfarçada de preocupação com os riscos de seqüestros, retenção nas aldeias e outros temores que depois foram desconsiderados, pois os índios *Paiter Suruí* são indivíduos corteses e muito solícitos no contato com pesquisadores; estão acostumados com relacionamentos neste nível de estudo, pois outros pesquisadores no país e do exterior estão sempre contatando com o Fórum *Paiter Suruí*, que centraliza as informações sobre as quatro tribos deste povo tradicional de Rondônia.

O andamento da atividade de estudo, iniciada com o Projeto Senhores da Natureza, obteve unânime aceitação social, tendo a Câmara de Vereadores de Cacoal emitido moção de apoio na tribuna pública, com divulgação dos benefícios que este Projeto traria para os tribais. Enquanto isso, a Universidade, pela direção local, buscava trancar o avanço do empreendimento, lançando obstáculos burocráticos que expressavam, definitivamente, a sua má vontade em apoiar um programa que pudesse, contra o interesse de influentes políticos, vir a reverter a tal realidade esclarecida pela exclusão do indígena do progresso regional.

Da parte do empresariado, o Projeto obteve apoio dos quantos procurados, estando alocados diversos Termos de Adesão para compromissos críveis, como oferecimento de apoio institucional, veículo para transporte de expedição para as aldeias, combustíveis para veículos, hospedagem de pesquisadores associados e outras formas de promessas que mais tarde foram todas descartadas, pois não passavam de engano, enquanto por detrás da farsa das promessas estava, tão como nas atitudes dos gestores do Campus da UNIR em Cacoal, a

manipulação de influentes políticos da Região, que insistem em manter rédeas sobre os povos da floresta.

Da parte dos gestores da Fundação Nacional do Índio, a má vontade se justifica pela absoluta escassez de recursos para qualquer tipo de apoio à pesquisa; mas também guardava uma crença de que a melhoria social e econômica do indígena poderia levar a extinção daquele organismo; por isso é que desejam manter os mesmos sem alfabetização, permitindo atropelar a Constituição Federal, retirando-lhes direitos essenciais, como o da manutenção da sua cultura. Abrem espaço para intromissão de religiosos, que influenciam sobremaneira na vida tribal, invalidando os costumes e tradições do *Paiter Suruí*. Estes religiosos, porque organizados, detêm controle real sobre a comunidade tribal, efetuando donativos como roupas usadas, remédios, alimentos e alguma importância monetária; e em troca, requerem a evangelização dos indígenas, sua agremiação a uma ordem evangélica, e atitude proativa para que abandonem imediatamente suas danças, mitos e tradições; usam de coação psicológica e moral, pois desde a chegada destes missionários o *Paiter Suruí* passaram a acreditar que seriam candidatos à fogueira do inferno se não cumprissem os ditames religiosos que de alguma forma foram impostos às tribos.

A Fundação deixa de considerar as intromissões dos missionários pelo fato de, não possuindo recursos para suprir as necessidades dos indivíduos retidos na reserva, saber que alguns interessados apresentam-se em socorro dos índios. Esta realidade não difere da indigência a que estão submetidas famílias, com suas crianças abandonadas nas ruas das grandes metrópoles brasileiras, e muito menos diverge da situação dos desvalidos acomodados nos arrabaldes do Município de Cacoal, que aguardam uma esmola proveniente dos obstrutores travestidos de assistencialistas. Seria exatamente este o efeito decorrente do Estatuto do Índio: tornar o índio incapaz, reter o mesmo na floresta destruída pelas queimadas e pela degradação química e depois o abandonar à mingua social, econômica e moral.

Enquanto a Fundação abandona os índios *Paiteer Suruí*, a realidade conjuntural deles é preocupante, sem uma supervisão superior sobre os eventos identificados nesta tarefa investigativa. Muito mais grave quando se percebe que o caos se propaga de forma extraordinária: a exígua Reserva manterá o mesmo espaço físico, a população tribal terá crescimento geométrico, como é anunciada, a escassez de alimento se agravará, e a revolta dos tribais será fato iminente. E a configuração da insurgência poderá assumir uma formatação similar ao que vem ocorrendo na área da Reserva Raposa Terra do Sol, no Estado de Roraima, onde ocorre confronto com agricultores arroteiros. O surgimento de uma outra forma imprevisível de reação dos oprimidos seria um fator preocupante de maior relevância.

Observação direta sobre os obstrutores revelou o seu *modus operandi*. Eles estão ocupando cargos de confiança na Secretaria de Educação, de onde orientam uma política educacional contrária à recomendação constitucional. Também ocupam assessorias em organismos governamentais, de onde lançam um olhar de controle similar à supervisão nazista sobre os campos de concentração, na época da Segunda Guerra Mundial. Outros ocupam chefia nos organismos de assistência à saúde indígena, de onde tomam conhecimento da escassez dos meios para atendimento básico dos tribais, enquanto desconsideram a iniciativa de denunciar os absurdos diuturnos; é real o descaso com as doenças entre velhos e crianças, excessos de piolho e praga na pele dos tribais, anemia, câncer e outros males sem registro na estatística.

Os obstrutores também estão entre os funcionários dos demais organismos públicos indiferentes à desgraça à qual estão submetidos os indígenas na Reserva Sete de Setembro. A maioria dos responsáveis deixa claro que querem absoluta distância do índio, e passa a qualificá-lo de temerário, imundo e mal-vindo; na verdade é uma farsa para ocultar a verdade dos fatos, pois eles estão maltrapilhos por falta de meios; não estão asseados como os

não-índios pelo de fato de não disporem de recursos para comprar sequer o sabão do seu banho diário.

Os comerciantes da Região procuram não oferecer qualquer crédito para fornecimento de alimentos para distribuição pela Fundação ou diretamente aos indígenas famintos. Entram neste espaço as organizações não-governamentais internacionais, investindo consideráveis somas para a melhoria de vida dos tribais. Enquanto fornecem subsídios que adiam o extermínio do índio amazônico, estas organizações palmilham a realidade, constroem relatórios significativos que são repassados a autoridades internacionais voltadas para o interesse na Região Amazônica, além de subsidiar informações consistentes sobre a fauna, flora e toda biodiversidade existente, informes estes que deveriam estar sendo construídos para o interesse do Governo Federal no Brasil.

### **O funcionamento do sistema de controle racial**

O controle racial, por meio da tutela disfarçada, não pareceu uma solução satisfatória em um Estado de Direito. Daí a importância da concretização dos meios proficientes para resolução adequada da política indigenista. Enquanto organismos como a Organização dos Estados Americanos e a própria Organização das Nações Unidas se fazem indiferentes para a realidade perversa e indigna à qual está submetido o indígena na América Latina no geral, e no Brasil em particular. Estas populações dos excluídos se multiplicam sem um idealizador de progresso. O etnodesenvolvimento do povo pesquisado permanece desta forma obstaculado, enquanto os meios objetivos para a sua integração vão sendo descaracterizados. Continuam impedidos e desmoralizados, seja pela falta de programas educativos adequados, seja pela ausência de decisões reativas pelo progresso dos clínicos. Assim é que o *Paiter Suruí* se apresenta como apenas mais uma comunidade submetida a tal degradação.

A lógica do controle da raça amazonóide é escamoteada também. A confusão situada no entorno da realidade do homem da floresta serve tão somente para procrastinar um grave desfecho que a história poderá relatar em futuro não distante. Inobstante os registros oferecidos pelos meios de comunicação e trabalhos sérios oferecidos por centros de pesquisa no país, os atores adjacentes do processo preferem adiar soluções.

Haverá de se considerar o exemplo recente na Bolívia, país vizinho ao Estado de Rondônia. O poder sempre esteve submetido a uma elite empresarial e financeira, e hoje a sociedade já está experimentando a quebra do paradigma. Esta ruptura com o caos social e desordem institucional é fruto da rejeição da atual gestão indígena dos meios de produção e da máquina de Estado. A resistência burguesa que domina os meios de produção levanta a bandeira separatista, como sendo a forma encontrada para desconstituir o pacto social naquele país. No caso brasileiro, necessário se faz a criação e o desenvolvimento prévio de pacto integrativo, absorvendo as habilidades e a mão-de-obra do índio como única forma de sustentar o equilíbrio das forças ambientais, econômicas e sociais na Região Norte.

Aqui o sistema de controle racial é precário e escamoteado. Não poderia ser diferente, pois foi instrumentalizado debaixo da política da ditadura militar, e continua sendo um significativo excremento de domínio do Estado sobre uma raça. Os conceitos teóricos identificam a fixação de amarras psicológicas e morais sobre o índio, embora tenham as organizações civis conseguido minimizar o impacto negativo que a falta de política indigenista justa vem causando ao povo da floresta.

Embora os agentes envolvidos venham tentando mascarar a realidade dos fatos, ficou claro que o povo indígena pesquisado estaria bem melhor gerenciando os seus problemas e suas próprias soluções, desde que o poder público abra os grilhões mentais aos quais estão presos, oferecendo: educação em conformidade com os princípios constitucionais; treinamento e capacitação para o seu próprio progresso; integração com conservação cultural

do tribal; oferecimento da oportunidade de criação de modelo próprio de desenvolvimento, mediante preceitos do etnodesenvolvimento; utilização dos princípios de ecodesenvolvimento e de etnodesenvolvimento integrados à política de melhoria de condições de vida; outras ações a serem geradas com a presença dos beneficiários.

### **A mescla avança, e a tradição do indígena recua significativamente.**

Hoje o *Paiter Suruí* não vem manifestando com ênfase a sua cultura e tradição. A musicalidade, a dança, os rituais, tradição e os costumes tradicionais vão se olvidando ao longo do tempo. Recomendação oferecida para a retomada das ações restauradoras junto ao Fórum Paiter Suruí, sediado em Cacoal, surpreendeu; foi cobrado pagamento para que houvesse disposição dos mais antigos em ensinar a arte e tradição para os mais jovens. Questionadas as razões, a assessora da ONG deixou claro que os não-índios cobram para prestar os seus serviços, e os Paiterey agem do mesmo modo.

### **Conclusão sobre o alcance dos objetivos específicos e geral.**

#### *1) Alcance do diagnóstico da realidade sociocultural (Objetivo Específico 1).*

Com relação ao alcance do diagnóstico da realidade sociocultural indígena Paiter *Suruí*, para a sua integração por meio da atividade ecoturística, foi satisfatoriamente atingido porquanto foi possível compreender o estado da arte e levantar o processo histórico da sua realidade. Sem estes elementos, estaria dificultada a avaliação do papel que teriam estes indígenas na atividade de ecoturismo exótico.



Questões relacionadas à etnicidade, territorialidade, endogenia do povo anfitrião em ecoturismo proposto e outras abordagens que caracterizam a realidade foram diagnosticadas com suficiência. Foi possível compreender a confluência da complexidade étnica em situações envolvendo política pública, economia e desenvolvimento, aspectos territoriais e ambientais, usos e costumes na ótica subsidiada pela Antropologia; não resta dúvida que as ciências substantivas trouxeram um norte significativo para os resultados.

Cautela foi um dos requisitos no desenvolvimento deste trabalho; o foco do tratamento estaria subsidiando decisões gerenciais; portanto os elementos nesta trajetória deveriam reportar-se na circularidade que viesse garantir consistência na interpretação e aferição de hipóteses consideradas. Quanto a este objetivo específico, o diagnóstico possibilitou as conclusões apontadas no Quadro 45 a seguir.

Quadro 45: Conclusão do diagnóstico quanto ao Objetivo Específico 1.

Conclusões do Diagnóstico – Objetivo Específico 1.	
Apontamento	Necessidades identificadas.
Patrimônio sociocultural do povo <i>Païter Suruí</i>	1 – Inventariar o patrimônio étnico do povo <i>Païter Suruí</i> . 2 - Estimular a consciência das autoridades. 3 - Listar o volume artístico do povo <i>Païter Suruí</i> . 4 - Catalogar a manifestação cultural do povo <i>Païter Suruí</i> . 5 - Criar artefatos úteis no suporte didático. 6 - Compor o histórico do processo sociocultural.
Interpretação etnológica do patrimônio.	1 - Reconstituir a etnobotânica do povo <i>Païter Suruí</i> . 2 - Reconstituir a etnozoologia do povo <i>Païter Suruí</i> . 3 - Reunir elementos estratégicos de interesse de Estado.
Saberes alimentares	1 - Estudar a lógica alimentar do povo <i>Païter Suruí</i> . 2 - Gerar sustentabilidade induzida. 3 - Estudar a relação religiosa dos alimentos. 4 - Envolver o indígena na fitoterapia industrial.
Relação com o animal	1- Reconstituir a relação com as diversas espécies animais. 2- Interpretar as variações faunísticas. 3 - Reconstituir a metáfora das práticas ritualísticas. 4 - Integrar com os organismos de controle da fauna.
Movimentos de minorias indígenas	1 - Comparar os conflitos globais aos locais. 2 - Caracterizar as mobilizações. 3 - Investigar a cobiça internacional.
Relação monetária	1 - Caracterizar a estratégia de intervenção branca no território brasileiro. 2 - Investigar o incentivo à produção. 3 - Investigar o protocolo de inclusão das ONGs.
Relação territorial e espacial	1 - Investigar como lugar da produção agrícola. 2 - Investigar como usufruto pela comunidade indígena. 3 - Investigar o novo pacto territorial. 4 - Estudar a exploração de minérios com a mão-de-obra indígena.
Sobrevivência na Amazônia	2 - Investigar o processo de sobrevivência e de resistência.
Essência antropológica patrimonial.	1 - Investigar a lógica da forma. 2 - Restaurar os valores lógicos. 3 - Aprofundar estudo sobre a ruptura da crença.
Da Tradição e do costume	1 - Investigar o processo de ruptura. 2 - Estudar a possível restauração.
Estilo de vida, padrões e organização	1 - Estudar o processo adaptativo histórico do povo <i>Païter Suruí</i> .

Fonte: Pedro Filho (2008).

## 2) O alcance no estabelecimento de idealizadores (Objetivo Específico 2).

Com referência ao alcance no estabelecimento de idealizadores estratégicos para subsidiar a gestão do ecoturismo indígena, respeitando a sua endogenia, ocorreu severo confronto entre as hipóteses positiva e a nula. A solução encontrada obteve suporte ao avaliar a possibilidade da atuação dos indígenas que hoje se encontram realizando curso superior, bem como a compreensão do apoio dentre os que se encontram realizando curso médio; serão

incluídos os demais nativos rondonienses em franca integração; foram consideradas ainda as oficinas que tem sido realizadas e as que poderão se concretizadas com as lideranças para a efetivação da mudança programada que refletirão significativamente na vida atual e nas gerações futuras entre os *paiterey*. Desta sorte, os idealizadores se fizeram proficientes para, havendo uma decisão favorável entre os líderes tribais, passar ao estágio seguinte de capacitação dos gestores da Empresa Familiar indígena. Então os idealizadores se constituem como suficientes, porquanto técnicos na sua constituição como se apresenta. A conclusão sobre estes idealizadores está apresentada no Quadro 46 a seguir.

Quadro 46: Conclusão do diagnóstico quanto ao Objetivo Específico 2.

Conclusões do Diagnóstico – Objetivo Específico 2.	
Apontamento	Desfecho com relação ao idealizador
Fatores	1 – Otimizar as possibilidades Macroambientais predominantes no entorno da atividade. 2 – Estimular as possibilidades Microambientais aos elementos internos da ação.
A Empresa Familiar indígena.	1 - Indicativo da estrutura, relacionamento, mercados e finanças.
Princípios gerenciais	1 - Identificação de nove princípios com respectiva abordagem técnica para treinamento e capacitação dos atores envolvidos.
Indicativo de sistema de informação	1- Designação de elementos cognitivos a serem considerados no sítio ecoturístico a ser implementado.
Diversidade de práticas no sítio ecoturístico	1- Configuração de opções no sítio a ser implementado.
Produtos ecoturístico	1 - Identificação de possibilidades no sítio a ser implementado.
Interpretação de seis tipos de capacidade de carga	1 - Tomada de medida preventiva. 2 – Perspectiva funcional.
Avaliação do ciclo de vida do negócio	1 – Indicativo de variáveis. 2 – Perspectiva crítica dos estágios.
Setores do turismo como o ecoturismo	1 - Medidas de defesa contra superpopulação por meio do antimarketing. 2 - Medidas de ajuste mantendo a fidelização do visitante.
Princípios para sustentabilidade	1 – Indicativo de dez princípios. 2 – Indicativo de técnica para resultado a cada princípio.

Fonte: Pedro Filho (2008).

### *3) O alcance quanto à construção do cenário (Objetivo Específico 3).*

Quanto à construção do cenário de Empresa Familiar Indígena, para a atividade ecoturística, com o gerenciamento por meio das lideranças Paiter *Suruí*, também foi positivo o resultado. Na sua constituição existem complexidades que poderão ser absorvidas com suficiência pelos atores, a considerar a possível motivação dentre os interessados pela capacitação em nível superior. Ocorreu entre integrantes tribais a escolha por profissão qualificada comum aos não-índios; portanto é natural a cobrança dos líderes tribais sobre os seus descendentes. O comprometimento destes integrantes é fundamental para o sucesso comunitário das tribos.

Para modelagem do cenário proposto aplicou-se análise SWOT, obtendo a identificação dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades, indicando as ações proficientes para cada um destes ângulos estratégicos. Simulação procedida permitiu identificação de estratégia quanto a estrutura, mercados, relacionamentos e fianças, indicado para cada cenário as ações que ensejarão o resultado estratégico. É possível afirmar, em face da confiabilidade da técnica adotada de análise SWOT, que este objetivo específico também é satisfatório, salvo de for apontado o contrário em uma outra investigação que venha adotar procedimentos clássicos.

### *4) O alcance com referência ao objetivo geral*

Com referência ao objetivo geral, este trabalho é encerrado com todos os indicativos de suficiência, tendo tratado um diagnóstico satisfatório e concretizado os elementos contidos nos idealizadores e nos cenários estratégicos, com o grau de confiança assegurado pela Ciência Gerencial. Não resta dúvida, desta forma, que é possível o monopólio na exploração do patrimônio cultural do povo *Paiter Suruí* para a atividade

empresarial no ramo do ecoturismo indígena. Permitirá a inclusão do referido povo ao etnodesenvolvimento regionalizado por meio do ecoturismo na Região de Cacoal, Estado de Rondônia a partir do enfoque da gestão sustentável da Empresa Familiar.

*5) O alcance quanto à comprovação da hipótese*

A comprovação da hipótese é relativa do ponto de vista da pesquisa; não resta dúvida que as lideranças Paiter Suruí poderão incrementar a gestão sustentável do ecoturismo, desde que admitam uma capacitação anterior para tal iniciativa. No ponto de vista da alternativa entre duas hipóteses pela praticidade da ação empresarial, é possível a aplicação dos conceitos e a empresa familiar poderá funcionar com êxito. Registre-se que, nos dias atuais, uma das quatro tribos Paiter Suruí vem oferecendo resistência para aceitar o ecoturismo; porém, perceberão a perda de capilaridade caso não implantem este negócio. Por outro lado, haverá pressão sobre os descendentes a atuarem nos ramos de conhecimento adquirido em cursos superiores, como o de Turismo. E aqui a decisão será colegiada em assembléia das quatro tribos reunidas, oportunidade em que conhecerão as vantagens competitivas que advirá ao implantar este empreendimento econômico vantajoso. Negar a hipótese de sucesso seria invalidar os conceitos científicos travados e as simulações consideradas neste trabalho de pesquisa. Entretanto, a observação quanto a medidas protocolares de cunho normativo e legal haverá de ser consideradas, pela falta de regulamentação do Ecoturismo em Terras Indígenas no Brasil. Em face da realidade conjuntural, a perspectiva da integração indígena através do etnodesenvolvimento e geração de renda na via da sustentabilidade, este trabalho poderá servir como elemento de suporte à iniciativa pela qualidade de vida, além de constituir material válido para elaboração de políticas públicas.

### Conclusões sobre as respostas às perguntas de pesquisa

Quadro 47: Resposta a pergunta de pesquisa 1.

Tipo da pergunta	Respostas da pesquisa
1. Quais os atrativos a serem oferecidos ao visitante na Reserva do <i>Paiter Suruí</i> ?	1.1 Patrimônio sociocultural do <i>Paiter Suruí</i> . 1.2 Etnologia e a etnobotânica do <i>Paiter Suruí</i> . 1.3 Os saberes alimentares do saber <i>Paiter Suruí</i> . 1.4 Os saberes etnobotânicos do <i>Paiter Suruí</i> . 1.5 História dos movimentos indígenas na Amazônia Ocidental. 1.6 Interpretação da cobiça das áreas indígenas brasileiras. 1.7 A mobilização para a inclusão étnica na Amazônia. 1.8 Interpretação da Relação territorial, espacial e étnica do <i>Paiter Suruí</i> . 1.9 Interpretação sobre a Afirmação da índole guerreira do povo <i>Paiter Suruí</i> . 1.10 Conhecimento da essência dos aspectos antropológicos do patrimônio do <i>Paiter Suruí</i> . 1.11 Conhecimento do arraçoado da forma na cultura <i>Paiter Suruí</i> . 1.12 Conhecimento dos valores lógicos e da forma de violação sobre a tradição do <i>Paiter Suruí</i> . 1.13 Análise funcional do patrimônio sociocultural do <i>Paiter Suruí</i> . 1.14 Conhecimento sobre as crenças religiosas e os mitos do <i>Paiter Suruí</i> . 1.15 A tradição do <i>Paiter Suruí</i> . 1.16 Os costumes do <i>Paiter Suruí</i> . 1.17 Estilo de vida do <i>Paiter Suruí</i> . 1.18 Padrão comportamental do <i>Paiter Suruí</i> . 1.19 Padrão de vestuários do <i>Paiter Suruí</i> . 1.20 Sentido de organização do tempo do <i>Paiter Suruí</i> . 1.22 Atitude do povo <i>Paiter Suruí</i> . 1.23 O meio ambiente natural da Reserva do <i>Paiter Suruí</i> . 1.24 Contato direto com a flora amazônica mediante os serviços da Empresa Familiar do <i>Paiter Suruí</i> . 1.25 Outros atrativos possíveis na Reserva do <i>Paiter Suruí</i> .

Fonte: Pedro Filho (2009).

Quadro 48: Resposta a pergunta de pesquisa 2.

Tipo da pergunta	Respostas da pesquisa
2. Quais os idealizadores de métodos e técnicas gerenciais para a Empresa Familiar <i>Paiter Suruí</i> .	2.1 Registro dos direitos de propriedade sobre os seus objetos. 2.2 Acompanhamento os novos processos com capacitação dos líderes. 2.3 Adaptação de norma reguladora e suas variantes. 2.4 Formatação de regras de contenção contra a depredação do meio ambiente. 2.5 Funcionalidade da troca entre as tribos <i>Paiter Suruí</i> e entre as demais da região. 2.6 Cadastramento dos relacionamentos, priorizando instituições de ensino e pesquisa. 2.7 Elitização a rede de relacionamento. 2.8 Vinculação exclusiva para lazer e entretenimento com cultura. 2.9 Base para crescimento a tendência inovadora. 3.10 Treinamento das habilidades culturais na tradição do <i>Paiter Suruí</i> . 2.11 Eleição de conceitos preservacionista e conservacionista. 2.12 Formato de Controle de custo na atividade de uma empresa familiar indígena.

Fonte: Pedro Filho (2009).

Quadro 49: Resposta a pergunta de pesquisa 3.

Tipo da pergunta	Respostas da pesquisa
3. Quais os cenários que subsidiariam um empreendimento ecoturístico na Reserva Sete de Setembro do povo <i>Paiter Suruí</i>	3.1 Cenário estratégico de mercados. 3.2 Cenário de relacionamentos e poder de barganha. 3.3 Cenário Financeiro. 3.4 Cenário de desenho dos dados estratégicos.

Fonte: Pedro Filho (2009).

## Recomendações

### *1) Recomendação sobre a ação e indicativos desta pesquisa*

Para uma investigação desta natureza é fundamental disponibilidade de tempo e prazo suficiente para a conclusão. Uma solução encontrada para ultrapassar este dificultador vinculado aos fatores de tempo e prazo, foi contrabalançar as ações empreendidas para obtenção dos resultados; o compartimento do tempo entre pesquisa por fontes indireta e a observação direta foi fundamental, tendo sido aqui relevantes as contribuições dos narradores (professores indígenas, técnicos da FUNAI e da SEDUC). Os atores da Organização Fórum *Paiter Suruí*, sediada em Cacoal facilitaram sobremaneira a coleta de dados e de informações.

Recomendo, a outros pesquisadores interessados em uma ação como esta, buscar se instalar nas tribos, acampando na Reserva Indígena, como o fizeram diversos outros estudiosos, porém em equipe de cinco a oito componentes devidamente autorizados pela FUNAI. Incidentes graves podem ocorrer, como o recente ataque a um pescador, que foi devorado por uma onça faminta à margem do Rio Machado, nas imediações de Cacoal, quando este se encontrava realizando com o seu filho menor uma atividade de lazer; conforme foi divulgado pelos meios de comunicação da Região; o menor foi salvo pelos companheiros de atividade que se encontravam muito distante das vítimas. O autor deste trabalho preferiu não arriscar uma decisão como esta; a Região é selvagem para um trabalho solitário de investigação, porém é aprazível quando realizado com uma expedição adequadamente equipada.

2) *Recomendações para pesquisas futuras, a partir dos resultados.*

Com referência aos resultados, vale registrar a importância de adentrar neste campo das Ciências Gerenciais, por ser novidade no ponto de vista dos procedimentos. Predomina-se uma significativa carência de investigações que produzam resultados como o ora oferecido. Poderá este resultado ser melhorado e avançado quando, desta forma, contribuirá com maior profundidade na inovação para a construção de direcionadores para a promoção dos Povos da Floresta. Por outro lado, se faz fundamental lançar o olhar crítico sobre pontos complexos do ecoturismo indígena; a proatividade de eixos do conhecimento é significativo, razão pela qual se recomenda os indicativos do Quadro 50 a seguir.

Quadro 50: Pendências a serem previamente atendidas para implantação de Empresa Familiar Indígena.

Exigências Legais – pendências a serem atendidas em médio prazo.	
Indicativo de Norma	Recomendações para medidas prévias
<u>Lei 11.637, de 28/12/2007</u> Dispõe sobre a qualificação no turismo.	1- Qualificar as lideranças indígenas para a atividade, capitaneada na Reserva pelo Turismólogo da tribo. 2 - Considerar ações previstas na norma.
<u>Decreto 5.406, de 30/03/05</u> - Regulamenta o cadastro dos empresários do turismo.	1 - Capacitar as lideranças indígenas. 2 - Adaptar a norma para o ecoturismo indígena.
<u>Decreto 946, de 01/10/93.</u> Regulamenta a Lei 8623, de 28/01/93, sobre o Guia de Turismo.	1 - Capacitar os guias ecoturísticos indígenas. 2 - Adaptar a norma ao ecoturismo indígena.
<u>Lei 6505, de 13/12/77, sobre o funcionamento do turismo e fiscalização.</u>	1- Capacitar as lideranças indígenas. 2- Adaptar a norma ao ecoturismo indígena.
O Programa Piloto de Ecoturismo em Terras Indígenas.	1- Capacitar as lideranças junto ao Ministério do Meio Ambiente, com a interveniência da FUNAI e de ONGs. 2 - Criar procedimentos de trabalho.
Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.	1 - Capacitar as lideranças indígenas. 2 - Adaptar a norma ao ecoturismo indígena.
Regulamentação do Ecoturismo em Terras Indígenas	1 - Capacitar as lideranças indígenas. 2 - Implantar as atividades.
Programa Piloto do Ecoturismo Indígena na Amazônia.	1 - Capacitar as lideranças indígenas. 2 - Implantar as atividades programadas.

Fonte: Pedro Filho (2009).



3) *Recomendações finais*

a) Criar a norma reguladora do ecoturismo em terras indígenas, para que esta atividade seja gerenciada pelo povo da floresta, mediante capacitação especial.

b) Revogar o estatuto do índio, este abominável resquício da ditadura militar que manchou a história do Brasil e que não atende de fato a realidade dos povos da floresta.

c) Expandir as atividades da Fundação Nacional do Índio, incorporando programáticas de Compromissos Críveis junto a cada uma das comunidades tradicionais, na estratégia do etnodesenvolvimento do povo que cada uma delas representa. Inclui capacitação, profissionalização, treinamento, ações afirmativas de progresso e acompanhamento de desempenho com resultados mensuráveis. As ações envolveriam sustentabilidade das tribos, auto-suficiência na produção alimentar, reflorestamento, fiscalização contra desmatamento, ecoturismo indígena, paisagismo, culinária, musicalidade, dança, artesanato e outras providências afins e correlacionadas com a cultura e tradição tribal.

d) Criar Programas de Apoio às organizações civis dos povos indígenas, para elaboração de medidas estruturantes a curto, médio e longo prazo, visando a uma política eficiente na via do etnodesenvolvimento com auto-suficiência. Os recursos governamentais repassados seriam auditados através da prestação de contas junto à Controladoria Geral da União.

e) Devolver ao índio brasileiro as mesmas condições de um cidadão brasileiro comum, mantidos os requisitos constitucionais que forem válidos. Seria a oportunidade de

reconhecer a sua existência como indivíduo integral, suficiente e contributivo por um país mais justo, com a participação de todos.

f) Criar programas de capacitação e geração de emprego do indivíduo índio, nas áreas de reflorestamento, segurança ambiental, fiscais florestais, extração mineral, gestão sustentável, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, turismo ecológico, ecoturismo indígena. Nestes programas se incluiria o acesso à Universidade sem vestibular, nos primeiros dez anos da implantação destas medidas propostas.

g) Criar estrutura de usucapião nas terras indígenas atualmente demarcadas e a demarcar, mantido o domínio da União Federal. Seria a oportunidade de solução da questão territorial, sem risco para a integridade nacional, em caso de utilização de terras na fronteira pelas tribos indígenas brasileiras.

h) Estabelecer regras sólidas para a proteção dos direitos constitucionais inscritos, adequando às novas medidas de benefício propostos acima. Tais exigibilidades consolidariam vantagens não apenas para os indígenas, como para os quilombolas também.

i) Proibir acesso de Organizações Não-Governamentais estrangeiras às terras indígenas brasileiras. Desde que o controle seja eficiente, os possíveis disfarces de agentes internacionais poderão ser identificados e afastados com rigor.

j) Incentivar a aplicação do conhecimento tradicional do povo Paiter Suruí nas atividades industriais e medicinais, garantindo ao referido clã os direitos aos “royalties” dele decorrentes. Neste item, recomendam-se ainda a cobrança por meio dos tribunais

internacionais, dos valores devidos por indústrias farmacológicas, por utilizarem do conhecimento do indígena brasileiro; e o valor indenizado seria repassado ao povo tribal beneficiário do direito.

## REFERÊNCIAS

- Aaker, David.; Kumar, V. & Day, G. (1995). *Marketing research*. John Wiley & Sons, Inc. New York.
- Achío Tacsan, Mayra (2006). *Los comités de ética y la investigación en ciencias sociales*. Costa Rica: Red Revista de Ciencias Sociales, 2006. p 6. En línea <http://site.ebrary.com/lib/bibliouaasp/Doc?id=10110807&ppg=6> pesquisada em 04/02/2008.
- Achutti, Luiz Eduardo Robinson (1997). *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre o cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial e Palmarinca.
- Alcalá, Adolfo (1999). *Es la Andragogía una Ciencia?*. Caracas: Ponencia.
- A. Hitt, Michael. (2008). *Administração Estratégica: competitividade e globalização*. São Paulo: Thomson Learning.
- Alencar, Edgar (2000). *Introdução à Metodologia de Pesquisa Social*. Lavras: UFLA.
- Andrade, José Vicente de (2000). *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática.
- Aquaverde (2007/janeiro). *A Plantação surui 2006*. Em linha: <http://www.aquaverde.org/por/index.shtml> pesquisada em 15/01/2007.
- Aquaverde (2007/janeiro). *L'environnement du peuple Surui*. Em linha: [http://www.aquaverde.org/por/surui\\_environnement.shtml#](http://www.aquaverde.org/por/surui_environnement.shtml#) pesquisada em 15/01/2007.
- Araújo, Maria Lia Corrêa de (2003/Outubro). *Controle ambiental e participação social*. Trabalhos para discussão nº 114/2001, Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco. Agosto, 2001. Em linha: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/114.html> visitada em 31/10/2001.
- Argyris, C. (1993). *Knowledge for action: a guide to overcoming barriers to organizational change*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Arthur, W. B. (1994). *Increasing returns and path dependence in the economy*. USA: The University of Michigan Press.
- Azanha, Gilberto (2002). *Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismo de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Badi, Mbuyi Kabunda. *Ideologías y experiencias de integración regional en África: problemas y perspectivas*. España: Universidad Complutense de Madrid, 2005. p 22-23. <http://site.ebrary.com/lib/bibliouaasp/Doc?id=10079202&ppg=23>
- Bernhoeft, Renato (2004). *Evolução e revolução na empresa familiar*. São Paulo: artigo com publicação não catalogada.
- Berovides Álvarez, Vicente. (2007) *Método de valoración de la fauna para el ecoturismo. Biología. Vol.14 Nro. 2. 2000*. Cuba: Editorial Universitaria, p 2. En línea <http://site.ebrary.com/lib/bibliouaasp/Doc?id=10184324&ppg=2> acesada em 02/03/2008.
- Bisolli, Maria Ângela Marques Ambrizi (1998). *Planejamento turístico municipal com suporte em sistema de informação*. São Paulo, Atlas.
- Boeira, Sérgio Luís (2003/outubro). *Ecologia Política e Ecodesenvolvimento*. Artigo publicado em 18/11/00. Em linha:

<http://www.sj.univali.br/~slboeira/Ecologia%20Politica%20e%20Ecodesenvolvimento.htm> Pesquisa em 31/10/03.

- Boisier, Sergio. (1999). *Desarrollo teritorial y deascentralización: el desarrollo en el lugar y en las manos de la gente*. Santiago: Cielo.
- Bravo, M. P. C. & Eisman, L. B. (1998). *Investigación Educativa*. 3ª Ed. Sevilha: Ediciones Alfar.
- Bressan, Flávio (2003/outubro). *O método do estudo de caso*. In Administração on Line Prática - Pesquisa – Ensino. ISSN 1517-7912, Volume 1 - Número 1, janeiro/fevereiro/março – 2000. Em linha [http://www.fecap.br/adm\\_online/art11/flavio.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art11/flavio.htm) pesquisada em 31/10/03.
- Caride, Jose Antonio. *Educación ambiental y desarrollo humano*. España: Editorial Ariel, 2004. p 115. <http://site.ebrary.com/lib/bibliouaasp/Doc?id=10068648&ppg=115>
- Castells, Manuel (1999). *Fim de milênio*. 3ª. Ed. V.3. São Paulo: Paz e Terra.
- Cavalcanti, Marly (2003). *Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Chiavenato, Idalberto (1999). *Introdução à Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Atlas.
- Chiavenato, Idalberto (1999). *Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. São Paulo: Atlas, páginas 337 a 339.
- Chiavenato, Idalberto (2003). *Introdução à Teoria Geral da Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, página 497 a 630.
- Cooper, Chris (2001). *Turismo, princípios e prática*. Porto Alegre: Bookman.
- Coraggio, J. Luis (1996). *Desenvolvimento Humano e Educação*. São Paulo: Cortez.
- Coriolano, Luzia Neide M. T. (1996). *Turismo e Degradação Ambiental no Litoral do Ceará*. In Lemos, Amália I. G. *Turismo: Impactos Socioambientais*. São Paulo: Hucitec.
- Coriolano, Luzia Neide Menêzes Teixeira (2003/outubro). *O desenvolvimento na escala humana*. Ciudad Virtual de Antropologia y Arqueologia. Equipo Naya, 2000. Em linha: [http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Luzia\\_Neide\\_Menezes.htm](http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Luzia_Neide_Menezes.htm) pesquisada em 31/10/03.
- Cruz, Rita de Cassia (2000). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto.
- Darwin, Charles (1872). *The expression of the emotions in man and animals*. London: John Murray.
- Demo, Pedro (1995). *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas.
- Dias, Genebaldo Freire (2000). *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia.
- Egri, Carolyn P. e Pinfield, Laerence T. (1998). *Handbook de Estudos organizacionais: as organizações e a biosfera*. Coordenação de Tânia Fischer. São Paulo: Atlas.
- Embratur (1999). *Programa Nacional de Municipalização Do Turismo (Pnmt)*. Brasil: Governo Federal.
- \_\_\_\_\_ (2003/janeiro). *Turismo no Brasil – novos rumos*. Em linha: [www.embratur.gov.br](http://www.embratur.gov.br) pesquisada em 03/01/03.

- Farias, Ivani Ferreira de (2005). *Ecoturismo: Etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas*. Manaus: Passos, V. 3 número 1, páginas 63 a 77.
- Fernandes, Bruno H. R. ; Berton, Luiz H. (2005). *Administração estratégica: da competência à avaliação de desempenho*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Fernández S. Néstor (2001). *Andragogía. Su ubicación en la educación continua*. Universidad Nacional Autónoma de México.
- Gaudenzi, Paulo (2003/novembro). *Evolução no turismo da Bahia*. Em linha: [http://www.sct.ba.gov.br/turismo/evolucao\\_economia.asp](http://www.sct.ba.gov.br/turismo/evolucao_economia.asp) pesquisada em 03/11/03.
- Gil, Antonio Carlos (1994). *Métodos e técnicas de Pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- \_\_\_\_\_ (1999). *Métodos e técnicas de Pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Goeldner, Charles R. (2002). *Turismo: princípios, práticas e filosofias*. Porto Alegre: Bookman.
- González Ávila, Manuel (2005). *Aspectos éticos de la investigación cualitativa*. España: Organización de Estados Iberoamericanos (OEI), p 5. En línea <http://site.ebrary.com/lib/bibliouaasp/Doc?id=10080573&ppg=5> acesado em 02/08/2008.
- Grünewald, Rodrigo de Azevedo. (2003). *Etnodesenvolvimento Indígena no Nordeste (e Leste): aspectos gerais e específicos*. In: Revista Antropológica, ano 7, volume 14, páginas 47 a 71. Rio de Janeiro: Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED).
- Gunn, C. A. (1994). *Tourism planning*. Washington: Taylor & Francis
- Hall, C. M. *Tourismo and politics: policy, power and place*. Chichester: John Wiley.
- Hadad, Sergio R. (2004). BNDES. Belo Horizonte: FURB.
- Holz, Elio (1999). *Estratégias de equilíbrio entre a busca de benefícios privados e os custos sociais gerados pelas unidades agrícolas familiares*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Honey, Martha.(1999). *Ecotourism and Sustainable Development: Who Owns Paradise?* United States of America: Island Press.
- Ibama (2001). *Roteiro metodológico para a gestão de área de proteção ambiental*. APA/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: Ibama.
- Ignarra, Luiz Renato (1999). *Fundamentos do turismo*. São Paulo: Pioneira.
- Inskeep, E. (1991). *Tourism planning: an integrated and sustainable development approach*. New York: Van Nostrand Reinhold.
- Janer, A.; Mourao, R. (2003). *Elaboração do produto de ecoturismo*. In: MITRAUD, S. Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF-Brasil.
- Kerlinger, Fred Nichols (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento Conceitual*. São Paulo: Epu/Edusp.
- Knowles, Malcom.(1980). *La Práctica Moderna de la Educación de Adultos*. Traducción de Marcos Faudez. Chicago. U.S.A.
- Kreg, Linberg; Hawkins, Donald E. (1995). *Ecoturismo: um guia para Planejamento e gestão*. São Paulo: Senac.
- Krugman, P. (1996). *The self-organizing economy*. Oxford UK: Ed. Blackwell Publishers.

- Lakatos, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade (1997). *Fundamentos de metodologia científica*. 3.ed. São Paulo: Atlas.
- Leach, Peter C. (1998). *Guia da empresa familiar*. Rio e Janeiro: Xenon.
- Leenders, Michel R. e Erskine, James A. (1973). *Case Research: The Case Writing Process - Divisão de pesquisas e Publicações*. Ontário: Escola de Administração da Universidade de Western.
- Liebscher, P. (1998) *Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program*. Library Trends, v. 46, n. 4, p. 668-680, Spring .
- Lemos, Amália Inês G. de. (2001). *Turismo, impactos socioambientais: meio ambiente, educação ambiental, ecoturismo, turismo, geografia humana*. São Paulo: Hicitec.
- Leone, Maria de Clodoaldo Pinto Guerra (2005). *Sucessão na Empresa Familiar: Preparando as Mudanças para Garantir Sobrevivência no Mercado Globalizado*. Ed. Única; São Paulo: Atlas.
- Lindberg, Kreg; Hawkins, Donald E. (1995). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Senac.
- Lindner, Glauco Henrique (2002). *Avaliação de uma cooperativa agropecuária orientada para o seu aperfeiçoamento utilizando a metodologia multicritério de apoio à decisão*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Machado, Ângelo (Janeiro/2008). *Áreas Encefálicas Relacionadas com as emoções. O sistema Límbico*. Em linha: [http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.psiquiatriageral.com.br/cerebro/imagens/emocoos8.5.jpg&imgrefurl=http://www.psiquiatriageral.com.br/cerebro/emocoos.htm&h=464&w=665&sz=126&hl=pt-BR&start=1&sig2=cKRalXzcSclUu7SiSca1sg&tbnid=vCnThf9GDxSe\\_M:&tbnh=96&tbnw=138&ei=RBueR6b7DZaigALT1aTZBw&prev=/images%3Fq%3DSistema%2BL%25C3%25ADmbico%2B-%2Bneuroanatomista%2B%25C3%2582ngelo%2BMachado%26gbv%3D2%26svnum%3D10%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DG](http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.psiquiatriageral.com.br/cerebro/imagens/emocoos8.5.jpg&imgrefurl=http://www.psiquiatriageral.com.br/cerebro/emocoos.htm&h=464&w=665&sz=126&hl=pt-BR&start=1&sig2=cKRalXzcSclUu7SiSca1sg&tbnid=vCnThf9GDxSe_M:&tbnh=96&tbnw=138&ei=RBueR6b7DZaigALT1aTZBw&prev=/images%3Fq%3DSistema%2BL%25C3%25ADmbico%2B-%2Bneuroanatomista%2B%25C3%2582ngelo%2BMachado%26gbv%3D2%26svnum%3D10%26hl%3Dpt-BR%26sa%3DG) visitada em 28/01/2008.
- Malhotra, Naresh K. (1996). *Marketing research: an applied orientation*. New Jersey: Prentice Hall.
- McGregor, Douglas M. (1971). *O lado humano da empresa*. In Comportamento humano na empresa – uma antologia. Rio de Janeiro: Serviços de publicações da Fundação Getúlio Vargas, páginas 45 a 60.
- Matthews, M. (1994). Historia, Fiosofia y Enseñanza de las Ciencias: la aproximación actual. *Enseñanza de las Ciencias*, vol 12, nº 2, pp. 255-277.
- Maximiano, Antonio César Amaru (2002). *Teoria geral da administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada*. São Paulo: Atlas.
- Mendes, Romeu (2003/outubro). *Métodos de Investigação em Ciências Sociais: O estudo de caso*. Em linha: <http://www.efdeportes.com/Revista> pesquisa em 31/10/03.
- Menezes, Emílio Araújo (1979). *O impacto dos gastos dos turistas num pólo receptor*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Middleton, Vitor T. C. (2002). *Marketing de turismo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campos.

- Mintzberg, Henry (2000). *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman.
- Montejano, Jordi Montaner (1999). *Estructura del mercado turístico*. Madrid: Síntesis.
- Moraes, Anna Maris Pereira de (2000). *Iniciação ao estudo da administração*. São Paulo: Makron Books.
- Murphy, P. (1995). *Tourism and sustainable development*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Neef, Manfred Max (1994). *Desarrollo a Escala Humana*. Barcelona: Icaria Editorial.
- Nuttall, Carolyn (1999). *Agrofloresta para crianças: uma sala de aula ao ar livre*. Lauro de Freitas: Instituto de Permacultura da Bahia.
- Pedro Filho, Flávio de São (2002). *MCDA aplicado à integração da Vila Porto Sauipe, ao Complexo Turístico instalado na sua imediação*. Congresso Latino Iberoamericano de Investigación de Operaciones. Concepción: Claio/Udec.
- Pedro Filho, Flávio de São (2004). *Ecoturismo da Bahia: um estudo de caso na Brasiléia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Petrocchi, Mário (2001). *Gestão de pólos turísticos*. São Paulo: Futura.
- Pinsky, Jaime (2000). *Turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Contexto.
- Porter, Michael E. (1989). *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus.
- Porter, Michael E. (2003/novembro). *Planejamento Estratégico*. Em linha: <http://www.crie.coppe.ufrj.br/home/centrodeestudos/artigos.html#pe> pesquisada em 03/11/03.
- Prodetur (1999). *Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – Oportunidades de Investimento*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo.
- Provinciali, Vera L. N. (2000). *A importância da ética e da responsabilidade social e ecológica em áreas ambientalmente frágeis – o caso das Praias do Saco e Ambais/SE*. Annals Second International Congress & Exhibition on Ecotourism. Salvador: Biosfera.
- Rea, Louis M. (2000). *Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução*. São Paulo: Pioneira.
- Rappaport, C.R (1981). *Modelo piagetiano*. In Rappaport; Fiori; Davis. *Teorias do Desenvolvimento: conceitos fundamentais* - Vol. 1. EPU, ? : p. 51-75
- Red de bibliotecas virtuales de *ciências sociais de América latina y el Caribe* de la red CLACSO. En línea: <http://www.clacso.org.ar/biblioteca> visitada en 23/01/07.
- Robbins, Stephen P. (1999). *Comportamento organizacional*. Rio de Janeiro: LTC.
- Rodrigues, Adyr Balastrieri (2000). *Turismo e ambiente: reflexão e propostas*. São Paulo: Huciter.
- Rosa, Suely L. Couto. (2004). *Diretrizes e princípios em desenvolvimento territorial*. Florianópolis: FURB.
- Ruschmann, Doris van de Meene (1997). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papyrus.
- Sachs, Ignacy (1986). *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- \_\_\_\_\_ (1986). *Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento*. São Paulo: Vértice.



- \_\_\_\_\_ (1993). *Estratégias de Transição para o Século XXI*. São Paulo: Studio Nobel/Fundap.
- Santos, Luiz Márcio Haddad Pereira (2000). *Planejamento do ecoturismo em áreas protegidas*. Anais do Segundo Congresso Internacional do Ecoturismo. Rio de Janeiro: Biosfera.
- Sautu, Ruth (2005). *Manual de metodologia*. Buenos Aires: Clacso.
- Semler, Ricardo (1988). *Virando a Própria Mesa*. São Paulo: Ed.Rocco.
- Senge, P. et al. (1994). *The fifth discipline fieldbook: Strategies and notes for building a learning organization*. London: Nicholas Brealey.
- Slack, Nigel (1997). *Administração da produção*. São Paulo: Atlas.
- Serrano, Célia Maria Toledo (1997). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. São Paulo: Papirus.
- Silva, Edna Lúcia da (2001). *Metodologia da Pesquisa e elaboração de dissertação e tese*. Florianópolis: LED da UFSC.
- Souza, Cezar (2001). *Reinventando o cluster de entretenimento na Bahia*. Salvador: Brasilturis.
- Swarbrooke, John (2000). *O turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. V. 1, São Paulo: Aleph.
- \_\_\_\_\_ (2000). *O turismo sustentável: gestão e marketing*. V. 4, São Paulo: Aleph.
- \_\_\_\_\_ (2000). *O turismo sustentável: meio ambiente e economia*. V.2. São Paulo: Aleph.
- Taylor, S.; Bogdan, R. (1992). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Barcelona: Paidós.
- Teixeira, Elder Lins (2003/outubro). *Plano de Gestão do Ecoturismo no Arquipélago de Fernando de Noronha*. Em linha: [www.world-tourism.org/sustainable/iy/regional-activites/brazil/cases/teixeira.htm](http://www.world-tourism.org/sustainable/iy/regional-activites/brazil/cases/teixeira.htm) pesquisada em 23/10/03.
- Terra, Márcia Regina. (Agosto, 2007). *O desenvolvimento humano na teoria de Piaget*. Em linha: <http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/d00005.htm> Pesquisado em 12/08/07.
- Thiollent, Michel (1998). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Tiffany, Paul (1999). *Planejamento Estratégico*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 4 - P. 57-78. e Cap. 8 - P. 143-161.
- Tyler, Duncan (2001). *Gestão de turismo municipal*. São Paulo: Futura.
- Vergara, Sylvia Constant (2006). *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.
- Vianna, N. W. H. (1989). *A subjetividade no processo de previsão*. Tese de doutorado. USP: FEA.
- XE Enciclopédia (2007/janeiro). *Povos Indígenas do Brasil - Akuntsu*. Em linha: <http://www.socioambiental.org/pib/epi/akuntsu/pop.shtm> pesquisada em 15/01/2007.